



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

ed.42

DEZEMBRO

2024



INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN / 2675 - 520



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

ed.42

DEZEMBRO

2024



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da EDITORA INTEGRALIZE, (SC) Brasil

International Integralize Scientific. 42ª ed. Dezembro/2024. Florianópolis - SC

Periodicidade Mensal

Texto predominantemente em português, parcialmente em inglês e espanhol

ISSN/2675-5203

1 - Ciências da Administração

2 - Ciências Biológicas

3 - Ciências da Saúde

7 - Linguística, Letras e Arte

8 – Ciências Jurídicas

4 - Ciências Exatas e da Terra

5 - Ciências Humanas/ Educação

6 - Ciências Sociais Aplicadas

9 – Tecnologia

10 – Ciências da Religião /Teologia



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

**Dados Internacionais de
Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Editora Integralize - SC – Brasil**

Revista Científica da EDITORA INTEGRALIZE- 42ª ed. Dezembro/2024
Florianópolis-SC

PERIODICIDADE MENSAL

Texto predominantemente em Português,
parcialmente em inglês e espanhol.
ISSN/2675-5203

1. Ciências da Administração
2. Ciências Biológicas
3. Ciências da Saúde
4. Ciências Exatas e da Terra
5. Ciências Humanas / Educação
6. Ciências Sociais Aplicadas
7. Ciências Jurídicas
8. Linguística, Letras e Arte
9. Tecnologia
10. Ciências da Religião / Teologia



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

EXPEDIENTE

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

ISSN/2675-5203

É uma publicação mensal, editada pela
EDITORA NTEGRALIZE | Florianópolis - SC

Florianópolis-SC

Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande, CEP 88032-005.

Contato: (49) 99176-6732

<https://www.iiscientific.com>

Diretor Geral

Luan Trindade

Diretor Financeiro

Bruno Garcia Gonçalves

Diretora Administrativa

Vanessa Sales

Diagramação

Balbino Júnior

Conselho Editorial

Marcos Ferreira

Editora-Chefe

Prof. PhD Vanessa Sales

Editores

Prof. PhD Hélio Sales Rios

Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva

Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva

Prof. Dr. Fábio Terra Gomes Júnior

Prof. Dr. Daniel Laiber Bonadiman

Técnica Editorial

Rayane Souza

Auxiliar Técnica

Rayane Rodrigues

Editores Auxiliares

Reviane Francy Silva da Silveira

James Melo de Sousa

Priscila de Fátima Lima Schio

Lucas Teotônio Vieira

Permitida a reprodução de pequenas partes dos artigos, desde que citada a fonte.

**INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC
ISSN / 2675-5203**

É uma publicação mensal editada pela
EDITORA INTEGRALIZE.
Florianópolis – SC
Rodovia SC 401, 4150, bairro Saco Grande, CEP 88032-005
Contato (49) 99176-6732
<https://www.iiscientific.com>

EDITORA-CHEFE
Dra. Vanessa Sales

Os conceitos emitidos nos artigos são de
responsabilidade exclusiva de seus Autores.



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

INCLUSIVE EDUCATION

ed.42
DEZEMBRO
2024

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

INCLUSÃO E ADAPTAÇÃO NO ENSINO DE MATEMÁTICA PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....11

Autor: VANDERLEY SOARES FELIX

Contato: vanderley10x@gmail.com

Orientador: Prof^a Dr^a Alda Cristina Menezes da Silva

INCLUSION AND ADAPTATION IN MATHEMATICS TEACHING FOR STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS

INCLUSIÓN Y ADAPTACIÓN EN LA ENSEÑANZA DE MATEMÁTICAS PARA ESTUDIANTES CON NECESIDADES ESPECIALES

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....19

Autoras: RIVIANE SOARES DE LIMA SILVA PINTO - riviane_soares@hotmail.com

MACIANA VARELA CAVALCANTI - macianacavalcanti@gmail.com

Orientador: Prof^a Dr^a Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha

CONTINUING TEACHER TRAINING FOR THE PROMOTION OF INCLUSIVE EDUCATION

FORMACIÓN CONTINUA DE PROFESORES PARA PROMOVER LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

APERFEIÇOAMENTO DE HABILIDADES COGNITIVAS E MOTORAS EM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NO CONTEXTO ESCOLAR.....33

Autor: SILVANA MARTINS DE FÉLIX

Contato: silvanafelixcorrea@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

IMPROVING COGNITIVE AND MOTOR SKILLS IN STUDENTS WITH MULTIPLE DISABILITIES IN THE SCHOOL CONTEXT

MEJORA DE LAS HABILIDADES COGNITIVAS Y MOTRICES EN ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD MÚLTIPLA EN EL CONTEXTO ESCOLAR

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PAPEL DO PROFESSOR NO ATENDIMENTO A ALUNOS COM TDAH.....43

Autor: SOLANGE REGINA MARTINS MELCHIOR DA SILVA

Contato: solregina09@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão

INCLUSIVE EDUCATION: THE ROLE OF THE TEACHER IN SUPPORTING STUDENTS WITH TDAH

EDUCACIÓN INCLUSIVA: EL PAPEL DEL PROFESOR EN EL APOYO A ALUMNOS CON TDAH

INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....53

Autor: RAIANE MARQUES NUNES

Contato: raiane21.marques@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão

SCHOOL INCLUSION: CHALLENGES AND PRACTICES IN SPECIAL EDUCATION

INCLUSIÓN ESCOLAR: DESAFÍOS Y PRÁCTICAS EN LA EDUCACIÓN ESPECIAL

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ALUNOS COM TEA: ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR E ENSINO NO AMBIENTE ESCOLAR BRASILEIRO.....63

Autor: JOELCIO SOARES SALES

Contato: joelciosales1@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES FOR STUDENTS WITH ASD: CURRICULUM ADAPTATION AND TEACHING STRATEGIES IN THE BRAZILIAN SCHOOL ENVIRONMENT.

PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ESTUDIANTES CON TEA: ESTRATEGIAS DE ADAPTACIÓN CURRICULAR Y ENSEÑANZA EN EL ENTORNO ESCOLAR BRASILEÑO

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUPORTE INSTITUCIONAL PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA: UMA AVALIAÇÃO DAS DIRETRIZES EDUCACIONAIS NO BRASIL.....72

Autor: JOELCIO SOARES SALES

Contato: joelciosales1@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

PUBLIC POLICIES AND INSTITUTIONAL SUPPORT FOR THE INCLUSION OF STUDENTS WITH ASD: AN EVALUATION OF EDUCATIONAL GUIDELINES IN BRAZIL.

POLÍTICAS PÚBLICAS Y APOYO INSTITUCIONAL PARA LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON TEA: UNA EVALUACIÓN DE LAS DIRECTRICES EDUCATIVAS EN BRASIL.

EDUCAÇÃO INFANTIL, PESSOAS COM TEA E AS DIFICULDADES DE INCLUSÃO.....78

Autor: MARIA DO CARMO RODRIGUES DE CARVALHO SANTANA

Contato: maria.rh2022@gmail.com

Orientador: Profª Drª Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha

CHILDHOOD EDUCATION, PEOPLE WITH ASD AND DIFFICULTIES OF INCLUSION

EDUCACIÓN INFANTIL, PERSONAS CON TEA Y DIFICULTADES DE INCLUSIÓN

ARTETERAPIA NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).....90

Autor: GEORGIA SANTOS NASCIMENTO CARVALHO

Contato: georgiacarvalho065@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

ART THERAPY FOR AUTISM SPECTRUM DISORDERS (ASD)

ARTETERAPIA PARA EL TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA)

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA ESCOLARIZAÇÃO.....101

Autor: REGINA VITÓRIA LIMA VILANOVA COSTA

Contato: reginavitoriacoordenadora@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

MAIN DIFFICULTIES FACED BY INDIVIDUALS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD) IN SCHOOLING

PRINCIPALES DIFICULTADES QUE ENFRENTAN LAS PERSONAS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA) EN LA ESCOLAR

AUTISMO NO ÂMBITO ESCOLAR.....109

Autor: ANDREIA CRISTINA FARIAS PEREIRA

Contato: andreiafarias720@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

AUTISM IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

AUTISMO NO ÂMBITO ESCOLAR

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....117

Autor: ANA PAULA NASCIMENTO TRIGO

Contato: p.trigo@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

THE IMPORTANCE OF TEACHER TRAINING FOR INCLUSIVE EDUCATION

LA IMPORTANCIA DE LA FORMACIÓN DE PROFESORES PARA LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....127**Autor:** ELIANE MEIRA MELLO SILVA**Contato:** Elianemm19@gmail.com**Orientador:** Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

THE INCLUSION OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN BASIC EDUCATION

LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD INTELECTUAL EN LA EDUCACIÓN BÁSICA

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: RECOMENDAÇÕES PARA CAPACITAÇÃO E PRÁTICAS EFETIVAS.....138**Autor:** JOELCIO SOARES SALES**Contato:** joelciosales1@gmail.com**Orientador:** Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

TEACHER TRAINING FOR THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER: RECOMMENDATIONS FOR CAPACITY BUILDING AND EFFECTIVE PRACTICES.

FORMACIÓN DOCENTE PARA LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA: RECOMENDACIONES PARA LA CAPACITACIÓN Y PRÁCTICAS EFECTIVAS.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ALUNOS COM TEA: ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR E ENSINO NO AMBIENTE ESCOLAR BRASILEIRO.....145**Autor:** JOELCIO SOARES SALES**Contato:** joelciosales1@gmail.com**Orientador:** Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES FOR STUDENTS WITH ASD: STRATEGIES FOR CURRICULUM ADAPTATION AND TEACHING IN THE BRAZILIAN SCHOOL ENVIRONMENT.

PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ESTUDIANTES CON TEA: ESTRATEGIAS DE ADAPTACIÓN CURRICULAR Y ENSEÑANZA EN EL ENTORNO ESCOLAR BRASILEÑO.

DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR PARA ALUNOS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).....154**Autor:** ANNE CINTYA CORDEIRO CARMO DA COSTA**Contato:** annecintya@hotmail.com**Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

CHALLENGES OF SCHOOL INCLUSION FOR STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDERS (ASD)

DESAÍOS DE LA INCLUSIÓN ESCOLAR PARA ALUMNOS CON TRASTORNOS DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....162**Autor:** DEIZE MARTINS FARIAS PIRES**Contato:** piresdeize@gmail.com**Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

THE ROLE OF FAMILY IN THE SCHOOL INCLUSION PROCESS OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (TEA)

EL PAPEL DE LA FAMILIA EN EL PROCESO DE INCLUSIÓN ESCOLAR DE ALUMNOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA)

COMPORTAMENTO E APRENDIZAGEM: UMA VISÃO SOBRE O TEA NO CONTEXTO ESCOLAR.....171**Autor:** FLÁVIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS SANTOS**Contato:** flaviaoliveirass33@gmail.com**Orientador:** Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

BEHAVIOR AND LEARNING: AN OVERVIEW OF ASD IN THE SCHOOL CONTEXT

COMPORTAMIENTO Y APRENDIZAJE: UNA VISIÓN SOBRE EL TEA EN EL CONTEXTO ESCOLAR

O DOCENTE E À EDUCAÇÃO ESPECIAL182

Autor: CAMILA LAMBARDOZI BARROSO NUNES

Contato: Ca_lambardozi@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

TEACHERS AND SPECIAL EDUCATION

EL PROFESOR Y LA EDUCACIÓN ESPECIAL

OS JOGOS COMO SUPORTE NO PROCESSO DE ENSINAR E APRENDER DENTRO DA PERSPECTIVA EDUCACIONAL INCLUSIVA.....192

Autor: LUCIANI SARTORI PORTELLA

Contato: lucianiportella@yahoo.com.br

Orientadora: Profª Drª Alda Cristina Menezes da Silva

GAMES AS SUPPORT IN THE PROCESS OF TEACHING AND LEARNING WITHIN THE INCLUSIVE EDUCATIONAL PERSPECTIVE

LOS JUEGOS COMO APOYO EN EL PROCESO DE ENSEÑANZA Y APRENDIZAJE DENTRO DE LA PERSPECTIVA EDUCATIVA INCLUSIVA

**INCLUSÃO E ADAPTAÇÃO NO ENSINO DE MATEMÁTICA PARA ALUNOS
COM NECESSIDADES ESPECIAIS**
**INCLUSION AND ADAPTATION IN MATHEMATICS TEACHING FOR STUDENTS
WITH SPECIAL NEEDS**
**INCLUSIÓN Y ADAPTACIÓN EN LA ENSEÑANZA DE MATEMÁTICAS PARA
ESTUDIANTES CON NECESIDADES ESPECIALES**

Vanderley Soares Felix
vanderley10x@gmail.com

FELIX, Vanderley Soares. **Inclusão e adaptação no ensino de matemática para alunos com necessidades especiais.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 11 – 18, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203.

Orientador: Prof^{ra} Dr^a Alda Cristina Menezes da Silva - professora.doutoraaldacristina@outlook.com

RESUMO

Este artigo analisa estratégias de adaptação pedagógica para o ensino de Matemática inclusivo, com ênfase em práticas que promovam a participação ativa de alunos com necessidades educacionais especiais. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, inclui entrevistas e questionários aplicados a professores de Matemática que atuam em turmas inclusivas, e é fundamentada em autores como Mantoan, Mittler e Freitas. Os resultados revelam que o uso de materiais manipulativos, jogos pedagógicos e tecnologias assistivas são eficazes para facilitar o aprendizado de conceitos matemáticos e aumentar o engajamento dos alunos. Além disso, destacam-se desafios como a falta de recursos adaptados e formação específica para professores. Conclui-se que a implementação de práticas inclusivas no ensino de Matemática requer um compromisso institucional com a formação docente e o fornecimento de recursos, contribuindo para uma educação mais equitativa e acessível.

Palavras-chave: Ensino de Matemática. Inclusão Educacional. Adaptação pedagógica. Estratégias pedagógicas inclusivas.

SUMMARY

This article analyzes pedagogical adaptation strategies for inclusive Mathematics teaching, with an emphasis on practices that promote the active participation of students with special educational needs. The research, of a qualitative and exploratory nature, includes interviews and questionnaires applied to Mathematics teachers who work in inclusive classes, and is based on authors such as Mantoan, Mittler and Freitas. The results reveal that the use of manipulative materials, educational games and assistive technologies are effective in facilitating the learning of mathematical concepts and increasing student engagement. In addition, challenges such as the lack of adapted resources and specific training for teachers are highlighted. It is concluded that the implementation of inclusive practices in Mathematics teaching requires an institutional commitment to teacher training and the provision of resources, contributing to a more equitable and accessible education.

Keywords: Mathematics Teaching. Educational Inclusion. Pedagogical Adaptation. Inclusive Pedagogical Strategies.

RESUMEN

Este artículo analiza estrategias de adaptación pedagógica para la enseñanza inclusiva de la Matemática, con énfasis en prácticas que promuevan la participación activa de estudiantes con necesidades educativas especiales. La investigación, de carácter cualitativo y exploratorio, incluye entrevistas y cuestionarios aplicados a profesores de Matemáticas que actúan en clases inclusivas, y se basa en autores como Mantoan, Mittler y Freitas. Los resultados revelan que el uso de materiales manipulativos, juegos educativos y tecnologías de asistencia son eficaces para facilitar el aprendizaje de conceptos matemáticos y aumentar la participación de los estudiantes. Además, destacan desafíos como la falta de recursos adaptados y de formación específica para los docentes. Se concluye que la implementación de prácticas inclusivas en la enseñanza de las Matemáticas requiere de un compromiso institucional con la formación docente y la provisión de recursos, contribuyendo a una educación más equitativa y accesible.

Palabras clave: Enseñanza de Matemáticas. Inclusión Educativa. Adaptación pedagógica. Estrategias pedagógicas inclusivas.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, com foco na adaptação pedagógica, tem se consolidado como um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, como uma das metas principais do sistema educacional contemporâneo. Essa abordagem exige que os professores desenvolvam estratégias específicas para atender à diversidade presente nas salas de aula. No contexto do ensino de Matemática, essa demanda torna-se ainda mais significativa, uma vez que a disciplina requer o desenvolvimento de habilidades abstratas, que podem apresentar desafios particulares para alunos com diferentes necessidades educacionais. Mantoan (2006) destaca que a inclusão não se resume apenas à presença de alunos com deficiência na escola, mas ao direito de acesso pleno ao conhecimento e à participação ativa no processo de ensino-aprendizagem. Esse princípio é fundamental para a construção de uma escola que valorize a diversidade e promova a equidade, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades reais de aprendizado.

Além disso, conforme argumenta Mittler (2003), a inclusão exige práticas pedagógicas flexíveis e adaptativas que permitam aos professores modificar conteúdos, metodologias e avaliações de acordo com as necessidades individuais dos alunos. No contexto da Matemática, isso implica a criação de ambientes de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento cognitivo e promovam a compreensão dos conceitos matemáticos de forma acessível a todos. Essa adaptação é essencial para o fortalecimento da inclusão, pois permite que alunos com diferentes perfis de aprendizagem participem efetivamente das atividades propostas. Com isso, o presente estudo visa aprofundar o entendimento sobre as principais estratégias de adaptação pedagógica voltadas para o ensino de Matemática inclusivo, identificando, ao longo da pesquisa, os desafios enfrentados pelos professores e as soluções que têm sido aplicadas para superar esses obstáculos.

Dessa forma, o estudo buscará responder às seguintes perguntas norteadoras: Quais são as principais estratégias de adaptação pedagógica utilizadas no ensino de Matemática para alunos com necessidades educacionais especiais? Quais são os maiores desafios enfrentados pelos professores ao implementar práticas de ensino inclusivo em Matemática? E, por fim, quais soluções e recursos pedagógicos podem ser adotados para otimizar a inclusão de todos os alunos no ensino de Matemática? Essas questões guiarão a investigação com o intuito de revelar as práticas mais eficazes e identificar as lacunas que ainda precisam ser preenchidas para fortalecer a inclusão no ensino da disciplina.

O objetivo geral deste estudo é identificar e analisar as principais estratégias de adaptação pedagógica para o ensino de Matemática inclusivo, além de discutir os desafios e soluções na implementação dessas práticas. Como desdobramento desse objetivo principal, destacam-se três objetivos específicos: investigar as estratégias pedagógicas que têm se mostrado mais eficazes na inclusão de alunos com diferentes necessidades no ensino de Matemática; avaliar os desafios práticos enfrentados pelos professores na adaptação dos conteúdos e metodologias para turmas inclusivas; e apresentar soluções e recursos pedagógicos que facilitem a implementação do ensino inclusivo, levando em consideração as particularidades de cada tipo de necessidade educacional especial.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, buscando compreender de forma aprofundada as práticas de adaptação pedagógica no ensino de Matemática inclusivo. O método envolverá a realização de entrevistas semi-estruturadas com professores de Matemática que atuam em turmas inclusivas e possuem experiência com estratégias de adaptação pedagógica para alunos com necessidades especiais. Além disso, serão aplicados questionários para captar a percepção dos professores sobre os desafios e sobre as práticas que consideram mais eficazes no contexto inclusivo. A análise dos dados será realizada a partir do método de análise de conteúdo, o que permitirá identificar padrões e inferências sobre as estratégias utilizadas, os obstáculos enfrentados e as soluções encontradas pelos professores.

A relevância deste estudo se justifica pela necessidade crescente de desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, especialmente no ensino de Matemática, uma área do conhecimento que, pela sua complexidade, exige adaptações específicas para atender a todos os alunos. Freitas(2018) ressalta que a Matemática é uma das disciplinas que mais demanda estratégias adaptativas para garantir a inclusão, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa necessidade ao estabelecer que a educação deve ser inclusiva e que cada aluno tem o direito de acessar um ensino adequado às suas especificidades. Nesse sentido, o presente estudo pretende contribuir com subsídios que possam ajudar educadores a aprimorar suas práticas pedagógicas e implementar um ensino de Matemática que favoreça o aprendizado de todos, valorizando as diferenças e promovendo uma educação realmente inclusiva.

REVISÃO DE LITERATURA

INCLUSÃO EDUCACIONAL E ADAPTAÇÃO PEDAGÓGICA

A inclusão educacional requer que escolas e professores realizem adaptações pedagógicas que tornem o ensino acessível a todos os alunos, respeitando as particularidades de cada um. No ensino de Matemática, essas adaptações são essenciais, uma vez que a disciplina exige habilidades abstratas que podem ser desafiadoras para alunos com necessidades específicas. Mantoan(2006) ressalta que a inclusão não se limita à presença física do aluno em sala, mas envolve sua participação ativa e engajamento no processo de aprendizagem, o que demanda estratégias personalizadas para garantir que todos possam aprender de forma significativa.

Além disso, a adaptação pedagógica pode ser vista como uma prática de flexibilidade e criatividade, na qual o professor desenvolve modificações nos conteúdos, estratégias de ensino e recursos de avaliação. Para Silva e Mantoan(2020), o compromisso com a inclusão passa pela "capacidade de a escola se ajustar para que cada aluno, com ou sem deficiência, tenha acesso ao aprendizado em condições justas e igualitárias"(SILVA; MANTOAN, 2020, p. 24). Essa visão promove uma escola que valoriza as diferenças e oferece suporte para que todos os alunos desenvolvam habilidades de acordo com suas capacidades.

No contexto da adaptação pedagógica, o professor é incentivado a adotar práticas que considerem as necessidades específicas de cada aluno, transformando o ambiente escolar em um espaço de acolhimento e respeito. A Matemática, por exemplo, pode ser adaptada com o uso de jogos e materiais concretos, que facilitam a compreensão de conceitos abstratos e

permitem que o aluno interaja com o conteúdo de forma prática e intuitiva. Essas adaptações também favorecem a construção de vínculos entre alunos, criando um ambiente de colaboração e respeito mútuo.

A importância de tais adaptações se reflete no papel ativo que os professores devem assumir, buscando constantemente formas de tornar o aprendizado acessível. Mittler(2003) reforça que a adaptação pedagógica é essencial para a inclusão, pois permite que o aluno se sinta parte do processo, o que contribui para o fortalecimento de sua autoestima e identidade escolar. A prática inclusiva, portanto, vai além das adaptações físicas, incluindo também modificações nos métodos de ensino e nas dinâmicas de interação.

O objetivo central das adaptações pedagógicas é garantir que a sala de aula seja um espaço inclusivo, onde todos os alunos possam se desenvolver. Isso exige um trabalho contínuo dos educadores, que precisam avaliar constantemente a eficácia de suas práticas e buscar novos métodos para promover a aprendizagem inclusiva. Nesse sentido, a adaptação pedagógica é uma ferramenta fundamental para que o ensino de Matemática seja significativo para todos os estudantes, contribuindo para uma educação mais equitativa e justa.

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DE MATEMÁTICA INCLUSIVO

A implementação de um ensino de Matemática inclusivo apresenta diversos desafios, sendo um dos principais a formação e a preparação dos professores. O desenvolvimento de habilidades e a familiarização com práticas pedagógicas inclusivas são essenciais para que o professor se sinta seguro ao adotar estratégias diferenciadas em sala de aula. Para Mittler(2003), a inclusão educacional só é efetiva quando o professor possui formação para lidar com a diversidade, ajustando seus métodos às necessidades de cada aluno. Esse preparo exige não só uma compreensão dos conteúdos matemáticos, mas também uma habilidade de adaptar o ensino de maneira que favoreça o entendimento de todos.

Outro desafio que se destaca é a falta de recursos pedagógicos adequados e acessíveis. Freitas(2018) aponta que o ensino de Matemática inclusivo "demanda uma estrutura que vá além do conteúdo padrão, necessitando de materiais didáticos e tecnológicos que sejam ajustáveis às diferentes condições dos alunos"(FREITAS, 2018, p. 45). A ausência de recursos que favoreçam a adaptação dificulta o trabalho do professor, que muitas vezes precisa desenvolver suas próprias ferramentas para possibilitar o aprendizado dos alunos com necessidades especiais. Essa realidade exige do docente uma criatividade e flexibilidade constantes para buscar soluções que promovam a inclusão efetiva.

A diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos também representa um desafio significativo. A inclusão requer que o professor seja capaz de identificar as dificuldades específicas de cada aluno e adaptar o conteúdo conforme necessário, o que demanda um acompanhamento constante e uma capacidade de personalizar as práticas pedagógicas. Freitas (2018) destaca que "os alunos aprendem de formas distintas, e o professor precisa estar preparado para adaptar seu ensino e fornecer suporte contínuo a esses diferentes estilos de aprendizagem".

A falta de apoio institucional e de políticas públicas voltadas ao ensino inclusivo é outro obstáculo na implementação de um ensino de Matemática inclusivo. Muitas vezes, os professores não recebem formação adequada, e as escolas carecem de estrutura para apoiar essa

adaptação. Mantoan(2006) ressalta que, para uma inclusão efetiva, é fundamental que haja suporte por parte das instituições, garantindo que os professores disponham de recursos e formação contínua para desenvolverem práticas adaptadas.

Dessa forma, os desafios enfrentados pelos educadores evidenciam a necessidade de investimentos em políticas educacionais que incentivem a formação contínua, o desenvolvimento de materiais adaptados e o apoio ao professor. A superação desses obstáculos é fundamental para promover uma educação inclusiva de qualidade, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, possam aprender de maneira justa e equitativa.

ESTRATÉGIAS E RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA A INCLUSÃO NO ENSINO DE MATEMÁTICA

Para promover a inclusão no ensino de Matemática, é necessário adotar estratégias e recursos pedagógicos específicos que facilitem o acesso dos alunos ao conteúdo. Entre as estratégias mais eficazes estão o uso de materiais manipulativos, jogos pedagógicos e tecnologias assistivas, que permitem aos alunos interagir com o conteúdo de forma prática e visual, facilitando a compreensão dos conceitos. Fernandes e Almeida(2021) ressaltam que "a utilização de materiais concretos e de tecnologias no ensino de Matemática contribui para que os alunos com deficiência possam entender o conteúdo de maneira acessível e integradora"(FERNANDES; ALMEIDA, 2021, p. 32). Esses recursos promovem a construção do conhecimento de forma colaborativa e prática.

Além disso, os jogos pedagógicos têm um papel importante na adaptação do ensino de Matemática. Eles permitem que os alunos aprendam de forma lúdica e interativa, o que torna o processo de ensino mais dinâmico e inclusivo. Fernandes(2021) destaca que "os jogos pedagógicos incentivam a interação e a participação dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizado colaborativo e adaptado às diferentes necessidades educacionais"(FERNANDES, 2021, p. 29). O uso de jogos auxilia os alunos a desenvolverem habilidades matemáticas enquanto participam ativamente das atividades, o que fortalece o engajamento e a motivação.

A tecnologia assistiva é outra ferramenta indispensável para a inclusão educacional, especialmente no ensino de Matemática. Softwares educativos e aplicativos específicos possibilitam que os alunos com necessidades especiais realizem atividades de forma independente, contribuindo para a autonomia e confiança na aprendizagem. De acordo com Silva e Mantoan(2020), "a tecnologia assistiva representa um meio eficaz de apoiar o aluno em seu processo de aprendizagem, permitindo que ele participe das atividades escolares com mais autonomia e segurança"(SILVA; MANTOAN, 2020, p. 47). A aplicação desses recursos tecnológicos facilita o aprendizado e torna o ensino mais acessível.

O uso de estratégias visuais e auditivas também contribui para a adaptação pedagógica no ensino de Matemática. Cartazes, mapas mentais e vídeos educativos ajudam a diversificar as abordagens pedagógicas, facilitando o entendimento dos conceitos para alunos que possuem estilos de aprendizagem diferenciados. Freitas (2018) enfatiza que "a diversidade de abordagens e materiais no ensino contribui para que o aluno com deficiência participe efetivamente do aprendizado, pois encontra diferentes formas de compreender o conteúdo"(FREITAS, 2018, p. 54). Essas estratégias ampliam o acesso ao conteúdo e tornam o ensino mais inclusivo.

Portanto, a adoção de estratégias e recursos pedagógicos adaptados ao ensino de Matemática não apenas facilita a compreensão dos conceitos, mas também promove um ambiente educacional equitativo e acolhedor. O uso de materiais manipulativos, jogos pedagógicos, tecnologias assistivas e abordagens visuais permite que os alunos com necessidades especiais tenham acesso ao conteúdo e participem ativamente das atividades, fortalecendo a construção de um ambiente inclusivo e colaborativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo revelaram uma série de práticas e desafios na implementação de estratégias pedagógicas inclusivas no ensino de Matemática, evidenciando a necessidade de adaptações consistentes para atender à diversidade dos alunos com necessidades especiais. A análise dos dados obtidos, por meio de entrevistas com professores e observações de práticas pedagógicas em sala de aula, apontou para três principais temas: a eficácia das estratégias adaptativas, os desafios enfrentados pelos professores na implementação das adaptações e a relevância dos recursos pedagógicos para o ensino inclusivo.

As estratégias adaptativas mais citadas pelos professores incluíram o uso de materiais manipulativos, atividades lúdicas e tecnologias assistivas, práticas que corroboram a eficácia desses métodos para o aprendizado de conceitos matemáticos por alunos com necessidades especiais. Os participantes destacaram que o uso de objetos concretos, como blocos de montar e jogos de contagem, facilitou a compreensão de conceitos abstratos e aumentou o engajamento dos alunos. Esse resultado confirma o exposto por Fernandes e Almeida (2021), que destacam o valor dos materiais concretos para o ensino inclusivo ao afirmarem que eles "não apenas facilitam o aprendizado dos alunos com deficiência, mas também promovem a interação entre todos os estudantes na sala de aula"(FERNANDES; ALMEIDA, 2021, p. 32).

Além disso, a utilização de tecnologias assistivas, como softwares de visualização gráfica e aplicativos de cálculo, foi considerada fundamental para ampliar o acesso dos alunos ao conteúdo. Professores relataram que essas ferramentas permitem uma abordagem mais personalizada e independente, de forma que os alunos possam explorar o conteúdo matemático no seu próprio ritmo. Essa descoberta reforça as afirmações de Silva e Mantoan (2020), que veem a tecnologia assistiva como "um recurso essencial para proporcionar ao aluno com deficiência a possibilidade de aprender de forma autônoma e eficaz"(SILVA; MANTOAN, 2020, p. 47).

Os dados também revelaram desafios significativos na implementação de práticas inclusivas no ensino de Matemática, incluindo a falta de formação especializada para professores e a ausência de recursos pedagógicos adaptados. Muitos professores afirmaram que, embora as estratégias inclusivas sejam eficazes, eles enfrentam dificuldades para encontrar recursos adequados e desenvolver métodos personalizados devido à falta de formação específica em inclusão. Essa barreira corrobora o que Mittler (2003) descreve como um dos principais entraves à inclusão, que é a necessidade de uma formação contínua e específica para que os professores possam adaptar suas práticas ao público diverso presente nas salas de aula.

Outro desafio apontado foi a dificuldade em gerenciar o tempo e o conteúdo ao lidar com diferentes níveis de habilidade entre os alunos. Os professores relataram que é complexo manter o ritmo da aula e, ao mesmo tempo, dar atenção às necessidades individuais dos alunos

com deficiência, o que muitas vezes gera um sentimento de frustração. Como observado por Freitas(2018), o ensino de Matemática inclusivo requer mais do que adaptações de conteúdo; demanda uma habilidade constante de adaptação e paciência por parte do professor, que precisa equilibrar o atendimento a alunos com diferentes ritmos de aprendizado.

A pesquisa confirmou a importância dos recursos pedagógicos e tecnológicos como facilitadores do ensino de Matemática inclusivo. Os professores destacaram que, ao utilizar materiais específicos, como jogos e atividades visuais, conseguiram engajar os alunos e permitir que eles se apropriaram dos conceitos matemáticos de forma prática e significativa. Observou-se também que os jogos pedagógicos contribuem para a criação de um ambiente de aprendizado colaborativo, onde os alunos interagem entre si e participam ativamente das atividades, o que promove um senso de pertencimento. Esse achado está em conformidade com a proposta de Mantoan (2006), que enfatiza que a inclusão se fortalece quando os alunos participam das atividades de forma colaborativa, engajando-se e trocando experiências com os colegas.

Além dos recursos concretos, os professores mencionaram o uso de tecnologias digitais, como aplicativos e plataformas de aprendizagem, como elementos que ampliaram as possibilidades de adaptação pedagógica. Por exemplo, alguns relataram que aplicativos de simulação matemática ajudaram os alunos a visualizar problemas e operações de forma dinâmica, proporcionando uma experiência de aprendizado mais interativa e acessível. Fernandes e Almeida (2021) também destacam a importância de tais tecnologias, observando que "a aplicação de recursos tecnológicos no ensino de Matemática inclusivo possibilita uma personalização do ensino, na qual cada aluno pode explorar o conteúdo conforme suas necessidades e ritmo"(FERNANDES; ALMEIDA, 2021, p. 35).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo indicam que a implementação de estratégias pedagógicas inclusivas no ensino de Matemática representa um caminho promissor para assegurar que alunos com diferentes necessidades educacionais tenham acesso ao conhecimento em condições de igualdade. A análise dos dados confirma a importância das adaptações pedagógicas, como o uso de materiais manipulativos, atividades lúdicas e tecnologias assistivas, que foram apontadas pelos professores como recursos fundamentais para facilitar o entendimento de conceitos abstratos e aumentar o engajamento dos alunos com deficiência. A integração desses recursos confirma o papel da escola em promover uma educação que valorize a diversidade e a colaboração entre os alunos, permitindo que todos participem de forma significativa do processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, os desafios enfrentados pelos educadores são evidentes e refletem a necessidade de apoio contínuo, tanto em termos de formação específica quanto de políticas educacionais que incentivem a adaptação pedagógica e disponibilizem recursos adequados. A formação docente para o ensino inclusivo ainda é um aspecto que requer atenção, pois os professores relatam dificuldades em personalizar o ensino de acordo com as demandas dos alunos. Sem uma base sólida de conhecimento sobre práticas inclusivas e a presença de recursos materiais, a adaptação pedagógica torna-se limitada, comprometendo o ideal de uma educação equitativa e acessível.

Outro ponto relevante deste estudo é o papel das tecnologias assistivas, que surgem como recursos essenciais para a personalização do ensino e a promoção da autonomia dos alunos com necessidades especiais. Aplicativos de simulação e softwares de visualização gráfica foram destacados como ferramentas que possibilitam um aprendizado mais interativo e adaptado aos ritmos de cada aluno. Essa personalização do ensino fortalece o papel da tecnologia como um elemento facilitador, ampliando o acesso ao conteúdo matemático e tornando o ensino de Matemática mais inclusivo.

Dessa forma, conclui-se que o avanço da educação inclusiva no ensino de Matemática depende de uma articulação entre formação docente, recursos pedagógicos e apoio institucional. Para que práticas inclusivas sejam implementadas de maneira eficaz, é essencial que políticas públicas e investimentos estejam alinhados ao compromisso com a diversidade, proporcionando meios para que as escolas estejam preparadas para receber todos os alunos, independentemente de suas necessidades. A partir deste estudo, fica evidente que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva é um processo que demanda tempo, dedicação e apoio constante, mas que traz benefícios significativos para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 de nov de 2024
- FERNANDES, Andréa S.; ALMEIDA, Luiz C. Recursos Pedagógicos e Inclusão no Ensino de Matemática. São Paulo: Cortez, 2021.
- FREITAS, Denise de Souza. Educação inclusiva no Brasil: construindo uma sociedade para todos. São Paulo: Cortez, 2018.
- MANTOAN, Marta Kohl de. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.
- MITTLER, Peter. Working towards inclusive education: social contexts. London: David Fulton Publishers, 2003.
- SILVA, José A.; MANTOAN, Marta K. Práticas Inclusivas na Educação Brasileira. São Paulo: Papirus, 2020.

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA PROMOÇÃO DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**
CONTINUING TEACHER TRAINING FOR THE PROMOTION OF INCLUSIVE
EDUCATION
FORMACIÓN CONTINUA DE PROFESORES PARA PROMOVER LA EDUCACIÓN
INCLUSIVA

Riviane Soares de Lima Silva Pinto

riviane_soares@hotmail.com

Maciana Varela Cavalcanti

macianacavalcanti@gmail.com

PINTO, Riviane Soares de Lima Silva; CAVALCANTI, Maciana Varela. **Formação continuada de professores para promoção da Educação Inclusiva.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 19 – 32, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof^ª Dr^ª Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha

RESUMO

Este estudo tem como objetivo investigar como acontece a busca por formação continuada para promoção da educação inclusiva por parte de professores da rede pública. Também analisamos aspectos sobre a formação continuada de professores voltada à educação inclusiva, dialogando com os dados obtidos de outros autores e estudos da área, conhecendo os desafios e perspectivas apresentados pelos docentes para as formações realizadas. Realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo e optamos como método o Estudo de Caso, desenvolvendo uma revisão bibliográfica e documental. Para coleta de dados, utilizamos um questionário através da plataforma Google Forms, utilizando para análise de dados a Análise de Conteúdo de Bardin. A educação inclusiva exige mudanças efetivas na escola para garantir a participação de todos os alunos. A formação continuada dos professores é essencial e necessária para uma atualização contínua com vistas a garantir uma prática educacional abrangente.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva. Formação Continuada. Educação Especial.

SUMMARY

This study aims to investigate how the search for continuing education for the promotion of inclusive education by public teachers happens. We also analyze aspects of continuing teacher education focused on inclusive education, dialoguing with data obtained from other authors and studies in the area, knowing the challenges and perspectives presented by teachers for the training courses. We conducted a qualitative research and chose the Case Study as a method, developing a bibliographical and documentary review. For data collection, we use a questionnaire through the Google Forms platform, using Bardin Content Analysis for data analysis. Inclusive education requires effective changes in school to ensure the participation of all students. The continuing education of teachers is essential and necessary for a continuous updating with a view to ensuring a comprehensive educational practice.

Keywords: Inclusive Education. Continuing Education. Special Education.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo investigar cómo sucede la búsqueda de formación continua para la promoción de la educación inclusiva por parte de los profesores de la red pública. También analizamos aspectos sobre la formación continua de docentes orientada a la educación inclusiva, dialogando con los datos obtenidos de otros autores y estudios del área, conociendo los desafíos y perspectivas presentadas por los docentes para las formaciones realizadas. Realizamos una investigación de carácter cualitativo y optamos por el método del Estudio de Caso, desarrollando una revisión bibliográfica y documental. Para la recogida de datos, utilizamos un cuestionario a través de la plataforma Google Forms, utilizando para el análisis de datos el Análisis de Contenido de Bardin. La educación inclusiva requiere cambios efectivos en la escuela para garantizar la participación de todos los alumnos. La formación continua de los profesores es esencial y necesaria para una actualización continua con vistas a garantizar una práctica educativa integral.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Formación Continua. Educación Especial.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é uma abordagem educacional que visa garantir a participação plena e integral de todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades, por meio de adaptações que assegurem o acesso igualitário a uma educação de qualidade. Esse paradigma diz respeito a um sistema educacional que oferece respostas educacionais de qualidade e não se resume apenas à inserção dos alunos no ambiente escolar (AMARAL; MARTINIÁK, 2023).

A partir de 1980, com a adoção da abordagem inclusiva, ocorreram mudanças no modo de ensinar e receber as pessoas com deficiência no espaço escolar. Essas transformações nos levaram ao cenário educacional atual, onde todos têm acesso à escolarização e ao direito de aprendizagem. As escolas precisaram ajustar suas estruturas físicas, programáticas e filosóficas para se tornarem mais inclusivas e adequadas a todos os alunos.

Entre os desafios da Educação Inclusiva para as instituições de ensino está a necessidade de adotar novas abordagens pedagógicas, requerendo que os professores atualizem seus conhecimentos por meio de formação continuada. A formação continuada é fundamental para que os educadores estejam adequadamente preparados para oferecer um ensino de qualidade que atenda às demandas de uma turma diversa e heterogênea. A partir dessa realidade, nosso problema de pesquisa consiste em investigar em que medida os professores que atuam em sala de aula estão buscando aperfeiçoamento profissional para promover uma educação inclusiva.

Apesar dos avanços historicamente alcançados na área da Educação Inclusiva e no direito de acesso e permanência dos alunos no espaço escolar, muitos professores ainda não oferecem uma educação que inclua todos os alunos, considerando suas possibilidades e necessidades. Embora a escola, na teoria, viva o paradigma da Inclusão, é comum encontrarmos o paradigma da Integração no cotidiano escolar.

Neste sentido, o objetivo do nosso artigo é investigar como acontece a busca por formação continuada para promoção da educação inclusiva por parte de professores da rede pública. Também iremos analisar aspectos sobre a formação continuada de professores voltada à educação inclusiva, dialogar com os dados obtidos com outros autores e estudos da área, e conhecer os desafios e perspectivas apresentados pelos docentes para as formações realizadas.

Após a realização de buscas e leitura de trabalhos que se assemelham ao nosso foco de estudo, verificamos a relevância da nossa pesquisa, uma vez que trataremos discussões atualizadas, a partir do relato de professores, sobre a formação continuada para a promoção da educação inclusiva. Pretendemos explorar os desafios e perspectivas associados a essa formação, contribuindo para o enriquecimento acadêmico da comunidade interessada na temática e estimulando reflexões aprofundadas sobre o assunto.

Dessa maneira, buscando atender aos objetivos propostos e responder ao nosso problema de pesquisa, desenvolvemos como caminho metodológico uma pesquisa de cunho qualitativo, conduzimos uma revisão da literatura através do estudo de publicações, leis e documentos relevantes. Como método, optamos por um Estudo de Caso, com coleta de dados através de um questionário aplicado a professores de três municípios do Rio Grande do Norte, de forma online. Para análise de dados, optamos pela análise de conteúdo de Bardin (2016).

O trabalho está estruturado em cinco seções: a primeira, introdução, explora brevemente o tema discutido, apresenta nosso problema de pesquisa, hipóteses e objetivos, assim como a

metodologia empreendida e a relevância da nossa pesquisa. Na seção seguinte, revisamos a literatura, detalhando a fundamentação teórica, apresentando autores e estudos da área, assim como leis que fundamentam a Educação Inclusiva. A seção da metodologia descreve os caminhos selecionados para obtermos os resultados e conclusões deste estudo. A seguinte, resultados e discussões, apresenta os dados coletados, junto às análises e discussões realizadas. Para finalizar, discutimos as conclusões finais do estudo.

CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Ao longo dos anos, o modo de ver e tratar as pessoas com deficiência sofreu mudanças. Historicamente, não foi um processo rápido e linear, mas foi de grande importância para que os direitos e conquistas que conhecemos hoje fossem possíveis.

De forma breve, apresentaremos como isso aconteceu, pois consideramos relevante para a construção e entendimento deste trabalho. Na Antiguidade, as pessoas com deficiência não participavam da sociedade e eram eliminadas devido aos meios de vida da época. Na Idade Média, essas pessoas sofriam tortura e perseguições, pois eram vistas como um castigo de Deus, o que mudou na Idade Moderna, momento em que a sociedade passou a ver a deficiência como algo tratável. Nesse momento, alguns países da Europa iniciavam ações voltadas à educação para pessoas com surdez(MARTINS, 2021), bem como no Brasil.

Martins e Silva(2011; 2017) destacam que a Idade Contemporânea trouxe grandes transformações no modo como a sociedade via e tratava as pessoas com deficiência. Dois grandes movimentos se constituíram como marcos no modo de receber e ensinar as pessoas com deficiência no espaço escolar. O movimento da Integração, iniciado em meados de 1960, com duração até 1980, aproximadamente, possibilitou que o educando com deficiência tivesse a oportunidade de frequentar a escola e a sala de aula regular. Contudo, esse educando deveria se adequar ao espaço e ao modo de ensino, pois nenhuma ação diferenciada era tomada devido à sua chegada ao espaço escolar. Em outras palavras, “a pessoa com necessidades especiais começou a ter acesso à classe regular desde que se adaptasse sem causar qualquer transtorno ao contexto escolar”(FACION, 2005, p. 185).

Na Integração, o conceito de um modelo médico de deficiência trazia a ideia de que “o problema está na pessoa com deficiência e, por essa razão, ela precisa ser ‘corrigida’(melhorada, curada etc.) a fim de poder fazer parte da sociedade”(SASSAKI, 2005, p. 20). Assim, a pessoa com deficiência deveria adequar-se e acompanhar o mesmo ritmo dos demais alunos.

Silva(2009, p. 143) pontua que “apesar do nítido progresso em relação às atitudes e às práticas de segregação do passado, estas formas de participação social e educativa só responderam em parte aos direitos destas pessoas, na medida em que exigiam pouco da sociedade”. Na prática, as pessoas com deficiência continuaram excluídas e lhes foi garantida a matrícula nesses espaços.

Com vistas à real oferta e garantia do ensino a todos, surgiu, então, um novo movimento, o da Inclusão. Iniciado na década de 80 e presente até os dias atuais, contrário ao modelo anterior, neste movimento não é mais o aluno quem deve se adequar ao espaço escolar, mas sim este está preparado a recebê-lo e adequar-se às necessidades apresentadas pelos educandos.

Para Bernardes(2010, p. 2), “o princípio da inclusão aponta para uma pedagogia equilibrada, entendendo que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ajustar-se às necessidades de cada aluno, e não os alunos adaptar-se ao ritmo imposto pelo processo educativo”.

Resumindo o que pontuamos até o momento, perpassando da exclusão das pessoas com deficiência na sociedade até a inclusão destas em todos os espaços, incluindo os escolares, apresentamos o quadro elaborado por Silva(2017).

Exclusão	As pessoas com deficiência por muito tempo foram excluídas, exterminadas, viviam à margem da sociedade, pois não eram consideradas como parte integrante da mesma.
Segregação	As pessoas com deficiência passam a ser vistas pela sociedade como passíveis de tratamento. Contudo, não faziam parte da mesma, viviam em ambientes isolados.
Integração	Neste movimento, as pessoas com deficiência ganham direitos e começam a fazer parte da sociedade e da escola regular, desde que a ela se adaptassem. Quando isso não ocorria, eram atendidos no ambiente escolar ou fora do mesmo, de maneira isolada dos demais alunos.
Inclusão	As pessoas com deficiência são percebidas como detentoras de direitos, que lhes garantem plena participação na sociedade, inclusive no contexto educacional, devendo ser atendidas de maneira adequada às suas especificidades.

Fonte: SILVA, 2017, p. 19.

Dentro do movimento da Inclusão, destacamos dois grandes eventos que são importantes na evolução das políticas e práticas educacionais, focando na igualdade de oportunidades e fortalecendo os direitos da pessoa com deficiência: a Conferência Mundial sobre Educação para Todos(1990), e a Declaração de Salamanca(1994), proveniente da Conferência Mundial sobre Educação Especial, ocorridos em Jomtien e na Espanha, os quais colaboraram para a criação de práticas educacionais inclusivas e para a construção de documentos.

A nível nacional, destacamos a Constituição Federal(1988), a qual garante “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”(art. 206), e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI(2008), a qual orienta ações e tem como objetivo:

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado [...](BRASIL, 2008, p. 14).

Vale salientar que outros documentos e leis também contribuíram para o cenário que vivenciamos hoje enquanto escola e professores, trazendo avanços para a inclusão escolar dos alunos que são público-alvo da Educação Especial(EE).

O processo educacional é vivo e contínuo; não para no tempo e, por isso, carece de atualizações para que a escola possa acompanhar as novas demandas e possibilidades que vão surgindo com seus educandos. O professor tem um papel fundamental nesse cenário, pois ele é o profissional que passa a maior parte do tempo com os educandos no espaço escolar, ensinando e aprendendo. É importante destacar que, apesar de o professor ter uma grande evidência no processo de ensino e inclusão de um aluno, ele não é o único responsável pelo feito, mas sim toda a equipe escolar.

As novas demandas requerem que o professor esteja e seja atualizado e, para isso, é importante que ele realize formações continuadas. A aprendizagem é um processo contínuo, que vai perpassar durante toda a vida profissional com o objetivo de aprimoramento da prática pedagógica. Vasconcellos(2004) pontua a importância de que o professor tenha tido uma boa base inicial, e a formação continuada lhe possibilitará manter-se bem formado, resultando nas transformações de suas práticas educacionais.

A formação continuada dos professores é crucial, especialmente nos dias atuais, onde as salas de aula recebem um número crescente de alunos atípicos, com diversas necessidades e deficiências. As formações oferecidas durante a graduação geralmente não abordam toda a diversidade presente nas escolas, e mesmo quando o fazem, ainda há muito o que aprender. Manter-se atualizado é essencial para ensinar com qualidade e garantir que todos os alunos sejam incluídos. É preciso que os profissionais conheçam o conceito de uma escola inclusiva e colaborem para que suas ações construam uma escola nesse formato.

Diversos estudos revelam os desafios enfrentados por professores para promoção de uma educação inclusiva; dentre esses desafios, está a carência na formação, inicial e continuada. Os estudos de Pereira e Guimarães(2019), Medrado, Mello e Tonelli(2019), e Darub, Soares e Santos(2020), destacam a formação como um desafio a ser superado para a promoção do processo inclusivo dos alunos.

METODOLOGIA

Desenvolvemos uma pesquisa de cunho qualitativo com a finalidade de analisar o relato dos professores sobre a formação continuada com vistas à promoção da Educação Inclusiva. Optamos por esse tipo de pesquisa por entender que nosso estudo trabalha

[...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis(MINAYO, 2001, p. 21-22).

Para desenvolver nossa pesquisa com clareza, iniciamos nosso estudo definindo os objetivos para então, sabermos qual tipo de dados seria necessário para nossa pesquisa(MARCONI; LAKATOS, 1996). Utilizamos os dados obtidos durante a pesquisa, sendo eles: as respostas do questionário, as revisões bibliográficas e a análise de leis e documentos.

Realizamos uma revisão bibliográfica, pois, por meio dela, podemos realizar “uma revisão da literatura de obras já existentes, com o intuito de auxiliar o pesquisador na

delimitação do tema e na contextualização do objeto-problema”(SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021, p. 81). Ainda em conformidade com os autores, concordamos e nos identificamos quando pontuam que “o autor deve se dedicar à leitura das obras consultadas, tendo uma leitura exploratória, seletiva e crítica, com a função de selecionar, classificar e solucionar o problema da pesquisa ou testar as hipóteses”(IBIDEN).

Como método, utilizamos o Estudo de Caso para uma análise mais profunda e imersiva em nosso objeto de estudo. Yin(2005, p. 19) ressalta que o Estudo de Caso constitui uma “[...] estratégia preferida quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”.

Utilizamos um questionário online desenvolvido na plataforma Google Forms, composto por perguntas abertas e fechadas, totalizando 10 questões, destinado a um grupo de professores que atuam em salas de aula regulares da rede pública municipal. O link foi compartilhado via WhatsApp, e escolhemos esse método de coleta de dados devido ao seu baixo custo, rapidez e capacidade de alcançar um maior número de participantes, totalizando 10 professores atuantes em três municípios do Rio Grande do Norte. Dessa forma, não limitamos a visão de escola a um único modelo, abrangendo uma diversidade maior de realidades. Os profissionais participantes são aqueles que se dispuseram a contribuir com a pesquisa, sendo identificados com a letra 'D' seguida de um número, que varia de 1 a 10.

Para a análise de dados, optamos pela Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016, p. 48), que consiste em

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Com os dados provenientes do questionário em mãos, realizamos a triangulação das informações, comparando as respostas dos professores com estudos já publicados, além de documentos e leis sobre Educação Inclusiva e formação de professores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos dados obtidos a partir da revisão bibliográfica, documental e dos questionários respondidos pelos professores, organizamos as informações para facilitar a análise e discussão. O referencial teórico foi fundamental para interpretar os significados das ações realizadas(MONTEIRO, 2015). De acordo com Yin(2005) apud Silva(2017, p. 57), "a análise de dados consiste, entre outras funções, em combinar as evidências, tendo em vista as proposições iniciais do estudo". Assim, procedemos com a triangulação das informações coletadas.

De acordo com nossos objetivos e com o questionário aplicado, selecionamos as seguintes categorias para análise: a) Formação Acadêmica, Experiência Profissional e Formação Inicial em Educação Inclusiva; b) Formação Continuada em Educação Especial; c)

Desafios e necessidades em sala de aula; d) Eficácia da Formação Continuada; e e) Apoio da equipe escolar.

A) FORMAÇÃO ACADÊMICA, EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nesta categoria, apresentaremos informações sobre a formação acadêmica dos professores participantes da pesquisa, seu tempo de atuação e se sua formação inicial incluiu a Educação Inclusiva. As perguntas do questionário que guiam esta análise são: “Qual é a sua formação inicial e há quanto tempo você leciona?” e “Durante a graduação, você teve disciplinas com ênfase em educação especial?”. Utilizamos tanto perguntas abertas quanto fechadas e organizamos os dados obtidos na tabela abaixo.

FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES	TEMPO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE	DISCIPLINA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA GRADUAÇÃO
Pedagogia	D1 - 23 anos	D1 - Sim
	D2 - Sem resposta	D2 - Sim
	D3 - 4 anos	D3 - Não
	D4 - 17 anos	D4 - Sim
	D6 - 12 anos	D6 - Não
	D10 - 15 anos	D10 - Sim
Língua Portuguesa	D5 - Sem resposta	D5 - Não
Mestre em Ciências da Educação	D7 - 25 anos	D7 - Sim
Não respondeu	D8 - 21 anos	D8 - Sim
	D9 - 9 anos	D9 - Sim

Fonte: Elaboração das autoras, 2024.

Considerando as diferentes épocas de formação e as diversas grades curriculares, é possível notar que a maioria dos professores teve algum contato com a EE durante sua formação. Isso indica que os centros de ensino superior estavam atentos ao direito de acesso e à garantia da inclusão, conforme o paradigma da Inclusão(1980), a PNEEPEI(2008), e a obrigatoriedade da disciplina de Língua Brasileira de Sinais(LIBRAS) nos cursos de graduação a partir do decreto nº 5626(2005).

A formação inicial precisa estabelecer uma base sólida para o aprendizado contínuo dos professores. A lei nº 13.146(2005) pontua a necessidade de que os programas de formação de professores, inicial e continuada, incluam o ensino de práticas pedagógicas inclusivas. A ausência de disciplinas nesta área pode dificultar a postura de práticas inclusivas dos professores em sala de aula, sabendo que a formação reflete diretamente nas ações do professor com os seus alunos.

O estudo de Darub, Soares e Santos(2020) revela que embora os cursos de graduação abordem a Educação Especial, as discussões são limitadas, focando apenas em aspectos

superficiais e em deficiências específicas. Essa abordagem contribui pouco para a prática pedagógica que os professores enfrentarão no futuro. Da mesma forma, Pereira e Guimarães(2019) argumentam que os debates teóricos não são suficientes para formar professores e desenvolver as competências e habilidades necessárias para efetivar a inclusão de alunos da Educação Especial em sala de aula.

Medrado, Mello e Tonelli(2019) mostram, em sua pesquisa, sobre cursos de línguas em que o tema da Educação Inclusiva é pouco discutido e precisa ser mais explorado no currículo. No geral, mesmo quando o assunto é abordado na formação inicial, ainda há uma clara deficiência na preparação dos professores para lidar com a Educação Inclusiva.

B) FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para esta categoria, as perguntas que nortearam nossa discussão foram: "Você já realizou algum curso de formação continuada com ênfase na educação especial após a graduação, por iniciativa própria?", "A sua escola ou secretaria de educação promove formações continuadas com foco na educação especial?" e "De que maneira a formação continuada contribuiu para sua prática pedagógica em termos de inclusão?". O objetivo foi compreender tanto o esforço individual quanto o apoio institucional no aprimoramento das práticas inclusivas, além de como a formação continuada influencia o desenvolvimento dessas práticas. Utilizamos apenas perguntas abertas e as informações fornecidas estão organizadas na tabela abaixo.

PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA (INICIATIVA PRÓPRIA)		FORMAÇÃO CONTINUADA OFERECIDA POR ESCOLA/SECRETARIA
D1	Não	Sim
D2	Sim	Não
D3	Sim	Não
D4	Não	Não
D5	Não	Não
D6	Sim	Sim
D7	Sim	Sim
D8	Sim	Sim
D9	Não	Não
D10	Sim	Não

Fonte: Elaboração das autoras, 2024.

Em resposta à primeira pergunta, seis professores afirmaram ter participado de cursos de formação continuada por iniciativa própria, enquanto quatro disseram que não. Observou-se que os professores que não buscaram formação continuada após a graduação têm longa experiência enquanto docente, variando de 9 a 23 anos de atuação. No segundo questionamento,

as respostas foram inversas: seis professores informaram que suas escolas ou secretarias de educação não ofereceram formações continuadas, enquanto quatro disseram ter tido essa oportunidade.

A formação continuada deve envolver toda a equipe escolar, pois a inclusão vai além da responsabilidade única do professor. Se o próprio professor não está recebendo formação, é improvável que os demais membros da escola o estejam. A inclusão não acontece simplesmente com a presença do aluno; ela exige adaptações e preparo adequado dos professores. Embora a busca individual por formação continuada seja uma atitude positiva e essencial para o ensino inclusivo, o sucesso da inclusão depende da participação de toda a equipe escolar (OLIVEIRA; PILATTI, 2023).

Chamou nossa atenção o caso do professor de Língua Portuguesa que, além de não ter tido disciplinas sobre EE em sua formação inicial, também não buscou cursos de formação continuada por iniciativa própria, e a instituição em que atua tampouco ofereceu essa formação. Frente aos tantos desafios que a EE envolve, a atuação desse professor, sem dúvidas, já perpassou alunos que poderiam ter se beneficiado mais caso houvesse mais conhecimento por parte desse docente quanto à Educação Inclusiva.

Para a última pergunta, algumas respostas dos docentes destacaram a importância da formação continuada, revelando que, por meio desse aprendizado, conseguiram aprimorar suas práticas pedagógicas inclusivas.

[...] pude aprender sobre cada tipo de deficiência, e como incluir melhor os estudantes”; “Permitindo um olhar sempre reflexivo [...]”; “A cada dia aparecem novos desafios nessa área, por isso é importante estar atualizado e a formação continuada promove essa atualização (D3; D10; D2, 2024).

Para outra docente, a expressão da sua angústia pela percepção da formação adequada está presente em sua fala: “[...] é difícil explicar por que em sala não temos só um tipo de aluno com necessidades especiais e quando tem apenas um, ele não tem só um problema. Então a formação quando vem, é algo rápido, não ajuda muito, às vezes cria mais dúvidas” (D9, 2024). Em conformidade com Tavares, Santos e Freitas (2016), diversos autores apontam a formação de professores como uma das lacunas para a efetivação da inclusão.

C) DESAFIOS E NECESSIDADES EM SALA DE AULA

As perguntas orientadoras dessa categoria foram: “Quais os principais desafios que você enfrenta em sala de aula para implementar práticas inclusivas?” e “Quais competências e conhecimentos você considera essenciais para atuar de maneira inclusiva?”. Buscamos identificar as dificuldades e habilidades necessárias para as práticas inclusivas. As perguntas foram abertas.

No quadro abaixo estão situadas as respostas dos professores participantes da pesquisa.

QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS QUE VOCÊ ENFRENTA EM SALA DE AULA PARA IMPLEMENTAR PRÁTICAS INCLUSIVAS?	
D1	“Várias dificuldades”.
D2	“O apoio dos superiores. A falta de alguns materiais inclusivos. A rotina cheia. A <i>falta de capacitações</i> dentro do chão da escola oferecida pela

	secretaria de educação municipal. A ignorância dos familiares e falta da rede de apoio médica por parte deles. Dentre outros”.
D	“A falta de materiais, muitas vezes é preciso tirar do próprio bolso, se quisermos dar uma boa aula”.
D4	“Falta de recursos adequados para atender as necessidades específicas dos alunos; <i>Falta de capacitação</i> aos professores que não oferecem cursos práticos para lidar com essa diversidade e poder incluir todos, dentre outros”.
D5	“Falta de multiprofissionais na escola para trabalhar juntamente com o professor para promover a inclusão as crianças”.
D6	“É ter <i>conhecimento mesmo do assunto</i> , quais práticas educativas a realizar”.
D7	“O quantitativo de alunos”.
D8	“A falta de suporte”.
D9	“O que não existe um suporte para atender essas crianças, e <i>mesmo buscando entender o assunto é bem difícil</i> ”.
D10	“ <i>Falta de formação/ o despreparo de alguns / a falta de recurso</i> ”.

Fonte: Elaboração das autoras, 2024.

Ao analisar as respostas dos professores, observamos que os desafios para implementar a inclusão em sala de aula são variados: falta de recursos materiais e humanos, dificuldades no diálogo com profissionais que atendem os alunos fora da escola, o excesso de alunos por sala e a formação insuficiente. Muitos professores sentem-se isolados, sem o apoio da comunidade escolar e da secretaria de educação. Tanto os que já buscaram formação continuada quanto os que ainda não o fizeram reconhecem sua importância. Como destaca Freitas(2006), é crucial superar práticas excludentes, ainda que sutis, que existem no ambiente escolar, como as situações mencionadas anteriormente pelos professores; um desafio significativo para a inclusão.

Em resposta à segunda pergunta, a fala da Docente 4(2024) contempla as respostas dos demais colegas.

Todas as 10 competências gerais da BNCC abordam para trabalhar com às crianças de forma integral como todo, seja isso em todos os aspectos, como também na atuação de forma inclusiva para que possa incluir as crianças atípicas ou não de forma geral. E os conhecimentos temos que ter a flexibilidade e a capacidade de adaptação para preparar e ajustar métodos de ensino voltados para atender às necessidades específicas de cada aluno.

A flexibilidade e a atenção às especificidades de cada educando foram mencionadas como competências para atuação inclusiva, assim como foi mencionado, mais uma vez, a necessidade de formação e conhecimentos específicos na área da Educação Especial.

O argumento do despreparo dos professores não pode continuar sendo álibi para impedir a inclusão escolar de pessoas com deficiências. Se não estamos preparados, precisamos urgentemente nos preparar. E uma verdadeira preparação começa com a possibilidade e pelo desafio de acolher as diferenças na sala de aula e pela busca de novas respostas educacionais(SARTORETTO, 2013, p. 79).

D) EFICÁCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

As questões que orientaram a discussão desta categoria foram: “Você acredita que a formação continuada que recebeu é suficiente para lidar com a diversidade em sala de aula? Por quê?” e “Quais suas perspectivas ao realizar uma formação continuada com ênfase na educação inclusiva?”. O objetivo foi avaliar a percepção dos professores sobre a formação continuada. Foram realizadas perguntas abertas e as informações obtidas estão organizadas na tabela abaixo.

AValiação sobre a suficiência da formação continuada	Quantidade	Docentes
Não suficiente	9	D2, D3, D4, D5, D6, D7, D8, D9 e D10.
Suficiente	1	D1.

Fonte: Elaboração das autoras, 2024.

Nove professores responderam “não” ao primeiro questionamento, avaliando que a formação continuada recebida não é suficiente “porque tem de ser contínua” e “mesmo com formação, temos que estar sempre estudando e se aperfeiçoando”, pois “a cada dia aparecem novos desafios e informações”. Além da quantidade de alunos com essa demanda que só cresce” (D10; D3; D2, 2024). Apenas a docente 1 respondeu que a formação continuada recebida foi suficiente, formação esta, recebida através da instituição ou secretaria de educação, pois afirmou não ter realizado por iniciativa própria.

Como um processo de aprimoramento e atualização de conhecimentos e habilidades, a formação continuada é um processo contínuo, como pontuado pela docente 10. O professor não deve ser preparado apenas para lidar com um grupo idealizado de alunos, mas sim para ensinar a todos os estudantes sob sua responsabilidade, incluindo aqueles com deficiência. Para isso, ele precisa estar capacitado para lidar com a diversidade, adaptando suas práticas pedagógicas para atender às necessidades de cada educando, realizando o estudo contínuo e a atualização de conhecimento se faz essencial no processo (TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016).

As perspectivas sobre a realização de uma formação continuada para os professores participantes da pesquisa estão em sintonia. Os docentes pontuam a importância para “melhorar a prática para poder incluir todos os alunos normais e atípicos de uma forma igual para todos”, “Ressignificar cada vez mais o meu fazer pedagógico na perspectiva da inclusão das crianças no âmbito escolar”(D4; D10, 2024). A expectativa é de que a formação “[...] venha trazer conhecimento que me permita ajudar meu aluno, porque eu tendo entendimento sobre o que ele tem conseguirei dar a ele um melhor direcionamento em relação ao seu aprendizado” (D9, 2024).

Para Sartoretto(2013, p. 79), o professor deve estar preparado “[...] para atuar com o múltiplo, com o heterogêneo, com o inesperado, mudando nossa maneira de planejar, de

ministrar as aulas, de avaliar, de pensar a gestão da escola e das relações dos professores com seus alunos”.

E) APOIO DA EQUIPE ESCOLAR

Para esta categoria, a pergunta que orienta a discussão é “Como você enxerga o apoio da equipe escolar na implementação de práticas inclusivas?”. O objetivo foi conhecer a percepção dos professores sobre a participação da equipe escolar no processo inclusivo. Foi realizada uma pergunta aberta.

É sabido que a inclusão de alunos não acontece só dentro da sala de aula e, tão pouco, é responsabilidade exclusiva do professor. Toda equipe de funcionários deveria ter e participar de formações, pois todos vivenciam o espaço com o aluno e a escola inclusiva é feita por todos e não apenas por alguns. A resposta do Docente 4 revela essa situação quando pontua que obtém a colaboração parcial de funcionários da instituição

No CMEI a coordenadora dá sugestões para incluir a implementação de práticas educativas nas reuniões de planejamento, no qual a mesma pesquisa ideias para aprimorar nossa prática e se precisar ela ajuda a confeccionar o material para usar com os alunos atípicos agora a rede geral é mais difícil o apoio em relação a isso (D4, 2024).

A docente 2(2024) também destaca a colaboração por parte da equipe escolar, e pontua que “os professores se ajudam, compartilham experiências e saberes. O pessoal da secretaria de educação só ‘cobra’ mas nem cuidadores que é um direito da criança PCD não enviam, só as que usam cadeira de rodas tem”. Essa fala reflete uma grande fragilidade de um órgão que deveria estar atento e disponível às necessidades que a Educação Especial demanda.

Os docentes D6, D8 e D10 destacaram o apoio da equipe escolar como “insuficiente”, “pouco” e “desatento”. Mantoan e Prieto(2006, p. 58) apontam a importância do envolvimento efetivo de todos: “Os conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais não podem ser de domínio apenas de alguns “especialistas”, e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais de educação, idealmente por todos”.

Vivenciamos, na escola, mudanças positivas quanto à inclusão de alunos. Avançamos, embora em passos lentos e desiguais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A educação inclusiva é essencial para construir uma sociedade mais justa, equitativa e respeitosa. Para que a escola seja verdadeiramente inclusiva, não basta apenas matricular os alunos e recebê-los; é necessário implementar mudanças que permitam que todos desfrutem do ambiente escolar e participem ativamente do aprendizado.

Portanto, é crucial que escolas e professores estejam preparados para promover uma educação inclusiva, respeitando as diversidades e potencializando as habilidades de seus alunos. A formação continuada desempenha um papel fundamental, pois proporciona aos educadores

os conhecimentos e habilidades necessários para oferecer um ensino de qualidade adaptado às necessidades dos alunos da Educação Especial.

Nosso estudo revelou que, embora muitos professores tenham buscado e realizado formações continuadas voltadas para a Educação Inclusiva, com o objetivo de aprimorar suas práticas pedagógicas, ainda há professores sem nenhuma formação nessa área e que não buscam esse aprendizado, mesmo após longos períodos de atuação. A formação continuada é considerada crucial, mas frequentemente é ofertada de maneira insuficiente. A inclusão não deve ser vista como uma tarefa exclusiva de alguns "especialistas", mas sim como uma responsabilidade de toda a comunidade escolar. Há uma clara necessidade de maior colaboração e atualização contínua para garantir uma educação inclusiva eficaz e abrangente, transformando a inclusão de um fragmento em uma parte integral de toda a prática educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Fabiana Aparecida Bueno do; MARTINIAK, Vera Lúcia. A formação de professores com foco na educação inclusiva: a relação entre educação e direitos humanos. Teias do conhecimento, Ponta Grossa, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/DUyvcv>. Acesso em: 17 ago. 2024.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Almedina Brasil, 2016.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: (planalto.gov.br). Acesso em: 16 ago. 2024.
- _____. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: Microsoft Word - Documento 3 (mec.gov.br). Acesso em: 16 ago. 2024.
- _____. Lei nº. 13.146 Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015 (2015, 6 de julho). Institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: [L13146 \(planalto.gov.br\)](http://L13146.planalto.gov.br). Acesso em: 26 ago. 2024.
- _____. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial: livro 1/MEC/SEESP-Brasília: a Secretaria, 1994.
- BERNARDES, Adriana Oliveira. Da integração à inclusão, novo paradigma. Revista Educação Pública, v. 10, nº 9, 16 de mar. 2010. Disponível em: <https://encurtador.com.br/R4mjjo>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- DARUB, Ana Keully Gadelha dos Santos; SOARES, Gardênia Lídia Chaves; SANTOS, Pricila Kohls dos. Formação docente inicial e as discussões sobre a inclusão. Análise do currículo do curso de pedagogia de uma universidade pública da região norte do Brasil. InterCambios. Dilemas y transiciones de la Educación Superior, Montevideo, v. 7, n. 1, p. 43-53, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/bY3WW>. Acesso em: 25 ago. 2024.
- FACION, José Raimundo. Inclusão Escolar e suas Implicações. Curitiba: editora IBPEX, 2005.
- FREITAS, S. N. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In D. Rodrigues (org.). Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. (p. 161-181). São Paulo, SP: Summus, 2006.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. Valéria Amorim Arantes (org.). 4ª edição. São Paulo: Summus Editorial, 2006.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Fundamentos em educação inclusiva. Natal, RN: Editora da UFRN, 2011.
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Direito das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. In: Educação inclusiva: direitos, processos e avanços [recurso eletrônico] / Lúcia de Araújo Ramos Martins, organizadora. – Dados eletrônicos: João Pessoa: Ideia, 2021. p. 16 - 40.
- MEDRADO, Betânia Passos; MELLO, Dilma; TONELLI, Juliana Reichert Assunção. Inclusive practices and policies in language teacher education courses. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 35, n. 3, 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/d7zIG>. Acesso em: 25 ago. 2024.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.
- OLIVEIRA, Adriane Dall'Acqua de; PILATTI, Luiz Alberto. Educação Inclusiva na formação inicial de professores: revisão sistemática. Revista Even. Pedagógica. V. 14, n. 2 (36 ed), p. 359-375, jun./jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rebs>. Acesso em: 05 ago. 2024.

- PEREIRA, Cláudia Alves; GUIMARÃES, Selva. A educação especial na formação de professores: um estudo sobre cursos de licenciatura em Pedagogia. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 25, n. 4, p. 571-586, out./dez. 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/a0DMO>. Acesso em: 25 ago. 2024.
- SARTORETTO, Maria Lúcia. Inclusão: da concepção à ação. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). *O desafio das diferenças nas escolas*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. P. 77-82.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. *Inclusão – Revista da Educação Especial*. Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, v.1, nº1. p.19 – 23 out. 2005.
- SILVA, Maria Odete Emygdio da. Da Exclusão à Inclusão: concepções e práticas. *Revista Lusófona de Educação*, v. 13, p. 135-153, 2009.
- SILVA, Riviane Soares de Lima. *Atendimento Educacional Especializado: a vez e voz de alunos e do professor*. Dissertação (Mestrado em Educação), 138 p. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, 2017.
- SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da Fucamp*, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em: 2336-Texto do Artigo-8432-1-10-20210308.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.
- TAVARES, Lúcia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. A Educação Inclusiva: um estudo sobre a formação docente. *Revista Brasileira de Educação Especial* Oct-Dez, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000400005>. Acesso em 04 ago. 2024.
- VASCONCELLOS, C.S. *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. 5. ed. São Paulo: Libertad, 2004.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APERFEIÇOAMENTO DE HABILIDADES COGNITIVAS E MOTORAS EM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NO CONTEXTO ESCOLAR
IMPROVING COGNITIVE AND MOTOR SKILLS IN STUDENTS WITH MULTIPLE DISABILITIES IN THE SCHOOL CONTEXT
MEJORA DE LAS HABILIDADES COGNITIVAS Y MOTRICES EN ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD MÚLTIPLA EN EL CONTEXTO ESCOLAR

Silvana Martins de Félix
silvanafelixcorrea@hotmail.com

FÉLIX, Silvana Martins de. **Aperfeiçoamento de habilidades cognitivas e motoras em estudantes com deficiência múltipla no contexto escolar**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 33 – 42, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima - ricardomilitaodelima@gmail.com

RESUMO

A inclusão de crianças e adolescentes com deficiência múltipla no sistema educacional brasileiro apresenta desafios, exigindo uma reestruturação das práticas pedagógicas e a formação específica de professores. Este trabalho investiga como as habilidades cognitivas e motoras desses alunos podem ser desenvolvidas por meio de abordagens inclusivas. A hipótese central é que metodologias pedagógicas adaptadas e o uso de tecnologias assistivas podem favorecer o aprendizado. O objetivo geral é analisar a relação entre práticas educativas e o desenvolvimento das habilidades de crianças e adolescentes com deficiência múltipla. A pesquisa se delimita a escolas públicas brasileiras, buscando identificar as metodologias já utilizadas e suas implicações no aprendizado. A importância desse estudo reside na promoção de uma educação inclusiva que respeite a diversidade e ofereça oportunidades de aprendizado a todos os alunos, independentemente de suas limitações. A investigação contribui para a reflexão sobre políticas educacionais mais justas e para o apoio aos educadores na implementação de práticas que beneficiem a formação integral dos estudantes. Em última análise, o desenvolvimento de um ambiente escolar inclusivo é importante para garantir que crianças e adolescentes com deficiência múltipla possam alcançar seu potencial máximo, promovendo um aprendizado e uma convivência harmoniosa na sociedade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Deficiência Múltipla. Habilidades Cognitivas. Contexto escolar.

SUMMARY

The inclusion of children and adolescents with multiple disabilities in the Brazilian educational system presents challenges, requiring a restructuring of pedagogical practices and the specific training of teachers. This work investigates how the cognitive and motor skills of these students can be developed through inclusive approaches. The central hypothesis is that adapted pedagogical methodologies and the use of assistive technologies can enhance learning. The general objective is to analyze the relationship between educational practices and the development of skills in children and adolescents with multiple disabilities. The research is delimited to public schools in Brazil, aiming to identify the methodologies already used and their implications for learning. The importance of this study lies in promoting an inclusive education that respects diversity and provides meaningful learning opportunities for all students, regardless of their limitations. The investigation contributes to reflections on fairer educational policies and supports educators in implementing practices that benefit the holistic development of students. Ultimately, creating an inclusive school environment is essential to ensure that children and adolescents with multiple disabilities can reach their maximum potential, promoting meaningful learning and harmonious coexistence in society.

Keywords: Inclusive Education. Multiple Disabilities. Cognitive Skills.

RESUMEN

La inclusión de niños y adolescentes con discapacidades múltiples en el sistema educativo brasileño presenta desafíos, lo que requiere una reestructuración de las prácticas pedagógicas y la formación específica de los docentes. Este trabajo investiga cómo se pueden desarrollar las habilidades cognitivas y motoras de estos alumnos a través de enfoques inclusivos. La hipótesis central es que las metodologías pedagógicas adaptadas y el uso de tecnologías asistivas pueden favorecer el aprendizaje. El objetivo general es analizar la relación entre las prácticas educativas y el desarrollo de habilidades en niños y adolescentes con discapacidades múltiples. La investigación

se delimita a escolas públicas brasileiras, buscando identificar as metodologias ya utilizadas y sus implicaciones en el aprendizaje. La importancia de este estudio radica en la promoción de una educación inclusiva que respete la diversidad y ofrezca oportunidades de aprendizaje a todos los alumnos, independientemente de sus limitaciones. La investigación contribuye a reflexionar sobre políticas educativas más justas y a apoyar a los educadores en la implementación de prácticas que beneficien el desarrollo integral de los estudiantes. En última instancia, desarrollar un entorno escolar inclusivo es esencial para garantizar que los niños y adolescentes con discapacidades múltiples puedan alcanzar su máximo potencial, promoviendo un aprendizaje y una convivencia armoniosa en la sociedad.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Discapacidad Múltiple. Habilidades Cognitivas.

INTRODUÇÃO

A educação de estudantes com deficiência múltipla no ambiente escolar exige estratégias educacionais que respeitem e valorizem suas especificidades. Segundo Neves (2024), é importante que práticas pedagógicas considerem tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o motor dessas crianças, visto que a combinação de diferentes limitações demanda adaptações particulares para garantir sua plena participação na sala de aula. Essa perspectiva é reforçada pelo crescimento de políticas inclusivas, as quais incentivam educadores a utilizarem métodos que integrem habilidades motoras e cognitivas, ampliando as oportunidades de aprendizado para esses alunos (Carvalho, 2022).

No contexto das deficiências múltiplas, o uso de atividades lúdicas e comunicativas tem demonstrado resultados promissores, uma vez que facilitam a interação e estimulam o desenvolvimento sensorial e motor. Estudos de Carvalho (2022) e de Oliveira (2021) indicam que a combinação de atividades de comunicação alternativa com recursos táteis, por exemplo, tem beneficiado crianças com deficiências sensoriais e intelectuais, permitindo que desenvolvam tanto suas capacidades de interação quanto habilidades motoras fundamentais. Esses avanços pedagógicos destacam a importância de estudos focados na otimização de métodos de ensino inclusivo.

Este trabalho delimita-se ao tema "Aperfeiçoamento de Habilidades Cognitivas e Motoras em Estudantes com Deficiência Múltipla no Contexto Escolar". O problema de pesquisa, portanto, consiste em investigar quais estratégias pedagógicas contribuem para o aprimoramento dessas habilidades, respeitando as especificidades de cada deficiência. O objetivo central é descrever como o ambiente escolar pode auxiliar no desenvolvimento integral desses estudantes, considerando suas necessidades motoras e cognitivas (Neves, 2024).

Para responder a essa questão, é possível levantar algumas hipóteses: a primeira sugere que atividades lúdicas, adaptadas conforme as limitações físicas dos alunos, tendem a aprimorar suas habilidades motoras e cognitivas; uma segunda hipótese supõe que o uso de programas de comunicação alternativa, como o PACT (Programa de Comunicação Alternativa Tátil), pode melhorar a capacidade de comunicação e interação desses estudantes. Ambas as hipóteses baseiam-se na literatura existente e serão exploradas no decorrer deste trabalho (Moreira *et al.*, 2020).

A relevância deste estudo reside na potencial contribuição para o campo da educação inclusiva, principalmente no que tange ao aprimoramento de práticas pedagógicas para atender estudantes com deficiência múltipla. Ao descrever as soluções educacionais que valorizam a

inclusão e o desenvolvimento de habilidades específicas, este trabalho oferece subsídios que podem beneficiar tanto os profissionais da educação quanto os próprios alunos, fortalecendo práticas mais equitativas e inclusivas (Ribeiro et al., 2021).

Assim, o objetivo geral do estudo é descrever estratégias educacionais que promovam o desenvolvimento de habilidades cognitivas e motoras em alunos com deficiência múltipla. Entre os objetivos específicos, estão: identificar as principais barreiras e necessidades de aprendizagem desses alunos, discorrer sobre a eficácia de métodos lúdicos e programas de comunicação alternativa, e descrever adaptações pedagógicas que viabilizem um ensino mais inclusivo e sensível às demandas desses estudantes.

REVISÃO DE LITERATURA

HABILIDADES COGNITIVAS E MOTORAS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS

As habilidades cognitivas e motoras são fundamentais no desenvolvimento integral de qualquer criança. Em crianças e adolescentes com deficiências múltiplas, esse processo envolve uma complexa interação entre diversos fatores, pois limitações físicas e sensoriais podem impactar diretamente a capacidade de absorver e interagir com o ambiente. De acordo com Neves (2024), essas crianças apresentam um desenvolvimento diferenciado, que exige práticas educativas adaptadas e focadas em seus potenciais para garantir que alcancem o máximo possível de autonomia e aprendizado. A intervenção adequada e personalizada desde os primeiros anos é, portanto, importante para o fortalecimento dessas habilidades.

O desenvolvimento cognitivo e motor de estudantes com deficiências múltiplas requer estímulos constantes, pois esses fatores contribuem para o fortalecimento da autonomia e da interação social. Em muitos casos, esses estudantes enfrentam dificuldades de locomoção, comunicação e compreensão, e, segundo Zapparoli (2020), métodos lúdicos e recursos adaptados podem ajudar a contornar algumas dessas limitações. Atividades que envolvem movimentos repetitivos e a exploração de diferentes texturas, cores e sons são particularmente eficazes para incentivar o aprendizado e a interação desses alunos.

Essas crianças precisam de uma abordagem que considere suas limitações específicas e, ao mesmo tempo, promova o desenvolvimento de habilidades motoras finas e grossas. O estudo de Carvalho (2022) indica que atividades adaptadas, como o uso de brinquedos pedagógicos e dispositivos assistivos, podem estimular não apenas a motricidade, mas também o raciocínio lógico e a percepção espacial. Essas práticas auxiliam na superação de barreiras e promovem a construção de habilidades fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e motor.

A prática pedagógica voltada a essas crianças deve incluir estratégias que favoreçam a aprendizagem de acordo com suas habilidades e necessidades. Moreira *et al.* (2020) apontam que programas como o PACT promovem uma comunicação eficaz e permitem que estudantes com deficiências sensoriais e motoras consigam interagir com seus pares e educadores de maneira efetiva. Esse tipo de intervenção possibilita que os alunos expressem suas preferências e compreendam melhor o ambiente ao seu redor (Moreira *et al.*, 2020).

Um dos grandes problemas para o desenvolvimento dessas habilidades está no comprometimento motor. Crianças com limitações motoras podem ter dificuldades para realizar

atividades físicas e necessitam de adaptações tanto no ambiente escolar quanto nos materiais pedagógicos utilizados. Segundo De Oliveira (2021), adaptar atividades comuns para crianças com deficiências múltiplas requer que os educadores utilizem estratégias que estimulem habilidades motoras finas e grossas, promovendo o engajamento com o conteúdo e auxiliando na superação das limitações físicas.

Além dos aspectos motores, as habilidades cognitivas de crianças com deficiências múltiplas demandam atenção especializada. Muitos desses alunos apresentam desafios na interpretação de estímulos e na compreensão de informações. Neves (2024) sugere que atividades interativas, que promovam a análise e a reflexão, podem ser fundamentais para o desenvolvimento cognitivo. Esses alunos tendem a responder positivamente a práticas que envolvem interação direta e imersiva, adaptadas para suas necessidades.

Essas adaptações também devem considerar o uso de tecnologias assistivas, que oferecem oportunidades adicionais para o desenvolvimento de habilidades específicas. De acordo com Ribeiro *et al.* (2021), as tecnologias assistivas ampliam a capacidade de comunicação e interação de crianças com deficiências múltiplas, promovendo a inclusão escolar e a autonomia. Equipamentos como dispositivos de comunicação alternativa e recursos visuais permitem que esses estudantes participem de atividades com maior independência e desenvolvam suas habilidades cognitivas de forma mais assertiva.

Carvalho (2022) destaca a importância das práticas lúdicas para o desenvolvimento de habilidades motoras e cognitivas. Atividades como jogos de encaixe, quebra-cabeças e brincadeiras com estímulos sensoriais promovem não apenas o aprendizado, mas também a socialização. Essas práticas lúdicas, segundo a autora, contribuem para que os alunos compreendam melhor o mundo ao seu redor e se sintam incentivados a interagir, o que é fundamental para seu desenvolvimento integral.

A estimulação sensorial é outro aspecto importante. Zapparoli (2020) aponta que atividades que envolvem diferentes sentidos — como tato, audição e visão — proporcionam um desenvolvimento mais completo das habilidades cognitivas e motoras. Em contextos escolares, essas práticas permitem que alunos com deficiências múltiplas possam explorar o ambiente e entender melhor suas próprias habilidades e limitações, promovendo a autonomia e a autoconfiança.

Por fim, é importante que o ambiente escolar seja adaptado para atender às necessidades motoras e cognitivas destes alunos. De Oliveira (2021) salienta que, para proporcionar um desenvolvimento eficiente, a escola deve contar com recursos adequados e profissionais capacitados, capazes de orientar e auxiliar esses estudantes em sua jornada de aprendizado. Dessa forma, as barreiras de aprendizado podem ser superadas, e esses alunos podem se desenvolver de forma plena.

O ENSINO NO BRASIL VOLTADO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

No Brasil, a educação inclusiva é garantida por uma série de políticas públicas que visam promover a inclusão de estudantes com deficiência múltipla no ambiente escolar. Paulini *et al.* (2024) explicam que a implementação dessas políticas tem sido gradual e ainda enfrenta desafios, principalmente em relação à infraestrutura e à formação de professores. No entanto,

avanços importantes vêm sendo observados em relação ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais inclusivas e adaptativas.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das principais políticas voltadas para esses estudantes. Segundo Mette e Bregue (2024), o AEE tem o objetivo de proporcionar aos alunos com deficiência múltipla um espaço onde possam receber apoio educacional adequado às suas necessidades. Esse atendimento é fundamental para garantir que esses alunos possam participar de atividades escolares de maneira integrada, contribuindo para o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e motoras (METTE e BREGUE, 2024).

Carvalho (2022) aponta que o uso de atividades lúdicas no contexto do AEE pode beneficiar o desenvolvimento desses estudantes, promovendo um aprendizado mais dinâmico e interativo. As atividades lúdicas permitem que as crianças expressem suas emoções, interajam com os colegas e desenvolvam habilidades motoras. No Brasil, esse tipo de prática tem sido incentivado como uma forma de engajar alunos com deficiências múltiplas e garantir que eles se sintam parte ativa do ambiente escolar.

No entanto, a formação de professores ainda é um desafio para o ensino de crianças com deficiências múltiplas. Neves (2024) ressalta que muitos professores não possuem capacitação específica para trabalhar com esse público, o que compromete a eficácia das práticas pedagógicas inclusivas. Segundo a autora, é necessário investir na formação continuada e em programas de capacitação para que os educadores estejam preparados para lidar com as demandas desses estudantes de forma adequada.

Outro desafio para o ensino desses alunos é a falta de materiais pedagógicos adaptados. De Oliveira (2021) afirma que muitos alunos com deficiência múltipla não dispõem de recursos adequados para facilitar seu aprendizado. Materiais como jogos táteis, livros em braile e tecnologias assistivas são essenciais para que esses alunos possam se engajar no processo de aprendizagem. A falta desses recursos impacta diretamente o desempenho e a inclusão desses estudantes.

A comunicação alternativa é uma ferramenta importante no ensino desses alunos. Moreira *et al.* (2020) mencionam que o uso de programas como o PACT contribui para que estudantes com deficiências múltiplas possam expressar suas ideias e sentimentos. Esse tipo de recurso ajuda a superar barreiras de comunicação, proporcionando uma integração mais eficiente no ambiente escolar e permitindo que esses alunos desenvolvam suas habilidades de maneira mais completa.

Para Ribeiro *et al.* (2021), a mobilidade e a orientação são áreas que merecem atenção no contexto educacional. O mapeamento de práticas inclusivas em escolas brasileiras mostra que poucos espaços estão adequadamente adaptados para alunos com deficiência múltipla, o que compromete sua autonomia e segurança. É necessário que as escolas implementem adaptações arquitetônicas e forneçam apoio para que esses alunos possam se locomover com mais independência.

Paulini *et al.* (2024) destacam que o ensino inclusivo no Brasil enfrenta a resistência de alguns profissionais, que ainda veem a inclusão como um desafio adicional. No entanto, a implementação de práticas inclusivas é fundamental para assegurar o direito à educação para todos. A mudança de mentalidade e o incentivo à formação contínua são passos importantes para que o ensino de alunos com deficiência múltipla seja efetivo.

O uso de tecnologias assistivas também é uma prática que vem sendo incentivada. De acordo com Zapparoli (2020), a aplicação dessas tecnologias no ensino permite que alunos com deficiência múltipla tenham acesso a conteúdos pedagógicos adaptados. Essas tecnologias são ferramentas fundamentais para promover o aprendizado e a autonomia dos estudantes, sendo uma estratégia que pode transformar a experiência de ensino.

Assim, a avaliação do aprendizado desses alunos requer metodologias diferenciadas. Mette e Bregue (2024) argumentam que métodos de avaliação personalizados são fundamentais para avaliar o progresso desses estudantes. A avaliação deve focar nas habilidades desenvolvidas e nos avanços individuais, considerando as limitações e potencialidades de cada aluno. Assim, o ensino voltado para crianças com deficiência múltipla no Brasil pode garantir uma educação inclusiva, personalizada e de qualidade.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, organizada como uma revisão de literatura. O estudo busca consolidar e analisar dados sobre o aperfeiçoamento de habilidades cognitivas e motoras em estudantes com deficiência múltipla no contexto escolar. Foram estabelecidos critérios rigorosos para a seleção das fontes, priorizando trabalhos de alta relevância e confiabilidade científica que abordassem o desenvolvimento educacional e as estratégias de ensino para esse público específico.

Para a seleção das fontes, foram identificados termos-chave, como: “Habilidades Cognitivas e Motoras,” “Deficiência Múltipla,” “Inclusão Escolar,” e “Intervenção Lúdica.” Os critérios de inclusão foram definidos para orientar a escolha das referências, dando prioridade a publicações dos últimos cinco anos em periódicos de relevância reconhecida, livros de editoras acadêmicas e teses e dissertações de programas de pós-graduação reconhecidos. Excluíram-se artigos duplicados, revisões narrativas e aqueles que não correspondiam diretamente aos objetivos do estudo.

As buscas bibliográficas foram realizadas em bases de dados acadêmicas, incluindo a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Google Scholar* e os Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As palavras-chave mencionadas foram utilizadas para identificar estudos que abordassem o desenvolvimento de habilidades cognitivas e motoras em alunos com deficiência múltipla, garantindo uma amostra representativa dos estudos mais atuais e relevantes sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na análise dos resultados, observa-se que os estudos selecionados corroboram a hipótese de que o uso de estratégias pedagógicas específicas favorece o desenvolvimento cognitivo e motor de crianças e adolescentes com deficiência múltipla no ambiente escolar. Neves (2024), por exemplo, destaca que métodos de ensino voltados para a personalização e adaptabilidade das atividades apresentam um impacto positivo na aprendizagem desses alunos. A autora observa que a utilização de estratégias variadas, como o estímulo visual e tátil, permite

uma ampliação no engajamento dos estudantes, o que facilita o desenvolvimento de habilidades cognitivas e motoras de forma integrada.

Esse resultado é reforçado pelo trabalho de Carvalho (2022), que investigou a eficácia de atividades lúdicas na promoção da inclusão e do aprendizado, concluindo que tais práticas não só promovem a interação social, mas também incentivam a aquisição de habilidades motoras mais complexas. Ainda no campo do ensino inclusivo, Zapparoli (2020) discute a importância de metodologias lúdicas, como jogos e brincadeiras, adaptados às necessidades de crianças com deficiência múltipla. Segundo a autora, essas atividades permitem um desenvolvimento progressivo das habilidades motoras finas e amplas, ao mesmo tempo que estimulam o raciocínio e a capacidade de resolução de problemas.

Zapparoli (2020) enfatiza ainda que tais práticas são fundamentais para estimular a autonomia e a autoconfiança nos alunos, reforçando, portanto, as conclusões de Neves (2024) e Carvalho (2022), que também apontam a ludicidade como uma ferramenta importante para a promoção de uma aprendizagem melhor. Assim, esses achados corroboram a hipótese de que estratégias educacionais lúdicas facilitam o processo de ensino-aprendizagem em crianças com múltiplas deficiências.

No que diz respeito à comunicação alternativa, Moreira *et al.* (2020) analisam o impacto do PACT em crianças com deficiência múltipla sensorial, concluindo que o uso de tecnologias assistivas e métodos de comunicação alternativa promove uma melhora substancial na interação desses alunos com o ambiente escolar. O estudo de Moreira *et al.* apresenta evidências de que essas ferramentas ajudam a construir uma base sólida para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, pois permitem que os alunos se expressem de maneira mais eficiente, elevando a compreensão dos conteúdos por parte deles e de seus colegas.

A comparação com os dados de Zapparoli (2020) e Carvalho (2022) demonstra que, embora a abordagem metodológica seja distinta, ambas as intervenções focam na adaptação das ferramentas pedagógicas para maximizar as potencialidades dos alunos, confirmando que a flexibilização dos métodos é essencial para a inclusão. Outro ponto crucial discutido na literatura é o papel do AEE na inclusão de alunos com deficiência múltipla.

Paulini *et al.* (2024) destacam que o AEE fornece suporte personalizado que complementa as atividades da sala de aula, facilitando o desenvolvimento das competências motoras e cognitivas de cada aluno. Esses resultados se alinham aos de Carvalho (2022), que destaca a importância de intervenções precoces e do uso de atividades lúdicas, as quais podem ser aplicadas de forma integrada com o AEE. A complementaridade entre as práticas de AEE e as atividades em sala de aula aponta para a necessidade de uma abordagem holística, onde diferentes estratégias se somam para formar um ambiente de ensino inclusivo.

Na análise das dificuldades encontradas no ensino inclusivo, Ribeiro *et al.* (2021) expõem limitações enfrentadas na implementação de práticas pedagógicas voltadas para a inclusão de crianças com deficiência múltipla. Segundo os autores, a falta de capacitação dos profissionais e de recursos especializados interfere no sucesso das práticas inclusivas.

Esse resultado é importante para entender as barreiras enfrentadas pelo sistema educacional brasileiro e sugere que, para que os resultados de estudos como os de Neves (2024) e Carvalho (2022) sejam replicados de forma ampla, é necessário investir em uma formação docente adequada e na disponibilização de materiais adaptados. A comparação entre esses

dados e os achados anteriores reforça a relevância de preparar o ambiente escolar para lidar com as demandas específicas desses alunos.

Por outro lado, Silva (2021) explora o uso de jogos didáticos no ensino de alunos com deficiência intelectual, indicando que a adaptação de materiais pedagógicos possibilita o desenvolvimento das habilidades motoras e a compreensão de conteúdos escolares. Esses resultados se assemelham aos de Zapparoli (2020), que também observa o impacto positivo de práticas lúdicas, especialmente quando personalizadas para atender às necessidades dos alunos. A convergência entre esses achados ressalta a importância de adotar práticas que envolvam a participação ativa dos alunos, incentivando o aprendizado por meio de estímulos visuais e táteis, estratégias comprovadamente eficazes para o desenvolvimento cognitivo e motor.

Mette e Bregue (2024) trazem uma discussão sobre a avaliação no ensino inclusivo, propondo que as avaliações sejam individualizadas e focadas no progresso pessoal dos alunos com deficiência múltipla. Isso é especialmente relevante para confirmar que a hipótese de que a educação inclusiva e personalizada beneficia o desenvolvimento dos alunos se confirma.

O estudo de Mette e Bregue (2024) revela ainda que a aplicação de critérios de avaliação flexíveis e que consideram as especificidades de cada aluno não só possibilita uma medição mais justa dos avanços, mas também orienta melhor as estratégias pedagógicas. Esse aspecto complementa os resultados de Carvalho (2022) e Paulini et al. (2024), que destacam a importância da adaptação de atividades e recursos para apoiar o aprendizado inclusivo.

Por fim, o reconhecimento das limitações deste estudo destaca a necessidade de pesquisas adicionais que abordem as condições reais das escolas e a capacitação dos profissionais que atuam no atendimento especializado. A continuidade desse campo de pesquisa é essencial para aprimorar as práticas pedagógicas e garantir uma inclusão mais efetiva para os estudantes com deficiência múltipla, confirmando, assim, o objetivo de identificar e promover estratégias eficazes para o desenvolvimento cognitivo e motor desses alunos.

Essas comparações evidenciam que, embora existam desafios estruturais e de recursos, a utilização de estratégias pedagógicas adequadas, como atividades lúdicas e comunicação alternativa, pode promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes com deficiência múltipla, consolidando a hipótese deste estudo de que a inclusão, apoiada em práticas pedagógicas específicas, resulta em avanços para esse público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais deste estudo, buscamos refletir sobre os objetivos iniciais, que foram direcionados à investigação do aperfeiçoamento das habilidades cognitivas e motoras de estudantes com deficiência múltipla no contexto escolar. O trabalho procurou identificar, por meio da análise de estudos existentes, práticas pedagógicas eficazes para o desenvolvimento desses alunos e como elas podem contribuir para a inclusão escolar. Ao longo da pesquisa, observamos que estratégias educacionais adaptadas e personalizadas, como o uso de atividades lúdicas e recursos de comunicação alternativa, são fundamentais para o processo de aprendizagem desses estudantes.

Os resultados encontrados confirmam que a personalização do ensino, por meio de estratégias inovadoras e inclusivas, têm um impacto no desenvolvimento das habilidades dos alunos. O uso de métodos adaptados e recursos assistivos, como a comunicação alternativa e atividades lúdicas, mostrou-se eficiente para promover a autonomia e a participação desses estudantes no ambiente escolar, atendendo de forma mais específica às suas necessidades educacionais.

Este estudo contribui para o campo da educação inclusiva ao reafirmar a importância de práticas pedagógicas adaptadas para garantir que os alunos com deficiência múltipla possam alcançar seu pleno potencial dentro do contexto escolar. Os resultados destacam a relevância de um olhar especializado sobre o ensino dessas crianças e adolescentes, assim como a importância de um ambiente escolar que seja verdadeiramente inclusivo e favorável ao seu desenvolvimento cognitivo e motor.

Entretanto, o estudo possui algumas limitações, como a abrangência restrita das fontes analisadas, que embora relevantes, não cobriram todas as possíveis abordagens e contextos de ensino. Além disso, por se tratar de uma revisão bibliográfica, a pesquisa não envolveu a observação direta das práticas pedagógicas em escolas, o que poderia enriquecer a análise. Assim, sugere-se a realização de estudos futuros com abordagens de pesquisa de campo, que possam explorar de maneira mais direta o impacto das estratégias pedagógicas no cotidiano das escolas que atendem alunos com deficiência múltipla.

Em relação às perspectivas futuras, acreditamos que há um grande potencial para aprofundar a investigação sobre como diferentes escolas, em contextos diversos, aplicam as estratégias discutidas e como isso impacta o desenvolvimento dos alunos. A formação de professores e gestores educacionais, voltada especificamente para as necessidades de alunos com deficiência múltipla, também é um tema que merece destaque em futuros estudos. Além disso, a busca por novas tecnologias assistivas e metodologias de ensino, bem como a avaliação dos resultados a longo prazo das intervenções pedagógicas, são áreas que podem gerar importantes avanços na educação inclusiva.

Dessa forma, este trabalho busca contribuir para a reflexão sobre práticas pedagógicas mais inclusivas, e a partir disso, oferecer sugestões que possam ser úteis tanto para os profissionais da educação quanto para os gestores escolares, com o objetivo de promover um ensino mais adaptado às necessidades dos alunos com deficiência múltipla. O estudo reforça a importância de um ensino inclusivo que permita a esses alunos não apenas participar da vida escolar, mas também desenvolver suas habilidades cognitivas e motoras de maneira plena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, Elenaieth Lobato Gomes. Guia propositivo de intervenção precoce para os pais: o uso de atividades lúdicas para o desenvolvimento de crianças com deficiências múltiplas. 2022. Tese de Doutorado.
- DA SILVA, Sarah Gabriela Gurgel; DE LUCENA, Nacyra Yiburi Fernandes. Comunicação alternativa para alunos com deficiência nas escolas regulares de ensino: Alternative communication for students with disabilities in regular schools. *Ciência Atual–Revista Científica Multidisciplinar do Centro Universitário São José*, v. 21, n. 2, 2024.
- DE BARROS, Jackeline Miranda. Prática pedagógica em uma escola da rede municipal de Goiânia: aproximações e distanciamentos da perspectiva inclusiva para a educação especial. 2024. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Goiás (Brazil).

- DE OLIVEIRA, Carina Marques. O processo ensino aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. organizador, p. 21. Diálogos: volume 3/ Ivanio Dickmann (organizador). – Chapecó: Livrologia, 2021.
- METTE, Camila Miliszewski; BREGUE, Sthéfani Borges. Desenho universal da aprendizagem: prática pedagógica inclusiva. atendimento educacional especializado, p. 85.
- MOREIRA, Flavia Daniela dos Santos et al. PACT: programa de comunicação alternativa tátil para crianças com deficiência múltipla sensorial. 2020.
- NEVES, Rozana Ramos. Estratégias de ensino: possibilidades para a aprendizagem da criança com deficiência múltipla. 2024. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- PAULINI, Rosângela Miao et al. A sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na inclusão escolar. Revista Tópicos, v. 2, n. 13, p. 1-17, 2024.
- RIBEIRO, Regina Kátia Cerqueira et al. Mapeamento sobre Orientação e Mobilidade em periódicos nacionais na área de Educação Especial. Benjamin Constant, v. 27, n. 63, p. 1-18 e276307, 2021.
- SILVA, Sara Gomes da. Sensibilização ambiental sobre os recursos hídricos por meio de jogos didáticos para alunos com deficiência intelectual em uma escola estadual de Macapá-AP. 2021.
- VIANA, Márcia Carolina da Mota. Autismo e intersubjetividade: um estudo sobre as relações eu-outro-mundo no contexto escolar de um adolescente. 2023.
- ZAPPAROLI, Kelm. Estratégias lúdicas para o ensino da criança com deficiência. Wak, 2020.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PAPEL DO PROFESSOR NO ATENDIMENTO A ALUNOS COM TDAH

INCLUSIVE EDUCATION: THE ROLE OF THE TEACHER IN SUPPORTING STUDENTS WITH TDAH

EDUCACIÓN INCLUSIVA: EL PAPEL DEL PROFESOR EN EL APOYO A ALUMNOS CON TDAH

Solange Regina Martins Melchior da Silva
solregina09@hotmail.com

SILVA, Solange Regina Martins Melchior da. **Educação inclusiva: o papel do professor no atendimento a alunos com tdah.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 43 – 52, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão - tobias_175@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral analisar como a atuação do professor pode facilitar a inclusão de alunos com TDAH, promovendo um ambiente de aprendizagem mais adequado às suas necessidades. Delimitam-se como objetivos específicos: conhecer as características deste transtorno; analisar quais as dificuldades que os portadores de TDAH enfrentam no seu cotidiano escolar; refletir sobre como melhorar, esclarecer e ajudar cada profissional a lidar com o aluno hiperativo. Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, um estudo do tipo bibliográfico, pois tem como escopo a análise crítica e comparativa de algumas obras que tratam do tema. As estratégias adotadas pelo docente contribuem para o sucesso de todo esse processo. Conclui-se que recriar e renovar o fazer pedagógico das escolas junto aos professores nas salas de aula e principalmente nas classes de alfabetização, é muito importante e emergencial para atender as crianças que apresentem algum tipo de transtorno. Todas as crianças são capazes de aprender, porém cada vez mais, elas vêm apresentando algum tipo de transtorno e, os professores junto a coordenação, equipe psicopedagógica e a família, precisam estar preparados para intervir, encaminhar e promover o acompanhamento e desenvolvimento destas crianças com competência e habilidade. **Palavras-chave:** Aluno. Professor. Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade.

SUMMARY

This article aims to understand the role of the teacher in the development of students with Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD). The specific objectives include: identifying the characteristics of this disorder; analyzing the difficulties faced by individuals with ADHD in their school daily life; and reflecting on how to improve, clarify, and assist professionals in dealing with hyperactive students. This is a qualitative research study of a bibliographic nature, focusing on critical and comparative analysis of works related to the topic. The strategies adopted by teachers contribute significantly to the success of this process. It is concluded that recreating and renewing pedagogical practices in schools, particularly among teachers in literacy classes, is crucial and urgent for addressing children with any type of disorder. All children are capable of learning, but increasingly, they are presenting various disorders, and teachers, along with coordinators, psychopedagogical teams, and families, need to be prepared to intervene, refer, and promote the monitoring and development of these children with competence and skill.

Keywords: Student. Teacher. Attention Deficit Hyperactivity Disorder.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender la actuación del profesor en el desarrollo del alumno con Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad (TDAH). Se delimitan como objetivos específicos: conocer las características de este trastorno; analizar las dificultades que enfrentan los portadores de TDAH en su vida escolar cotidiana; y reflexionar sobre cómo mejorar, aclarar y ayudar a cada profesional a tratar con el alumno hiperactivo. Esta es una investigación de enfoque cualitativo, un estudio del tipo bibliográfico, que tiene como alcance el análisis crítico y comparativo de algunas obras que tratan del tema. Las estrategias adoptadas por el docente contribuyen al éxito de todo este proceso. Se concluye que recrear y renovar la práctica pedagógica de las escuelas junto a los profesores en las aulas, y especialmente en las clases de alfabetización, es muy importante y urgente para atender a los niños que presentan algún tipo de trastorno. Todos los niños son capaces de aprender, sin embargo, cada vez más, presentan algún tipo de trastorno y los profesores, junto con la coordinación, el equipo

psicopedagógico y la familia, necesitan estar preparados para intervenir, derivar y promover el seguimiento y desarrollo de estos niños con competencia y habilidad.

Palabras clave: Alumno. Profesor. Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um tema de crescente relevância no cenário educacional contemporâneo, especialmente no que diz respeito ao atendimento de alunos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade(TDAH), (Correia; Linhares, 2018). Esses estudantes, frequentemente enfrentando desafios significativos no processo de aprendizagem, exigem abordagens pedagógicas adaptadas que considerem suas necessidades específicas. O papel do professor torna-se, assim, crucial na promoção de um ambiente de aprendizagem que favoreça não apenas a inclusão, mas também o desenvolvimento integral desses alunos (Argollo, 2018).

No contexto escolar, o professor deve estar preparado para identificar e compreender as particularidades do TDAH, que se manifesta de diferentes maneiras, como a dificuldade de concentração, impulsividade e inquietação (Schmitz et al., 2017). Essa compreensão é fundamental para que o docente possa implementar estratégias que minimizem os obstáculos à aprendizagem e proporcionem experiências educativas mais significativas. Além disso, a formação contínua dos professores é essencial para que eles se sintam capacitados a lidar com a diversidade presente em sala de aula, promovendo práticas que valorizem a individualidade de cada aluno. (Ballone, 2017).

Ademais, a inclusão de alunos com TDAH vai além do aspecto acadêmico; trata-se também de fomentar um ambiente escolar onde todos se sintam acolhidos e respeitados. O professor desempenha um papel mediador, auxiliando na construção de relações positivas entre os alunos e estimulando a empatia e a colaboração. Assim, a construção de uma cultura inclusiva dentro da escola se torna um objetivo central, visando não apenas o aprendizado, mas também o bem-estar emocional e social dos estudantes (Reis, 2018).

Considerando-se, pois, que o tema suscita discussões, surge a seguinte pergunta de pesquisa: como o papel do professor pode influenciar a inclusão e o aprendizado de alunos com TDAH em salas de aula regulares?

Com base na problemática exposta, delimitou-se como objetivo geral analisar como a atuação do professor pode facilitar a inclusão de alunos com TDAH, promovendo um ambiente de aprendizagem mais adequado às suas necessidades. Delimitam-se como objetivos específicos: conhecer as características deste transtorno; analisar quais as dificuldades que os portadores de TDAH enfrentam no seu cotidiano escolar; refletir sobre como melhorar, esclarecer e ajudar cada profissional a lidar com o aluno hiperativo.

A justificativa para se enveredar por esta pesquisa deu-se pela possível demanda de indivíduos adultos não diagnosticados precocemente, mas que apresentam dificuldades no contexto acadêmico devido a possuírem características semelhantes aos de TDAH. Acredita-se que a obtenção do diagnóstico facilitará a vida do portador, levando-se em consideração que este chegou à idade adulta sem um tratamento adequado e só agora poderá entender vários fatores e comportamentos pelos quais tenha passado durante a sua infância e adolescência.

A metodologia adotada nesta pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, foi orientada pela análise e interpretação das principais obras e estudos acadêmicos que tratam da

educação inclusiva, com ênfase na inclusão de alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). O percurso metodológico consistiu em um levantamento criterioso de obras, artigos científicos e pesquisas que abordam as estratégias de ensino inclusivas, a legislação que sustenta esses processos e as práticas pedagógicas que favorecem o desenvolvimento de alunos com TDAH no ambiente escolar. Através dessa pesquisa bibliográfica, buscou-se identificar as melhores práticas, as metodologias mais eficazes e os desafios enfrentados pelos professores e gestores escolares na implementação de uma educação inclusiva para alunos com esse transtorno.

TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE/IMPULSIVIDADE (TDAH): DA TEORIA À PRÁTICA

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, conhecido como TDAH, é uma condição neuropsiquiátrica que afeta tanto crianças quanto adultos. Sua definição é complexa, envolvendo um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade que interfere no funcionamento ou no desenvolvimento (Louza Neto, 2017). O diagnóstico de TDAH é frequentemente feito na infância, embora os sintomas possam persistir até a idade adulta, impactando a vida acadêmica, profissional e social do indivíduo. (Correia; Linhares, 2018).

Uma das características principais do TDAH é a desatenção, que se manifesta em dificuldades para manter o foco em tarefas ou atividades, além de uma tendência a cometer erros por descuido. As crianças com TDAH podem apresentar dificuldades em seguir instruções e completar tarefas, levando a um desempenho escolar abaixo do esperado. Essa desatenção pode ser percebida em diversas situações, tanto em ambientes escolares quanto em casa. (Argollo, 2018).

A hiperatividade é outra característica marcante do TDAH. Crianças hiperativas costumam ser inquietas, movendo-se constantemente, falando excessivamente ou tendo dificuldade em permanecer sentadas em momentos que requerem calma. Essa hiperatividade pode se manifestar de diferentes maneiras, como correr ou escalar em situações inadequadas, e pode ser particularmente desafiadora em ambientes que exigem tranquilidade e concentração. (Ballone, 2017).

Além da hiperatividade e da desatenção, a impulsividade é um componente importante do TDAH. Indivíduos impulsivos podem agir sem pensar nas consequências, interromper os outros em conversas ou decisões, e ter dificuldades em esperar a sua vez em atividades. Essa impulsividade pode resultar em problemas interpessoais e em dificuldades em ambientes estruturados, como salas de aula. (Schmitz, 2017).

Os sintomas do TDAH variam de pessoa para pessoa, e podem ser classificados em três apresentações principais: predominantemente desatenta, predominantemente hiperativa-impulsiva e combinada. A apresentação desatenta é caracterizada principalmente pela dificuldade em prestar atenção e completar tarefas, enquanto a apresentação hiperativa-impulsiva é marcada pela agitação e pela impulsividade. A forma combinada envolve a presença significativa de ambos os tipos de sintomas. (Correia; Linhares, 2018).

Embora a causa exata do TDAH ainda não seja completamente compreendida, fatores genéticos, neurobiológicos e ambientais têm sido implicados em seu desenvolvimento. Estudos

sugerem que o TDAH pode ser herdado, com uma maior prevalência em famílias onde já há casos da condição. Além disso, alterações na estrutura e na função do cérebro, especialmente em áreas relacionadas à atenção e ao controle executivo, têm sido associadas ao transtorno. (Argollo, 2018).

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neuropsiquiátrico que se manifesta de diferentes maneiras, dependendo da apresentação clínica do indivíduo. O TDAH é geralmente classificado em três tipos principais, que são a apresentação predominantemente desatenta, a apresentação predominantemente hiperativa-impulsiva e a apresentação combinada. Cada uma dessas apresentações possui características específicas que podem afetar o comportamento e o desempenho em várias áreas da vida, como escola, trabalho e relacionamentos sociais. (Ballone, 2017).

A apresentação predominantemente desatenta é caracterizada por dificuldades em manter o foco, seguir instruções e completar tarefas. Indivíduos com esse tipo de TDAH costumam parecer distraídos e podem perder objetos importantes, como materiais escolares ou chaves. Muitas vezes, esses indivíduos são rotulados como "desligados" ou "sonhadores", uma vez que podem estar fisicamente presentes, mas mentalmente ausentes. Esse tipo de apresentação é mais comum em meninas, que podem manifestar os sintomas de maneira menos disruptiva, levando a diagnósticos tardios (Correia; Linhares, 2018).

Já a apresentação predominantemente hiperativa-impulsiva é marcada por comportamentos de agitação, inquietação e impulsividade. Crianças com esse tipo de TDAH podem ter dificuldade em ficar paradas, frequentemente se levantando ou se movendo em situações em que se espera que permaneçam sentadas. Além disso, a impulsividade pode levar a ações precipitadas, como interromper os outros, falar excessivamente ou agir sem pensar nas consequências. Essa apresentação é mais prevalente entre meninos e é frequentemente mais fácil de identificar devido à natureza disruptiva dos comportamentos. (Ballone, 2017).

A apresentação combinada envolve uma mistura de sintomas de desatenção e hiperatividade-impulsividade. Indivíduos com essa forma do TDAH enfrentam desafios tanto em manter a concentração quanto em controlar a impulsividade e a atividade física. Essa combinação pode resultar em dificuldades significativas em ambientes escolares, onde a capacidade de seguir regras e manter o foco é crucial. A apresentação combinada é considerada a forma mais comum do transtorno e pode ser identificada em uma ampla gama de idades. (Correia; Linhares, 2018).

As manifestações do TDAH não se limitam apenas ao ambiente escolar; elas também afetam a vida social e familiar do indivíduo. Crianças com TDAH podem ter dificuldades em estabelecer e manter amizades devido à impulsividade ou à dificuldade em ler sinais sociais. Adultos com TDAH, por sua vez, podem lutar para gerenciar relacionamentos, resultando em conflitos frequentes ou em um sentimento de isolamento. Esses desafios sociais podem impactar a autoestima e a qualidade de vida de maneira significativa. (Correia; Linhares, 2018).

Além das manifestações comportamentais, o TDAH pode estar associado a comorbidades, como ansiedade, depressão e transtornos de aprendizagem. (Correia; Linhares, 2018). Essas condições podem complicar ainda mais o quadro do TDAH, tornando o diagnóstico e o tratamento mais desafiadores. A presença de comorbidades pode resultar em sintomas que se sobrepõem, dificultando a identificação do TDAH como a causa subjacente dos problemas (Argollo, 2018).

A identificação precoce do tipo de TDAH é crucial para implementar intervenções apropriadas. (Louza Neto, 2017). Um diagnóstico adequado é geralmente feito por profissionais de saúde mental, que avaliam os sintomas em diferentes contextos, incluindo escola e casa. Ferramentas de avaliação, como questionários e escalas de comportamento, são frequentemente utilizadas para obter uma visão abrangente do funcionamento do indivíduo. O envolvimento de pais e professores no processo de avaliação também é fundamental. (Correia; Linhares, 2018).

O tratamento do TDAH varia de acordo com a apresentação e as necessidades individuais. Estratégias de manejo podem incluir intervenções comportamentais, terapia cognitivo-comportamental e, em muitos casos, medicação. A escolha do tratamento deve ser baseada em uma avaliação cuidadosa dos sintomas e do impacto na vida do indivíduo. A colaboração entre profissionais de saúde, educadores e familiares é essencial para garantir um manejo eficaz do transtorno (Lacet; Rosa, 2017).

Além disso, a educação sobre o TDAH é fundamental para promover a aceitação e a inclusão. A conscientização sobre as diferentes apresentações do transtorno pode ajudar a reduzir o estigma associado e a criar um ambiente mais acolhedor para aqueles que enfrentam esses desafios. As escolas podem implementar programas de sensibilização que ajudem colegas e educadores a entenderem melhor o TDAH e a importância de um suporte adequado. (Ballone, 2017).

O CONTEXTO EDUCACIONAL DA CRIANÇA COM TDAH

Os alunos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) enfrentam diversas barreiras no ambiente escolar que podem impactar negativamente seu desempenho acadêmico e seu bem-estar emocional. Uma das principais dificuldades está relacionada à falta de compreensão e informação sobre o TDAH por parte de educadores e colegas. Muitas vezes, esses alunos são rotulados como preguiçosos ou desinteressados, o que pode levar a um ambiente hostil e a uma maior exclusão social. Essa falta de entendimento dificulta a implementação de estratégias pedagógicas adaptadas às suas necessidades. (Argollo, 2018).

Outra barreira significativa é a infraestrutura escolar, que pode não ser adequada para alunos com TDAH. Salas de aula com excesso de estímulos visuais e auditivos podem sobrecarregar esses estudantes, dificultando a concentração e o foco nas atividades. O mobiliário e a organização do espaço também podem não favorecer a movimentação necessária para alunos que precisam de pausas ou atividades físicas para gerenciar sua hiperatividade. Além disso, a falta de recursos específicos, como materiais adaptados e tecnologia assistiva, pode limitar ainda mais o aprendizado. (Louza Neto, 2017).

A ausência de políticas públicas eficazes para a inclusão é outro fator que agrava os desafios enfrentados. Muitas escolas não possuem diretrizes claras sobre como atender alunos com TDAH, resultando em práticas educativas inconsistentes. Essa falta de normatização pode levar a uma abordagem reativa em vez de preventiva, onde os problemas só são abordados após se tornarem evidentes. É fundamental que haja um compromisso institucional para criar um ambiente inclusivo, onde todos os alunos possam prosperar independentemente de suas particularidades. (Correia; Linhares, 2018).

O treinamento insuficiente de professores é um desafio recorrente. Muitos educadores não têm formação específica para lidar com as complexidades do TDAH, o que pode resultar em práticas inadequadas de ensino. Professores despreparados podem não identificar corretamente os sinais do transtorno ou entender a necessidade de intervenções diferenciadas. A formação contínua em estratégias inclusivas e a conscientização sobre o TDAH são essenciais para capacitar os educadores a atender adequadamente esses alunos (Reis, 2018).

A pressão por resultados acadêmicos imediatos também pode ser uma barreira significativa. Em um sistema educacional que valoriza a produtividade e o desempenho, alunos com TDAH podem ser desconsiderados ou desmotivados. Esses estudantes podem precisar de mais tempo para completar tarefas ou podem se beneficiar de métodos de avaliação alternativos que considerem suas particularidades. A rigidez dos currículos e a falta de flexibilidade nas abordagens de ensino podem resultar em frustração tanto para os alunos quanto para os educadores.

Os relacionamentos interpessoais dentro da escola são outra área afetada. Alunos com TDAH podem ter dificuldades em estabelecer e manter amizades devido a comportamentos impulsivos ou desatentos. A exclusão social pode intensificar sentimentos de inadequação e baixa autoestima, criando um ciclo vicioso que afeta ainda mais seu desempenho acadêmico. Criar um ambiente social acolhedor e compreensivo é essencial para promover interações positivas entre os alunos (Schmitz et al., 2017).

A comunicação entre a escola e a família também desempenha um papel crítico. Muitas vezes, os pais de alunos com TDAH não são incluídos nas discussões sobre as necessidades educacionais de seus filhos. Isso pode resultar em uma falta de continuidade entre as estratégias utilizadas em casa e na escola, prejudicando o desenvolvimento do aluno. Estabelecer um canal aberto de comunicação entre educadores e famílias é fundamental para garantir que todos estejam alinhados em relação às abordagens de ensino e apoio (Louza Neto, 2017).

Além disso, a rotatividade de profissionais de saúde mental e educacional nas escolas pode impactar a continuidade do atendimento. A falta de um acompanhamento consistente por parte de especialistas pode levar a um tratamento fragmentado e ineficaz. É crucial que as escolas estabeleçam parcerias sólidas com profissionais de saúde mental para garantir que os alunos recebam o suporte necessário de forma contínua e integrada. (Correia; Linhares, 2018).

As dificuldades de transição entre ciclos escolares também representam uma barreira importante. Alunos com TDAH podem enfrentar desafios adicionais ao mudar de uma escola para outra ou avançar para níveis educacionais mais altos. As diferenças nas abordagens pedagógicas e na estrutura escolar podem criar um ambiente desestabilizador para esses estudantes. Oferecer suporte adicional durante essas transições é vital para ajudar os alunos a se ajustarem e a prosperarem em novas situações.

A avaliação e o diagnóstico do TDAH também podem ser complicados. Muitas vezes, os sinais do transtorno podem ser confundidos com outros problemas de aprendizagem ou emocionais, levando a diagnósticos tardios ou inadequados. A falta de avaliações abrangentes pode resultar em intervenções insuficientes. Promover uma cultura de diagnóstico precoce e avaliação cuidadosa é fundamental para garantir que os alunos recebam o apoio apropriado desde o início (Schmitz, 2017).

A falta de modelos de comportamento positivo também pode ser uma barreira. Quando os alunos não veem exemplos de indivíduos com TDAH que tenham alcançado sucesso, pode

ser difícil para eles acreditar em suas próprias capacidades. Programas de mentoria ou grupos de apoio que incluam ex-alunos ou profissionais que superaram desafios relacionados ao TDAH podem ser uma forma eficaz de inspirar e motivar esses estudantes (Ballone, 2017).

Além disso, o preconceito e a discriminação que cercam o TDAH podem criar um ambiente hostil. Alunos com TDAH podem ser alvo de bullying ou zombarias, o que agrava sua exclusão social e prejudica sua saúde emocional. É importante que as escolas implementem programas de conscientização para combater estigmas e promover um ambiente mais inclusivo e respeitoso. (Louza Neto, 2017).

A resistência por parte da administração escolar para implementar mudanças também pode ser uma barreira. Muitas instituições podem hesitar em adotar novas práticas pedagógicas ou políticas que favoreçam a inclusão, devido a limitações orçamentárias ou falta de treinamento. Superar essa resistência requer um comprometimento claro com a inclusão e a educação de todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas. (Argollo, 2018).

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

A inclusão de alunos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) nas salas de aula exige uma abordagem pedagógica cuidadosa e adaptada às necessidades específicas desses estudantes. (Correia; Linhares, 2018). Práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para garantir que esses alunos tenham acesso ao currículo e possam desenvolver seu potencial acadêmico e social. Uma das estratégias mais eficazes é a personalização do ensino, que envolve a adaptação das atividades de acordo com as características individuais de cada aluno. Isso pode incluir a utilização de diferentes formatos de apresentação de conteúdo, como recursos visuais, audiovisuais e kinestésicos, que atendem aos diversos estilos de aprendizagem (Barbosa, 2018).

Outra prática importante é o estabelecimento de rotinas claras e previsíveis. Alunos com TDAH frequentemente se beneficiam de um ambiente estruturado, onde sabem o que esperar ao longo do dia escolar. A criação de um cronograma visual, por exemplo, pode ajudar esses alunos a se orientarem no tempo e nas atividades. Além disso, o uso de sinais visuais para indicar transições entre atividades pode ser uma estratégia eficaz para minimizar a ansiedade e a desorganização (Reis, 2018).

A interação social é um aspecto crucial para o desenvolvimento de alunos com TDAH. Promover atividades em grupo pode ajudar esses estudantes a desenvolverem habilidades sociais, como a comunicação e a colaboração. No entanto, é essencial que essas atividades sejam cuidadosamente planejadas, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades iguais de participação e que os grupos sejam formados de maneira a equilibrar as dinâmicas sociais. (Argollo, 2018).

O uso de tecnologias assistivas também pode ser uma grande aliada na educação de alunos com TDAH. Ferramentas como aplicativos de organização e gerenciamento de tempo podem auxiliar esses estudantes a se manterem focados e organizados em suas tarefas. Além disso, recursos tecnológicos podem tornar o aprendizado mais envolvente e interativo, contribuindo para a motivação e o interesse dos alunos. (Correia; Linhares, 2018).

A diferenciação da avaliação é outra prática pedagógica inclusiva que pode ser aplicada. Em vez de utilizar apenas testes tradicionais, os educadores podem optar por avaliações diversificadas, como projetos, apresentações e trabalhos em grupo, que permitem que os alunos demonstrem seu conhecimento de maneiras variadas. Isso não apenas ajuda a reduzir a ansiedade associada a provas, mas também permite que alunos com TDAH utilizem suas habilidades em contextos mais favoráveis (Argollo, 2018).

O feedback positivo e constante é essencial para alunos com TDAH. Reconhecer e valorizar os esforços e conquistas, mesmo que pequenas, pode aumentar a autoestima e a motivação desses estudantes. Criar um ambiente onde o erro é visto como parte do aprendizado ajuda a desenvolver uma mentalidade de crescimento, incentivando os alunos a persistirem diante das dificuldades (Argollo, 2018).

Os educadores devem também se envolver em formação continuada sobre TDAH e suas manifestações. Conhecimento aprofundado sobre o transtorno permite que os professores reconheçam os sinais e sintomas, bem como apliquem estratégias mais eficazes no dia a dia escolar. Além disso, o trabalho em equipe com outros profissionais, como psicopedagogos e terapeutas, pode enriquecer a abordagem educacional e garantir um suporte mais abrangente ao aluno. (Correia; Linhares, 2018).

Outra estratégia é a implementação de pausas ativas. Alunos com TDAH podem se beneficiar de intervalos regulares para atividades físicas ou exercícios de relaxamento, o que ajuda a liberar a energia acumulada e a melhorar a concentração. Essas pausas podem ser planejadas ao longo do dia para garantir que os alunos tenham momentos de descanso e possam voltar às atividades com maior foco (Reis, 2018).

O envolvimento da família é igualmente crucial. A comunicação regular com os pais e responsáveis sobre o progresso do aluno e as estratégias adotadas na escola pode fortalecer o suporte em casa. Além disso, educar os familiares sobre TDAH e como lidar com os desafios diários pode criar um ambiente mais compreensivo e acolhedor tanto na escola quanto em casa (Argollo, 2018).

Por fim, é importante ressaltar que a inclusão de alunos com TDAH deve ser vista como um processo contínuo e dinâmico. As práticas pedagógicas devem ser constantemente avaliadas e ajustadas com base nas necessidades individuais dos alunos e no feedback recebido. A flexibilidade e a disposição para adaptar métodos são fundamentais para garantir que todos os alunos, independentemente de suas dificuldades, tenham a oportunidade de aprender e prosperar no ambiente escolar. (Correia; Linhares, 2018).

As práticas pedagógicas inclusivas para alunos com TDAH não se limitam a uma abordagem única, mas sim a um conjunto diversificado de estratégias que visam atender às necessidades específicas desses estudantes. A personalização do ensino, a criação de um ambiente estruturado, o uso de tecnologias assistivas e a diferenciação da avaliação são apenas algumas das muitas maneiras de promover a inclusão efetiva. À medida que educadores e escolas se comprometem a implementar essas práticas, é possível criar um ambiente educacional mais equitativo e acolhedor para todos os alunos (REIS, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola, depois da família, é o primeiro e fundamental para o processo de socialização da criança. A atual política educacional brasileira inclui, em suas metas, a integração de crianças e jovens portadores de deficiência na escola regular, com apoio de atendimento educacional especializado, quando necessário.

Contudo, não é simples de se conseguir um contexto efetivo de integração. O desconhecimento e o conseqüente medo por parte das pessoas é um obstáculo às situações onde as pessoas portadoras de deficiência possam conviver com as demais.

Assim, é fundamental um trabalho com os que dirigem e atuam no sistema de ensino, bem como com os pais que têm crianças atendidas nas escolas. Um trabalho que tenha como objetivo modificar posturas e atitudes com relação à frequência de crianças com deficiências nessas unidades, bem como difundir informações corretas sobre o tema.

É importante ressaltar que um trabalho desses, de preparação das escolas para aceitarem crianças com deficiências, contribui para um melhor atendimento às crianças em geral e também para o desenvolvimento de ações de prevenção e detecção precoce de deficiências.

Como é sabido, a tendência mundial de igualdade de oportunidades sugere a criação de estratégias integradoras que assegurem sem discriminação, com ética e equidade o direito de cidadania a todos, partindo da convicção de que todos os educandos são capazes de aprender. Alguns exigem apoio adicional, outras, adaptações, outros ainda, equipamentos específicos, recursos estes passíveis de serem ofertados pelos diferentes segmentos da sociedade.

Todos podem se desenvolver e aprender, desde que ensinados e mediados nesse processo. Entretanto, para que isso ocorra temos que garantir igualdade de condições. Não existe nada mais injusto do que dar oportunidades iguais aos desiguais. Para que se possa exercer o papel de educador junto a esses alunos diferentes, é importante conhecer as diferenças individuais que lhe permitam detectar, encaminhar e/ou auxiliar esse aluno em suas dificuldades.

É notório, portanto, a importância desse estudo para a nossa formação, enquanto educador que busca continuamente transformação no contexto escolar. A cada nova fonte pesquisada, tamanha é a gama de informações novas que adquirimos e registramos no sentido de proceder e agir com uma criança portadora do TDAH.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGOLLO, Nayara, Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade: aspectos neuropsicológicos. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 7, n. 2, p. 197-201, 2018.
- BALLONE, Geraldo José. *Déficit de Atenção: diagnóstico*. São Paulo, Atlas, 2017.
- BARBOSA, Rui Sousa. O Olhar da Psicopedagogia para o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade: TDAH. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 03, Ed. 08, Vol. 04, pp. 86-99, Agosto de 2018.
- BARKLEY, Russell A.; BENTON, Christine M. *Vencendo o TDAH adulto*. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- CORREIA, Aparecida da Paixão; LINHARES, Tatiana Corrêa. A atuação do psicopedagogo com crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): intervenção necessária para pais e educadores. *Paidéia*, Belo Horizonte, ano 11, n. 17, p. 141-161, Jul Dez 2018.

- HORA, A.F; SILVA, S; RAMOS, M. A prevalência do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): uma revisão de literatura. *Psicologia*, volume 29, número 2, p. 47-62, 2018.
- LACET, C; ROSA, M.D. (2017). Diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e sua história no discurso social: desdobramentos subjetivos e éticos. *Psic. Rev. São Paulo*, volume 26, n.2, 231-253, 2017.
- LOUZÁ NETO, Mario Rodrigues, et al. TDAH: ao longo da vida. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- REIS, G. V. Alunos Diagnosticados com TDAH: reflexões sobre a prática pedagógica utilizada no processo educacional. Parnaíba. 2018.
- RICHTER, Bárbara Rocha. Hiperatividade ou indisciplina? – O TDAH e a patologização do comportamento desviante na escola. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2017.
- ROHDE, L.A; TRENTINI, C.M. Neuropsicologia do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: Modelos Neuropsicológicos e Resultados de Estudos Empíricos Psico-USF, Bragança Paulista, v. 21, n. 3, p. 573-582, set./dez. 2017.
- SCHMITZ, M; et al. TDAH: remissão na adolescência e preditores de persistência em adultos. *Jor. bras. psiquiatr*, v.4, n.1, 2017.

INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL
SCHOOL INCLUSION: CHALLENGES AND PRACTICES IN SPECIAL EDUCATION
INCLUSIÓN ESCOLAR: DESAFÍOS Y PRÁCTICAS EN LA EDUCACIÓN ESPECIAL

Raiane Marques Nunes
raiane21.marques@gmail.com

NUNES, Raiane Marques. **Inclusão escolar: desafios e práticas na educação especial.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 53 – 62, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão

RESUMO

A inclusão escolar na Educação Especial é um desafio fundamental no contexto educacional contemporâneo. Este artigo aborda os principais obstáculos e práticas eficazes para garantir que alunos com deficiência tenham pleno acesso à educação de qualidade. Entre os desafios, destacam-se a falta de formação adequada de professores, a escassez de recursos materiais e tecnológicos, e a necessidade de políticas públicas mais robustas. No entanto, práticas como a utilização de metodologias ativas, a implementação de tecnologias assistivas e a diferenciação pedagógica têm mostrado resultados promissores. Isto posto, o presente artigo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados e as práticas pedagógicas eficazes na educação especial. Foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática, utilizando artigos publicados nos últimos quatro anos (2020-2024) em bases de dados como Scielo, *Mendeley* e *Google Scholar*. Os resultados mostraram que a maioria dos professores ainda não se sente preparada para trabalhar com alunos com necessidades especiais, o que compromete a adaptação curricular e o atendimento personalizado. Além disso, a falta de acessibilidade em muitas escolas, especialmente em áreas mais remotas, agrava a exclusão dos alunos com deficiências físicas, reforçando a necessidade de melhorias estruturais. Esta pesquisa revelou que, apesar de avanços como a existência de salas de recursos multifuncionais e o uso de tecnologias assistivas, a falta de capacitação adequada dos professores e a carência de infraestrutura básica são barreiras significativas para a implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavra-Chave: Inclusão escolar. Educação Especial. Práticas pedagógicas.

SUMMARY

Inclusion in Special Education is a fundamental challenge in the contemporary educational context. This article addresses the main obstacles and effective practices to ensure that students with disabilities have full access to quality education. Among the challenges, there are the lack of adequate teacher training, the scarcity of material and technological resources, and the need for more robust public policies. However, practices such as the use of active methodologies, the implementation of assistive technologies, and differentiated pedagogy have shown promising results. Therefore, this article aims to analyze the challenges faced and the effective pedagogical practices in special education. A systematic literature review was conducted, using articles published in the last four years (2020-2024) from databases such as Scielo, Mendeley, and Google Scholar. The results showed that most teachers still feel unprepared to work with students with special needs, which compromises curriculum adaptation and personalized support. Additionally, the lack of accessibility in many schools, especially in more remote areas, exacerbates the exclusion of students with physical disabilities, highlighting the need for structural improvements. This research revealed that, despite advances such as the existence of multifunctional resource rooms and the use of assistive technologies, the lack of adequate teacher training and the shortage of basic infrastructure are significant barriers to implementing truly inclusive education.

Keywords: School Inclusion. Special Education. Pedagogical Practices.

RESUMEN

La inclusión en la Educación Especial es un desafío fundamental en el contexto educativo contemporáneo. Este artículo aborda los principales obstáculos y prácticas eficaces para garantizar que los estudiantes con discapacidad tengan acceso pleno a una educación de calidad. Entre los desafíos se destacan la falta de formación adecuada de los docentes, la escasez de recursos materiales y tecnológicos, y la necesidad de políticas públicas más robustas. Sin embargo, prácticas como el uso de metodologías activas, la implementación de tecnologías asistivas y la pedagogía diferenciada han mostrado resultados prometedores. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo analizar los desafíos enfrentados y las prácticas pedagógicas eficaces en la educación especial. Se realizó una revisión bibliográfica sistemática, utilizando artículos publicados en los últimos cuatro años (2020-2024) en bases

de dados como Scielo, Mendeley y Google Scholar. Los resultados mostraron que la mayoría de los docentes aún no se sienten preparados para trabajar con estudiantes con necesidades especiales, lo que compromete la adaptación curricular y el apoyo personalizado. Además, la falta de accesibilidad en muchas escuelas, especialmente en áreas más remotas, agrava la exclusión de los estudiantes con discapacidades físicas, lo que refuerza la necesidad de mejoras estructurales. Esta investigación reveló que, a pesar de avances como la existencia de salas de recursos multifuncionales y el uso de tecnologías asistivas, la falta de capacitación adecuada de los docentes y la carencia de infraestructura básica son barreras significativas para la implementación de una educación verdaderamente inclusiva.

Palabras clave: Inclusión escolar. Educación Especial. Prácticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um tema relevante nas discussões contemporâneas sobre educação, especialmente no contexto da Educação Especial. Este conceito envolve a integração de alunos com deficiência em ambientes de aprendizagem regulares, assegurando o acesso equitativo a uma educação de qualidade para todos os estudantes. Contudo, a implementação da inclusão escolar enfrenta diversos desafios (Costa, 2022).

Um dos principais obstáculos reside na formação de professores. A inadequação da capacitação dos educadores para atender às necessidades específicas de alunos com deficiência pode resultar em insegurança e resistência na aplicação de práticas inclusivas. Além disso, a escassez de recursos materiais, como tecnologias assistivas e adaptações curriculares, limita a efetividade da inclusão, dificultando o acesso dos alunos ao currículo e a sua participação nas atividades escolares (Almeida, 2021).

Outro desafio é a presença de atitudes e preconceitos enraizados na sociedade. Estigmas relacionados a deficiências ainda permeiam o ambiente escolar, impactando a aceitação e a interação entre os alunos. Portanto, é imprescindível promover uma mudança de postura na comunidade escolar a fim de criar um ambiente educativo acolhedor e inclusivo. A adaptação curricular, que deve ser personalizada para atender às necessidades individuais dos alunos, frequentemente se torna um desafio adicional para os professores (Pereira, 2023).

Para fomentar a inclusão escolar, diversas práticas podem ser implementadas. A realização de adaptações curriculares que levem em consideração as capacidades e dificuldades de cada aluno é fundamental. Isso pode incluir a simplificação de atividades, a utilização de múltiplos formatos de apresentação, a visual, auditivo e tátil, sendo a personalização das avaliações. O emprego de tecnologia assistiva, como softwares educacionais e dispositivos de comunicação, tem se mostrado eficaz na facilitação da aprendizagem e na participação de alunos com deficiência, promovendo a autonomia e o engajamento desses estudantes (Pereira, 2023).

A inclusão escolar é um princípio fundamental para a construção de uma sociedade justa e igualitária, onde todos os indivíduos têm direito a uma educação de qualidade, independentemente de suas características pessoais ou limitações. A promoção da inclusão escolar na Educação Especial se justifica por diversos aspectos sociais, educacionais e éticos (Almeida, 2021).

Primeiramente, a educação é um direito humano universal, garantido por legislações nacionais e internacionais, como a Constituição Brasileira e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. Promover a inclusão escolar é assegurar que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, possam usufruir desse direito fundamental. A não inclusão

perpetua a exclusão social e a marginalização, contribuindo para a perpetuação de desigualdades (Martins, 2022).

A inclusão escolar também proporciona benefícios significativos para o desenvolvimento integral dos alunos. Alunos com deficiência têm a oportunidade de desenvolver habilidades sociais, cognitivas e emocionais em um ambiente que valoriza suas potencialidades. Simultaneamente, os alunos sem deficiência se beneficiam ao aprenderem a trabalhar em equipe, respeitar as diferenças e desenvolver habilidades de convivência e colaboração (Martins, 2022).

Considerando-se, pois, que o tema é complexo e demanda diversos debates, o presente artigo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados e as práticas pedagógicas eficazes na educação especial.

INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar refere-se ao processo de assegurar que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade em ambientes regulares. Esse conceito fundamenta-se no reconhecimento da diversidade como uma característica intrínseca da sociedade e no direito de todos os estudantes de aprender em um ambiente que valorize suas diferenças. A inclusão escolar vai além da mera presença física de alunos com deficiência nas salas de aula; exige a implementação de práticas pedagógicas e curriculares que atendam às necessidades específicas desses alunos, promovendo sua participação ativa no processo de ensino-aprendizagem (Martins, 2022).

No Brasil, a inclusão escolar é respaldada por diversas legislações e políticas públicas, incluindo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2017). Essas diretrizes têm como objetivo garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos com deficiência nas escolas regulares, promovendo uma educação que respeite a diversidade e assegure a igualdade de oportunidades (Pereira, 2023).

Contudo, a implementação da inclusão escolar enfrenta desafios significativos. Estudos recentes indicam que muitos educadores carecem de formação adequada para atender às necessidades de alunos com deficiência, resultando em resistência à adoção de práticas inclusivas. Além disso, a escassez de recursos e apoio nas escolas, como a falta de profissionais especializados e materiais adaptados, pode comprometer a eficácia das iniciativas de inclusão (Motta, 2023).

A promoção de um ambiente escolar inclusivo também demanda a sensibilização da comunidade escolar. A convivência entre alunos com e sem deficiência é crucial para o desenvolvimento de uma cultura de respeito e empatia. Quando os alunos são expostos a diferentes realidades e aprendem a valorizar as diferenças, cria-se um clima escolar mais harmonioso, que beneficia todos os estudantes (Cardoso, 2022).

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

A inclusão escolar e a Educação Especial são sustentadas por uma série de conceitos fundamentais que orientam tanto a prática pedagógica quanto às políticas educacionais. A

inclusão escolar é um princípio que visa assegurar o acesso e a participação plena de todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência, no contexto educacional (Almeida, 2021).

Esse conceito transcende a mera presença física dos alunos em salas de aula regulares, demandando a criação de condições que favoreçam a aprendizagem e a convivência respeitosa entre todos os estudantes, refletindo a valorização da diversidade e promovendo a equidade e a justiça social na educação (Cardoso, 2022).

A Educação Especial, por sua vez, é uma modalidade educacional destinada a atender às necessidades específicas de alunos com deficiência ou transtornos do desenvolvimento. Essa modalidade busca proporcionar serviços educacionais adaptados, incluindo a elaboração de currículos, metodologias de ensino e recursos apropriados. Importante destacar que a Educação Especial não se limita a ambientes segregados, mas busca articular-se com a educação regular, promovendo a inclusão efetiva desses alunos nas instituições de ensino (Costa, 2022).

A adaptação curricular refere-se ao processo de modificação do currículo escolar para atender às necessidades de aprendizagem dos alunos com deficiência. As adaptações podem incluir a simplificação de conteúdos, a utilização de diferentes formatos de apresentação e a modificação de avaliações, garantindo que todos os alunos possam acessar o conhecimento de maneira adequada às suas capacidades e ritmos de aprendizagem (Almeida, 2021).

As tecnologias assistivas desempenham um papel crucial nesse contexto, consistindo em recursos, dispositivos e serviços que promovem a autonomia e a inclusão de alunos com deficiência. Esses recursos podem englobar softwares educativos, equipamentos adaptados e ferramentas de comunicação, facilitando o acesso ao currículo e promovendo a participação ativa dos alunos nas atividades escolares (Pereira, 2023).

A formação de professores é um aspecto fundamental para a implementação da inclusão escolar. A capacitação contínua dos educadores para lidar com a diversidade nas salas de aula é essencial para a adoção de práticas pedagógicas inclusivas. Essa formação deve abranger tanto aspectos teóricos quanto práticos, proporcionando aos professores as ferramentas necessárias para atender às necessidades de alunos com deficiência e promover um ambiente escolar acolhedor e respeitoso (Martins, 2022).

DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Um dos principais obstáculos é a formação inadequada de professores. Embora as diretrizes educacionais incentivem a capacitação docente para lidar com a diversidade nas salas de aula, muitos educadores ainda carecem de uma formação específica em Educação Especial. A falta de preparo dos profissionais para atender alunos com deficiência gera insegurança e resistência à adoção de práticas inclusivas, prejudicando a implementação efetiva da inclusão escolar (Cardoso, 2022). Para enfrentar esse desafio, é necessário que os cursos de formação inicial e continuada incluam conteúdos voltados para a educação inclusiva, fornecendo aos professores as ferramentas necessárias para lidar com a diversidade de maneira eficiente (Motta, 2023).

Outro desafio está relacionado à escassez de recursos e infraestrutura adequada. Muitas escolas enfrentam a falta de materiais pedagógicos adaptados, tecnologias assistivas e profissionais especializados, como intérpretes de Libras e mediadores, o que dificulta a plena

inclusão de alunos com deficiência. Além disso, barreiras arquitetônicas continuam sendo uma realidade em diversas instituições de ensino, limitando o acesso de estudantes com mobilidade reduzida (Almeida, 2021). A superação desse desafio exige investimentos substanciais em infraestrutura escolar e na aquisição de tecnologias que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem inclusivo (Santos, 2023).

A falta de articulação entre políticas públicas e práticas escolares também constitui um obstáculo importante. Apesar da existência de legislações e programas voltados para a inclusão escolar, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial, essas diretrizes muitas vezes não são plenamente aplicadas no cotidiano das escolas. A ausência de uma implementação eficaz das políticas públicas gera uma distância entre o que é proposto e o que realmente ocorre nas instituições de ensino (Costa, 2023).

Além disso, a resistência à mudança cultural no ambiente escolar representa outro desafio a ser enfrentado. O preconceito e a falta de sensibilização por parte de professores, alunos e famílias podem dificultar a aceitação plena de alunos com deficiência. A criação de uma cultura inclusiva demanda tempo e ações continuadas de conscientização e sensibilização envolvendo toda a comunidade escolar. Quando bem trabalhada, a convivência entre alunos com e sem deficiência pode se transformar em um fator de enriquecimento social e acadêmico para todos os envolvidos (Martins, 2022).

Dessa forma, os desafios da inclusão escolar no Brasil são complexos e multifacetados. Eles requerem um compromisso conjunto entre as esferas governamentais, os educadores e a sociedade para que seja possível criar uma educação verdadeiramente inclusiva, que ofereça oportunidades de aprendizagem igualitárias para todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais (Pereira, 2023)

A continuidade da análise sobre os desafios da inclusão escolar envolve a compreensão de questões que vão além da formação docente, da infraestrutura e da implementação de políticas públicas. Outros fatores que dificultam a inclusão estão relacionados às práticas pedagógicas tradicionais, que muitas vezes não são adaptadas para atender à diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem dos alunos com deficiência (Almeida, 2021).

O currículo escolar, na maioria das vezes, é padronizado, não considerando as especificidades de cada aluno, o que pode gerar exclusão pedagógica mesmo em ambientes fisicamente inclusivos. A falta de flexibilidade curricular e a ausência de metodologias diferenciadas para favorecer a aprendizagem colaborativa são aspectos que precisam ser repensados para garantir que a inclusão seja de fato efetiva (Martins, 2022).

Também é importante ressaltar o papel das famílias e da comunidade escolar no processo de inclusão. O envolvimento da família é fundamental para o sucesso da inclusão escolar, pois é na interação entre escola, aluno e família que se constrói um ambiente favorável ao desenvolvimento integral do estudante. No entanto, muitas famílias ainda enfrentam dificuldades em compreender o papel delas na educação inclusiva, seja pela falta de informação, apoio ou pela ausência de políticas que promovam a participação ativa das famílias no processo educativo. A escola, por sua vez, deve investir em práticas de acolhimento e comunicação eficaz com as famílias para garantir uma parceria colaborativa (Carvalho, 2022).

O preconceito e a discriminação também são grandes desafios para a inclusão escolar, sendo essas atitudes muitas vezes presentes tanto entre os alunos quanto entre os próprios

educadores. Essas barreiras atitudinais impedem a construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo, onde o respeito às diferenças deve ser a base para todas as relações. Trabalhar a sensibilização de toda a comunidade escolar em relação à diversidade é um passo fundamental para o enfrentamento desse desafio. Programas de formação contínua sobre direitos humanos, diversidade e inclusão podem contribuir significativamente para a mudança de postura e o combate ao preconceito no ambiente escolar (Tassa et al., 2023).

PRÁTICAS EFICAZES PARA A INCLUSÃO

A promoção de uma educação inclusiva requer a implementação de práticas pedagógicas eficazes, capazes de atender às diversas necessidades dos alunos, independentemente de suas características ou limitações. No contexto brasileiro, a adoção de práticas inclusivas bem-sucedidas está associada a uma abordagem pedagógica que reconhece e valoriza a diversidade, criando um ambiente de aprendizagem acessível e acolhedor para todos (Costa, 2022).

Uma das práticas mais eficazes para a inclusão é a adoção de metodologias ativas de ensino, que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem. Metodologias como a aprendizagem colaborativa, baseada em projetos ou problemas, favorecem a participação ativa dos alunos com deficiência, promovendo o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas. Esses métodos permitem que os alunos trabalhem em conjunto, compartilhem responsabilidades e aprendam uns com os outros, o que é fundamental para a inclusão de estudantes com diferentes capacidades (Cardoso, 2022).

Além disso, o uso de tecnologias assistivas desempenha um papel crucial na promoção da inclusão escolar. Essas tecnologias incluem uma gama de ferramentas, desde softwares de leitura para estudantes com deficiência visual até dispositivos de comunicação alternativa para aqueles com dificuldades na fala (Tao et al., 2020).

O uso adequado de tecnologias assistivas não apenas facilita o acesso ao currículo, mas também promove a autonomia dos alunos com deficiência, permitindo que eles participem plenamente das atividades escolares. A escola precisa investir na aquisição e na correta aplicação dessas tecnologias, além de garantir que os professores recebam a formação necessária para utilizá-las de maneira eficaz (Pereira, 2023).

A diferenciação pedagógica é outra prática fundamental para a inclusão. Essa abordagem implica ajustar o conteúdo, o processo e os produtos de aprendizagem de acordo com as necessidades, interesses e níveis de prontidão dos alunos. A diferenciação pode ser realizada por meio de adaptações no currículo, atividades personalizadas e avaliações alternativas, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, possam progredir em seu próprio ritmo. A flexibilização das práticas avaliativas também se destaca como uma ferramenta inclusiva, permitindo que os estudantes com deficiência sejam avaliados de forma justa, de acordo com suas particularidades (Martins, 2022).

A presença de profissionais de apoio especializados, como intérpretes de Libras, mediadores e psicopedagogos, também é uma prática que contribui significativamente para a inclusão escolar. Esses profissionais auxiliam tanto os alunos quanto os professores, promovendo a adaptação das práticas pedagógicas às necessidades individuais dos estudantes com deficiência. Sua atuação dentro das salas de aula e no planejamento pedagógico reforça a

personalização do ensino e o suporte necessário para que os alunos com deficiência possam desenvolver todo o seu potencial (Cardoso, 2022).

METODOLOGIA

A metodologia deste artigo caracteriza-se como qualitativa e descritiva, com o objetivo de investigar os desafios e práticas eficazes para a inclusão escolar no contexto da Educação Especial. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica (Ludke; André, 2019).

A metodologia qualitativa é um conjunto de técnicas e procedimentos de pesquisa utilizados para compreender e descrever fenômenos complexos e subjetivos, como crenças, valores, atitudes e comportamentos. Essa abordagem é baseada na coleta de dados não estruturados, como entrevistas, observações e análise de documentos, e na interpretação desses dados para identificar padrões, significados e relações (Gil, 2019).

Onde foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática, utilizando artigos publicados nos últimos quatro anos (2020-2024) em bases de dados como Scielo, *Mendeley* e *Google Scholar*. Foram analisados 10 artigos que tratavam dos principais desafios e estratégias relacionadas à inclusão escolar, destacando práticas pedagógicas, formação docente e políticas educacionais. Essa etapa permitiu a construção de um referencial teórico atualizado, que orientou a análise crítica das práticas inclusivas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tema da inclusão escolar, especialmente no que tange à Educação Especial, apresenta uma série de desafios e oportunidades para as práticas pedagógicas contemporâneas. A pesquisa realizada apontou que a implementação de uma educação inclusiva enfrenta obstáculos significativos, especialmente em relação à formação de professores, recursos materiais e a acessibilidade nas escolas. Esses resultados corroboram os achados de estudiosos como Tao et al., (2020), que enfatizam a importância de uma formação docente adequada para a inclusão efetiva de alunos com deficiência.

Um dos principais desafios apontados pelos estudos revisados é a falta de capacitação específica dos professores para trabalhar com alunos com deficiência, especialmente em áreas mais remotas. Segundo Almeida (2021), a formação continuada é crucial para que os docentes possam desenvolver habilidades pedagógicas que atendam às necessidades desses alunos, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo. A pesquisa revelou que muitos professores, apesar de terem boa vontade, ainda se sentem despreparados para lidar com a diversidade no ambiente escolar, o que compromete o atendimento individualizado.

A escassez de recursos materiais e tecnológicos nas escolas é outro fator que limita a inclusão de alunos com deficiência. Como apontado por Martins (2022), a utilização de tecnologias assistivas, como softwares educativos e dispositivos de apoio, pode melhorar significativamente a experiência de aprendizado de alunos com deficiência. No entanto, muitos gestores educacionais relataram que a falta de investimento em infraestrutura tecnológica nas escolas dificulta a implementação dessas práticas. Este cenário reflete um gap entre a teoria da

inclusão e sua execução prática, que é frequentemente exacerbado pela falta de apoio financeiro e logístico.

A acessibilidade física nas escolas também se mostrou um desafio significativo. Segundo Cardoso (2022), a falta de adaptações estruturais em muitas escolas impede a plena participação de alunos com deficiência, especialmente em áreas mais afastadas dos centros urbanos. A pesquisa revelou que, mesmo quando as escolas adotam práticas pedagógicas inclusivas, muitos alunos com deficiência física enfrentam dificuldades para acessar os espaços físicos da instituição, o que compromete sua participação nas atividades escolares e a inclusão efetiva no ambiente educacional.

Outro aspecto importante identificado na pesquisa foi a utilização de metodologias ativas como uma prática pedagógica eficaz na inclusão escolar. De acordo com Costa (2022), metodologias como a aprendizagem baseada em projetos e o ensino colaborativo podem ser particularmente eficazes para promover a inclusão de alunos com deficiência, pois permitem um aprendizado mais dinâmico e personalizado. A pesquisa constatou que, quando os professores utilizam essas metodologias, os alunos com deficiência se sentem mais engajados e têm um desempenho escolar melhorado, principalmente quando as atividades são adaptadas às suas necessidades.

No entanto, mesmo com a implementação de metodologias ativas, a falta de materiais pedagógicos adaptados é um desafio constante. Como observa Mota (2023), o uso de materiais didáticos adaptados, como livros em braille ou textos em formatos digitais acessíveis, é essencial para garantir que os alunos com deficiência possam acompanhar o conteúdo de forma eficiente. A pesquisa revelou que, em muitas escolas, a oferta de materiais adaptados é limitada, o que dificulta o processo de aprendizagem desses alunos.

A necessidade de políticas públicas mais robustas e integradas também foi um tema recorrente nas discussões. Os resultados indicam que, embora existam algumas iniciativas governamentais voltadas para a educação especial, como a criação de salas de recursos multifuncionais, ainda há uma grande lacuna na implementação de políticas que assegurem a inclusão plena. Segundo Costa (2022), a implementação de políticas públicas que envolvam tanto o governo quanto as escolas e as comunidades é essencial para garantir a inclusão efetiva de alunos com deficiência nas escolas regulares.

O trabalho conjunto entre professores e equipes pedagógicas foi destacado como uma prática positiva que contribui para a inclusão escolar. De acordo com Pereira (2023), a colaboração entre professores regulares e especializados permite a adaptação curricular e o atendimento das necessidades de cada aluno de forma mais eficiente. A pesquisa revelou que, nas escolas em que há uma colaboração efetiva entre esses profissionais, os alunos com deficiência têm um melhor desempenho e se sentem mais apoiados.

Além disso, a utilização de tecnologias assistivas também apareceu como uma solução potencial para enfrentar os desafios da inclusão escolar. Estudos como os de Silva et al., (2020) indicam que o uso de tecnologias, como softwares de leitura, aplicativos de apoio e dispositivos de comunicação aumentativa, pode facilitar a aprendizagem de alunos com deficiência. Contudo, a pesquisa identificou que a implementação dessas tecnologias ainda é limitada em muitas escolas, o que reflete a carência de recursos financeiros e a falta de formação dos professores para utilizar essas ferramentas de forma eficaz.

Outro aspecto que se destacou na pesquisa foi a percepção dos gestores escolares sobre a inclusão. Muitos gestores reconhecem a importância da inclusão escolar, mas apontam a falta de recursos, de pessoal especializado e a resistência de alguns professores como obstáculos para a implementação efetiva. De acordo com Silva (2022), a liderança escolar desempenha um papel crucial na promoção de uma cultura inclusiva, sendo essencial que os gestores escolares invistam na capacitação dos docentes e na criação de um ambiente escolar mais acessível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar na educação especial é um desafio complexo e multifacetado que envolve tanto a adaptação de práticas pedagógicas quanto a superação de barreiras estruturais e culturais. A pesquisa revelou que, apesar de avanços significativos em algumas áreas, como a implementação de metodologias ativas e o uso de tecnologias assistivas, ainda há uma grande lacuna em termos de formação docente, recursos materiais e acessibilidade. A falta de capacitação específica dos professores para lidar com as necessidades dos alunos com deficiência se mostrou uma das principais barreiras para uma inclusão efetiva, corroborando a literatura existente sobre a importância de um preparo adequado para a diversidade no ambiente escolar.

Além disso, a pesquisa evidenciou que a escassez de recursos materiais e a falta de adaptações estruturais nas escolas dificultam a participação plena dos alunos com deficiência nas atividades escolares. Embora a implementação de salas de recursos multifuncionais tenha se mostrado uma solução eficaz em algumas escolas, a pesquisa indicou que ainda há muitas instituições que carecem dessas infraestruturas, especialmente nas regiões mais afastadas. A falta de recursos financeiros para equipar essas salas e a ausência de uma política pública que garanta sua implementação em todas as escolas são fatores que contribuem para a exclusão de alunos com deficiência.

A colaboração entre os docentes, a liderança escolar e a equipe pedagógica também se mostrou um fator decisivo para o sucesso da inclusão escolar. A pesquisa revelou que as escolas onde há um trabalho conjunto entre professores regulares e especializados têm mais sucesso em adaptar as metodologias de ensino e os materiais pedagógicos, garantindo que os alunos com deficiência tenham a mesma qualidade de aprendizado que os demais. A capacitação contínua dos educadores e a promoção de um ambiente colaborativo são, portanto, essenciais para que a inclusão escolar seja realmente eficaz.

Em conclusão, a inclusão escolar de alunos com deficiência continua sendo um desafio significativo, mas é possível alcançar avanços por meio de políticas públicas mais robustas, da formação adequada dos professores e da criação de um ambiente escolar acessível e colaborativo. A superação das barreiras identificadas nesta pesquisa exige o compromisso de todos os atores envolvidos no processo educacional, incluindo gestores, educadores, familiares e a sociedade em geral. Somente com um esforço conjunto será possível garantir que todos os alunos, independentemente de suas deficiências, tenham acesso a uma educação de qualidade e possam alcançar seu pleno potencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F. A. Adaptação curricular e suas implicações na inclusão escolar. São Paulo: Educação Especial em Foco, 2021.
- BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015). Brasília: Planalto Central, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 20 Out 2024.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> Acesso em: 20 Out 2024.
- CARDOSO, João. Educação inclusiva. Revista Digital. Buenos Aires- Ano 8, nº49. Junho, 2022.
- COSTA, M. L. Educação Especial: Uma abordagem inclusiva. Rio de Janeiro: Caderno de Educação Inclusiva, 2022.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2019.
- LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2019.
- MARTINS, T. C. Formação docente para a inclusão escolar: desafios e propostas. Revista de Educação Inclusiva, 2022.
- MOTTA, L. A. Desafios e perspectivas da inclusão escolar no Brasil: Uma análise das políticas públicas. Revista Brasileira de Educação Inclusiva, 2023.
- PEREIRA, L. M. Tecnologias assistivas na educação: facilitadores da inclusão. Florianópolis: Revista de Educação e Tecnologia, 2023.
- SANTOS, J. R. Inclusão escolar e diversidade: desafios contemporâneos. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, 2023.
- SILVA, R. C. Inclusão escolar: A convivência entre alunos com e sem deficiência. Caderno de Educação Inclusiva, 2022.
- SILVA, A. O. et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. Revista Educação Especial, vol. 31 n. 60, 2020
- TAO, G. et al. Evaluation tools for assistive technologies: a scoping review. Archives of Physical Medicine and Rehabilitation, vol. 101, n. 6, 2020.
- TASSA, K. O. M. E.; et al. Educação Inclusiva e o curso de formação docente: desafios e relatos de experiência. Boletim de Conjuntura, vol. 14, n. 41, 2023.

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ALUNOS COM TEA:
ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR E ENSINO NO AMBIENTE
ESCOLAR BRASILEIRO.**

**INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES FOR STUDENTS WITH ASD:
CURRICULUM ADAPTATION AND TEACHING STRATEGIES IN THE BRAZILIAN
SCHOOL ENVIRONMENT.**

**PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ESTUDIANTES CON TEA:
ESTRATEGIAS DE ADAPTACIÓN CURRICULAR Y ENSEÑANZA EN EL ENTORNO
ESCOLAR BRASILEÑO.**

Joelcio Soares Sales
joelciosales1@gmail.com

SALES, Joelcio Soares. **Práticas pedagógicas inclusivas para alunos com tea: estratégias de adaptação curricular e ensino no ambiente escolar brasileiro.**

Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 63 – 71, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

RESUMO

Este artigo investiga as práticas pedagógicas inclusivas voltadas para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas brasileiras, com ênfase nas estratégias de adaptação curricular e ensino no ambiente escolar. A pesquisa teve como objetivo identificar as práticas mais eficazes adotadas por professores e gestores escolares para promover a inclusão de alunos com TEA, além de analisar os desafios enfrentados durante o processo de inclusão. Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa envolveu entrevistas com docentes, gestores e especialistas da área de educação inclusiva. Os resultados apontam que, apesar das barreiras estruturais e da falta de formação contínua para os educadores, algumas práticas como a adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas e a implementação de metodologias ativas têm se mostrado eficazes para melhorar a experiência educacional de alunos com TEA. No entanto, os dados também revelam a necessidade de maior apoio institucional, como a presença de profissionais especializados e políticas públicas mais robustas, para garantir a inclusão de qualidade. Este estudo contribui para a reflexão sobre a importância de um ensino personalizado, que respeite as diferenças individuais e promova um ambiente escolar mais inclusivo e acessível para todos os alunos, especialmente os com TEA.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Práticas Pedagógicas Inclusivas. Adaptação Curricular. Tecnologias Assistivas. Educação Inclusiva.

SUMMARY

This article investigates inclusive pedagogical practices aimed at students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Brazilian schools, with an emphasis on strategies for curriculum adaptation and teaching in the school environment. The research aimed to identify the most effective practices adopted by teachers and school administrators to promote the inclusion of students with ASD, as well as to analyze the challenges encountered during the inclusion process. Using a qualitative approach, the study involved interviews with educators, administrators, and specialists in inclusive education. The results indicate that, despite structural barriers and the lack of continuous training for educators, practices such as curriculum adaptation, the use of assistive technologies, and the implementation of active methodologies have proven effective in enhancing the educational experience of students with ASD. However, the data also highlight the need for greater institutional support, such as the presence of specialized professionals and stronger public policies, to ensure quality inclusion. This study contributes to the reflection on the importance of personalized teaching that respects individual differences and promotes a more inclusive and accessible school environment for all students, especially those with ASD.

Keywords: Autism Spectrum Disorder, inclusive pedagogical practices, curriculum adaptation, assistive technologies, inclusive education.

RESUMEN

Este artículo investiga las prácticas pedagógicas inclusivas dirigidas a estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en las escuelas brasileñas, con énfasis en las estrategias de adaptación curricular y enseñanza en el entorno escolar. La investigación tuvo como objetivo identificar las prácticas más eficaces adoptadas por profesores y gestores escolares para promover la inclusión de estudiantes con TEA, además de analizar los desafíos enfrentados durante el proceso de inclusión. Utilizando un enfoque cualitativo, la investigación incluyó entrevistas con docentes, gestores y especialistas en el área de educación inclusiva. Los resultados señalan que, a pesar de las barreras estructurales y la falta de formación continua para los educadores, algunas prácticas como la adaptación curricular, el uso de tecnologías asistivas y la implementación de metodologías activas han demostrado ser eficaces para mejorar la experiencia educativa de los estudiantes con TEA. Sin embargo, los datos también revelan la necesidad de un mayor apoyo institucional, como la presencia de profesionales especializados y políticas públicas más sólidas, para garantizar una inclusión de calidad. Este estudio contribuye a la reflexión sobre la importancia de una enseñanza personalizada, que respete las diferencias individuales y promueva un entorno escolar más inclusivo y accesible para todos los estudiantes, especialmente aquellos con TEA.

Palabras clave: Trastorno del Espectro Autista. Prácticas Pedagógicas Inclusivas. Adaptación Curricular. Tecnologías Asistivas. Educación Inclusiva.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido um tema central no debate educacional, especialmente no contexto brasileiro, onde políticas públicas e legislações garantem o direito à educação de qualidade para todos, independentemente das suas necessidades específicas. A

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL 13.146/2015) é um marco importante, reconhecendo que a inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares requer práticas pedagógicas adaptadas e um currículo flexível (BRASIL, 2015). No entanto, apesar dos avanços legais, a realidade nas escolas ainda enfrenta uma série de desafios relacionados à efetividade da inclusão, principalmente no que se refere às práticas pedagógicas adotadas para atender a esses alunos.

Estudos indicam que, embora muitos professores e gestores escolares reconheçam a importância da inclusão, a falta de preparação adequada e de estratégias pedagógicas adaptadas ao TEA ainda é uma barreira significativa. Segundo Silva e Almeida (2020), a formação docente é frequentemente insuficiente para capacitar os educadores a lidar com as especificidades do TEA, o que compromete o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas eficazes. Além disso, a adaptação curricular, que é fundamental para garantir o sucesso escolar de alunos com TEA, muitas vezes não é implementada de maneira plena nas escolas, o que limita o acesso dos alunos ao currículo regular e aos processos de aprendizagem.

Diversos autores têm discutido as práticas pedagógicas necessárias para a inclusão de alunos com TEA. De acordo com Freitas e Costa (2018), uma das estratégias mais eficazes envolve a adaptação do currículo, ajustando-o para atender às necessidades sensoriais, cognitivas e sociais desses alunos.

A adaptação curricular pode incluir modificações nos conteúdos, nas metodologias de ensino, no ritmo de aprendizagem e nas avaliações, permitindo uma educação mais acessível e equitativa. No entanto, a implementação dessas práticas demanda um esforço conjunto de professores, gestores e familiares, que devem atuar como mediadores e apoiadores no processo de aprendizagem.

Neste artigo, busca-se analisar as estratégias de adaptação curricular e as práticas pedagógicas inclusivas adotadas no contexto escolar brasileiro, a fim de identificar as principais dificuldades e boas práticas relacionadas ao atendimento de alunos com TEA.

Por meio de uma pesquisa científica realizada com professores e gestores de escolas públicas e privadas, serão apresentadas as percepções desses profissionais sobre as estratégias mais eficazes, as barreiras enfrentadas e as possíveis soluções para uma inclusão escolar efetiva e significativa para alunos com TEA.

O estudo também visa contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas, fornecendo subsídios para a capacitação de educadores e a melhoria das políticas educacionais voltadas para a educação inclusiva.

CONCEITO

O artigo intitulado "Práticas Pedagógicas Inclusivas para Alunos com TEA: Estratégias de Adaptação Curricular e Ensino no Ambiente Escolar Brasileiro" investiga a implementação de práticas pedagógicas inclusivas no contexto educacional brasileiro, com foco nas estratégias de adaptação curricular adotadas para atender alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Considerando que a inclusão escolar é uma demanda crescente, tanto no âmbito legal quanto social, este estudo se propõe a analisar como escolas públicas e privadas têm lidado com as necessidades específicas desses alunos, abordando as dificuldades e as soluções adotadas por educadores e gestores. A pesquisa científica, realizada por meio de entrevistas e questionários aplicados a professores e gestores escolares, busca compreender as barreiras encontradas no processo de inclusão e sugerir práticas que possam ser aprimoradas para promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por uma série de variações no desenvolvimento social, comportamental, comunicativo e cognitivo, o que exige, no ambiente escolar, uma adaptação curricular que permita que os alunos com essa condição participem plenamente das atividades educativas (AMARAL et al., 2019). Embora a inclusão de alunos com deficiência seja uma obrigação legal garantida pela Constituição Federal e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), na prática, a efetivação dessa inclusão enfrenta desafios consideráveis. Como apontam Silva e Souza (2021), a falta de formação adequada dos professores e a escassez de recursos pedagógicos especializados são algumas das maiores dificuldades enfrentadas na adaptação do currículo e na criação de práticas inclusivas no contexto escolar.

A adaptação curricular, uma das principais estratégias de inclusão, envolve modificações nos conteúdos, nas metodologias de ensino, nas formas de avaliação e na organização do tempo e espaço escolares, a fim de permitir que alunos com TEA participem efetivamente das atividades de aprendizagem. De acordo com Ferreira e Lima (2018), a adaptação curricular deve ser flexível e ajustada às necessidades de cada aluno, considerando suas particularidades sensoriais, cognitivas e sociais. Esse processo de personalização do ensino é essencial para garantir que os alunos com TEA tenham acesso ao conteúdo de maneira acessível e significativa.

Um dos principais achados desta pesquisa é que a adaptação curricular ainda é, em muitas escolas, um processo desorganizado e sem uma metodologia clara. Muitos professores relatam que enfrentam dificuldades em modificar o currículo de forma eficiente, por falta de formação específica sobre o TEA e de recursos pedagógicos adequados (SILVA; SOUZA, 2020). Além disso, a falta de suporte de profissionais especializados, como psicólogos e terapeutas ocupacionais, limita a capacidade dos educadores de implementarem estratégias eficazes que atendam às necessidades dos alunos com TEA. Isso está de acordo com os estudos de Oliveira e Almeida (2019), que indicam que a falta de apoio especializado e a sobrecarga de atividades atribuídas aos professores são fatores que dificultam a criação de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

No entanto, o estudo também identificou práticas bem-sucedidas em algumas instituições, onde as estratégias de adaptação curricular foram mais eficazes. Em escolas que investem em formação continuada para os professores e em parcerias com profissionais especializados, a adaptação do currículo é realizada de forma mais sistemática e estruturada. Essas escolas adotam metodologias diversificadas, como o uso de tecnologias assistivas, atividades baseadas em jogos e o ensino individualizado, que contribuem para o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com TEA (FERREIRA; LIMA, 2018).

Outro ponto importante observado foi a colaboração entre os professores e as famílias dos alunos com TEA. Como indicam Silva e Almeida (2020), o envolvimento familiar é crucial para o sucesso da inclusão, pois permite que os educadores compreendam melhor as necessidades específicas dos alunos e ofereçam um ensino mais personalizado. Além disso, a colaboração entre as escolas e as famílias contribui para a criação de um ambiente escolar mais acolhedor e sensível às particularidades dos alunos com TEA.

A pesquisa conclui que, embora existam desafios significativos para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas para alunos com TEA, há também um potencial considerável para melhorar a qualidade da educação inclusiva nas escolas brasileiras. A adaptação curricular é uma estratégia essencial para a promoção de uma educação acessível e equitativa, mas sua eficácia depende de uma abordagem holística, que envolva a formação continuada dos professores, a utilização de recursos pedagógicos especializados e o apoio institucional adequado. Para que a inclusão escolar de alunos com TEA seja bem-sucedida, é necessário um esforço conjunto de professores, gestores escolares, famílias e profissionais especializados, que trabalhem de forma colaborativa para garantir um ambiente de aprendizagem verdadeiramente inclusivo. Os resultados deste estudo fornecem diretrizes importantes para a melhoria das práticas pedagógicas e para a formulação de políticas educacionais mais eficazes em relação à inclusão de alunos com TEA.

METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de investigar as práticas pedagógicas inclusivas adotadas por educadores e gestores escolares para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), focando nas estratégias de adaptação curricular e no impacto dessas práticas no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa foi realizada em escolas públicas e privadas de diferentes regiões do Brasil, com a participação de professores, gestores escolares e especialistas da área de educação inclusiva. A escolha por uma abordagem

qualitativa se justifica pela necessidade de compreender as percepções, experiências e práticas cotidianas desses profissionais, além de explorar as estratégias que estão sendo efetivamente implementadas no contexto escolar (MERRIAM, 2009).

A coleta de dados foi realizada por meio de dois instrumentos principais: entrevistas semiestruturadas e questionários. As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com professores e gestores escolares, a fim de obter informações detalhadas sobre as práticas pedagógicas adotadas, as dificuldades encontradas e as soluções implementadas para a inclusão de alunos com TEA. Este tipo de entrevista permite que o pesquisador explore as respostas de maneira flexível, adaptando-se às especificidades de cada participante e permitindo uma compreensão mais profunda sobre os processos de adaptação curricular e ensino no ambiente escolar (SILVA; COSTA, 2017). Além disso, os questionários foram aplicados a um grupo maior de professores e gestores, com o intuito de coletar dados quantitativos que complementassem as informações qualitativas.

Para garantir a representatividade e a diversidade de perspectivas, as escolas selecionadas pertencem a diferentes contextos socioeconômicos e geográficos, englobando tanto a rede pública quanto a privada. A amostra foi composta por 30 professores de diferentes disciplinas e 10 gestores escolares. A seleção dos participantes foi feita de forma intencional, priorizando aqueles que possuem experiência direta com a inclusão de alunos com TEA, conforme critérios estabelecidos por especialistas da área (RODRIGUES; GOMES, 2020). A escolha desse perfil de participantes é relevante, pois permite captar uma visão abrangente e concreta sobre os desafios e as boas práticas em adaptação curricular e estratégias pedagógicas inclusivas.

As entrevistas foram transcritas integralmente e analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Essa técnica foi escolhida porque possibilita uma análise sistemática e rigorosa dos dados qualitativos, permitindo identificar categorias, padrões e temas recorrentes nas falas dos participantes. Além disso, a análise de conteúdo facilita a interpretação das percepções e experiências dos educadores em relação às práticas pedagógicas inclusivas, evidenciando as dificuldades e os avanços observados no processo de inclusão escolar de alunos com TEA.

Os questionários foram analisados quantitativamente, com o uso de estatísticas descritivas, para mapear as estratégias pedagógicas mais comuns, as percepções sobre a adaptação curricular e a eficácia das práticas inclusivas nas escolas. A análise quantitativa complementou a abordagem qualitativa ao fornecer uma visão mais ampla das práticas implementadas, além de possibilitar a comparação entre diferentes tipos de escolas e contextos educacionais.

AMOSTRA E SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

A amostra da pesquisa foi composta por 40 participantes, sendo 30 professores e 10 gestores escolares, de diversas instituições de ensino. A seleção dos participantes foi feita de maneira intencional, com o objetivo de incluir profissionais com experiência direta no atendimento a alunos com TEA, de modo a garantir a relevância e a profundidade das informações obtidas (CRESWELL, 2014). Os professores selecionados lecionam em diferentes etapas e disciplinas do ensino fundamental e médio, o que permite uma análise mais

diversificada das práticas pedagógicas adotadas. Já os gestores escolares foram escolhidos devido à sua responsabilidade na implementação das políticas educacionais e na coordenação das práticas de inclusão nas escolas.

Instrumentos de Coleta de Dados

Os instrumentos de coleta de dados foram desenvolvidos para capturar tanto aspectos qualitativos quanto quantitativos das práticas pedagógicas inclusivas. As entrevistas semi estruturadas foram elaboradas com base em um roteiro flexível, que permitiu a exploração de temas relacionados à adaptação curricular, estratégias de ensino e os desafios enfrentados pelos educadores. Os questionários, por sua vez, foram compostos por perguntas fechadas, com escalas Likert para avaliar a percepção dos participantes sobre a eficácia das estratégias pedagógicas e as barreiras encontradas no processo de inclusão (GIL, 2008).

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

A pesquisa seguiu rigorosos procedimentos éticos, conforme as diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos do estudo, a confidencialidade das informações coletadas e o direito de desistir a qualquer momento da pesquisa sem prejuízo. O consentimento informado foi obtido por meio de um termo de consentimento assinado por todos os participantes, garantindo a ética e o respeito aos direitos dos envolvidos (BRASIL, 2012).

Limitações da Pesquisa

Embora a pesquisa tenha sido conduzida em diversas instituições de ensino, com um número significativo de participantes, algumas limitações devem ser destacadas. A amostra não é representativa de todas as realidades educacionais do Brasil, especialmente no que se refere a escolas de regiões mais remotas ou de comunidades de baixa renda. Além disso, a pesquisa se concentra nas percepções de professores e gestores, não incluindo diretamente os alunos com TEA ou suas famílias, o que poderia proporcionar uma visão mais abrangente e multifacetada do processo de inclusão escolar. No entanto, os resultados obtidos oferecem insights valiosos sobre as práticas pedagógicas e as adaptações curriculares necessárias para promover a inclusão efetiva desses alunos no ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas e questionários revelou uma série de desafios enfrentados pelos professores e gestores escolares no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas brasileiras, bem como algumas estratégias pedagógicas que têm sido implementadas com sucesso. A seguir, apresentamos os principais achados da pesquisa, seguidos de suas respectivas discussões, contextualizando-os à luz da literatura existente sobre o tema.

DESAFIOS IDENTIFICADOS

A pesquisa revelou que os principais desafios enfrentados pelos professores e gestores incluem a falta de infraestrutura adequada, a insuficiência de formação especializada dos educadores, e a escassez de apoio institucional. A infraestrutura escolar foi identificada como um dos maiores obstáculos, com muitos participantes relatando a falta de salas de apoio, materiais didáticos adaptados e espaços adequados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas de alunos com TEA. Segundo a literatura, a adaptação do ambiente escolar é fundamental para a promoção de uma educação inclusiva, uma vez que proporciona aos alunos com TEA condições para desenvolver habilidades cognitivas, sociais e emocionais em um espaço acessível e acolhedor (MATSUMOTO, 2015; RANGEL, 2016).

A formação dos educadores também foi um ponto recorrente nas entrevistas. Muitos professores relataram sentir-se despreparados para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos com TEA, destacando a falta de capacitação específica durante sua formação inicial. A escassez de formação contínua, voltada para estratégias inclusivas, também foi mencionada por gestores e docentes. A pesquisa de Barbosa (2017) corrobora essa percepção ao afirmar que a maioria dos professores da educação básica não tem uma formação específica para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, como os com TEA. Para a inclusão efetiva, é essencial que os educadores sejam capacitados para entender as especificidades do transtorno e aplicar práticas pedagógicas adequadas.

Outro desafio destacado foi a falta de apoio institucional, que inclui desde a ausência de profissionais especializados, como psicopedagogos e terapeutas ocupacionais, até a escassez de políticas públicas efetivas que garantam a implementação de práticas inclusivas nas escolas. O apoio de especialistas é crucial, pois contribui para a construção de um plano educacional individualizado (PEI) e para a adaptação do currículo às necessidades de cada aluno com TEA (NUNES et al., 2016). A literatura indica que o suporte interdisciplinar é fundamental para a promoção de uma inclusão verdadeira e de qualidade (MENDES, 2018).

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO

Apesar dos desafios, a pesquisa também revelou que muitas escolas têm desenvolvido estratégias pedagógicas eficazes para promover a inclusão de alunos com TEA. Dentre as práticas mais citadas estão a adaptação do currículo, o uso de tecnologias assistivas e a aplicação de metodologias ativas. A adaptação curricular, uma das estratégias mais recorrentes, envolve modificações no conteúdo programático, na forma de avaliação e no ritmo de ensino, com o objetivo de atender às necessidades e habilidades específicas dos alunos com TEA. Segundo a literatura, a personalização do ensino é uma prática necessária para garantir a participação efetiva dos alunos com TEA no processo educacional (FERNANDES, 2017).

O uso de tecnologias assistivas, como softwares educativos, quadros interativos e aplicativos que favorecem a comunicação e a aprendizagem de alunos com TEA, também foi amplamente citado pelos professores. Tecnologias como essas oferecem suporte no processo de aprendizagem, contribuindo para a inclusão dos alunos, principalmente aqueles com dificuldades de comunicação verbal (CUNHA, 2019). A tecnologia, portanto, representa uma ferramenta importante na adaptação curricular e na personalização do ensino, promovendo um aprendizado mais significativo.

Além disso, as metodologias ativas, como o ensino baseado em projetos e a aprendizagem cooperativa, têm se mostrado eficazes na inclusão de alunos com TEA. Essas metodologias favorecem a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, tornando-o mais dinâmico e adaptado às diferentes necessidades cognitivas e sociais. De acordo com Almeida (2020), a utilização de práticas pedagógicas centradas no aluno e que considerem a diversidade é um caminho para a construção de um ambiente inclusivo e acessível.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados encontrados corroboram a literatura sobre os desafios enfrentados na inclusão escolar de alunos com TEA, especialmente no que diz respeito à infraestrutura e formação docente. Além disso, evidenciam a importância das estratégias pedagógicas como elementos chave para a promoção da inclusão. A adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas e a implementação de metodologias ativas aparecem como práticas eficazes para superar as barreiras encontradas nas escolas brasileiras. No entanto, os dados também apontam para a necessidade urgente de políticas públicas mais consistentes e de maior investimento na formação dos educadores, como também na oferta de apoio especializado dentro das escolas. A literatura ressalta que as políticas públicas de inclusão devem ir além da simples garantia do acesso à educação, abordando também a qualidade do ensino e a equidade nas oportunidades oferecidas aos alunos com TEA (OLIVEIRA, 2019).

A pesquisa também destaca a necessidade de uma maior colaboração entre os diferentes atores escolares, incluindo professores, gestores e profissionais especializados. A construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo depende de um trabalho coletivo que envolva não apenas a adaptação pedagógica, mas também o fortalecimento das redes de apoio dentro e fora da escola, como familiares, psicólogos e terapeutas (SANTOS, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revelou a complexidade e os desafios inerentes à inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas brasileiras, destacando a importância de práticas pedagógicas inclusivas que atendam às necessidades específicas desses alunos. As estratégias de adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas e a implementação de metodologias ativas emergiram como as abordagens mais eficazes para melhorar a experiência educacional dos alunos com TEA, favorecendo a aprendizagem e a participação plena no ambiente escolar. No entanto, apesar dessas práticas promissoras, os dados indicam que a inclusão ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de formação contínua dos professores, a escassez de profissionais especializados e a insuficiência de políticas públicas robustas para garantir um suporte institucional adequado.

Portanto, para que a inclusão escolar de alunos com TEA seja realmente eficaz, é necessário um investimento contínuo em formação docente, o fortalecimento do apoio institucional e a implementação de políticas públicas mais inclusivas e específicas. A criação de um ambiente escolar mais acessível e acolhedor depende da colaboração entre professores, gestores e profissionais especializados, além de uma visão integrada que contemple as necessidades individuais de cada aluno com TEA.

Este estudo contribui para a discussão sobre a importância de se construir uma educação que respeite a diversidade e ofereça igualdade de oportunidades para todos os alunos, principalmente aqueles com TEA. Assim, espera-se que os resultados desta pesquisa sirvam como base para a implementação de práticas pedagógicas mais eficazes e para o aprimoramento das políticas educacionais voltadas à inclusão, promovendo uma educação mais justa e equitativa para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. E. A. R. de; GARCIA, R. C. A. Práticas pedagógicas inclusivas: desafios e possibilidades para o ensino de alunos com Transtorno do Espectro Autista. *Revista Brasileira de Educação Inclusiva*, v. 19, n. 3, p. 455-470, 2019.
- GARCIA, L. P. et al. A formação docente para a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista. *Revista de Educação Especial*, v. 26, n. 1, p. 112-127, 2020.
- MALUF, M. L. et al. Autismo e a inclusão escolar: perspectivas e desafios. *Cadernos de Educação*, v. 37, p. 45-60, 2018.
- MELLO, C. P.; GUSMÃO, C. F. Inclusão e práticas pedagógicas para alunos com Transtorno do Espectro Autista. *Educação & Sociedade*, v. 41, n. 3, p. 1113-1132, 2020.
- SILVA, M. R. et al. Tecnologias assistivas na educação inclusiva: uma análise das práticas pedagógicas para alunos com Transtorno do Espectro Autista. *Revista Brasileira de Tecnologias Educacionais*, v. 14, n. 2, p. 89-105, 2019.
- SOARES, L. F.; RIBEIRO, C. R. O impacto das políticas públicas na inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista. *Revista Brasileira de Política Educacional*, v. 27, p. 225-240, 2018. 2018.

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUPORTE INSTITUCIONAL PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA: UMA AVALIAÇÃO DAS DIRETRIZES EDUCACIONAIS NO BRASIL

PUBLIC POLICIES AND INSTITUTIONAL SUPPORT FOR THE INCLUSION OF STUDENTS WITH ASD: AN EVALUATION OF EDUCATIONAL GUIDELINES IN BRAZIL.

POLÍTICAS PÚBLICAS Y APOYO INSTITUCIONAL PARA LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON TEA: UNA EVALUACIÓN DE LAS DIRECTRICES EDUCATIVAS EN BRASIL.

Joelcio Soares Sales
joelciosales1@gmail.com

SALES, Joelcio Soares. **Políticas públicas e suporte institucional para a inclusão de alunos com tea: uma avaliação das diretrizes educacionais no Brasil.**

Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 72 – 77, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

RESUMO

Este artigo analisa as políticas públicas e o suporte institucional voltados para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema educacional brasileiro, por meio de uma revisão bibliográfica. O estudo investiga os avanços e desafios na implementação de diretrizes educacionais inclusivas, com foco nas práticas pedagógicas, formação docente e infraestrutura escolar. Os resultados apontam que, embora as legislações brasileiras, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), representem um marco significativo, sua aplicação enfrenta barreiras práticas, como a insuficiência de recursos financeiros e a falta de profissionais especializados. Além disso, destaca-se a necessidade de formação continuada para professores e gestores, bem como a ampliação do uso de tecnologias assistivas e metodologias ativas para atender às demandas específicas de alunos com TEA. O estudo conclui que o fortalecimento do suporte institucional, aliado ao monitoramento e à avaliação de políticas públicas, é essencial para promover uma inclusão educacional de qualidade. Os achados fornecem subsídios para a reflexão sobre estratégias eficazes que podem transformar o ambiente escolar, tornando-o mais acolhedor e acessível a todos os alunos.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão Escolar. Políticas Públicas. Suporte Institucional. Educação Inclusiva.

SUMMARY

This article analyzes public policies and institutional support aimed at the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the Brazilian educational system through a bibliographic review. The study investigates the progress and challenges in implementing inclusive educational guidelines, focusing on pedagogical practices, teacher training, and school infrastructure. The results indicate that, although Brazilian legislation, such as the Brazilian Inclusion Law (Law No. 13.146/2015), represents a significant milestone, its application faces practical barriers, including insufficient financial resources and a lack of specialized professionals. Furthermore, the need for continuous training for teachers and school managers, as well as the expanded use of assistive technologies and active methodologies to meet the specific demands of students with ASD, is emphasized. The study concludes that strengthening institutional support, combined with monitoring and evaluation of public policies, is essential to promote quality educational inclusion. The findings provide insights into effective strategies that can transform the school environment, making it more welcoming and accessible to all students.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. School Inclusion. Public Policies. Institutional Support. Inclusive Education.

RESUMEN

Este artículo analiza las políticas públicas y el apoyo institucional dirigidos a la inclusión de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en el sistema educativo brasileño a través de una revisión bibliográfica. El estudio investiga los avances y desafíos en la implementación de directrices educativas inclusivas, con énfasis en las prácticas pedagógicas, la formación docente y la infraestructura escolar. Los resultados indican que, aunque la

legislação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei Nº 13.146/2015), representa um hito significativo, sua aplicação enfrenta barreiras práticas, incluindo recursos financeiros insuficientes e a falta de profissionais especializados. Além disso, destaca-se a necessidade de formação contínua para docentes e gestores escolares, assim como o uso ampliado de tecnologias de assistência e metodologias ativas para atender às demandas específicas dos estudantes com TEA. O estudo conclui que fortalecer o apoio institucional, combinado com o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, é essencial para promover uma inclusão educacional de qualidade. Os resultados oferecem perspectivas sobre estratégias eficazes que podem transformar o ambiente escolar, tornando-o mais acolhedor e acessível para todos os estudantes. **Palavras chave:** Transtorno do Espectro Autista. Inclusão Escolar. Políticas Públicas. Apoio Institucional. Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um dos maiores desafios para os sistemas educacionais no Brasil e em outros países. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) estabeleceram marcos legais importantes para a garantia de uma educação acessível e equitativa. No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta diversos entraves, que vão desde a insuficiência de recursos até a falta de formação adequada para professores e gestores escolares (MANTOAN, 2015).

A legislação vigente reconhece o direito à educação inclusiva como fundamental para promover a igualdade de oportunidades e reduzir as barreiras que dificultam o aprendizado de alunos com necessidades específicas, como os que possuem TEA (BRASIL, 2015).

No entanto, o sucesso dessas iniciativas depende do suporte institucional oferecido às escolas, que inclui não apenas a adaptação de currículos, mas também a disponibilização de profissionais capacitados, tecnologias assistivas e condições estruturais adequadas (SASSAKI, 2019).

Pesquisas recentes apontam que, apesar do avanço das diretrizes educacionais no Brasil, a lacuna entre o que está previsto nas políticas públicas e sua aplicação prática continua sendo significativa (GARCIA et al., 2020). Professores frequentemente relatam sentir-se despreparados para atender às demandas específicas de alunos com TEA, enquanto gestores enfrentam dificuldades para alocar recursos e implementar as mudanças necessárias nas instituições de ensino (MALUF et al., 2018).

Assim, este artigo tem como objetivo avaliar o impacto das políticas públicas e do suporte institucional na inclusão de alunos com TEA no Brasil, examinando as principais diretrizes educacionais e a percepção de professores e gestores sobre a efetividade dessas medidas. Ao identificar os avanços e desafios presentes na implementação dessas políticas, busca-se contribuir para o aprimoramento das práticas inclusivas e para a formulação de estratégias que efetivamente promovam uma educação mais equitativa e acessível.

A relevância deste estudo reside no fato de que a inclusão educacional vai além do cumprimento de legislações, exigindo mudanças estruturais e culturais nas escolas (MITTLER, 2003).

Dessa forma, a análise proposta permitirá compreender como as políticas públicas podem ser aprimoradas para atender às necessidades reais de alunos com TEA, contribuindo para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

CONCEITO

O presente artigo tem como objetivo analisar o impacto das políticas públicas e do suporte institucional na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema educacional brasileiro, com base em uma revisão bibliográfica de estudos recentes e legislações vigentes.

A inclusão educacional de alunos com TEA exige mais do que acesso físico à escola; é necessário um conjunto integrado de práticas pedagógicas, adaptações curriculares e suporte especializado que considere as especificidades de cada aluno (SASSAKI, 2019).

A literatura destaca que, embora o Brasil tenha avançado em termos de marcos legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a efetivação dessas políticas enfrenta barreiras práticas. Entre elas, destacam-se a falta de infraestrutura, a escassez de profissionais capacitados e o desconhecimento sobre estratégias pedagógicas adequadas para alunos com TEA (MANTOAN, 2015; GARCIA et al., 2020).

Essas lacunas reforçam a necessidade de um suporte institucional consistente, que inclua formação continuada para educadores, disponibilização de tecnologias assistivas e recursos financeiros suficientes para adaptar o ambiente escolar às demandas de inclusão (MITTLER, 2003).

Estudos apontam que o sucesso da inclusão depende não apenas da legislação, mas também da forma como ela é interpretada e implementada nas escolas. O engajamento dos gestores educacionais e a capacitação dos professores são elementos essenciais para transformar as diretrizes inclusivas em práticas concretas (GIL, 2019).

Contudo, a distância entre a formulação das políticas públicas e sua aplicação efetiva nas salas de aula ainda é um desafio significativo. Muitas vezes, as escolas se deparam com a falta de orientações claras e de recursos suficientes para atender às demandas do público-alvo da educação especial (MALUF et al., 2018).

Assim, este artigo revisita estudos acadêmicos e documentos oficiais para mapear os principais avanços e desafios na implementação das políticas inclusivas voltadas a alunos com TEA. A análise busca compreender como os diferentes atores? professores, gestores e formuladores de políticas ? percebem e respondem às demandas da inclusão, contribuindo para a reflexão sobre estratégias mais eficazes para a construção de uma educação equitativa e de qualidade. Ao promover essa discussão, espera-se oferecer subsídios teóricos e práticos para o aprimoramento das políticas públicas e das práticas escolares, reforçando a importância de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e acessível.

METODOLOGIA

Este estudo, de natureza qualitativa, baseia-se em uma revisão bibliográfica para analisar o impacto das políticas públicas e do suporte institucional na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto educacional brasileiro.

A abordagem qualitativa é apropriada para compreender fenômenos sociais complexos, como a inclusão escolar, permitindo a análise aprofundada de textos, documentos e interpretações presentes na literatura científica (LUDKE; ANDRÉ, 2013).

A revisão bibliográfica foi conduzida com o objetivo de identificar e sintetizar os principais avanços, desafios e lacunas relacionados à implementação de políticas públicas

voltadas à inclusão de alunos com TEA.

Para tanto, foram consultadas bases de dados acadêmicas reconhecidas, como Scielo, Google Scholar e CAPES, utilizando descritores como "inclusão escolar", "Transtorno do Espectro Autista", "educação inclusiva" e "políticas públicas educacionais". Os critérios de inclusão englobam artigos publicados entre 2015 e 2023, que abordam diretamente o tema da inclusão de alunos com TEA no contexto brasileiro.

Os textos selecionados foram organizados em categorias temáticas, de acordo com os objetivos do estudo: (1) marcos legais e políticas públicas para a educação inclusiva no Brasil; (2) desafios enfrentados por professores e gestores na implementação das diretrizes educacionais; e (3) práticas pedagógicas e suporte institucional necessários para efetivar a inclusão de alunos com TEA. Essas categorias permitiram uma análise sistemática e estruturada das informações obtidas, conforme orientam Bardin (2011) e Gil (2019).

Além disso, para complementar as análises bibliográficas, foram incluídos documentos oficiais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e relatórios de organizações governamentais e não governamentais sobre o tema. A triangulação entre estudos acadêmicos e documentos oficiais buscou ampliar a validade dos resultados, ao articular dados empíricos e normativos (FLICK, 2009).

Essa metodologia permitiu não apenas identificar os avanços no campo da educação inclusiva, mas também mapear os desafios estruturais, pedagógicos e institucionais que dificultam a aplicação das políticas públicas para alunos com TEA. Com base nos achados, espera-se fornecer uma análise crítica que contribua para o aprimoramento das práticas educacionais e para a formulação de políticas mais eficazes no contexto brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos por meio da análise bibliográfica apontam que, apesar dos avanços legais e normativos na inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta desafios significativos no contexto educacional. Estudos recentes destacam que o distanciamento entre as diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas e sua aplicação prática nas escolas é uma das principais barreiras para a inclusão de qualidade (GARCIA et al., 2020).

Um dos resultados mais evidentes é a insuficiência de formação continuada para professores e gestores escolares, que frequentemente relatam dificuldades em adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades específicas de alunos com TEA (MANTOAN, 2015). Essa lacuna formativa impacta diretamente a efetividade das estratégias de inclusão, gerando situações em que o professor, mesmo com boa vontade, não possui as ferramentas adequadas para atender às demandas desses alunos (GIL, 2019).

Conforme aponta Sasaki (2019), a formação docente é um elemento central para a construção de ambientes escolares mais inclusivos, sendo necessária uma abordagem que vá além da teoria e contemple a aplicação prática de metodologias adaptadas.

Outro ponto relevante identificado nos resultados é a falta de infraestrutura e de recursos materiais e humanos nas escolas. Muitos dos textos revisados ressaltam que, embora haja um discurso político favorável à inclusão, a realidade nas escolas é marcada

por desafios estruturais, como salas de aula superlotadas, ausência de tecnologias assistivas e escassez de profissionais especializados, como mediadores ou terapeutas ocupacionais (MELLO; GUSMÃO, 2020).

Esses fatores comprometem o desenvolvimento pleno dos alunos com TEA e dificultam a implementação de práticas pedagógicas inclusivas de forma efetiva (MALUF et al., 2018). No que diz respeito ao suporte institucional, a pesquisa revela que gestores escolares enfrentam dificuldades para mobilizar recursos e implementar as mudanças necessárias para atender às demandas de inclusão.

De acordo com Soares e Ribeiro (2018), a ausência de políticas públicas que garantam um financiamento adequado para a educação inclusiva limita as ações dos gestores e agrava a desigualdade no acesso a um ensino de qualidade. Além disso, a falta de articulação entre diferentes níveis governamentais e a baixa fiscalização da aplicação das diretrizes inclusivas contribuem para a ineficácia dessas políticas (SILVA et al., 2019).

Por outro lado, os dados também destacam algumas práticas pedagógicas que têm se mostrado eficazes para melhorar a experiência educacional de alunos com TEA. Entre elas, destacam-se a adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas e a implementação de metodologias ativas, como o ensino por projetos e o uso de ferramentas visuais (GARCIA et al., 2020).

Essas estratégias, quando aplicadas em contextos onde há suporte institucional e formação docente adequada, têm potencial para promover uma inclusão significativa, respeitando as especificidades de cada aluno.

A análise dos resultados aponta para a necessidade urgente de fortalecer o suporte institucional e as políticas públicas voltadas à inclusão escolar de alunos com TEA. Isso inclui, entre outras ações, a ampliação de investimentos em infraestrutura, a capacitação contínua de educadores e a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação das práticas inclusivas.

Conforme argumenta Mittler (2003), a inclusão educacional só será plena quando todos os atores estiverem envolvidos? professores, gestores, familiares e alunos? estiverem devidamente apoiados por políticas robustas e recursos adequados.

Assim, os resultados discutidos neste estudo reforçam a importância de uma abordagem sistêmica e integrada, que vá além da legislação e promova mudanças estruturais, culturais e pedagógicas nas escolas brasileiras.

Essas mudanças são fundamentais para garantir que alunos com TEA tenham acesso a uma educação de qualidade, em um ambiente verdadeiramente inclusivo e acolhedor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar as políticas públicas e o suporte institucional voltados para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto educacional brasileiro, destacando os avanços e os desafios na implementação das diretrizes inclusivas. A pesquisa revelou que, embora as legislações brasileiras sejam robustas e proporcionem um arcabouço normativo significativo, sua aplicação ainda esbarra em barreiras práticas, como a falta de recursos financeiros, profissionais especializados e formação continuada para educadores e gestores escolares.

Os resultados indicam que o sucesso da inclusão educacional depende de uma abordagem sistêmica, que envolva o fortalecimento do suporte institucional, a ampliação da capacitação docente e a oferta de recursos adequados.

Estratégias como o uso de tecnologias assistivas, a adaptação curricular e a implementação de metodologias ativas têm se mostrado eficazes, mas demandam suporte governamental e engajamento das escolas para serem plenamente adotadas.

Além disso, o estudo reforça a importância do monitoramento e da avaliação contínua das políticas públicas, assegurando que as diretrizes inclusivas sejam aplicadas de maneira uniforme e eficaz em todo o país. Essa avaliação é essencial para identificar lacunas e orientar o desenvolvimento de práticas mais adequadas às necessidades dos alunos com TEA.

Conclui-se que a inclusão de qualidade vai além da presença física dos alunos com TEA na escola, exigindo um esforço coletivo para promover um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e acolhedor.

Esse esforço requer o comprometimento de todos os atores envolvidos? governos, educadores, gestores, famílias e sociedade em geral? para garantir o direito à educação e o pleno desenvolvimento de cada aluno, respeitando suas singularidades e potencialidades.

Os achados deste estudo fornecem subsídios importantes para a reflexão e o aprimoramento das políticas educacionais e das práticas pedagógicas no Brasil, com o objetivo de transformar a escola em um espaço de aprendizado e pertencimento para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 18 nov. 2024.
- GARCIA, R. A.; SILVA, M. R.; PEREIRA, L. F. Educação inclusiva: desafios e possibilidades no ensino de alunos com TEA. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 4, p. 601-620, 2020.
- GIL, M. F. Práticas pedagógicas inclusivas: desafios no contexto escolar brasileiro. *Educação e Sociedade*, v. 40, n. 149, p. 837-856, 2019.
- MALUF, A. C.; FERRARI, T. F.; SANTOS, R. L. Inclusão escolar de crianças com TEA: uma revisão crítica sobre políticas públicas e práticas pedagógicas no Brasil. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. 3, p. 437-447, 2018.
- MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.
- MELLO, G. A.; GUSMÃO, M. S. Desafios estruturais da inclusão educacional no Brasil: um olhar sobre a realidade das escolas públicas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 50, n. 177, p. 121-145, 2020.
- MITTLER, P. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- SANTOS, A. L.; OLIVEIRA, P. A. Adaptação curricular e inclusão escolar: práticas e percepções de professores no ensino fundamental. *Revista Educação e Pesquisa*, v. 44, n. 2, p. 1-22, 2018.
- SASSAKI, R. K. *Construindo uma sociedade inclusiva*. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2019.
- SILVA, D. M.; RIBEIRO, C. P.; ALMEIDA, J. R. Políticas públicas de educação inclusiva no Brasil: um balanço das últimas décadas. *Revista Brasileira de Políticas Educacionais*, v. 12, n. 2, p. 45-62, 2019.
- SOARES, E. S.; RIBEIRO, L. M. Gestão escolar e inclusão: desafios e possibilidades no contexto brasileiro. *Revista Gestão & Educação*, v. 6, n. 1, p. 55-78, 2018. 40, 2018.

EDUCAÇÃO INFANTIL, PESSOAS COM TEA E AS DIFICULDADES DE INCLUSÃO
CHILDHOOD EDUCATION, PEOPLE WITH ASD AND DIFFICULTIES OF INCLUSION
EDUCACIÓN INFANTIL, PERSONAS CON TEA Y DIFICULTADES DE INCLUSIÓN

Maria do Carmo Rodrigues de Carvalho Santana
maria.rh2022@gmail.com

SANTANA, Maria do Carmo Rodrigues de Carvalho. **Educação infantil, pessoas com tea e as dificuldades de inclusão.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 78 – 89, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof^ª Dr^ª Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha

RESUMO

Este artigo aborda a educação infantil voltada para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando a importância de práticas pedagógicas inclusivas e adaptadas. Com o aumento do diagnóstico de TEA, torna-se essencial que educadores compreendam as características e necessidades específicas dessas crianças. O estudo demonstra características fundamentais para identificar o TEA, e por conseguinte, identificar a metodologia mais adequada como meio de inclusão social, mediante as leis que garantem, e quando necessário, decisões do judiciário que promovem a inclusão, como, além disso, discute a dificuldade, decorrente do autismo, que pode estar associado a alguma patologia, foi utilizada uma revisão da literatura para descobrir meios eficazes de ensinar os autistas. Deduz-se que o caminho é longo para alcançar um resultado satisfatório.

Palavras-chave: Educação infantil. Transtorno do Espectro Autista. Inclusão.

SUMMARY

This article addresses early childhood education aimed at children with Autism Spectrum Disorder (ASD), highlighting the importance of inclusive and adapted pedagogical practices. With the increase in ASD diagnoses, it is essential that educators understand the specific characteristics and needs of these children. The study demonstrates fundamental characteristics to identify ASD, and therefore, identify the most appropriate methodology as a means of social inclusion, through laws that guarantee, and when necessary, judicial decisions that promote inclusion, as well as discussing the difficulty, resulting from autism, which may be associated with some pathology, a literature review was used to discover effective ways of teaching autistic people. It can be deduced that there is a long way to go to achieve a satisfactory result.

Keywords: Early childhood education. Autism Spectrum Disorder. Inclusion.

RESUMEN

Este artículo aborda la educación infantil dirigida a niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA), destacando la importancia de prácticas pedagógicas inclusivas y adaptadas. Con el aumento de los diagnósticos de TEA, es esencial que los educadores comprendan las características y necesidades específicas de estos niños. El estudio demuestra características fundamentales para identificar el TEA y, por tanto, identificar la metodología más adecuada como medio de inclusión social, a través de leyes que garanticen, y cuando sea necesario, decisiones judiciales que promuevan la inclusión, así como discutir la dificultad derivada del autismo. que puede estar asociado con alguna patología, se utilizó una revisión de la literatura para descubrir formas efectivas de enseñar a las personas autistas. Se puede deducir que queda un largo camino por recorrer para lograr un resultado satisfactorio.

Palabras clave: Educación infantil. Trastorno del Espectro Autista. Inclusión.

INTRODUÇÃO

Segundo estatísticas fornecidas pelo IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2020, estima-se que mais de 2 milhões de brasileiros possuem o espectro autista, isso quer dizer que 1% da população brasileira é autista, ou seja, existe uma grande necessidade de inclusão social.

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil é um tema de crescente relevância no contexto educacional contemporâneo. O TEA é uma condição de neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento, apresentando uma variedade de manifestações que podem dificultar a adaptação ao ambiente escolar (APA, 2013). Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/1996 e com a ação do Poder executivo criando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Brasil avançou significativamente em direção à inclusão de alunos com necessidades especiais, incluindo aqueles com TEA.

No entanto, ainda existem desafios consideráveis que comprometem a efetividade dessas políticas, como a falta de formação específica para educadores, a escassez de recursos pedagógicos adequados e a resistência de algumas instituições em acolher a diversidade.

A educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais das crianças, sendo um período crucial para a intervenção precoce. Neste sentido, a inclusão de crianças com TEA não apenas favorece seu desenvolvimento individual, mas também enriquece o ambiente escolar, promovendo a convivência e a empatia entre os alunos. Contudo, a realidade das salas de aula muitas vezes revela barreiras que dificultam essa inclusão, como a ausência de estratégias pedagógicas adaptadas e a falta de suporte especializado.

Este artigo tem como objetivo identificar a necessidade do TEA através de suas características, como também identificar a prática pedagógica condizente com a necessidade de cada autista, promovendo a inclusão social do TEA.

CONHECENDO E COMPREENDENDO O TEA

É sabido que o conhecimento é libertador, de modo que, é necessário conhecer e entender o TEA, para que possa libertar do errôneo conceito, formado nas mentes das pessoas sobre a deficiência e sobre o TEA, assim, para conhecer melhor o TEA ensina Bergamaschi, conforme observa:

Conforme exposto ao longo deste capítulo, podemos depreender que o autismo tem em sua base nosológica muitas questões subjetivas como critérios para diagnóstico, como déficits qualitativos na interação social, por exemplo. Apesar do cérebro ser um patrimônio comum a todos os seres humanos, é na interação social que essas variações determinam o modo de funcionamento de cada indivíduo. (BERGAMASCHI, 2020, p.132 e 133)

O espectro do Autista, possui marcas fundamentais que se destacam, uma delas, como supramencionado pelo autor, é a interação social, outras características também são marcantes nos autista como a deficiência na comunicação, interesse em uma atividade única, fazendo com que seja repetitivo, em outras palavras conceitua Omena:

O transtorno de espectro autista (TEA) é uma condição geral para um grupo de desordens complexas do desenvolvimento do cérebro antes, durante ou logo após o nascimento. Esses distúrbios se caracterizam pela dificuldade na comunicação social e comportamentos repetitivos. Embora todas as pessoas com TEA compartilhem essas dificuldades, o transtorno irá afetá-las com intensidades diferentes. Assim, essas diferenças podem existir desde o nascimento, mostrando-se óbvias para todos ou podem ser mais sutis, tornando-se visíveis ao longo do desenvolvimento. (OMENA, 2021, p.35)

Dito de outro modo, os autistas possuem várias dificuldades que se perpetua diariamente, dificuldades que para nós nos soa normal, como demonstrar sentimentos, relacionar com outras pessoas e trocar experiências, entre muitas outras características, Bergamaschi coaduna com o pensamento, conforme observa:

Sobre a interação social citada pelos autores, os indivíduos podem apresentar falta de iniciativa, isolamento de seus pares ou com um comportamento atípico de socialização, até mesmo impróprio, como cumprimentar e beijar pessoas que não conhecem, por exemplo. O mesmo ocorre nas demonstrações de afeto, que podem ser ora rasas, sem empatia nenhuma, ora excessivamente empáticas, provocando problemas no relacionamento com os demais, exatamente por não compartilharem das regras sociais de conduta. (BERGAMASCHI, 2020, p.133).

Embora diversos autores conceituam e compreendam as principais características do TEA, hoje no meio científico não sabem informar alterações biológicas que possam diagnosticar com base em exames, ou seja, empiricamente, ainda que o autismo tenha sido alvo de estudos científico, não possuem elementos concretos que possam defini-los, conforme concorda Bergamaschi:

Apesar de décadas de pesquisas e investigações, a etiologia do autismo permanece indefinida, pois se trata de um distúrbio complexo e heterogêneo com graus variados de severidade. Várias regiões cerebrais podem estar envolvidas no processo de desenvolvimento da patologia, incluindo cerebelo, hipocampo, amígdala, gânglios da base e corpo caloso, porém as anormalidades celulares e metabólicas, base para o desenvolvimento cerebral anormal, permanecem desconhecidas. O progresso na compreensão da causa, natureza e tratamento do autismo requer uma integração cada vez maior entre conceitos, achados genéticos, avanços na neurociência cognitiva e observações clínicas. (Bergamaschi, 2020 aput TEIXEIRA et al., 2010, p.608)

Considerando o conceito de autismo supra apresentado, compreende-se melhor como funciona o mundo da pessoa com espectro autista, ocorre que, permeia outra discussão na seara científica sobre o diagnóstico do TEA, devido a sua subjetividade, e características distintas, em outras palavras, cada autista é diferente, alguns possuem restrições alimentares, já outros possuem alergias, enfim, não há um terreno sólido para que o profissional competente possa diagnosticar precisamente, como observa BERGAMASCHI:

A depender da condição associada ao diagnóstico principal de autismo, há a indicação de fármacos para a contenção ou normalização do funcionamento da criança. Importa aqui dizer que não há remédio para o autismo, o que ocorre é a medicação de condições que coexistem ao diagnóstico principal de TEA. (BERGAMASCHI, 2020, P.136)

Nesta sintonia, a busca incessante deve continuar, contudo, durante tal busca deve haver um parâmetro para poder diagnosticar os autistas, sem que esses fiquem desamparados, assim o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), passando por diversas modificações chegou a consenso, elencando alguns sintomas para definir o autista, conforme observa adiante:

1. Critérios diagnósticos do transtorno do espectro autista segundo o DSM-V A

A. Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, conforme manifestado pelo que segue, atualmente ou por história prévia (os exemplos são apenas ilustrativos, e não exaustivos; ver o texto):

1. Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais.

2. Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficits na compreensão e uso gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal. 3. Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse por pares. Especificar a gravidade atual: A gravidade baseia-se em prejuízos na comunicação social e em padrões de comportamento restritos e repetitivos (ver Tabela 2).

B. Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, conforme manifestado por pelo menos dois dos seguintes, atualmente ou por história prévia (os exemplos são apenas ilustrativos, e não exaustivos; ver o texto):

1. Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos (p. ex., estereotipias motoras simples, alinhar brinquedos ou girar objetos, ecolalia, frases idiossincráticas).

2. Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (p. ex., sofrimento extremo em relação a pequenas mudanças, dificuldades com transições, padrões rígidos de pensamento, rituais de saudação, necessidade de fazer o mesmo caminho ou ingerir os mesmos alimentos diariamente).

3. Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco (p. ex., forte apego a ou preocupação com objetos incomuns, interesses excessivamente circunscritos ou perseverativos).

4. Hiper ou hipo reatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente (p. ex., indiferença aparente a dor/temperatura, reação contrária a sons ou texturas específicas, cheirar ou tocar objetos de forma excessiva, fascinação visual por luzes ou movimento).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), catalogou diversas características para identificar e diagnosticar o TEA, no entanto, existem algumas que marcam expressivamente e definem mais o autista, qual seja, o déficit na comunicação e interação social e na comunicação não verbal, gestual, a qual os mesmo possuem uma grande deficiência nesse aspecto, para alcançar o objetivo do presente trabalho, é necessário compreender tais Característica para melhor lida com tais traços, e assim direcionar o autista

para a melhor prática pedagógica, ou a mais adequada ao seu comportamento e dificuldade, no tocante a interação social, assim ensina Almeida:

A interação social ocorre de forma atípica, há pouca resposta ao outro, principalmente com o contato visual, e a aproximação, muitas vezes, na tentativa de interagir, ocorre de forma inapropriada ou inadequada. Em determinadas situações sociais, como no recreio escolar ou no refeitório, é um desafio manter a reciprocidade e há uma dificuldade em entender as regras sociais e interpretá-las. (ALMEIDA, et al., 2018, p.73)

Outra característica marcante das pessoas com espectro autista é linguagem não verbal, as expressões, que para eles são quase nulas, ou seja, não respondem e nem compreendem estímulos faciais, segundo ensina Almeida adiante:

A marca do TEA é o déficit na comunicação não verbal que varia desde a total falta de expressão facial até a inexistência da integração da comunicação gestual (contato visual, sorriso, apontar, acenar com a cabeça, mandar beijo, dar de ombros) com a comunicação verbal. A linguagem receptiva, geralmente, é menos comprometida do que a linguagem expressiva em crianças altamente verbais com TEA. (ALMEIDA, et al. 2018, p.73)

Outro fator importante para entender sobre o autista, é que além de existir algumas características os mesmos possuem grau do TEA, que vai de leve ao grave, indicando o nível de dificuldade e de ajuda que estes precisam, conforme ensina (Furioso et al., 2020, p.11, apud SANTOS e VIEIRA, 2017)” O grau do TEA (leve, moderado ou grave) define o modo de vida da criança autista, e a praticabilidade com que ela irá exercer determinadas ações do dia a dia.”

COMPLICAÇÕES DECORRENTES DO TEA

Entender a patologia, compreender qual a região que ela afeta, entender o processo patológico, sua origem, enfim, todo o contexto da patologia, é de fundamental para se aplicar o tratamento adequado, o que seja mais eficiente para combater qualquer descompasso relacionado à saúde. No caso do TEA, não existe medicação para cura, na verdade, a medicação serve para atenuar alguns sintomas, contudo é perfeitamente possível a convivência com o autismo, como existem histórias de pessoas que superaram suas dificuldades, imposta pelo TEA, e conseguiram o que tinham como escopo, a exemplo do Juiz Alexandre Morais Rosa de Santa Catarina diagnosticado com TEA aos 47 anos, segundo mostra BERGAMASCHI

Outros têm facilidade no entendimento de disciplinas como a matemática, capacidade de memorização e resolução de problemas matemáticos acima da média, tal como Kim Peek, autista que inspirou o personagem do filme Rain Man (1988), estrelado por Dustin Hoffman e que contava a história de um homem com uma capacidade incrível de memorização. Kim leu e memorizou mais de 7.600 livros ao longo de sua vida. Porém, Kim não era capaz de abotoar a própria camisa. (BERGAMASCHI, 2020 apud TREFFERT, 2002, p. 48)

É interessante perceber, que a incidência do TEA, é perceptível logo na fase infantil, nos primeiros momentos de aprendizagem e desenvolvimento, em muitos casos é perceptível os sintomas, tornando-se notório as características dos autistas, conforme narra FURIOSO adiante:

O início dos sintomas pode se tornar aparente no primeiro ano de vida, ou pode ocorrer um desenvolvimento normal até 12-18 meses, e então sobrevém a regressão da linguagem e/ou das habilidades sociais, o que ocorre em até 30% dos casos. O mais típico é acontecer uma parada no desenvolvimento após os 6 meses, como um platô, ou ocorrer a desaceleração do desenvolvimento acompanhado de alguma perda das habilidades na comunicação social, como a atenção conjunta, afeto compartilhado e uso da linguagem. (FURIOSO et al., 2020)

Imperioso demonstrar alguns dados alarmantes, no tocante ao número de diagnosticados com TEA, que tem crescido exponencialmente, alarmando a comunidade científica, bem como fazendo refletir se esses dados mostram o número de diagnosticado com autismo ou se está crescendo o número de autista, principalmente a incidência nas crianças segundo aduz:

Segundo as estimativas do estudo Autism and Developmental Disabilities Monitoring (ADDM), a prevalência de TEA em crianças de 8 anos nos Estados Unidos aumentou de 1/150 no ano de 2000, para 1/88 em 2008 e 1/68 no ano de 2012. No Brasil, em 2010, a estimativa foi de 500 mil autistas. O TEA é diagnosticado em todos os grupos raciais, étnicos e socioeconômicos. A chance do irmão de uma criança autista também ser afetado é 20 vezes maior, pois a prevalência salta de 0,5% para 10,1%. Se já houver dois irmãos prévios com o transtorno, a chance do terceiro irmão também ser autista alcança 25%. O risco de recorrência em um familiar de autista é significativamente maior que na população geral. A proporção entre meninos e meninas é de 4:1. (ALMEIDA, 2018, p.73).

Outro dado que é alarmante e, ao mesmo tempo, preocupante é o que se refere a deficiência intelectual no autista, que traz Almeida.

Existe uma alta prevalência de deficiência intelectual na população autista, variando de 30% a 50%. O TEA também pode estar associado a um transtorno mental, cuja prevalência chega a 70%. Ademais, 40% dos autistas têm dois ou mais transtornos mentais comórbidos. (Almeida et al., 2018, p73)

Nessa linha de entendimento, o autista também possui outra peculiaridade, que em alguns casos ou muitos casos o autista está associado a outras patologias que em alguns casos intensificam os sintomas do autista dificultando ainda mais a sua inserção social e principalmente na vida acadêmica, conforme discorre:

A prevalência de distúrbios psiquiátricos, como transtorno do déficit de atenção/hiperatividade [TDAH], transtorno de ansiedade, depressão e transtorno bipolar, associados ao TEA, é de até 79% e mais alta que na população geral. Outras comorbidades prevalentes são a deficiência intelectual, a epilepsia e distúrbios do sono. Bastante interessante é a modulação da deficiência intelectual sobre a gravidade dos sintomas do TEA e da epilepsia. (Almeida et al., 2018, p75).

Todos esses problemas contribuem para dificultar o aprendizado do TEA, como também o trabalho dos educadores, em busca de encontrar o melhor método de aprendizagem, ou melhor, o mais adequado a cada autista.

MEIOS DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DO TEA

O campo de estudo do TEA tem desenvolvido cada vez mais, com intuito de melhorar a qualidade de vida dos mesmos, uma luta constante em busca da garantia dos direitos do TEA bem como melhor qualidade de vida, nesse sentido, é importante lembrar que segundo dados da organização das Nações Unidas-ONU, a cada 100 crianças 1 possui TEA, conforme observa Abdala:

O autismo afeta uma em cada 100 crianças em todo o mundo, informa a Organização Mundial de Saúde (OMS) no Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, comemorado nesta terça-feira (2 de abril). A data foi criada em 2007 pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de difundir informações sobre essa condição do neurodesenvolvimento humano e reduzir o preconceito que cerca as pessoas afetadas pelo Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). (ABDALA, 2024)

No Brasil o número de crianças com TEA, supera a marca mundial, indicando um número expressivo de pessoas com autismo, conforme demonstrado no site do Ministério Público do Paraná,

No Brasil, o autismo foi incluído no censo demográfico de 2020 por determinação da Lei n. 13.861, de 18 de julho de 2019. Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que haja dois milhões de brasileiros autistas, o que significa afirmar que 1% da população estaria no espectro.

Diante de tais números, é importante perceber que essas pessoas necessitam de um apoio social, com o fito de incluí-las na sociedade, garantindo aos autista uma melhor qualidade de vida como também a efetivação de seus direitos, com essa preocupação, notadamente com enfoque nas crianças, em 1994, conhecida como a “DECLARAÇÃO DE SALAMANCA” buscou igualar o direito à educação, conforme narra:

A modalidade inclusiva de que trata a Declaração de Salamanca busca uma educação para todos, por meio da reforma de políticas e sistemas educacionais. Inclui, por conseguinte, a criança portadora de deficiência no planejamento de ensino regular, sem exclusões em face de qualquer deficiência, dando acesso a todos de modo igualitário. (SANTOS, 2014, P.04):

É de conhecimento geral que a educação é necessária para a formação do cidadão, antecede o ensino fundamental e não pode e nem deve ser suprimida, devido a sua importância, a mesma é essencial para o processo de adaptação a criança na sala de aula como também o processo cognitivo do ser humano, fundamental para o aprendizado, assim no site das Nações Unidas no Brasil encontrou na fala:

Por uma questão de direitos fundamentais, os governos devem investir em sistemas de apoio comunitário mais fortes, programas de educação e treinamento inclusivos e

soluções acessíveis e baseadas em tecnologia para permitir que as pessoas com autismo desfrutem dos mesmos direitos que as demais. (GUTERRE, 2023)

Nesse sentido o Estado brasileiro tem buscado formas de garantir constitucionalmente o direito das crianças, de modo que a lei seja executada, nesse diapasão, a educação infantil é fundamental e essencial para a formação do cidadão, onde serão introduzidos os primeiros conceitos de existência em uma sociedade bem como estamos inseridas na mesma, para isso, é necessário políticas públicas para a efetivação que está contido na lei, como exemplo está a lei de diretrizes e Bases da educação(LDB), segundo explica TORRES:

Em 1996 foi promulgada a lei de Diretrizes e Bases da Educação(LDB) 9394/1996, que “estabeleceu a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, o que significou valorização importante desta etapa do ensino” (ARELARO, 2017, p.207). A lei instituiu, ainda, em seu art.28, a finalidade da Educação Infantil, em ação complementar e das famílias e da comunidade, como o desenvolvimento integral das crianças de até seis anos de idade “ em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social” no que se refere ao desenvolvimento integral da criança de zero anos de idade(TORRES, 2021, P.25)

Tendo vista a importância da criança para a sociedade, o Estado em comunhão com as famílias e sociedade, em luta pela efetivação dos direitos das crianças, garantido constitucionalmente, as famílias cobrando das autoridades públicas, a sociedade lutando pela efetivação de políticas sociais que estão dispostas na Constituição, assim está contido no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art.15“ A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.”

Neste sentido, devemos lembrar que a criança com TEA, também é detentora de direito a educação, ainda que possua limitações, que dificultam o seu aprendizado em comparação a outras crianças, deve o estado em conjunto com a sociedade e com as famílias garantirem e lutarem pela inclusão social do TEA, para isso é necessária uma preparação da Escola, como também dos professores para poderem garantir que o TEA terá uma educação de qualidade, já que segundo o art.7º da Lei Berenice Piana, prevê multa para os gestores que recusarem matrícula o autista, conforme observa a descrição legal,

Uma das principais dificuldades enfrentadas por familiares de quem possui TEA, assim como no próprio caso de Berenice Piana, é a dificuldade de acesso e inclusão do filho em escolas. Assim, o Art. 7 **prevê multa a gestores que recusem a matrícula de pessoas no espectro autista ou de qualquer deficiência.** Isso se dá principalmente para fomentar a inserção de todos na sociedade garantindo a dignidade do indivíduo e é um direito de todo o cidadão brasileiro, assim como é mencionado no Art. 205 da Constituição de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (MONTEIRO, 20(grifo nosso)

Através das lutas travadas pelas famílias e sociedade, os direitos e as garantias constitucionais vão sendo implementadas em conjunto com a ciência que vai moldando as lutas, no sentido de informar a sociedade a importância do ensino infantil para a criança, conforme demonstra (TORRES, 2021, p.43/44):

É necessário olhar a criança e principalmente o bebê a partir das características peculiares da infância, mas como ser social, sujeito de direitos, com vontades e necessidades específicas. As concepções e os conceitos difundidos pelas lógicas apresentadas pelos organismos multilaterais e por estudos baseados unicamente na Neurociência contrariam essas perspectivas, expondo um cenário de retrocesso no que se refere à luta por Educação Infantil como direito de todos, e não como atendimento precário para as crianças em situação de vulnerabilidade social, por meio de programas de baixo investimentos em educação na primeira infância, como estratégia de diminuir a pobreza. (TORRES, 2021, p.43/44):

O poder público logo após a promulgação da Carta cidadã, legislou em favor dos portadores com deficiência com o fito de garantir uma melhor assistência, bem como integrar socialmente os portadores com deficiência eliminando algumas barreiras e proporcionando um lugar mais apropriado para as pessoas com deficiência conforme a está disposto na Lei 7.853 de 1989:

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos **direitos à educação**, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - na área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial ao nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos com deficiência;
- e) o acesso de alunos com deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas com deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

Outra lei que merece destaque é a lei, que também já foi referida neste trabalho, é a lei 12.764/12, intitulada como “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista” traz em seu bojo formas de garantir a efetivação do direito do autista, com a aplicação de multa aos servidores que negarem matricular o TEA, uma forma eficaz de impedir a exclusão do TEA na sala de aula, conforme observa a fala:

A Lei n.º 12.764/12, que institui a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, é vista por especialistas como mais um reforço na luta pela inclusão. O texto estabelece que o autista tem direito de estudar em escolas regulares, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Profissionalizante, e, se preciso, pode solicitar um acompanhante especializado. Ficam definidas, também, sanções aos gestores que negarem a matrícula a estudantes com deficiência.

A punição será de três a 20 salários-mínimos e, em caso de reincidência, levará à perda do cargo. (CASTRO *et al.* SERRANO, 2023, p.12)

É importante lembrar que o TEA é dotado de conhecimento e saber, bem como alguns autistas possuem uma inteligência acima da média, contudo estes devem ser orientados para expressar tal conhecimento, nesse pensamento o Estado, deve desenvolver planos e metas com o escopo de conduzir a educação especial de forma igualitária, como expressa Castro e Serrano o pensamento de STELZER a seguir:

O Estado, ao se imbuir de obrigações instituindo diretrizes visando os objetivos gerais definidos para cuidar, educar e desenvolver as potencialidades das pessoas autistas, está fazendo ações de interesse do próprio Estado, já que a discriminação, assim como a segregação destas pessoas detentoras de tanta capacidade, muitas vezes oriundos de suas condições, como diferentes graus de TEA que comprovadamente tem como consequência a formação de capacidades intelectuais avançadas, impedem de serem aproveitadas em diferentes setores do mercado de trabalho, ajudando a desenvolver a nação. (Castro et al. SERRANO, 2023, aput STELZER, 2012, p.16)

Nessa esteira, deve garantir a efetivação do direito à educação especial, bem como a inclusão social das crianças portadora do TEA, independentemente do tamanho da sua dificuldade, o Estado deve proporcionar meios cabíveis para a inclusão do autista, ocorre que, nessa dinâmica, enquanto não existem outros meios eficaz de garantir o direito à educação especial, os tribunais buscam decidirem de forma homogênea, contudo ainda existe uma divergência, nesse sentido buscam julgar com base no princípio constitucional da isonomia, dentre outros princípios que orientam os magistrados na aplicação do direito com base na hermenêutica constitucional, como explica SANTOS

A respeito do posicionamento do Poder Judiciário, em contrapartida, ainda persiste divergências sobre a aplicação imediata ou não dos direitos fundamentais, dado a visão patrimonialista, esculpidas nos princípios da administração pública, restringindo-se estes direitos à previsão orçamentária e à estrita legalidade. Contudo, o posicionamento cada vez mais dominante é pela aplicação do direito à educação. O Poder Judiciário, então, demonstra por meio de suas decisões o cumprimento da filosofia do Estado Social, ao passo que se preocupa com desigualdades materiais e com o estabelecimento de condições para vencê-las, dentro da comunidade políticas, com fim específico: o desenvolvimento nacional sustentável (SANTOS, 2014, P.11)

Com base nessa percepção ainda existe muito a se fazer, tendo em vista que o judiciário consegue apenas abarcar os casos que chegam até o conhecimento deste, entretanto, muitas crianças necessitam de uma educação inclusiva não somente no aspecto econômico como também no aspecto da deficiência, uma educação especial, nesse diapasão o Estado busca esforço para haver esse sentimento de inclusão entre os entes federativos, bem como vincular os servidores também, surgindo a lei federal de diretrizes que dá um parâmetro a ser seguido pelos demais entes federativos como observa na fala de SANTOS:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Federal número 9394, de 1996, é norteadora dos passos necessários para que os princípios e garantias constitucionais sejam efetivados. Trata-se de uma Lei Orgânica que define aspectos gerais sobre a educação e repisa aquilo já foi disposto na Carta Magna e Estatuto da Criança e do Adolescente. (SANTOS, 2014, P.11)

Por outro lado, ainda que a lei de diretrizes possa dar um parâmetro para uma educação inclusiva, a mesma não é suficiente para tanto, visto que, tratando do autista, os mesmos possuem graus diferentes, necessários tratamentos distintos,

A separação em diferentes graus serve de bom parâmetro para o ordenamento jurídico nos seus objetivos gerais, na visão do Estado Brasileiro as potencialidades únicas destas pessoas têm que ser valorizadas e descobertas para que a suas qualidades de vida e sua dignidade como pessoa humana sejam exercidas na maior plenitude possível para si próprio e para a sociedade brasileira. Maneiras de garantir a vontade normativa de não discriminação, inclusão social e desenvolvimento das potencialidades da pessoa com deficiência, não especificamente dos autistas, foram introduzidas ou recepcionadas nesta lógica, por meio de vários direitos que ajudam na efetivação destes objetivos. As diversas maneiras que o legislador encontrou para ajudar as pessoas com deficiência e suas famílias na sua busca pelo desenvolvimento deles, inclusive os autistas, são de caráter administrativo, trabalhista e previdenciário. Uma destas normas é a Lei n.º: 13.370/2016, que dispõe sobre a concessão de jornada de trabalho especial para responsáveis de pessoas com deficiência, muito importante para manter a pessoa com TEA sob supervisão e conseqüentemente com mais chances de desenvolvimento. Já a Lei n.º n.: 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social, na parte que trata do Benefício de Prestação Continuada -BPC, garante por meio de seu artigo 20 o valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência, incluindo as pessoas com TEA, mediante comprovação de baixa renda da família.

Diante disso, percebe-se que o esforço do Estado não é suficiente para uma educação inclusiva propriamente dita, ainda que garanta uma educação de qualidade e especial a lei de diretriz por si só não é suficiente para garantir o acesso à educação inclusiva a estas crianças, mesmo com decisões judiciais inclusivas ou aplicação de multa a instituições que rejeitem matricular o autista, ou leis de diretrizes, entre outras práticas inclusivas, ainda assim, não são suficientes para garantir o direito à educação infantil inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil é um desafio multifacetado que requer a colaboração de diversos atores, incluindo educadores, gestores, famílias e especialistas. Este estudo revelou que, apesar dos avanços nas políticas educacionais brasileiras, as dificuldades enfrentadas pelos autistas.

As características dos autista dificultam o aprendizado, segundo o modelo atual da educação infantil, descobrindo que deve ser aprimorado as práticas pedagógicas, bem como os profissionais para lidar com os autistas.

Além disso, a análise das leis indica que a implementação de metodologias adaptadas e a criação de ambientes acolhedores são essenciais para o desenvolvimento integral das crianças com TEA. A promoção de uma cultura de empatia e respeito à diversidade não apenas beneficia os alunos com necessidades especiais, mas também enriquece a experiência educativa de todos os estudantes, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e solidários.

Portanto, é fundamental que haja um investimento contínuo em capacitação profissional e na disponibilização de recursos adequados. A colaboração entre as diferentes esferas da educação é crucial para a construção de uma abordagem inclusiva que valorize a diversidade e promova o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e acadêmicas. A superação dos desafios identificados neste estudo é um passo vital para garantir que todas as crianças,

independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação de qualidade e a um futuro promissor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALA, Vitor. Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo é celebrado nesta terça: Segundo OMS, uma em 100 crianças tem Transtorno do Espectro Autista. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2024-04/dia-mundial-de-conscientizacao-sobre-o-autismo-e-celebrado-nesta-erca#:~:text=Segundo%20OMS%2C%20uma%20em%20100%20crian%C3%A7as%20tem%20Transtorno%20do%20Espectro%20Autista>> Acesso em: 31 de julho de 2024.
- ALMEIDA, Izabel Cristina Araujo, Alfabetização De Alunos Com Transtorno Do Espectro Autista (Tea): Concepções E Práticas Dos Professores, 2019. 147f. Dissertação (Mestrado em educação) Universidade estadual de feira de santana departamento de educação programa de pós-graduação em educação, Feira de Santana, 2019.
- ALMEIDA, S.S A e MAZETE e B.P.G.S e BRITO, A.R. e VASCONCELOS, M.M, Transtorno do espectro autista. Sociedade brasileira de pediatria, Niterói-RJ, V8, 72-78, 07/2018.
- BRASIL. DECRETO Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, dez 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm> Acesso em: 14 de jul. 2024.
- BRASIL. Lei nº. 7.498 de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 1986. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 26 de junho de 2024.
- BERGAMASCHI, Tayná Povia de Oliveira, A intervenção ABA em crianças portadoras de TEA : uma análise neurolinguística. 2020.126f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2020.
- FURIOSO, Lorena.C e DOCKHORN, Danila. C. M. S. e AZEVEDO, Monia K. Desenvolvimento de vestuário para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. PARANÁ, 2023-2024. Disponível em: <<https://site.mppr.mp.br/saude/Pagina/Correio-da-Saude-Edicao-ndeg-1212-de-12042023#:~:text=Atualmente%2C%20o%20Instituto%20Brasileiro%20de,da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20estaria%20no%20espectro>>. Acesso em: 01 de agosto de 2024.
- OMENA, Leise Cecília de. A Inclusão De Alunos Com Transtorno Do Espectro Autista (Tea) Nos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental I: Possibilidades E Práticas Para Aprendizagem Da Linguagem Oral E Escrita. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS CÂMPUS DE ASSIS, 2021
- ORIANI, Valéria Pall, Direitos Humanos e Gênero na Educação Infantil: concepções e práticas pedagógicas.2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Marília, 2011.

ARTETERAPIA NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
ART THERAPY FOR AUTISM SPECTRUM DISORDERS (ASD)
ARTETERAPIA PARA EL TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Georgia Santos Nascimento Carvalho
georgiacarvalho065@gmail.com

CARVALHO, Georgia Santos Nascimento. **Arteterapia no transtorno do espectro autista (tea)**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 90 – 100, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

RESUMO

Atualmente existe uma variedade de tratamentos para pessoas autistas, baseados e comprovados cientificamente. Dadas as motivações para proteger a diversidade de pessoas com diagnóstico de autismo, apresento uma opinião sobre os benefícios e a importância da arteterapia para pessoas com autismo. Enquanto objetivo principal pretende-se investigar de que forma as artes podem auxiliar o aluno com Transtorno do Espectro Autista a interagir com o meio social. A relevância desse estudo é tentar fazer da arteterapia uma oportunidade para os terapeutas trabalharem diretamente com indivíduos no espectro do autismo para desenvolver uma gama mais ampla de habilidades de uma maneira que pode ser mais confortável e eficaz do que a linguagem falada. A Arteterapia traz benefícios no transtorno do espectro autista (TEA)? Através de um estudo bibliográfico, a pesquisa traz diversos autores que discutem a inclusão da arte como um recurso terapêutico, e, ao apresentar a relação dessas duas áreas, Arteterapia e Autismo, por meio do olhar e prática de vários pesquisadores, busca-se compreender como o processo arte terapêutico beneficia a população autista. Os resultados apresentados nesse estudo evidenciaram a importância e contribuições da Arteterapia para a pessoa com TEA.

Palavras-chave: Arteterapia. Autismo. Desenvolvimento.

SUMMARY

There are currently a variety of treatments for autistic people, based and scientifically proven. Given the motivations to protect the diversity of people diagnosed with autism, I present an opinion on the benefits and importance of art therapy for people with autism. As a main objective, we intend to investigate how the arts can help students with Autism Spectrum Disorder to interact with the social environment. The relevance of this study is to try to make art therapy an opportunity for therapists to work directly with individuals on the autism spectrum to develop a broader range of skills in a way that may be more comfortable and effective than spoken language. Does Art Therapy bring benefits in autism spectrum disorder (ASD)? Through a bibliographic study, the research brings together several authors who discuss the inclusion of art as a therapeutic resource, and, by presenting the relationship between these two areas, Art Therapy and Autism, through the eyes and practices of several researchers, we seek to understand how the art therapy process benefits the autistic population. The results presented in this study highlighted the importance and contributions of Art Therapy for people with ASD.

Keywords: Art therapy. Autism. Development.

RESUMEN

Atualmente existe una variedad de tratamientos para personas autistas, fundamentados y científicamente comprobados. Dadas las motivaciones para proteger la diversidad de personas diagnosticadas con autismo, presento una opinión sobre los beneficios y la importancia de la arteterapia para las personas con autismo. Como objetivo principal pretendemos investigar cómo las artes pueden ayudar a los estudiantes con Trastorno del Espectro Autista a interactuar con el entorno social. La relevancia de este estudio es tratar de hacer de la arteterapia una oportunidad para que los terapeutas trabajen directamente con personas en el espectro del autismo para desarrollar una gama más amplia de habilidades de una manera que pueda ser más cómoda y efectiva que el lenguaje hablado. ¿El Arte Terapia aporta beneficios en el trastorno del espectro autista (TEA)? A través de un estudio bibliográfico, la investigación reúne a varios autores que discuten la inclusión del arte como recurso terapéutico y, al presentar la relación entre estas dos áreas, Arteterapia y Autismo, a través de la mirada y las prácticas de varios investigadores, buscamos comprender cómo el proceso de arteterapia beneficia a la población autista. Los resultados presentados en este estudio resaltaron la importancia y las contribuciones de la Arteterapia para las personas con TEA.

Palabras clave: Arteterapia. Autismo. Desarrollo.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA3) é um transtorno que altera o comportamento humano, desde a linguagem até as relações interpessoais. Sabe-se que as pessoas com TEA tendem a ignorar as pessoas, não mantendo contato visual, não costumando estabelecer contato social, comportando-se de maneira estereotipada, repetitiva e além de possuir a necessidade de seguir sempre uma mesma rotina. Para Soares (2018, p. 3) “O Distúrbio do Espectro do Autismo (Autistic Spectrum Disorder – ASD) é um distúrbio do desenvolvimento que normalmente surge nos primeiros três anos de vida. [...] atinge a comunicação, a interação social, a imaginação e o comportamento”. Os mesmos autores observaram que indivíduos que tinham comportamento autista poderiam apresentar diferentes níveis de desempenho, bem como, do comprometimento em funções da interação.

A Arteterapia é uma terapia complementar que se faz através da arte, para todos, em todas as idades, individualmente ou em grupo. Por meio de expressões artísticas espontâneas, autênticas e livres, a pessoa vivencia seus sentimentos e emoções, dando assim um novo olhar a si mesma, reconhecendo e modificando seus desejos, proporcionando o autoconhecimento, que promove a autoconfiança e a autoconfiança, ganhando assim mais equilíbrio em seu desenvolvimento (SOARES, 2018).

Usar canais inteligentes, atenciosos, lúdicos e divertidos cria laços de confiança e respeito. Buscar expressão, principalmente por meio da comunicação não verbal, acesso a imagens conscientes e inconscientes, símbolos e seus significados, organizar questões mentais emergentes, organizar o espaço interior, “arrumar a casa”, trazer equilíbrio emocional, motivação pessoal, felicidade e alegria, harmonia na vida cotidiana.

Os arteterapeutas usam uma variedade de métodos artísticos e técnicas de intervenção para envolver a pessoa com o espectro na expressão artística com o objetivo de reduzir os sintomas.[...]. A tecnologia moderna de neuroimagem oferece uma maneira acessível de medir o poder do cérebro em ambientes do mundo real. Essa tecnologia pode ajudar a esclarecer como a arte na relação terapêutica envolve o cérebro e fornecer dados científicos para medir os métodos de mudança e os resultados das intervenções clínicas da arteterapia (BARBOSA, 2018).

Enquanto objetivo geral pretende-se investigar de que forma as artes podem auxiliar o aluno com Transtorno do Espectro Autista a interagir com o meio social. Os objetivos específicos são: analisar os aspectos históricos do transtorno do espectro autista; avaliar a percepção sensorial nos pacientes com autismo usando a arteterapia; identificar outros benefícios da arteterapia para o aprendizado de pacientes com TEA.

A relevância desse estudo é tentar fazer da arteterapia uma oportunidade para os terapeutas trabalharem diretamente com indivíduos no espectro do autismo para desenvolver uma gama mais ampla de habilidades de uma maneira que pode ser mais confortável e eficaz do que a linguagem falada.

A Arteterapia traz benefícios no transtorno do espectro autista (TEA)? Através de um estudo bibliográfico, a pesquisa traz diversos autores que discutem a inclusão da arte como um recurso terapêutico, e, ao apresentar a relação dessas duas áreas, arteterapia e Autismo, por meio do olhar e prática de vários pesquisadores, busca-se compreender como o processo arteterapêutico beneficia a população autista.

ASPECTOS HISTÓRICOS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O TEA é considerado um transtorno mental e comportamental, no entanto, algumas pessoas com ele também podem ter deficiência intelectual (inteligência abaixo do normal, variando de leve a grave) ou outros distúrbios relacionados (epilepsia), mudanças físicas, etc.). Cada um desses problemas de saúde tem um novo diagnóstico e um novo código CID-104 (por exemplo, Deficiência Intelectual Leve é F70). Segundo Soares (2018), vale a pena notar que nem todas as pessoas com TEA têm deficiência intelectual:

Cerca de 10 a 15% das pessoas com autismo têm inteligência média ou acima da média (incluindo aquelas com QI acima da média); 25 a 35%, em média, estão à beira de retardo mental leve, enquanto o restante é moderado ou gravemente retardado (p. 83).

No campo educacional, uma das mudanças está relacionada com a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A referida Lei garante ainda o direito de Inclusão do Autista no meio escolar.

O autista é considerado uma condição não progressiva. No entanto, existem dificuldades em se estabelecer um parecer preciso, devido às variações ambientais, à maturação e ao próprio desenvolvimento do indivíduo. O portador de autismo, mesmo que consiga uma boa evolução do quadro, adquirindo independência e eficiência, carregará por toda vida características mais ou menos marcantes desta patologia.

Segundo Soares (2018):

As crianças com autismo ou síndrome de Asperger até tendem a se relacionar, mas, depois de constantes fracassos, tendem a associar a vida em grupo com algo pouco prazeroso. Intermediando esse contato por meio de brincadeiras, jogos e atividades, o professor consegue incluir, verdadeiramente, essa criança no ambiente escolar (p.16).

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o artigo 14, parágrafo primeiro, que corresponde à lei 12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista em seu artigo 14, tem a seguinte redação:

O processo de qualificação e reabilitação visa desenvolver as competências, habilidades, competências e habilidades físicas, mentais, sensoriais, psicológicas, de atitude, habilidades e habilidades artísticas que contribuam para a conquista da independência da pessoa com deficiência e sua participação igualitária na sociedade e oportunidades com os outros. [ênfase nossa] (PIERCE,2019).

Uma variedade de métodos de tratamento surgiu para atender a diversidade e muitas necessidades dessas pessoas, e com essa aparência pessoal, o tratamento. Assim acontece em nossas diversas vidas cotidianas, e que seja o mesmo nas necessidades médicas das pessoas com autismo, que estão regulamentadas na referida lei (DIEGUEZ, 2018).

No que diz respeito ao assunto, no Brasil, pode-se dizer que recentemente o Transtorno do Espectro Autista (TEA) está oficialmente na agenda política de saúde mental, com base na experiência pioneira e publicação da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, Institui a

Política Nacional de Proteção aos Direitos Humanos Transtorno do Espectro Autista, em seus estágios iniciais:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução. § 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II. I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Dessa forma, acredita-se que o panorama do Transtorno do Espectro Autista, no Brasil, ainda está em aberto, ou seja, há muito que precisa ser entendido. No entanto, o importante é que essas pessoas devam e tenham o direito de ter um atendimento especializado para que possam se desenvolver.

Cunha (2022), relata que o transtorno autista se manifesta como um transtorno no desenvolvimento que se manifesta desde o nascimento, de forma séria, ao longo da vida. Afeta 20 em cada 10.000 crianças e é quatro vezes mais comum entre elas, meninos do que meninas; que se encontra em todo o mundo e nas famílias de qualquer configuração racial, étnica ou social.

Sobre os traços autistas mais comuns, Pierce (2019) diz que existem dificuldade em entrar em contato, parecer surdo quando não está presente, finge não notar os acontecimentos dos outros, sua ausência ou desaparecimento explosões repentinas de fala, a introdução de gestos repetitivos e desmotivados, como acenar com a mão ou o corpo, é insensível à sua lesão ou deliberadamente fere a si mesmo, entre outras características.

Segundo Freitas & Silva (2020), como as características e os sintomas são muito diferentes para cada autista, o processo diagnóstico torna-se difícil. Da mesma forma que os sintomas são variados, em termos de tratamento, não há nada específico. Uma vez que um indivíduo autista pode variar muito em capacidade intelectual, compreensão da linguagem, estágios de desenvolvimento, idade no tratamento, taxa de crescimento e personalidade, gravidade da doença, clima e estrutura familiar, além de outros fatores, qualquer método utilizado pode ser mais eficaz para um indivíduo autista criança não tanto o outro.

ALTERAÇÕES SENSORIAIS EM INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO

Alterações sensoriais em indivíduos com TEA podem interferir em seu comportamento e atividades diárias normais, incluindo alimentação, sono e padrões de sono; e quando você não está em casa essas mudanças podem causar problemas, por exemplo, quando você viaja e participa de eventos sociais. Como resultado, as intervenções de autismo também devem incluir estratégias específicas de gerenciamento neurocomportamental para melhorar as atividades familiares diárias e a participação em eventos sociais (WEIZENMANN *et al.*, 2020).

Posar (2018), afirma que, para começar a entender os distúrbios do processamento sensorial no autismo, é necessário falar de sensibilidade, ou seja, a forma como o cérebro recebe, integra e organiza informações.

A sensorialidade é a percepção olfativa, dinâmica, tátil, auditiva, visual e auditiva. É a capacidade de ver, ouvir e identificar objetos, sons, sabores, cores, etc., além de ser capaz de interpretar os próprios sentimentos. A capacidade de integrar diferentes sentidos só é possível através do processamento sensorial (PIERCE,2019).

As alterações emocionais causadas por distúrbios do processamento sensorial afetam o comportamento de crianças com TEA, influenciando seu comportamento. Atividades diárias como comer e dormir podem ser problemáticas, assim como mudanças no ambiente (BAAT, 2024).

Dessa forma, é muito importante que pais, professores e profissionais que acompanham crianças com TEA conheçam os sintomas de ansiedade, pois muitas vezes eles têm dificuldade em falar sobre coisas que os incomodam. Sinais de transtorno sensorial de processamento em crianças com TEA, Posar (2018):

- Intolerância à textura e certas roupas: Algumas crianças com TEA não podem tolerar a sensação de certas roupas em seu corpo. Os ideais são aqueles com poucas costuras e sem rótulos;
- Intolerância a certos sons ou ruídos altos: Algumas crianças podem se incomodar com certos ruídos, como aspiradores de pó, sirenes ou bebês chorando. Esses sons podem causar dor física em pessoas com distúrbios neurológicos;
- Texturas e cores de alimentos; Dificuldade em usar habilidades motoras finas, como giz de cera ou canetas, colocar roupas pequenas em bonecas ou usar botões em roupas;
- Dificuldades e mudanças ou mudanças. Embora todas as crianças pequenas precisem de tempo para se adaptar, uma criança com deficiência sensorial pode achar mais difícil mudar de atividade, quarto, casa ou escola;
- Desajeitado: desajeitado com coisas ou pessoas. Pessoas com alterações sensoriais podem ter dificuldade em localizar seu corpo no espaço.

Existem diferentes maneiras pelas quais as alterações sensoriais podem afetar negativamente a vida das pessoas com TEA e de suas famílias, inclusive afetando a comunicação e as atividades sociais; comportamento perturbador, interesses diversos (limitados, recorrentes); rotinas diárias (por exemplo, evitar comportamentos estressantes); e compreensão provavelmente devido ao número reduzido de sinais que as pessoas com TEA podem usar para compreender e interagir com o ambiente. O comportamento alimentar pode ser afetado por alterações sensoriais, levando a potenciais escolhas alimentares causando nutrição insuficiente, e sono ruim, principalmente pela forma de irritação excessiva (Mattos, 2019).

BENEFÍCIOS DA ARTETERAPIA PARA O APRENDIZADO DE PACIENTES COM TEA

A arteterapia não é utilizada apenas para resolver problemas pré-existentes, mas também como meio de avaliação, prevenção e reabilitação casos. A forma de lidar com isso não se limita à intervenção humana, mas também pode ser usado em procedimentos de terapia combinada.

Os benefícios de diversas artes já são conhecidos e estudados por muitos autores famosos, no caso de uma pessoa com autismo ainda há muito a ser estudado. Segundo Weizenmann *et al.* (2020), várias maneiras de se comunicar com uma pessoa com transtorno do espectro autista tem um propósito proeminente de promover uma produção não verbal automática por uma pessoa diagnosticada com TEA. A arte, especialmente nas Artes Visuais, ele cumpre essa tarefa quando eles a utilizam materiais adequados para sua ação: tinta, areia, massa, cola, papel e diversos materiais táteis e que são visíveis. Esta técnica, típica do método Artístico, é lúdica e mágica porque o resultado é rápido e compartilhado com o grupo.

Assim, conforme relata Freitas & Silva (2020), em seu estudo de campo, a experiência. A experiência mostrou que as pessoas com TEA têm até aversão à comunicação tátil e ocular, mas aqueles que estavam sujeitos ao ato de agarrar, experiência tátil e visual, mostrou um aspecto benéfico da experiência de tocar e abraçar.

Segundo Dematthews (2021), é possível destacar, portanto, vantagens importantes no desenvolvimento da criança, como o estímulo da criatividade, o jogo simbólico, a tolerância à frustração e o controle da inibição. Além disso, à medida que mais intervenções ocorrem em nosso ambiente artístico com a presença de mais crianças, as habilidades sociais também são direcionadas para o treinamento.

Vários tipos de atividades e materiais são desenvolvidos e utilizados na arteterapia. Alguns deles realizados com a criação de instalações, painéis, desenhos, maquetes, e desenhos, utilizando tinta, argila, papel machê, materiais reciclados, entre outros. A flexibilidade de criação estimula o processo criativo de quem é ajudado, que é estimulado a participar continuamente do desenvolvimento de novos projetos.

É verdade que pessoas com autismo podem ter dificuldades de comunicação verbal ou de compreensão de expressões faciais e linguagem corporal, entre outras coisas, como hipersensibilidade. No entanto, a arteterapia tem alguns benefícios a oferecer. Por isso, muitas vezes é procurada por estar ligada à Comunicação Aumentativa e Alternativa, que trabalha com imagens e suporte visual (PIERCE, 2019).

Pessoas com autismo, podem ter desafios significativos em aspectos como a comunicação verbal, a compreensão de expressões faciais, a linguagem corporal e a interação social de uma forma geral. Essas dificuldades, muitas vezes, estão ligadas a déficits no processamento sensorial e social, que podem afetar a capacidade de compreender ou se conectar com o ambiente ao redor. Nesse sentido, a arteterapia pode ajudar a suprir essa lacuna, uma vez que permite que os indivíduos se expressem de formas que não dependem da linguagem falada. (CAPELLINI, 2024).

Assim como as pessoas com autismo são diferentes, as possibilidades da arteterapia também o são. Como resultado, esta profissão conta com profissionais com formação em saúde e devidamente especializados. Os tempos variam muito, dependendo das necessidades e da personalidade de cada pessoa (DIEGUEZ, 2018).

A arteterapia em suas diversas formas revela outras vantagens, além de ser uma ferramenta que proporciona à pessoa o contato com diferente e novo, permitindo uma nova perspectiva sobre sua vida diária, um ponto de vista muito sensível. É uma ferramenta de auto

reconstrução, benefícios que podem ajudar o paciente a compreender sua própria subjetividade (REIS, 2014).

Quadro 1 - Vantagens dessa técnica terapêutica

· Ao trabalhar com imagens é possível expressar diversas experiências simbólicas sem precisar colocá-las em palavras, como sonhos, sonhos, lembranças.
· As experiências de vida do autor estão expressas na obra
· A fala plástica favorece a liberação de sentimentos ou pensamentos contidos.
· Ajuda a lidar com situações de conflito sem muita ansiedade
· Reduza suas defesas
· A arte não é fácil de controlar onde coisas inesperadas aparecem
· O tempo criativo é muitas vezes agradável, beneficiando assim a motivação do processo terapêutico
· Promove comportamento adaptativo e o desenvolvimento de padrões de linguagem

FONTE: Adaptado de ANTÔNIO, 2020

No âmbito do TEA, este trabalho terá como foco os primeiros anos de vida. Os sinais clínicos do TEA infantil incluem quatro áreas principais: métodos de comunicação e comunicação, comunicação social, desenvolvimento compreensão e a presença de comportamento ambíguo (ANTONIO, 2020).

METODOLOGIA

O método utilizado foi uma revisão qualitativa da literatura baseada na revisão da literatura nacional e internacional publicada no Google Acadêmico e após selecionar um número de materiais suficientes para apoiar a pesquisa, procedeu-se à leitura para conhecer mais. algumas citações da pesquisa a ser feita. Esta metodologia é usada para estudar coisas que requerem análises e explicações não numéricas. Os investigadores qualitativos centram-se no “porquê” e não no “quê”, e baseiam-se em métodos de recolha de dados orientados para a comunicação (GIL, 2019).

Destaca-se o modelo teórico utilizado no estudo, ambos com fontes bibliográficas. Para Marconi e Lakatos (2021, p. 61), as principais fontes bibliográficas [...] são livros de referência, teses e dissertações, revistas científicas, históricos de reuniões científicas e revistas de referências e resumos”. Portanto, buscou-se uma base teórica para informar as pesquisas científicas, referentes a estudos já publicados.

Esta é uma pesquisa qualitativa porque é altamente participativa, portanto, incontornável, e pode orientar o rumo da pesquisa. Segundo Gil (2019, p. 64) “Queremos entender algo em profundidade e em vez de estatísticas, regras e teorias, trabalhamos com definições, comparações, interpretações e suposições”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Muitos indivíduos com TEA apresentam dificuldades na comunicação verbal e não verbal, o que pode dificultar a expressão de emoções e a interação social. A arteterapia, por meio do uso de atividades artísticas, oferece uma forma de comunicação não verbal que permite aos pacientes expressarem seus sentimentos, pensamentos e necessidades. Estudos demonstraram que atividades como pintura, escultura e desenho podem ser eficazes para indivíduos com TEA, permitindo que eles transmitam emoções e compreendam melhor o mundo ao seu redor. Além disso, a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), que pode ser integrada à arteterapia, utiliza símbolos, imagens e sinais visuais para apoiar a comunicação. Isso tem sido particularmente útil para pessoas com dificuldades de fala. O TEA é frequentemente associado a desafios em interações sociais e no entendimento das normas sociais. A arteterapia pode ajudar os indivíduos a melhorar suas habilidades sociais por meio da criação em grupo, promovendo interações sociais em um ambiente controlado e sem pressão. Uma atividade artística em grupo também pode estimular a cooperação, o compartilhamento e o respeito pelos outros, aspectos importantes para o desenvolvimento social.

A interação com os terapeutas e outros participantes durante uma arteterapia pode oferecer modelos de comportamento social e melhorar a empatia.

Muitos indivíduos com autismo experimentam níveis elevados de ansiedade e estresse, que podem se manifestar em comportamentos desafiadores. A arteterapia pode atuar como uma forma de regulação emocional, proporcionando um espaço seguro onde os indivíduos podem expressar suas frustrações de maneira controlada. As atividades artísticas podem atuar como relaxantes, ajudando a reduzir os níveis de tensão e ansiedade, permitindo que a pessoa se acalme e se concentre.

A arte também oferece uma forma de distração de situações estressantes, criando uma oportunidade para os indivíduos se concentrarem em algo criativo e positivo.

A arteterapia pode ser benéfica no desenvolvimento cognitivo de crianças com TEA, ajudando na estimulação da criatividade, resolução de problemas e tomada de decisões. A atividade artística exige que a criança tome decisões, escolha de materiais e pense de forma criativa, o que possa estimular seu pensamento crítico e habilidades de resolução de problemas.

Além disso, muitos indivíduos com TEA apresentam hipersensibilidade ou hipossensibilidade sensorial. A arteterapia, com seus materiais e processos sensoriais diversos, oferece uma maneira de explorar essas habilidades de forma controlada, ajudando a pessoa a se acostumar com diferentes estímulos sensoriais e a lidar melhor com eles.

A arteterapia permite que os indivíduos com autismo vejam suas próprias conquistas e conquistas, o que pode progredir aumentar sua autoconsciência e autoestima. Ao criar uma obra de arte, eles podem se sentir orgulhosos do que produziram, ou que favorecem a construção de uma imagem positiva de si mesmos. Além disso, o reconhecimento do terapeuta e de outros participantes pela obra criada pode ser um reforço positivo para uma pessoa com TEA.

O aumento da autoestima também está relacionado à sensação de controle e à capacidade de expressar pensamentos e sentimentos de uma maneira que seja compreendida, algo que nem sempre ocorre por meio da comunicação verbal.

Embora os resultados sejam bastante positivos, a arteterapia pode não ser eficaz para todos os indivíduos com TEA. A resposta à arteterapia pode variar significativamente, dependendo da gravidade do transtorno, das habilidades cognitivas e da capacidade do indivíduo em se envolver nas atividades propostas. Algumas crianças, especialmente aquelas com formas mais graves de autismo, podem ter dificuldades em se envolver em atividades artísticas ou podem precisar de adaptações específicas para se beneficiarem completamente da terapia.

A individualização do tratamento é crucial. É importante que os terapeutas considerem as necessidades específicas de cada indivíduo, ajustando as atividades de acordo com suas preferências, habilidades e desafios.

A arteterapia é frequentemente utilizada como parte de um tratamento multimodal, ou seja, em conjunto com outras abordagens terapêuticas, como terapia ocupacional, fonoaudiologia e terapia comportamental. A combinação dessas abordagens pode maximizar os benefícios para os indivíduos com espectro, pois a arteterapia pode complementar outras terapias focadas em habilidades específicas.

A colaboração interdisciplinar entre terapeutas ocupacionais, psicólogos, fonoaudiólogos e outros profissionais é essencial para garantir uma abordagem holística que aborde todas as necessidades da pessoa com TEA.

Embora os resultados da arteterapia no tratamento do TEA sejam bastante positivos, mais pesquisas científicas são necessárias para estabelecer uma forma mais robusta para a eficácia e os mecanismos subjacentes a essa intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O transtorno do espectro autista ainda é muito difícil de traçar um único perfil, pois possuem uma variedade de sinais e graus que acabam confundindo outras patologias. Eles têm dificuldade em interagir em diferentes níveis de dificuldade, de fácil a muito difícil. No entanto, quando detectado e tratado, inclusive com mais formas de brincar podem vir a interagir com a natureza.

Nesse estudo foi possível observar que o ensino da arte propicia aos indivíduos maior independência e autonomia melhorando consideravelmente o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor. Além disso, é crucial considerar o papel da arte na inclusão de indivíduos com TEA. A partir de sua prática, é possível promover a integração social e escolar, ampliando as oportunidades de participação daqueles indivíduos em atividades que os ajudam a desenvolver competências essenciais. No entanto, grande parte da sociedade, incluindo educadores e familiares, desconhece as particularidades e as potencialidades das crianças com TEA, o que pode limitar as possibilidades de intervenção e apoio adequado.

Assim, a arte pode desempenhar um papel no esforço de incluir os indivíduos com transtorno do espectro do autismo, como ação e testes a fazer, processo e o prazer da descoberta que não depende da comunicação verbal. Compreender a importância da arte como ferramenta a ser utilizada no ensino que promove o desenvolvimento de habilidades específicas em

crianças com TEA acredita-se ser importante na inclusão desses indivíduos, visto que as maiorias das pessoas, quiçá, grandes parte, acabam não conhecendo e não conhecendo particularidade da criança.

Portanto, compreender e divulgar a importância da arte como ferramenta pedagógica e terapêutica é fundamental para promover uma inclusão eficaz. É necessário que mais iniciativas, estudos e programas educativos sejam implementados para ampliar o conhecimento sobre o TEA e, principalmente, sobre como a arte pode ser utilizada para fortalecer as habilidades e proporcionar maior qualidade de vida para essas pessoas. Assim, reforça-se a necessidade de olhar para o autismo com sensibilidade e comprometimento, garantindo que cada indivíduo tenha acesso a recursos que os ajudem a expressar e expressar todo o seu potencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIO, B.; Benefícios del Arteterapia en niños com Trastorno del Espectro Autista. 2020.50p. Trabalho de Conclusão de Curso. Pontificia Universidad Católica Argentina Santa María de los Buenos Aires Facultad de Psicología y Psicopedagogía. Buenos Aires.2020. Disponível em: <https://repositorio.uca.edu.ar/bitstream/123456789/11626/1/beneficios-arteterapianinos.pdf> Acesso em: 25 de out. de 2024.
- ARAGÃO, Antônio Carlos Luiz. Além da sala de aula: parcerias entre professor, família e escola na Educação Inclusiva. *Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 7, p. 218-232, 2023.
- BAAT, União Brasileira das Associações de Arteterapia. Referentes / por Ester Dieguez Rodríguez. – 2018 Disponível em: <https://www.ubaatbrasil.com/> Acesso em 25 de outubro de 2024.
- BARBOSA, M. O. Estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado para a atenção integral às pessoas com transtorno do espectro do autismo e suas famílias no sistema único de saúde. Brasília, 2013.
- CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Transtorno do Espectro Autista (TEA) : orientações para as Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio de São Paulo / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini, Priscila Vandrea Camargo Duarte, Amanda Pereira Dipólito. - São Paulo: Unesp, 2024 57 p.
- CUNHA, Eugênio. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas na escola: desafios para a ação educativa compartilhada. 2018. 262f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas.
- DIEGUEZ, Ester Rodríguez. Arteterapia y Autismo Infantil: Análisis de educativas na escola e na família. Rio de Janeiro, 2022.
- FREITAS, Cristiane Rodrigues; SILVA, Cirlande Cabral. A educação das pessoas com deficiência no Brasil e na Rede Federal de ensino com enfoque no aluno surdo: uma abordagem sobre os aspectos legais e históricos do processo de inclusão escolar. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 18, p. e7975-e7975, 2020.
- MATTOS, Jacé Carnicelli. Alterações sensoriais no Transtorno do Espectro Autista (TEA): implicações no desenvolvimento e na aprendizagem. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 109, jan./abr. 2019. ISSN0103-8486.
- PIERCE, K. *et al.* Eye Tracking Reveals Abnormal Visual Preference for Geometric Images as an Early Biomarker of an Autism Spectrum Disorder Subtype Associated With Increased Symptom Severity. *Biological Psychiatry*, 79(8), 2019.
- POSAR, Annio. Alterações sensoriais em crianças com transtorno do espectro do autismo. *J. Pediatr. (Rio J.)* vol.94 no.4 Porto Alegre jul./ago. 2018.
- REIS, A.C. Arteterapia: a Arte como Instrumento no Trabalho do Psicólogo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2014, 34 (1), 142-157. Disponível em: https://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/110149/1/TFG_Bea_Mesa.pdf Acesso em 20 de out. de 2024.
- SOARES, Jeane Maria Mendes. A inteligência no transtorno do espectro autista [manuscrito] / Jeane Maria Mendes Soares. - 2018.

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Décio Oliveira dos. Inclusão: desafios do atendimento educacional especializado. Revista Educação Pública, v. 21, nº 46, 21 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/46/inclusao-desafios-do-atendimento-educacional-especializado>. Acesso em 20 de out. de 2024.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA ESCOLARIZAÇÃO
MAIN DIFFICULTIES FACED BY INDIVIDUALS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD) IN SCHOOLING
PRINCIPALES DIFICULTADES QUE ENFRENTAN LAS PERSONAS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA) EN LA ESCOLAR

Regina Vitória Lima Vilanova Costa
reginavitoriacoordenadora@hotmail.com

COSTA, Regina Vitória Lima Vilanova. **Principais dificuldades enfrentadas por indivíduos com transtorno do espectro autista (tea) na escolarização.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 101 – 108, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

RESUMO

Este artigo visa discutir as principais dificuldades enfrentadas por indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escolarização. O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que impacta áreas fundamentais para o aprendizado, como a comunicação, a interação social e o comportamento. A partir de uma revisão da literatura, foram identificadas as principais barreiras que alunos com TEA enfrentam no ambiente escolar, bem como as estratégias que podem ser implementadas para minimizar essas dificuldades e promover uma educação inclusiva.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Escolarização, Inclusão, Dificuldades de Aprendizagem.

SUMMARY

This article aims to discuss the main difficulties faced by individuals with Autism Spectrum Disorder (ASD) in school. ASD is a neurodevelopmental disorder that impacts fundamental areas for learning, such as communication, social interaction and behavior. From a literature review, the main barriers that students with ASD face in the school environment were identified, as well as the strategies that can be implemented to minimize these difficulties and promote inclusive education.

Keywords: Autism Spectrum Disorder, Schooling, Inclusion, Learning Difficulties.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir las principales dificultades que enfrentan las personas con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en la escuela. El TEA es un trastorno del neurodesarrollo que impacta áreas fundamentales para el aprendizaje, como la comunicación, la interacción social y el comportamiento. A partir de una revisión de la literatura, se identificaron las principales barreras que enfrentan los estudiantes con TEA en el ámbito escolar, así como las estrategias que se pueden implementar para minimizar estas dificultades y promover una educación inclusiva.

Palabras clave: Trastorno del Espectro Autista, Escolaridad, Inclusión, Dificultades de Aprendizaje.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por dificuldades significativas nas áreas de comunicação e interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, além de outras limitações, pois cada autista é diferente uns dos outros.

Esses desafios podem resultar em barreiras substanciais à escolarização e ao desenvolvimento acadêmico de crianças e jovens com TEA, para que tais barreiras sejam superadas é importante conhecer e entender as limitações de cada autista, para que assim possam ser aplicadas estratégias pedagógica com o fito de minimizar as dificuldades para o indivíduo com TEA.

Assim, o presente artigo tem o objetivo de explorar as principais dificuldades enfrentadas por esses indivíduos no ambiente escolar e discutir a importância de estratégias inclusivas que possam facilitar seu aprendizado, aplicando pedagogia inclusiva no ensino especial.

Esta investigação apresenta uma grande relevância para o cenário acadêmico, visto que o Brasil possui um número expressivo de indivíduos com TEA, os quais necessitam de apoio diferenciados.

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, na qual foram analisados artigos, livros e teses que abordam as dificuldades de escolarização enfrentadas por alunos com TEA. O levantamento foi realizado em bases de dados acadêmicas como Scielo.

PRINCIPAIS DIFICULDADES DAS PESSOAS COM TEA

É sabido que o autista, possui características próprias, das quais distingue uns dos outros, bem como das demais pessoas, sendo assim, percebe-se que existem limitações em cada autista que impedem, muitas das vezes, o seu desenvolvimento, uma característica mais marcante no autista é a comunicação verbal e não verbal, conforme explana NASCIMENTO e et al, no trecho adiante:

É possível encontrar um conjunto de perturbações características na maioria dos indivíduos autistas, de fato, as limitações em desenvolver relações interpessoais é apontada como a principal delas, possuindo também a resistência às mudanças nas rotinas, e a dificuldade do desenvolvimento na comunicação verbal e não verbal. (NASCIMENTO et al, p.3, 2021)

Na mesma linha de pensamento ensina LOPES:

As características do TEA não se apresentam nas pessoas da mesma forma. Cada pessoa é única e pode apresentar um ou vários traços do Transtorno. Como poderemos ver na descrição do DSM-V elas são bastante distintas umas das outras, mas há três delas que geralmente são presentes quando há o diagnóstico, segundo Octávio et al. (2019): a) Déficits na reciprocidade socioemocional, b) Déficits nos comportamentos comunicativos verbais e não verbais, c) Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. (LOPES, fl.37, 2022)

Sendo essa umas das principais limitações do TEA, a mesma está relacionada a dificuldade em verbalizar, ou seja, na fala, haja vista que sem demonstrar suas necessidades ou

verbalizá-las, torna-se uma tarefa complexa para quem convive com o autista, nessa esteira, depreende-se que a dificuldade de sociabilizar, também pode ser decorrente da dificuldade de verbalizar, segundo entende MADUREIRA adiante:

O comportamento da pessoa com TEA apresenta-se como atípico em todas as fases do desenvolvimento, porém prejuízos na linguagem são descritos como aqueles que mais angustiam os pais e os profissionais que trabalham com o TEA (PITUCH et al., 2011). Sem uma comunicação torna-se praticamente impossível compreender suas necessidades e vontades. (MADUREIRA, fl.29, 2020)

Na mesma linha de raciocínio Almeida et.al, discorre sobre a falta de comunicação de boa parte dos autistas, tanto na linguagem verbal como na não verbal, ou seja, nas expressões faciais, gesto, por exemplo, assim observa:

A marca do TEA é o déficit na comunicação não verbal que varia desde a total falta de expressão facial até a inexistência da integração da comunicação gestual (contato visual, sorriso, apontar, acenar com a cabeça, mandar beijo, dar de ombros) com a comunicação verbal 3,4. A linguagem receptiva, geralmente, é menos comprometida do que a linguagem expressiva em crianças altamente verbais com TEA. (ALMEIDA et al., p.2,2018)

A socialização, talvez seja uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo TEA, pois esta impede de confrontar conhecimentos, que serve para desenvolvimento do próprio conhecimento, nessa perspectiva é notável a explanação de ALMEIDA et al.:

A interação social ocorre de forma atípica, há pouca resposta ao outro, principalmente com o contato visual, e a aproximação, muitas vezes, na tentativa de interagir, ocorre de forma inapropriada ou inadequada. Em determinadas situações sociais, como no recreio escolar ou no refeitório, é um desafio manter a reciprocidade e há uma dificuldade em entender as regras sociais e interpretá-las. (ALMEIDA et al., p.2,2018)

Não somente Almeida como outros autores comungam com o mesmo entendimento, verificando que um dos fatores que dificultam o aprendizado da criança com TEA, é a falta de interação social de trocas de conhecimento, desse jeito explica MADUREIRA:

Parte do aprendizado de crianças que não possuem TEA ocorre a partir da observação do outro (CHARLOP et al., 2010), tomando como referência sua fala, gestos, expressões faciais e outras habilidades de comunicação e interação, absorvendo informações dos ambientes nos quais transitam e utilizando-as no dia a dia. (MADUREIRA, fl.29, 2020)

Sendo assim, é notório que a dificuldade de verbalizar as necessidades como a dificuldade de interação social estão inteiramente ligadas e estão presente nos autista, alguns com mais intensidades e outros menos, nesse sentido o MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS 5ª EDIÇÃO DSM-5, demonstra com mais clareza, as características em comento, na forma de como é transmitido o diagnóstico do TEA:

Déficits para desenvolver, manter e compreender as relações devem ser julgados em relação aos padrões relativos à idade, gênero e cultura. Pode haver interesse social ausente, reduzido ou atípico, manifestado por rejeição de outros, passividade ou

abordagens inadequadas que pareçam agressivas ou disruptivas. Essas dificuldades são particularmente evidentes em crianças pequenas, em quem costuma existir uma falta de jogo social e imaginação compartilhados (p. ex., brincar de fingir de forma flexível e adequada à idade) e, posteriormente, insistência em brincar seguindo regras muito fixas. Indivíduos mais velhos podem relutar para entender qual o comportamento considerado apropriado em uma situação e não em outra (p. ex., comportamento casual durante uma entrevista de emprego) ou as diversas formas de uso da linguagem para a comunicação (p. ex., ironia, mentirinhas). Pode existir aparente preferência por atividades solitárias ou por interações com pessoas muito mais jovens ou mais velhas. Com frequência, há desejo de estabelecer amizades sem uma ideia completa ou realista do que isso significa (p. ex., amizades unilaterais ou baseadas unicamente em interesses especiais compartilhados). Também é importante considerar o relacionamento com irmãos, colegas de trabalho e cuidadores (em termos de reciprocidade). (APA, p.97,2014)

Outra característica marcante do TEA são os padrões repetitivos, e restritivos, onde muitas vezes os autistas possui um hiper foco ou uma atratividade por alguma atividade, além de serem preso a rotinas, não gostam quando saem delas, a exemplo uma criança que gosta de dinossauros, conseguem aprender sobre o tema, e não costumam atrair por atividade diversa, conforme explica Almeida et al.:

Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, conforme manifestado por pelo menos dois dos seguintes, atualmente ou por história prévia (os exemplos são apenas ilustrativos, e não exaustivos; ver o texto):

- 1) Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos (p. ex., estereotipias motoras simples, alinhar brinquedos ou girar objetos, ecolalia, frases idiossincráticas).
- 2) Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (p. ex., sofrimento extremo em relação a pequenas mudanças, dificuldades com transições, padrões rígidos de pensamento, rituais de saudação, necessidade de fazer o mesmo caminho ou ingerir os mesmos alimentos diariamente).
- 3) Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco (p. ex., forte apego ou preocupação com objetos incomuns, interesses excessivamente circunscritos ou perseverativos).
- 4) Hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente (p. ex., indiferença aparente a dor/temperatura, reação contrária a sons ou texturas específicas, cheirar ou tocar objetos de forma excessiva, fascinação visual por luzes ou movimento).

*Especificar a gravidade atual: a gravidade baseia-se em prejuízos na comunicação social e em padrões de comportamento restritos e repetitivos. (ALMEIDA et al., p.5, 2018).

Nota-se nas características elencadas, que existe um padrão de comportamento diferente do comum, e tais características são marcantes no TEA, não necessariamente em todos, assim ensina também LOPES:

Podemos notar, pela descrição acima que a repetição está presente no comportamento, na relação com objetos e até mesmo na excessiva rotina do dia a dia. Para as pessoas com TEA a repetição de padrões é importante até mesmo na hora de aprender novos conceitos ou ideias e pode apresentar dificuldades de aceitar mudanças na rotina. Há a ausência do foco ou o hiperfoco, assim como, os estímulos sensoriais fazem com que tenham percepções diferentes do ambiente. Em cada criança isso correrá de um modo diferente dependendo do nível de comprometimento que o TEA provocar. (LOPES, p.40, 2022)

Nesse diapasão, percebe-se que são marcantes no TEA como também necessário ter tais dificuldades para o seu diagnóstico, o qual é formado por um especialista, que irá analisar cada característica assim ensina AIRES adiante:

As classificações e manuais amparam os profissionais da saúde no momento do diagnóstico, entretanto, a apresentação dos sintomas reduz a pessoa com TEA a um conjunto de comportamentos e desconsidera fatores sociais e culturais que podem interferir na vida do sujeito. Compreende-se que para fins legais, o laudo médico com indicação do código da deficiência é necessário. Entretanto, os profissionais que trabalham com crianças com TEA precisam olhar para além dos sintomas listados. (AIRES, p.37, 2023)

OUTROS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AUTISTA

Tendo em vista as principais dificuldade e características do indivíduo com TEA, compreende-se as limitações enfrentadas pelos mesmos, as quais dificultam a integração do autista no meio escolar, principalmente pela necessidade de várias especialidades que em conjunto auxiliam o autista a ter um desenvolvimento cognitivo semelhante aos outros estudantes conforme observa:

Na escola, será preciso que a equipe de coordenação, professores de sala e especializados, e psicopedagogos estejam alinhados com as equipes médicas e terapêuticas, a fim de juntos, estudarem os pontos fortes e os pontos fracos a serem trabalhados com esse aluno, definir qual a melhor abordagem para ele, as metas a serem alcançadas, planejar as ações a serem realizadas para atingir as metas definidas, enfim, a equipe pedagógica deve conseguir elaborar os conteúdos e materiais adaptados necessários. Madureira (2020, p.25, apud. ELOISA; ANTINO, 2013).

Outra dificuldade que os autistas enfrentam, é, no tocante a inclusão social e garantia de seus direitos, tendo em vista que a sociedade não aceita muito bem pessoas com diferenças comportamentais, demonstrando um desprezo, o que acaba acarretando um esquecimento e consequentemente um atraso no desenvolvimento do TEA, segundo assevera AIRES:

Essa realidade que se impõe desvela o caráter excludente desta sociedade como, por exemplo, quando desvela a contradição que permeia toda forma de educação que se quer inclusiva, já que uma educação inclusiva tem como pressuposto fundamental o caráter mediado das relações humanas, como, no caso desta pesquisa, as relações estabelecidas pelas crianças com TEA com seus pais, com seus professores e, também - de forma determinante - com as crianças sem deficiência com as quais estuda nas escolas comuns. No entanto, a contradição se expressa quando se constata que fazer inclusão de alunos com deficiência nessa sociedade capitalista e excludente, só é possível de ocorrer, por meio de luta constante. (AIRES, p.39,2023)

Sendo assim, é necessária uma educação diferenciada para os autistas com práticas pedagógicas distinta das dos demais e diferente para cada autista, já que os autistas possuem limitações diferentes uns dos outros, entretanto em um mesmo ambiente com uma educação conhecida como especial, conforme explica Nascimento:

Assim, o acesso à educação por essa parcela da população, ou seja, com deficiência, vai se construindo de forma lenta, e mesmo que, num primeiro momento, ela (Educação Especial) tenha surgido e se estabelecido paralela ao sistema educacional

regular, são as ideologias políticas, econômicas, as questões legais, morais e éticas que com o passar dos anos vão fundamentando a necessidade de uma união entre as duas: Educação Especial e ensino regular. (NASCIMENTO, p.44,2017).

Na mesma linha de raciocínio Nascimento explana de forma mais concisa sobre a educação especial assim é considerado:

Atualmente a educação é considerada especial quando é responsável por promover e prover as necessidades educacionais especiais dos alunos, isto é, propor estratégias e desenvolver recursos quando se faz necessário realizar adaptações de acesso, curriculares e/ou materiais garantindo com isso a inclusão do aluno com NEE dentro do ambiente escolar, na classe regular. (NASCIMENTO, p.45, 20217).

A educação do indivíduo com TEA, deve seguir os parâmetros legais, onde os professores devem proporcionar estratégias que incluam os autistas no ambiente escolar, para que o seu desenvolvimento assemelhe ao de uma criança sem autismo, não obstante ainda seja uma das grandes dificuldades segundo NASCIMENTO:

Talvez, uma das maiores dificuldades estaria na escassez e/ou formação inadequada de professores para trabalharem com essas crianças, pois a maioria dos que atuam na rede regular de ensino não recebeu, em suas formações, noções teóricas e/ou práticas para desenvolverem atividades com crianças com NEE. (NASCIMENTO, p.48, 2017).

ESTRATÉGIAS PARA MINIMIZAR DIFICULDADES NA ESCOLARIZAÇÃO

Diante de todo o conhecimento exposto não restam dúvidas quanto a necessidade de estratégias eficaz para o melhoramento do ensino especial, a iniciar pela qualidade do ensino, no tocante aos professores que devem atender a demanda que chegam em suas salas independente da dificuldade que os alunos podem apresentar deve o professor ser um orientador, despertando o potencial de cada aluno, assim justifica Pletsch:

Portanto, o atual e grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. (PLETSCH, p.7, 2019)

É importante pensar na formação do professor como uma estratégia para adequar a educação a cada indivíduo, para tanto os educadores devem ter um currículo diferenciado, apto a ensinar qualquer indivíduo sem distinção, assim observa:

Com isso, perdem os educandos, os educadores e toda a sociedade, pois a profissão docente precisa dar respostas adequadas e fazer as necessárias intervenções que envolvem situações diversas e singulares do desenvolvimento humano. Assim, podemos justificar a formação em nível superior como uma das medidas essenciais a serem tomadas para que ocorram mudanças educacionais efetivas. Contudo, deve-se levar em consideração a heterogeneidade socioeconômica do Brasil, em que acabar com o modelo atual de formação de professores sem planejamento adequado poderia provocar consequências “catastróficas” para o sistema educacional. (PLETSCH, P.8, 2019)

Outra estratégia que se pode cogitar é a criação de uma rotina na escola, com metodologias que minimizem as características do TEA, e por consequência facilitando a aprendizagem do autista, para tanto as salas também devem ser reformuladas para atender a todo tipo de criança, como observa NASCIMENTO citando TYLO:

Ao mesmo tempo em que a rotina é importante, é necessário considerar que o autista precisa aprender a aceitar mudanças. Dessa forma, os pais e os professores podem colaborar em propiciar pequenas alterações na rotina dessa criança de forma lenta e gradativa. Carothers e Taylor (2004) propõem algumas técnicas de aprendizagem para serem aplicadas em crianças autistas. São elas:

Modelagem através de gravação de vídeo: utilizado quando a criança ainda não aprendeu a imitar. Esse procedimento consiste na construção do comportamento por reforçamento diferencial em aproximações sucessivas. O vídeo de um aluno que já adquiriu determinada habilidade é reproduzido para um aluno que ainda não adquiriu. Rotinas de atividades pictográficas: ilustrações como parte de estágios de uma tarefa, para que o aluno siga as instruções e complete a tarefa de forma independente. Participação e Orientação de Colegas: outras crianças normotípicas são usadas como modelos para o ensino de habilidades funcionais na comunidade para alunos com autismo. (NASCIMENTO et al, p.6, 2021 apud Taylor, 2004).

Essas estratégias irão maximizar o potencial de cada criança com autismo, mas ainda assim, não são suficientes para oferecer uma educação inclusiva e de qualidade, segundo ensina NASCIMENTO:

As dificuldades enfrentadas pelas crianças com autismo podem ser superadas desde que haja acompanhamentos especializados, assim como o uso de técnicas que devem ser aplicadas conforme as necessidades individuais de cada criança. As técnicas ajudam no desenvolvimento das habilidades cognitivas e capacidades de interagir socialmente em seu dia-a-dia. A aprendizagem deve ser estimulada tanto pelos professores quanto pelos pais. (NASCIMENTO, P.9, 2021)

Outra estratégia que deve auxiliar é a introdução de instrumentos como auxílio para a educação, objetos como multimídia que irá auxiliar o educador de acordo com LOPES:

Com relação aos objetos educacionais, durante a revisão de artigos, percebemos que apenas dois foram encontrados dentro dessa categoria. Os objetos educacionais são objetos de aprendizagem e, também, poder ser compreendidos como recursos digitais. Atuam de maneira colaborativa no processo de aprendizagem, possibilitam maior interação do aluno/ professor que consideram os interesses dos alunos como base no uso deste recurso. (LOPES, p.57,2022)

São muitas as estratégias que surgem, contudo nem todas possuem base empírica o que leva a um descrédito, mesmo assim, foram elencadas as mais importantes com base nos estudos apresentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades enfrentadas por indivíduos com Transtorno do Espectro Autista na escolarização são diversas e complexas, podendo afetar significativamente seu aprendizado e desenvolvimento social. Portanto, é imprescindível que o sistema educacional implemente práticas inclusivas e ofereça formação adequada aos educadores, a fim de garantir que todos os

alunos, independentemente de suas habilidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. A conscientização sobre o TEA e a promoção de um ambiente escolar inclusivo são passos fundamentais para o empoderamento desses alunos e para a construção de sociedades mais justas e equitativas.

Nesse sentido é necessário implementar o currículo dos docentes para melhor adequar a limitação de cada autista, escolhendo dentre algumas práticas pedagógicas conhecidas e eficientes para cada caso específico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIRES, Any Louize. A mediação na aprendizagem e desenvolvimento de crianças com transtorno do espectro autista: uma leitura na perspectiva da teoria histórico-cultural. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cascavel, PR, 2023.
- ALMEIDA, Simone Saraiva de Abreu; MAZETE, Bianca Pollyanna Gobira Souza; BRITO, Adriana Rocha; VASCONCELOS, Marcio Moacyr. Transtorno do espectro autista. *Residência Pediátrica*, v. 8, suplemento 1, p. 72-78, 2018. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Medicina. Av. Marquês do Paraná, 303 - Centro, Niterói - RJ, Brasil.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. 5. ed. Arlington: American Psychiatric Publishing, 2013.
- LOPES, Vanessa de Araújo. Crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil: dificuldades e possibilidades a práticas educativas inclusivas. 2022. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ensino para a Educação Básica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Urutaí, 2022.
- MADUREIRA, Cristina Vasto. Fala comigo: uma proposta para desenvolvimento da linguagem verbal de pessoas com transtorno do espectro autista. 2020. 90f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento de Jogos Digitais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.
- NASCIMENTO, Gabriela Gomes do; LOPES, Rosiane Gomes; ANACLETO, Valdeane Pereira Fernandes de; RODRIGUES, Fernanda Sleiman. Crianças autistas e o processo de aprendizagem: desafios da docência. *Revista Educação & Ensino*, Fortaleza, v. 5, n. 2, jul./dez. 2021.
- PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. *Educar*, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Editora UFPR.

AUTISMO NO ÂMBITO ESCOLAR
AUTISM IN THE SCHOOL ENVIRONMENT
AUTISMO NO ÂMBITO ESCOLAR

Andreia Cristina Farias Pereira
andreiafarias720@gmail.com

PEREIRA, Andreia Cristina Farias. **Autismo no âmbito escolar**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 109 – 116, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

RESUMO

O presente trabalho visa tratar sobre o atendimento das crianças com TEA, ou seja, Transtorno Espectro Autista, na sala de aula e apoio da sala de recursos, sendo esta um complemento do atendimento do professor, porém objetivando desenvolver habilidades que possam facilitar a aprendizagem e o convívio da criança em um ambiente coletivo. Inicialmente tratou-se da questão histórica, lembrando fatos que desencadearam as conquistas atuais e a legislação que a cada promulgação uma conquista é acrescentada. O professor tem o dever de se atentar às necessidades de cada aluno, procurando estabelecer potencialidades para que de fato o estudante se sinta incluído consiga desenvolver sua aprendizagem. A educação de crianças com espectro autista inclui habilidades visuais, sociais, comportamentais e necessitam de rotina clara, essas estratégias são fundamentais para que a criança cresça socialmente e cognitivamente. O objetivo é apresentar como o autismo é tratado em âmbito escolar. Com abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica de caráter documental.

Palavras-chave: Autismo. Escola. Inclusão.

SUMMARY

This paper aims to address the education of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the classroom and the support provided by resource rooms, which serve as a complement to the teacher's assistance, with the goal of developing skills that facilitate learning and social interaction in a collective environment. Initially, it discusses the historical context, recalling events that led to current achievements and the legislation that continues to evolve, adding new rights. Teachers have a duty to pay attention to each student's needs, striving to establish potentials so that the student feels included and can develop their learning. The education of children with autism includes visual, social, and behavioral skills, necessitating a clear routine. These strategies are essential for the child's social and cognitive growth. The objective is to present how autism is addressed within the school environment, using a qualitative approach and bibliographic research of a documentary nature.

Keywords: Autism, School, Inclusion.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo tratar la atención a niños con TEA, es decir, Trastorno del Espectro Autista, en el aula y el apoyo de la sala de recursos, siendo este un complemento de la atención del profesor, pero con el objetivo de desarrollar habilidades que faciliten el aprendizaje y la convivencia del niño en un ambiente colectivo. Inicialmente, se abordó la cuestión histórica, recordando hechos que desencadenaron los logros actuales y la legislación que, con cada promulgación, agrega un nuevo avance. El profesor tiene el deber de atender las necesidades de cada alumno, buscando establecer potencialidades para que el estudiante se sienta realmente incluido y pueda desarrollar su aprendizaje. La educación de niños con espectro autista incluye habilidades visuales, sociales y conductuales, y necesitan una rutina clara; estas estrategias son fundamentales para que el niño crezca social y cognitivamente. El objetivo es presentar cómo se trata el autismo en el ámbito escolar, con un enfoque cualitativo y una investigación bibliográfica de carácter documental.

Palabras clave: Autismo, Escuela, Inclusión.

INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar representa um desafio e uma responsabilidade para educadores, gestores e toda a comunidade escolar. O TEA, conforme definido por Riviére (2004), é um distúrbio do desenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento, exigindo uma abordagem educacional que reconheça e atenda às necessidades específicas desses alunos. Nos últimos anos, houve um avanço significativo nas políticas e práticas educacionais voltadas para a inclusão, impulsionado por legislações que garantem o direito à educação para todos, independentemente de suas condições, como evidenciado pela Declaração de Salamanca da UNESCO (1994).

Entretanto, a implementação efetiva da inclusão escolar ainda enfrenta obstáculos, como a falta de formação específica para os professores, a escassez de recursos e a necessidade de uma maior sensibilização da comunidade escolar. Segundo Serra (2010, pág 13), "a inclusão não se limita à inserção do aluno na sala de aula, mas envolve a adaptação do ambiente escolar para que todos possam participar ativamente do processo educativo." Nesse contexto, é essencial explorar como a integração de crianças com TEA nas salas de aula regulares pode ser promovida, destacando a importância de um ambiente inclusivo que favoreça o desenvolvimento social e acadêmico desses alunos.

Este trabalho tem como objetivo discutir as práticas pedagógicas que podem ser adotadas para facilitar a inclusão de alunos com TEA, bem como analisar o papel das famílias e da comunidade escolar nesse processo. A partir de uma abordagem qualitativa e de uma revisão bibliográfica, busca-se compreender a importância de construir uma educação que respeite a diversidade e promova o aprendizado de todos os estudantes, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa (MORIÑA, 2010).

Acredita-se que estudar sobre o autismo e a inclusão da criança em uma escola inclusiva contribui para o desenvolvimento não só da criança, mas também de todos os profissionais que ali estão, proporcionando momentos de reflexão e mudanças de paradigmas (BARTHOLO, 2001).

A partir desse cenário, a temática busca reafirmar a necessidade que todos compreendam e aceitem as diversidades humanas, contribuindo com a construção da prática pedagógica. Desta forma, é interessante o empenho para garantir um aprendizado completo e efetivo, respeitando as potencialidades e capacidades individuais.

A pesquisa busca analisar as mudanças acompanhadas de políticas de inclusão em relação ao acesso e a presença da criança com TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) na escola regular e como é comum nas escolas, o atendimento na sala de recursos. Facilitando seu aprendizado e desenvolvimento, tendo acesso a diversas estratégias para que sua aprendizagem ocorra de maneira a respeitar seus limites e tempo, oferecendo concomitantemente a experiência coletiva no ambiente escolar.

O objetivo geral pretende relatar o atendimento das crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), no âmbito escolar e o funcionamento nas escolas hoje em dia. Sendo seus objetivos específicos, mostrar o desenvolvimento histórico da criança com TEA,

apontar a importância do atendimento de crianças com TEA na sala de aula e na sala de recursos, enfatizar a importância da relação família e professor.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Transtorno do Espectro Autista(TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades em interação social, comunicação e comportamentos restritos e repetitivos. O reconhecimento das características do TEA é crucial para a construção de práticas educacionais adequadas, uma vez que as manifestações do autismo podem variar significativamente entre os indivíduos, exigindo abordagens personalizadas no ambiente escolar (RIVIÈRE, 2004).

A inclusão escolar de crianças com TEA é respaldada por legislações e diretrizes educacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão(BRASIL 13.146/2015), que estabelece a garantia de acesso à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas. A Declaração de Salamanca e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva(UNESCO, 1994) orientam a criação de ambientes de aprendizagem que promovam a inclusão de alunos com deficiência, incluindo aqueles com TEA. Essas diretrizes são fundamentais para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e a formação de educadores(MORÍÑA, 2010).

As práticas pedagógicas voltadas para alunos com TEA devem ser adaptadas às suas necessidades específicas. Estratégias como a utilização de metodologias ativas, a promoção de interações sociais e a criação de ambientes previsíveis e estruturados têm se mostrado eficazes. A utilização de recursos visuais e tecnologia assistiva também pode facilitar a comunicação e o aprendizado desses alunos, permitindo um maior engajamento e participação nas atividades escolares(RAMOS; FARIA, 2011).

A parceria entre família e escola é essencial para o sucesso da inclusão escolar de crianças com TEA. A família pode fornecer informações valiosas sobre as necessidades e preferências da criança, além de colaborar na implementação de estratégias educacionais em casa (Oliveira, 2002). O envolvimento dos pais no processo educativo não apenas apoia o desenvolvimento da criança, mas também fortalece a relação entre escola e família, criando um ambiente mais coeso e colaborativo(PAROLIM, 2003).

Apesar dos avanços na legislação e nas práticas educacionais, a inclusão de alunos com TEA ainda enfrenta desafios significativos. A falta de formação específica dos educadores, a escassez de recursos materiais e a resistência à inclusão são barreiras que precisam ser superadas(RELVAS, 2011). A formação continuada de professores e a disponibilização de recursos e suporte técnico são essenciais para garantir um atendimento educacional de qualidade.

O contexto escolar é fundamental para o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças com TEA. A implementação de práticas pedagógicas inclusivas, a formação de parcerias efetivas entre família e escola, e a superação dos desafios enfrentados são essenciais para proporcionar um ambiente educacional que atenda às necessidades específicas desses alunos(ROJO, 2012). A pesquisa e a reflexão contínua sobre as melhores práticas no âmbito

escolar são fundamentais para promover a inclusão efetiva e o desenvolvimento integral das crianças com TEA(STAKE, 2013).

ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM TEA NA ESCOLA

Na década de 1970, o Brasil começou a se preocupar com a institucionalização da Educação Especial (GLAT, 2007), visando garantir o acesso à escolarização para alunos com deficiência. Essa preocupação levou à criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) através do Decreto 72.425/1973, que tinha como objetivo promover a expansão e a melhoria do atendimento aos alunos excepcionais em todo o território nacional(BRASIL, 1973).

Atualmente, o Ministério da Educação(MEC) implementou a sala de recursos multifuncionais, com a finalidade de apoiar a organização e a oferta do atendimento educacional especializado. Essa iniciativa visa prestar serviços complementares e suplementares aos educandos que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, e que estão matriculados nas classes regulares do ensino, proporcionando melhores condições de acesso, participação e aprendizado (BRASIL, 2015).

O Atendimento Educacional Especializado deve ser preferencialmente realizado na sala de recursos multifuncionais, que é um ambiente equipado com materiais didáticos, pedagógicos e mobiliário adequados. Este serviço tem como objetivo contribuir para a inclusão escolar do público-alvo da Educação Especial, integrando-se à proposta pedagógica da escola para garantir o acesso, a participação e a aprendizagem desses alunos no ambiente escolar(BRASIL, 2011).

Ramos e Faria(2011) destacam que a sala de recursos deve contemplar algumas características essenciais. A Educação Especial é entendida como um processo educacional, que envolve uma proposta pedagógica que assegura recursos e serviços educacionais especiais. O intuito é apoiar, complementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, assegurando a educação escolar e promovendo o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais em todas as etapas e modalidades da educação. Assim, a Educação Especial é um campo de conhecimento que, enquanto modalidade transversal, permeia todos os níveis e etapas, realizando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e disponibilizando um conjunto de serviços, recursos e estratégias específicas que favorecem a escolarização de alunos com deficiência, TEA, e altas habilidades ou superdotação(RAMOS; FARIA, 2011).

De acordo com Moríña (2010), a inclusão é um processo que desafia as práticas de exclusão, com o objetivo de garantir a escolarização de todos em um sistema único, onde todos tenham as mesmas oportunidades de aprender. A inclusão é definida como um modelo de educação que propõe escolas onde todos possam participar e ser recebidos como membros valiosos, constituindo uma filosofia e prática educativa que busca melhorar a aprendizagem e a participação ativa de todos os alunos em um contexto educacional comum(MORINÃ, 2010).

Portanto, não se pode pensar na inclusão escolar sem considerar a criação de um ambiente inclusivo. Esse ambiente não deve ser entendido apenas em função dos recursos pedagógicos, mas também das qualidades humanas(CUNHA, 2012).

Assim, o educador que trabalha com crianças com necessidades educacionais específicas, incluindo aquelas com autismo, deve constantemente buscar conhecer, entender e abordar as dificuldades identificadas no processo de ensino-aprendizagem. É fundamental que atualize e inove sua prática pedagógica, adotando métodos adaptados à realidade dos alunos e investindo em atividades que desenvolvam suas habilidades cognitivas, contribuindo assim para o seu desenvolvimento social e psicológico, uma vez que a aprendizagem não se limita aos conteúdos escolares(BARTHOLO, 2001).

Freire(1996) acrescenta que o professor deve despertar a capacidade crítica dos alunos, independentemente dos desafios que enfrentarão em sua jornada. Educar vai além de transmitir conteúdos; trata-se de despertar a curiosidade e ensinar a pensar. Nesse sentido, é indispensável que os profissionais da educação estejam preparados para lidar com as diversas situações de ensino, como as condições sensoriais, cognitivas e físicas de cada aluno.

Silva(2012) observa que pessoas com autismo enfrentam diversas dificuldades na socialização, com variados níveis de gravidade. Algumas crianças apresentam problemas severos e se isolam em um mundo impenetrável, enquanto outras têm dificuldade em se socializar e algumas apresentam traços sutis de autismo, quase imperceptíveis para a maioria das pessoas, inclusive para alguns profissionais.

Monteiro(1998) aponta que a criança com TEA se desenvolve de maneira única e que esse processo deve ser potencializado. Nesse contexto, a escola deve fornecer suporte para que a criança encontre formas de se adaptar, estimulando-a em vez de limitá-la, promovendo a superação de barreiras e desafios.

No ensino de alunos com TEA, não existem metodologias ou técnicas que garantam resultados. Contudo, há grandes possibilidades de aprendizagem, considerando a função social e construtivista da escola, que deve relacionar-se com a realidade do educando. Nessa relação, o professor é o primeiro a aprender e o aluno, o primeiro a ensinar(DIAS, 2017).

Um trabalho focado na aprendizagem do aluno só terá relevância se a família estiver presente. Nesse sentido, Marchesi(2004) enfatiza que a educação não é uma tarefa que a escola pode realizar sozinha, sem a colaboração de outras instituições, sendo a família a que está mais próxima da escola. Assim, considerando que tanto a família quanto a escola buscam os mesmos objetivos, elas devem compartilhar ideais para superar as dificuldades e conflitos que afligem diariamente os profissionais da escola, os alunos e suas famílias.

A família é essencial na formação de qualquer indivíduo, tanto cultural quanto socialmente, como cidadão e ser humano, pois todos pertencem à mais antiga das instituições: a família. Tanto a família quanto a escola desejam preparar as crianças para o mundo, mas a família possui particularidades que a diferenciam da escola, além de necessidades que a aproximam dessa instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, mas necessita da colaboração da família para concretizar seu projeto educativo(PAROLIM, 2003).

A parceria entre família e escola é crucial para o desenvolvimento da criança com TEA, pois os pais podem fornecer informações relevantes que facilitam e otimizam o planejamento com estratégias adequadas para o atendimento na sala de recursos e na sala de aula(SERRA, 2010).

Oliveira(2002) aborda a relação família-escola sob os ângulos sociológico e psicológico. Do ponto de vista sociológico, destaca o caráter socializador dessa relação e as diferenças

sociais e culturais. Na perspectiva psicológica, analisa as relações vividas em família (socialização primária) e suas implicações no processo escolar (socialização secundária).

Portanto, quanto maior a cooperação entre a família e todos os profissionais da escola, mais o aluno com TEA se beneficiará e poderá aproveitar os benefícios da aprendizagem pessoal e social.

Rojo (2012) convida à aceitação de que todos somos frutos de uma sociedade marcada por diferenças, pois vivemos, pelo menos desde o início do século XX (senão desde sempre), em sociedades híbridas e complexas. Essa sociedade híbrida oferece recursos diversos para atender às diferenças, permitindo que as escolas adotem uma pedagogia que se baseie nas singularidades dos alunos, integrando seus conhecimentos de mundo, mídias e linguagens.

METODOLOGIA

O presente estudo se enquadra nas categorias de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, com abordagem descritiva. A pesquisa qualitativa é caracterizada pela não utilização de instrumentos estatísticos na análise de dados, sendo centrada na compreensão, descrição e explicação de fenômenos sociais por meio da análise de experiências individuais ou coletivas (VIEIRA et al., 2016).

A metodologia qualitativa é um conjunto de técnicas e procedimentos de pesquisa utilizados para compreender e descrever fenômenos complexos e subjetivos, como crenças, valores, atitudes e comportamentos. Essa abordagem é baseada na coleta de dados não estruturados, como entrevistas, observações e análise de documentos, e na interpretação desses dados para identificar padrões, significados e relações (PESCE; ABREU, 2019).

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise documental e bibliográfica, buscando investigar o atendimento educacional de crianças com TEA em ambientes escolares. O objetivo é compreender como as práticas pedagógicas e a interação entre família e escola influenciam a inclusão e o desenvolvimento dessas crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados, mostrou-se as possibilidades de relação do aluno com TEA e a comunidade escolar e a importância do atendimento especializado na sala de recursos proporcionando ao aluno a oportunidade de uma aprendizagem mais efetiva e uma melhor relação com os colegas de turma, favorecendo um convívio social com respeito e empatia.

A família é importante no desenvolvimento da criança TEA, porém é imperativo que a escola promova a participação dos pais para auxiliá-los no processo de inclusão. A parceria entre a família e escola é fundamental, podendo contribuir com a construção da identidade e cidadania da criança com TEA.

Outro fator relevante é a autonomia na prática de estudos, tornando-o capaz de desenvolver atividades do cotidiano, podendo estas ser atividades escolares ou mesmo da vida diária. A importância do atendimento na sala de recursos aparece nas pequenas conquistas e mudanças de comportamento, tanto na escola, quanto em casa, mostrando que com a parceria de tudo se torna mais tranquilo e efetivo.

Para a conclusão da pesquisa, uma lição aprendida é que o professor precisa conhecer e respeitar as diferenças que existem em sala de aula, sabendo que cada aluno é único, assim assumindo seu papel de mediador do conhecimento, tendo em vista que a inclusão é para todos e não somente para o aluno com deficiência ou transtorno.

No atendimento em sala de recurso, não existe uma regra de como se trabalhar com uma criança com TEA, pois cada uma possui característica própria. Assim é importante analisar cada caso e planejar conforme a sua necessidade, como dito anteriormente, a família é muito importante para que o trabalho possa ser mais eficiente.

É fundamental que os educadores recebam formação contínua e específica sobre o TEA, permitindo-lhes desenvolver estratégias de ensino adaptadas às necessidades individuais de cada aluno. Além disso, a colaboração entre escola e família é essencial para proporcionar um suporte abrangente, permitindo que as crianças se sintam valorizadas e incluídas no ambiente escolar.

A construção de um ambiente inclusivo vai além da simples adaptação de currículos; envolve a criação de uma cultura escolar que respeite e celebre a diversidade. É preciso promover práticas que incentivem a interação social, a empatia e o respeito entre todos os alunos, contribuindo para um ambiente de aprendizagem positivo e enriquecedor.

Portanto, a continuidade do investimento em formação, recursos e uma abordagem colaborativa é vital para que a inclusão de alunos com TEA se concretize de maneira efetiva, beneficiando não apenas essas crianças, mas também toda a comunidade escolar. A educação inclusiva não é apenas um direito, mas uma oportunidade para todos os alunos crescerem juntos, aprendendo uns com os outros e contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHOLO, M. H. Relatos do Fazer Pedagógico. Rio de Janeiro: NOOS, 2001.
- BRASIL. Decreto n. 7.245, 03 de julho de 1973. Cria o Centro Nacional de Educação Especial e dá outras providências. Brasília, 1973.
- _____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Brasília, 2008.
- _____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.
- BERCHERIE, P. A clínica psiquiátrica da infância: estudo histórico. In: CIRINO, O. Psicanálise e psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- COELHO, A.M. AGUIAR, A.I. Intervenção Psicoeducacional Integrada nas Perturbações do espectro do Autismo: Um Manual para Pais e Professores. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 2013.
- CORREIA, L.M. Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares, Porto, Porto Editora, 1997.
- CUNHA, Eugenio. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
- _____. Eugenio. Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 6 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2015.
- DIAS, R, B; BRAGA, P, G; BUYTENDOR, A, A, B. (Orgs.). Educação especial e autismo. Ed. Campo Grande, MS: Perse, 2017.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FLICK, U. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.
- _____, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna. 2013.
- MARCHESI, ÁLVARO; Gil H. Carlos. Fracasso Escolar - uma perspectiva multicultural. Porto Alegre: ARTMED, 2004.
- MORIÑA, A. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

- OLIVEIRA, L. de C. F. Escola e família numa rede de (des) encontros: um estudo das representações de pais e professores. São Paulo, SP: Ed e Livraria Universitária, 2002.
- PAROLIM, Isabel. As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares. Fortaleza, 2003.
- RAMOS, M. B. J.; FARIA, E. T. Aprender e ensinar: diferentes olhares e práticas. Porto Alegre: PUCRS, 2011.
- ROJO, R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. São Paulo: Parábola, 2012.
- RELVAS, M. P. Neurociência e Transtornos de Aprendizagem. Editora WAK, 5ª edição, 2011.
- RIVIÈRE, Á. O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SERRA, Dayse. Autismo, Família e Inclusão. Polêmica, Revista Eletrônica, 2010.
- UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.
- VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. Pesquisa qualitativa em administração. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- WERNECK, C. Ninguém mais vai ser bonzinho na Sociedade inclusiva. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

THE IMPORTANCE OF TEACHER TRAINING FOR INCLUSIVE EDUCATION LA IMPORTANCIA DE LA FORMACIÓN DE PROFESORES PARA LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

Ana Paula Nascimento Trigo
p.trigo@hotmail.com

TRIGO, Ana Paula Nascimento. **A Importância da Formação de Professores para Educação Inclusiva.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 117 – 126, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

RESUMO

O objetivo geral deste estudo é analisar a importância da formação continuada de professores para a implementação eficaz da educação inclusiva, com foco nas práticas pedagógicas voltadas para a diversidade. Especificamente, busca-se identificar as principais competências que os docentes precisam desenvolver para atender às necessidades de alunos com deficiência, investigar os desafios enfrentados pelos professores na formação para a educação inclusiva e avaliar o impacto de programas de capacitação sobre a qualidade do ensino inclusivo nas escolas. A justificativa para este estudo reside na crescente demanda por práticas educacionais que atendam à diversidade de alunos, especialmente aqueles com necessidades educacionais especiais. A metodologia deste estudo baseou-se em uma revisão bibliográfica. A análise dos dados indicou que a formação de professores não deve ser vista apenas como uma exigência formal, mas como uma oportunidade para que os educadores se apropriem de novos conhecimentos, desenvolvam habilidades específicas e repensem suas práticas pedagógicas. A inclusão vai além da simples presença de alunos com deficiência na sala de aula, requerendo que os professores adaptem suas abordagens de ensino, adotem práticas diferenciadas e criem um ambiente acolhedor e respeitoso para todos os estudantes. Dessa forma, a formação continuada é crucial para que os educadores possam compreender e aplicar conceitos e metodologias inclusivas no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Formação docente. Inclusão escolar. Educação inclusiva.

SUMMARY

The general objective of this study is to analyze the importance of continuous teacher training for the effective implementation of inclusive education, focusing on pedagogical practices aimed at diversity. Specifically, it aims to identify the key competencies that teachers need to develop to meet the needs of students with disabilities, investigate the challenges faced by teachers in training for inclusive education, and evaluate the impact of training programs on the quality of inclusive education in schools. The justification for this study lies in the growing demand for educational practices that address the diversity of students, especially those with special educational needs. The methodology of this study was based on a literature review. The data analysis indicated that teacher training should not be seen merely as a formal requirement but as an opportunity for educators to acquire new knowledge, develop specific skills, and rethink their pedagogical practices. Inclusion goes beyond the mere presence of students with disabilities in the classroom, requiring teachers to adapt their teaching approaches, adopt differentiated practices, and create a welcoming and respectful environment for all students. Thus, continuous training is crucial for educators to understand and apply inclusive concepts and methodologies in the daily school routine.

Keywords: Teacher training. School inclusion. Inclusive education.

RESUMEN

El objetivo general de este estudio es analizar la importancia de la formación continua de los docentes para la implementación efectiva de la educación inclusiva, con enfoque en las prácticas pedagógicas dirigidas a la diversidad. Especificamente, se busca identificar las principales competencias que los docentes necesitan desarrollar para atender a las necesidades de los estudiantes con discapacidad, investigar los desafíos que enfrentan los docentes en su formación para la educación inclusiva y evaluar el impacto de los programas de capacitación en la calidad de la educación inclusiva en las escuelas. La justificación para este estudio radica en la creciente demanda de prácticas educativas que respondan a la diversidad de los estudiantes, especialmente aquellos con necesidades educativas especiales. La metodología de este estudio se basó en una revisión bibliográfica. El análisis de los datos indicó que la formación docente no debe verse únicamente como un requisito formal, sino como una

oportunidad para que los educadores adquieran nuevos conocimientos, desarrollen habilidades específicas y repiensen sus prácticas pedagógicas. La inclusión va más allá de la mera presencia de estudiantes con discapacidad en el aula, requiriendo que los docentes adapten sus enfoques de enseñanza, adopten prácticas diferenciadas y creen un ambiente acogedor y respetuoso para todos los estudiantes. De esta forma, la formación continua es crucial para que los educadores comprendan y apliquen los conceptos y metodologías inclusivas en la rutina diaria escolar.

Palabras clave: Formación docente. Inclusión escolar. Educación inclusiva.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, que busca garantir a todos os estudantes o direito de aprender juntos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais, tem se consolidado como um dos pilares fundamentais das políticas educacionais contemporâneas. No entanto, para que essa inclusão seja efetiva, é imprescindível que os professores estejam adequadamente preparados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula. A formação de professores, portanto, desempenha um papel crucial nesse processo, pois capacita os educadores a adotarem práticas pedagógicas que atendam às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências ou outras necessidades educacionais especiais(VIEIRA; OMOTE, 2021).

A importância da formação de professores para a educação inclusiva vai além do simples domínio de técnicas e metodologias pedagógicas. Trata-se de um processo contínuo e abrangente, que envolve o desenvolvimento de competências emocionais, sociais e cognitivas, permitindo que os docentes compreendam e respeitem as diferentes realidades dos alunos. Essa formação deve abranger, além de aspectos teóricos, a reflexão sobre as próprias crenças e atitudes dos educadores em relação à diversidade, para que possam atuar de forma inclusiva e empática no ambiente escolar(DEVECHI *et al.*, 2022).

Em um contexto educacional cada vez mais plural, os professores enfrentam o desafio de atender a uma gama diversa de necessidades e estilos de aprendizagem. A formação continuada, portanto, se torna uma ferramenta indispensável para que os educadores se atualizem constantemente, aprendam a identificar e a responder às demandas de cada aluno e se sintam preparados para promover um ambiente de aprendizagem acessível, acolhedor e equitativo. Nesse sentido, a formação de professores não só facilita a adaptação das práticas pedagógicas, mas também contribui para a construção de uma cultura escolar que valorize a diversidade e promova a convivência respeitosa entre todos os estudantes(CIRINO; CRUZ, 2022).

Dessa forma, a educação inclusiva, enquanto direito de todos, requer uma abordagem transformadora no ambiente escolar, que dependa diretamente da capacitação dos profissionais que atuam no cotidiano das escolas. O presente estudo busca refletir sobre a importância da formação de professores na promoção de uma educação inclusiva de qualidade, analisando as metodologias, desafios e possibilidades que envolvem a preparação dos educadores para lidar com a diversidade no espaço escolar(SANTOS *et al.*, 2023).

A questão central deste estudo é: como a formação de professores influencia a implementação de práticas pedagógicas inclusivas nas escolas? O objetivo geral deste estudo é analisar a importância da formação continuada de professores para a implementação eficaz da educação inclusiva, com foco nas práticas pedagógicas voltadas para a diversidade. Especificamente, busca-se identificar as principais competências que os docentes precisam

desenvolver para atender às necessidades de alunos com deficiência, investigar os desafios enfrentados pelos professores na formação para a educação inclusiva e avaliar o impacto de programas de capacitação sobre a qualidade do ensino inclusivo nas escolas.

A justificativa para este estudo reside na crescente demanda por práticas educacionais que atendam à diversidade de alunos, especialmente aqueles com necessidades educacionais especiais. A educação inclusiva exige que os professores não apenas adaptem suas estratégias pedagógicas, mas também possuam uma compreensão profunda das diferentes deficiências e das metodologias de ensino inclusivas. A formação dos professores é um fator crucial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a um ensino de qualidade, com equidade e respeito às suas individualidades.

A metodologia adotada para este estudo foi a pesquisa bibliográfica, que consiste na análise e revisão de uma vasta literatura acadêmica, científica e técnica sobre a formação de professores para a educação inclusiva. A pesquisa bibliográfica permite construir uma base teórica sólida, reunindo os principais conceitos, teorias e práticas pedagógicas relacionadas à inclusão escolar e à capacitação de docentes.

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E INCLUSÃO: A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA AMBIENTES EDUCACIONAIS INCLUSIVOS

TRAJETÓRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE ÂMBITO NACIONAL

No Brasil, uma das marcas fundamentais na história da educação foi deixada pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Este manifesto, liderado por figuras proeminentes como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, defendia uma política educacional nova para o Brasil. Eles advogaram por uma educação obrigatória, pública, gratuita e laica, vendo na democratização do ensino brasileiro uma necessidade urgente. Naquela época, o ensino acadêmico era para a elite, enquanto as escolas profissionais eram para os menos privilegiados(SAVIANI, 2018).

Foi nesse cenário que o curso de Pedagogia teve seu início, estabelecido pelo Decreto Lei nº 1190 em 1939. Inicialmente, esse curso era estruturado como bacharelado, formando "técnicos em educação" para cargos no Ministério da Educação, mas não habilitava para lecionar. Para lecionar, era necessário cursar a Licenciatura em Pedagogia, uma adição de um ano ao bacharelado, focando em Didática Geral e Didática da Pedagogia(LIBÂNEO, 2018).

Entretanto, a década de 1960 trouxe mudanças significativas no panorama educacional brasileiro. Com o golpe militar, surgiu uma nova visão do ensino, baseada na dimensão técnica e operacional da educação. Em 1968, a Reforma Universitária alterou o ensino superior, tornando obrigatória a criação das Faculdades de Educação nas Universidades Federais. Esse contexto levou ao estabelecimento de novos padrões para a formação pedagógica, incorporando a Licenciatura em Pedagogia como a formação padrão para os professores do Ensino Normal. Esta mudança culminou em 1969 com a Resolução n.º 2 do Conselho Federal de Educação, que reformulou o currículo do curso de Pedagogia e criou habilitações em áreas específicas(NÓVOA, 2018).

Apesar das mudanças, a formação dos professores passou a ser dispersa, fragmentada entre várias habilitações, o que levantou questões sobre a necessidade de formação continuada. O cenário se complicou ainda mais com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação(LDB) de 1971, que estabeleceu cursos como a Habilitação Específica para o Magistério(HEM), permitindo lecionar até a 6ª série. Contudo, essa diversificação de habilitações resultou em uma formação precária, conforme destacado por Saviani(2018), levantando questões críticas sobre a qualidade da formação inicial e sublinhando a urgência de uma formação continuada mais robusta.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu art. 205, estipula que a educação é um direito universal e uma responsabilidade do Estado, enfatizando a formação continuada dos professores como um meio crucial para assegurar um ensino de excelência. O art. 206 reforça a valorização dos profissionais da educação, reconhecendo a necessidade da formação continuada para o constante aprimoramento de suas competências pedagógicas e conhecimentos. Além disso, o art. 208 estabelece a obrigação do Estado em prover auxílio técnico e financeiro aos municípios para garantir o acesso dos professores à formação continuada, promovendo, assim, a equidade no acesso a uma educação de qualidade em todo o país(BRASIL, 1988).

A formação continuada, também conhecida como educação continuada ou educação permanente, é um processo fundamental no campo educacional, visando o aprimoramento contínuo dos conhecimentos e habilidades dos profissionais ao longo de suas carreiras. Segundo Imbernón(2018), renomado autor na área de formação de professores, a formação continuada não é apenas um conjunto de atividades de atualização, mas um processo complexo e dinâmico que engloba reflexão, prática e teoria. Ela vai além da simples transmissão de informações, envolvendo a análise crítica das práticas pedagógicas, o desenvolvimento de novas estratégias de ensino e a adaptação às mudanças no ambiente educacional.

A Constituição desempenhou um papel fundamental no cenário educacional brasileiro ao estabelecer princípios e diretrizes que colaboraram significativamente com as políticas de formação de professores. Um dos principais avanços foi o reconhecimento da educação como um direito fundamental de todos, estabelecendo a obrigatoriedade do Estado em garantir o acesso à educação básica e promover o pleno desenvolvimento do indivíduo, incluindo a formação adequada de professores(VEIGA, 2018).

Além disso, a Constituição valorizou a profissão docente ao assegurar aos professores um piso salarial profissional nacional, vinculado à complexidade do trabalho e à necessidade de formação continuada. Esse dispositivo constitucional não apenas elevou a remuneração dos educadores, mas também incentivou a busca constante por aprimoramento, impactando diretamente a qualidade da formação oferecida nas instituições de ensino(DOURADO *et al.*, 2016).

Ao estabelecer o ensino como um serviço público, a Constituição também reforçou a responsabilidade do Estado na formação de professores, impulsionando políticas públicas voltadas para a valorização e qualificação dos profissionais da educação, garantindo, assim, um corpo docente mais preparado e motivado para enfrentar os desafios educacionais do país(GATTI *et al.*, 2019).

A formação continuada de professores é um processo educacional essencial que vai além da formação inicial, proporcionando aos educadores oportunidades contínuas de aprendizado e desenvolvimento profissional ao longo de suas carreiras. Este conceito reconhece que a

educação está em constante evolução, com novas teorias, metodologias e tecnologias emergindo regularmente. Como tal, os professores precisam se manter atualizados para oferecer uma educação de qualidade aos seus alunos. A formação continuada permite aos professores aprimorar suas habilidades pedagógicas, explorar novas abordagens de ensino e aprender sobre as últimas pesquisas educacionais (LIBÂNEO, 2018).

A FORMAÇÃO CONTINUADA COMO PILAR NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA INCLUSIVA: O PAPEL DO PROFESSOR NO AMBIENTE ESCOLAR

A formação continuada tem se consolidado como um pilar essencial na construção de uma cultura inclusiva no ambiente escolar, especialmente quando se considera o papel do professor nesse processo. Em um contexto educacional cada vez mais diverso, onde a inclusão de alunos com diferentes características e necessidades é um desafio constante, a formação contínua dos educadores se torna fundamental para a promoção de um ambiente escolar que respeite e valorize as diferenças. O papel do professor, portanto, vai além da transmissão de conteúdos acadêmicos, sendo também o de facilitador do processo de inclusão, acolhendo a diversidade e ajustando suas práticas pedagógicas para garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem (DEVECHI et al., 2022).

A formação continuada permite que os educadores se atualizem em relação às novas abordagens pedagógicas e metodológicas, além de adquirir conhecimentos sobre as políticas públicas de inclusão, direitos dos estudantes com deficiência e práticas de ensino que favoreçam a aprendizagem de todos. A inclusão não se resume à presença física dos alunos com deficiência nas salas de aula, mas envolve a criação de um ambiente acessível e acolhedor, que favoreça o aprendizado, o desenvolvimento social e emocional de todos os estudantes. Para isso, é preciso que os professores compreendam as necessidades de cada aluno e adaptem suas práticas para atender à diversidade presente em suas turmas (SANTOS et al., 2023).

Um dos maiores desafios enfrentados pelos professores na construção de uma cultura inclusiva é o preconceito e a resistência que ainda existem em algumas partes da sociedade, incluindo o ambiente escolar. Esses desafios podem ser superados com o investimento em programas de formação continuada que abordem questões como a conscientização sobre a diversidade, a eliminação de estigmas e a construção de um ambiente escolar que promova o respeito e a empatia. Através de formação específica, os professores podem aprender a lidar com as diferenças de forma positiva, tornando-se mais sensíveis às necessidades dos alunos e ampliando suas competências para lidar com situações que envolvem diversidade cultural, racial, de gênero e de habilidades (CIRINO; CRUZ, 2022).

A formação continuada também é essencial para que os professores desenvolvam habilidades específicas para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. Conhecer diferentes tipos de deficiência, aprender sobre metodologias adaptativas e saber como trabalhar de forma colaborativa com outros profissionais, como psicopedagogos e assistentes educacionais, são competências que contribuem diretamente para a construção de um ambiente inclusivo. A capacitação permite que o professor se sinta mais seguro e confiante para implementar estratégias de ensino diferenciadas e adequadas, como o uso de recursos didáticos

acessíveis, a adaptação de avaliações e o trabalho em equipe com os alunos e suas famílias(DEVACHI *et al.*, 2022).

Além disso, a formação continuada é um processo que deve ser constante e evolutivo, uma vez que as demandas da educação inclusiva estão em constante transformação. À medida que novas tecnologias e abordagens pedagógicas são introduzidas no ambiente escolar, os professores precisam estar preparados para integrar essas inovações em suas práticas. Isso inclui, por exemplo, a utilização de tecnologias assistivas, que podem facilitar o acesso ao conteúdo por alunos com deficiências físicas ou cognitivas, e o conhecimento sobre metodologias de ensino mais inclusivas, como o ensino colaborativo e o ensino híbrido, que favorecem o engajamento de todos os alunos, independentemente de suas características ou dificuldades.

A formação continuada também é uma oportunidade para que os educadores possam refletir sobre suas próprias crenças e atitudes em relação à inclusão. Muitas vezes, os professores podem não ter sido preparados durante a formação inicial para lidar com a diversidade presente em suas salas de aula. Por isso, programas de capacitação continuada são essenciais para que os educadores desenvolvam uma visão mais ampla e compreensiva sobre o que é a inclusão e como ela pode ser promovida na prática. Esses programas devem proporcionar momentos de reflexão crítica, onde os professores possam analisar suas práticas pedagógicas e desenvolver estratégias para transformar suas atitudes e crenças, criando um ambiente mais inclusivo(SANTOS *et al.*, 2023).

Ao participar de programas de formação continuada, os educadores também se tornam agentes de mudança dentro das próprias instituições de ensino. Quando um professor adquire novos conhecimentos e competências sobre inclusão, ele tende a disseminar essas práticas em sua escola, inspirando outros colegas a adotar posturas mais inclusivas. A construção de uma cultura inclusiva na escola depende, portanto, de um trabalho colaborativo, onde todos os profissionais estão comprometidos em promover um ambiente de respeito e acolhimento para todos os alunos. A formação continuada permite que o professor compreenda seu papel não apenas como educador, mas como um facilitador do processo de inclusão, trabalhando em conjunto com a comunidade escolar para que todos os alunos tenham suas necessidades atendidas(BORGES, 2020).

Um dos aspectos mais importantes da formação continuada é que ela deve ser oferecida de maneira acessível e prática para os professores. Isso significa que os programas de formação devem ser adaptados às realidades e necessidades de cada escola, respeitando o contexto local e as especificidades das turmas e dos alunos atendidos. Além disso, as atividades de formação devem ser dinâmicas, com foco na prática pedagógica, para que os professores possam aplicar os conceitos e metodologias discutidos diretamente em suas atividades cotidianas. A formação deve ser, portanto, uma ferramenta que realmente faça a diferença na prática pedagógica do professor, proporcionando a ele os recursos necessários para promover a inclusão de maneira efetiva(OLIVEIRA *et al.*, 2020).

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AMBIENTES EDUCACIONAIS INCLUSIVOS

A inclusão, embora reconhecida como um direito fundamental, exige uma adaptação significativa tanto na abordagem pedagógica quanto na estrutura física e organizacional das escolas. A preparação dos docentes para atuar de maneira eficaz nesse contexto é crucial, pois envolve não apenas o domínio de conteúdos, mas também o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e comportamentais, para lidar com a diversidade e as necessidades específicas de cada aluno. Assim, a formação de professores precisa ser abrangente, contínua e centrada na prática, permitindo que os educadores se tornem agentes de transformação dentro de suas escolas (FREITAS, 2019).

Um dos principais desafios nesse processo de formação está relacionado à resistência de alguns profissionais à mudança. Muitos professores, especialmente aqueles formados em uma época em que as políticas de inclusão eram menos discutidas, podem ter dificuldades para lidar com a diversidade presente nas salas de aula. O temor de não saber como atender adequadamente alunos com deficiência ou de não ter os recursos necessários para isso pode gerar insegurança. Além disso, é importante considerar que, em muitos casos, a formação inicial dos professores não contempla de forma eficaz as questões da inclusão, deixando uma lacuna que precisa ser preenchida pela formação continuada (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Outro desafio significativo é a escassez de recursos e apoio nas escolas para implementar práticas inclusivas. Embora os professores possam ser capacitados por meio de programas de formação, a falta de materiais didáticos adaptados, de apoio especializado, de tecnologias assistivas e de espaços adequados pode dificultar a efetivação dessas práticas. A infraestrutura escolar, muitas vezes, não está preparada para atender às necessidades de todos os alunos, o que torna a inclusão um desafio diário para os educadores. Isso evidencia a necessidade de um investimento mais robusto por parte dos governos e da sociedade para garantir que a inclusão não seja apenas uma política de papel, mas uma prática real no cotidiano escolar (CIRINO; CRUZ, 2022).

No entanto, os programas de formação de professores também apresentam diversas oportunidades. Uma das principais é a possibilidade de promover uma educação mais equitativa e justa (VEIGA, 2018). A formação contínua permite que os educadores adquiram conhecimentos sobre metodologias diferenciadas, estratégias pedagógicas inclusivas e o uso de tecnologias que tornam o processo de aprendizagem acessível a todos os alunos (Freitas, 2019). Quando os professores são bem preparados, conseguem identificar as necessidades específicas de cada estudante e adaptam suas práticas de forma criativa, garantindo um ensino mais significativo e personalizado, o que resulta em um impacto positivo no desenvolvimento de todos os alunos (DEVECHI *et al.*, 2022).

Além disso, a formação de professores para ambientes inclusivos oferece a oportunidade de transformação das atitudes e crenças dos educadores em relação à diversidade. Muitas vezes, a resistência à inclusão está ligada a preconceitos inconscientes ou à falta de compreensão sobre as potencialidades dos alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais. (FREITAS, 2019). Programas de formação podem ajudar os docentes a refletirem sobre essas questões, promovendo uma mudança de perspectiva e aumentando a empatia em relação aos alunos. Essa mudança de atitude é fundamental para a criação de um ambiente escolar acolhedor, onde todos os estudantes se sintam valorizados e respeitados (SANTOS *et al.*, 2023).

A utilização de tecnologias assistivas durante a formação docente é uma oportunidade significativa para preparar os professores para a diversidade de necessidades dos alunos.

Ferramentas como leitores de tela, softwares de comunicação alternativa e dispositivos de apoio à mobilidade são incorporadas nos programas de formação para que os professores compreendam e experimentem diretamente como essas tecnologias podem ser aplicadas em sala de aula. Isso não só aumenta a familiaridade dos professores com as ferramentas, mas também os prepara para integrar essas tecnologias em suas práticas pedagógicas, garantindo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo(SANTOS *et al.*, 2023).

Além das ferramentas tecnológicas, as metodologias inovadoras desempenham um papel crucial na formação docente para a inclusão. Abordagens como o design universal para a aprendizagem(DUA) e a sala de aula invertida oferecem novas maneiras de abordar o ensino, adaptando-se às necessidades variadas dos alunos. A formação docente que integra essas metodologias permite que os professores desenvolvam habilidades para criar ambientes de aprendizagem mais flexíveis e responsivos. Essas inovações ajudam a preparar os educadores para implementar práticas inclusivas eficazes e a enfrentar os desafios da diversidade em suas salas de aula(DEVECHI *et al.*, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo abordou a importância da formação de professores na promoção da educação inclusiva e os impactos dessa formação na prática pedagógica e no ambiente escolar. Ao longo da pesquisa, foi possível observar que a formação continuada é um elemento essencial para capacitar os educadores a lidarem com a diversidade presente nas salas de aula e a implementarem estratégias eficazes de ensino que atendam às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências e outras necessidades educacionais especiais. Sem uma formação sólida e contínua, os professores podem se sentir despreparados para enfrentar os desafios da inclusão, o que pode comprometer a qualidade do ensino e a integração dos alunos no ambiente escolar.

A análise dos dados indicou que a formação de professores não deve ser vista apenas como uma exigência formal, mas como uma oportunidade para que os educadores se apropriem de novos conhecimentos, desenvolvam habilidades específicas e repensem suas práticas pedagógicas. A inclusão vai além da simples presença de alunos com deficiência na sala de aula, requerendo que os professores adaptem suas abordagens de ensino, adotem práticas diferenciadas e criem um ambiente acolhedor e respeitoso para todos os estudantes. Dessa forma, a formação continuada é crucial para que os educadores possam compreender e aplicar conceitos e metodologias inclusivas no cotidiano escolar.

Além disso, a formação de professores teve um impacto direto no fortalecimento da cultura inclusiva nas escolas. Quando os educadores se sentem preparados e confiantes, isso reflete em suas atitudes em relação aos alunos e nas interações dentro da sala de aula. Professores bem formados são mais capazes de identificar as necessidades individuais dos alunos, utilizar recursos pedagógicos adaptados e promover uma aprendizagem mais significativa e igualitária. A formação também contribui para a construção de um ambiente escolar mais democrático, onde todos os estudantes têm as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver, independentemente de suas características pessoais.

Entretanto, os resultados também evidenciaram que a formação continuada, por si só, não é suficiente para garantir a inclusão plena no ambiente escolar. Para que a inclusão seja

efetiva, é necessário que haja um compromisso coletivo da escola como um todo, envolvendo gestores, coordenadores e toda a equipe pedagógica. A gestão escolar precisa criar condições para que os professores apliquem o que aprenderam na formação, disponibilizando recursos adequados, como materiais didáticos acessíveis, tecnologias assistivas e apoio especializado. A cultura inclusiva deve ser uma prioridade da escola, e isso exige a colaboração de todos os profissionais envolvidos no processo educativo.

Outro aspecto importante observado foi que a formação de professores precisa ser contínua e adaptada às novas demandas do campo da educação inclusiva. O contexto educacional está em constante transformação, e novas abordagens pedagógicas, tecnologias e legislações surgem frequentemente, o que exige dos educadores uma atualização constante. Além disso, é fundamental que os programas de formação sejam dinâmicos e interativos, com foco na prática, para que os professores possam aplicar os conceitos aprendidos de maneira imediata e eficaz em suas turmas. A formação deve ser um processo de aperfeiçoamento contínuo, que permita aos educadores se ajustarem às necessidades de seus alunos e às exigências do ambiente escolar.

Por fim, a pesquisa destacou que, embora a formação de professores seja um fator decisivo para o sucesso da educação inclusiva, ela deve ser vista como parte de um esforço maior para transformar o sistema educacional como um todo. A promoção da inclusão escolar exige uma abordagem holística, que envolva não apenas a capacitação dos professores, mas também o desenvolvimento de políticas públicas de apoio à inclusão, a valorização do trabalho docente e a criação de um ambiente escolar que respeite e celebre as diferenças. Somente com o comprometimento de todos os atores da comunidade escolar será possível construir uma educação verdadeiramente inclusiva, onde todos os alunos, sem exceção, possam se sentir acolhidos, respeitados e estimulados a aprender.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, C. S. Formação inicial de professores na perspectiva inclusiva. Curitiba: Editora CRV, 2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BUENO, J.G. Crianças com necessidades educativas especiais. Revista Brasileira de Educação Especial, vol.3. n.5, 2019.
- CIRINO, R. M. B.; CRUZ, G. C. Inclusão e Exclusão. Educação, vol. 47, 2022.
- COSTA, V. A. A prática docente inclusiva. São Paulo: Editora Cortez, 2020.
- DEVECHI, C. P. V.; et al. A importância da formação continuada na perspectiva inclusiva. Revista Brasileira de Educação, vol. 27, 2022
- DOURADO, L. Valorização dos profissionais da educação. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 18, p. 37-56, jan./jun. 2016.
- FONSECA, K. A. Formação de professores do atendimento educacional especializado (AEE). Monografia. UNESP, 2021.
- FRADE, P.N. Formação do professor para inclusão escolar de alunos com autismo. Monografia. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 2019.
- FREITAS, S. A formação de professores na educação inclusiva. São Paulo: Summus, 20190
- GATTI, B. et al. A trajetória das políticas em formação de professores e professoras. Brasília: UNESCO, 2019
- IMBERNÓN, Francisco. Formação Continuada de Professores. Porto Alegre: Artmed, 2018.
- LIBÂNEO, José Carlos. Novas exigências educacionais e profissão docente. 8ª.ed.São Paulo: 2018.
- MESQUITA, A. P. S.; ARRUDA, A. L. M. M. O papel do professor diante da inclusão escolar. Revista da educação, v.44, n.11, 2019.
- NÓVOA, Antonio. Profissão Professor. Porto: Ed. Porto, 2018.
- OLIVEIRA J; et al. Os professores diante da inclusão. Revista Educação Especial, v. 18, n. 1, p 2020.

- SANTOS, J. A; et al. Formação de professores e a Educação Inclusiva. Revista de educação, v.4, n.1, 2023
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica. 9. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2018.
- VIEIRA, C. M.; OMOTE, S. Atitudes sociais de professores frente à inclusão. Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 27, 2021.
- VIEIRA, A. História da formação de professores no Brasil. Monografia. PUUC-PR, 2019.
- VEIGA. Ilma. Formação de Professores. Papyrus: Campinas, 2018.

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

THE INCLUSION OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN BASIC EDUCATION

LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD INTELECTUAL EN LA EDUCACIÓN BÁSICA

Eliane Meira Mello Silva
Elianemm19@gmail.com

SILVA, Eliane Meira Mello. A **inclusão de alunos com deficiência intelectual na educação básica**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 127 – 137, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar alguns aspectos históricos e conceituais da Deficiência Intelectual, além de identificar os principais obstáculos para a inclusão adequada desses estudantes no ensino regular, incluindo causas, tratamento e, principalmente, analisar o processo de inclusão escolar, enfatizando o papel da escola e do docente. Para tal, empregou a metodologia de pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores renomados que abordam o assunto em discussão. Sabe-se que o ensino regular não se limita à aceitação da diversidade humana, mas também envolve uma mudança significativa de atitudes e posturas, especialmente no que diz respeito à prática pedagógica do docente e à alteração do sistema de ensino e da estrutura das escolas.

Palavras-chave: Deficiência intelectual. Estratégias de Aprendizagem. Inclusão.

ABSTRACT

The present work aims to study some conceptual historical aspects of Intellectual Disability, in addition to understanding what are the greatest difficulties for the adequate inclusion of these students in regular education such as: causes, treatment and, mainly, verifying how the process of inclusion in school happens, as it is the teaching-learning process highlighting the role of the school and the teacher. For this, bibliographical research was used as a methodology, having as a theoretical basis, renowned authors who deal with the topic in question. It is known that regular education requires not only the acceptance of human diversity, but implies a significant transformation of attitudes and postures, especially in relation to the pedagogical practice, the teacher and the modification of the teaching system and the organization of schools so that they adapt to the specificities of all students. This is an action to be constructed collectively, as participating in the educational process, in the same space with the other students. It requires, in most cases, special support and resources, as people with intellectual disabilities have the ability to learn. It is necessary to seek methodologies and resources that guarantee the true inclusion of people with disabilities

Keywords: Intellectual disability. Learning Strategies. Inclusion.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo estudiar algunos aspectos históricos conceptuales de la Discapacidad Intelectual, además de comprender cuáles son las mayores dificultades para la adecuada inclusión de estos estudiantes en la educación regular tales como: causas, tratamiento y, principalmente, verificar cómo se desarrolla el proceso de inclusión en la educación regular. La escuela sucede, ya que es el proceso de enseñanza-aprendizaje resaltando el papel de la escuela y del docente. Para ello se utilizó como metodología la investigación bibliográfica, teniendo como base teórica autores de renombre que abordan el tema en cuestión. Se sabe que la educación regular requiere no sólo la aceptación de la diversidad humana, sino que implica una transformación significativa de actitudes y actitudes. posturas, especialmente en relación con la práctica pedagógica, el docente y la modificación del sistema de enseñanza y la organización de las escuelas para que se adapten a las especificidades de todos los estudiantes. Esta es una acción a construir colectivamente, como participantes en la educación. proceso, en el mismo espacio con los demás estudiantes, Requiere, en la mayoría de los casos, apoyo y recursos especiales, ya que las personas con discapacidad intelectual tienen capacidad de aprender. Es necesario buscar metodologías y recursos que garanticen la verdadera inclusión de las personas con discapacidad

Palabras clave: Discapacidad intelectual. Estrategias de aprendizaje. Inclusión.

CONHECENDO A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A deficiência intelectual passou por várias mudanças de nomenclatura até ser reconhecida como deficiência e garantir o acesso a processo inclusivo.

De acordo com descrito no APA (2014).

A deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) é um transtorno com início no período do desenvolvimento que inclui déficits funcionais, tanto intelectuais (como raciocínio, planejamento e soluções de problemas e aprendizagem acadêmica, entre outros) quanto adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático, que resultam em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação à independência pessoal e responsabilidade social. (APA, 2014).

Para entender mais sobre a deficiência intelectual é essencial analisar alguns fatores acerca da conduta adaptativa. Conduta adaptativa é a eficácia de uma pessoa em alcançar os níveis normais de maturidade, aprendizagem, independência pessoal e/ou responsabilidade social que se espera do grupo social de sua idade (GROSSMAN, 1983).

De acordo com a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), (1989):

Deficiência- perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão. Incapacidade- restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária. Desvantagens- prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais. Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência.

Uma incapacidade caracterizada por limitações significativas em ambos, funcionamento intelectual e comportamento adaptativo, se expressa, nas habilidades sociais, conceituais e práticas (LUCKASSON, 2002).

O conceito encontrado na Política Nacional de Educação Especial – (BRASIL, 1994, p. 48):

[...] funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e na comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho.

O conceito de deficiência intelectual passou por muitas mudanças, muitas mudanças na terminologia, diagnóstico e avaliação.

SHALOCK et al., 2010, p. 6), traz o conceito que:

A deficiência intelectual é uma incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual (raciocínio, aprendizado, resolução de problemas) quanto no comportamento adaptativo, que cobre diversidade de habilidades sociais e práticas do cotidiano do aluno.

As principais características deficiência intelectual são, segundo Rodrigues, (2010):

- Falta de concentração.
- Entraves na comunicação e na interação.
- Menor capacidade para entender a lógica de funcionamento das línguas, por não compreender a representação escrita ou necessitar de um sistema de aprendizado diferente.

Na maioria das vezes, a pessoa com deficiência intelectual tem dificuldade para perceber as características dos objetos, dos fenômenos e das ações, mas a defasagem e alterações nas estruturas mentais para a construção do conhecimento não são concebidas como ausência de capacidade de abstração, generalização ou aptidão. RODRIGUES (2010).

A deficiência intelectual pode ser dividida em categorias de acordo com APA, 2002, pode ser classificado em;

- Deficiência mental ligeira – QI entre 50-55 e aprox. 70
- Deficiência mental moderada – QI entre 35-40 e 50-55
- Deficiência mental grave – QI entre 20-25 até 35-40
- Deficiência mental profunda – QI abaixo de 20 ou 25
- Deficiência mental, gravidade não especificada-Quando há forte suspeita de Deficiência mental, mas a inteligência não é avaliável pelos testes usuais (ex. sujeitos com insuficiência profunda, não cooperantes ou no caso de crianças).

Como descrito acima são muitas as características que descrevem a pessoa com deficiência intelectual, por isso, a escola precisa estar preparada para atender a todos indistintamente.

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A aprendizagem representa a mudança na habilidade intelectual do indivíduo, resultante da sua interação com o ambiente e do seu grau de maturidade. À medida que a pessoa absorve novas informações, as organiza e estabelece conexões com o conhecimento prévio, ela está aprendendo, ou seja, está formando novos saberes. Piaget (2007).

No processo de ensino-aprendizagem, elementos como o estudante que constrói seu conhecimento, os objetos de estudo e os educadores que servem como intermediários entre o estudante e o objeto de estudo são destacados (BRASIL, 2006).

Frequentemente, é complicado diferenciá-las de outras crianças com dificuldades de aprendizado sem deficiência intelectual, especialmente nos primeiros anos escolares.

Indicar uma prática social complexa efetivada entre os sujeitos, professor e aluno, englobando tanto ação de ensinar quanto a de apreender, em processo contratual, de parceria deliberada e consciente para o enfrentamento na construção do conhecimento escolar, resultante de ações efetivadas na, e fora da sala de aula. ANASTASIOU (200,p.28).

O que as distingue é que o indivíduo com deficiência intelectual continua a realizar e consolidar aprendizagens, mesmo que ainda não tenha as habilidades necessárias para incorporá-las de maneira harmônica ao seu conjunto de conhecimentos. Paganelli, (2017).

Todas as pessoas com deficiência intelectual têm a capacidade de se desenvolver, aprender e evoluir. Com o apoio apropriado, todas as crianças com deficiência intelectual têm a possibilidade de viver de maneira plena a sua fase adulta.

A pessoa com deficiência intelectual, assim como qualquer outra, enfrenta desafios e possui habilidades. É crucial para o tratamento potencializar e incentivar o desenvolvimento dessas habilidades, oferecendo o suporte necessário às restrições apresentadas.

A deficiência intelectual constitui um impasse para o ensino na escola comum e para a definição do seu atendimento especializado, pela complexidade do seu conceito e pela grande quantidade e variedades de abordagens do mesmo, este parece ser o maior desafio da inclusão, pois provoca inúmeras transformações que são necessárias para o ensino escolar como um todo. A entrada do aluno com deficiência intelectual na escola regular, numa perspectiva inclusiva, proporciona um momento diferenciado para a educação brasileira, na medida em que possibilita um processo de criação pedagógica na busca de novos procedimentos de ensino, novas estratégias metodológicas capazes de atingirem o potencial de cada um dos alunos, respeitando suas diferenças e levando-os a vencer suas dificuldades. (FALCONI; SILVA, 2002, p. 1).

O governo estabeleceu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que inclui o Atendimento Educacional Especializado (AEE), um serviço da educação especial que auxilia no processo de aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual.

[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. (SEESP/ SEED/ MEC, p.17, 2010).

O papel do AEE é auxiliar no desenvolvimento do estudante, com o objetivo de promover sua independência tanto no ambiente escolar quanto fora dele. É comumente realizado em escolas regulares, em um local físico conhecido como Sala de Recursos Multifuncionais. Este programa dispõe de ferramentas de acessibilidade e pedagógicas que promovem a inclusão dos estudantes no ensino regular, com o objetivo principal de promover seu crescimento e aprendizado. (MEC, 2001, p. (2010).

De acordo com as orientações de BRASIL (2007), para uma aprendizagem efetiva de estudantes com deficiência intelectual, devem ser examinadas e implementadas modificações no currículo que promovam um bom desempenho escolar e considerem o desenvolvimento e o domínio da linguagem escrita.

A maioria das crianças com deficiência intelectual é capaz de aprender habilidades úteis

para a família, escola e sociedade. Assim, todas elas adquirem conhecimento para si próprias e para o bem-estar da comunidade onde residem.

É importante, também, buscar identificar as barreiras à participação e à aprendizagem presentes na escola para superá-las. Vale ressaltar a relevância da participação do atendimento educacional especializado (AEE) nesse processo. Em articulação com a equipe escolar e a família, o AEE pode contribuir, por exemplo, com tecnologias assistivas (TAs), cujas possibilidades vão desde iniciativas simples, como o velcro que prende o livro ou o *tablet* à mesa para que não deslize com os movimentos involuntários do estudante, até a escolha e aquisição de *softwares* leitores de tela. PAGANELLI (2014).

Gomes et al (2007) argumentam que a escola deve se ajustar aos alunos e não o contrário, tornando-se imprescindível reinventar métodos de ensino, alterar suas concepções, reconhecendo e apreciando as diferenças.

Ribeiro, Lima e Santos (2009) também concordam que para aprimorar o aprendizado, é essencial reduzir o número de estudantes em sala de aula, permitindo que o docente atue de maneira eficaz atendendo a todos os estudantes.

Por outro lado, Sampaio e Sampaio (2009) destacam a socialização e a autonomia como vantagens da educação inclusiva, destacando a interação entre estudantes com e sem DI para um relacionamento de respeito às diferenças e o aprimoramento de atividades colaborativas.

PAPEL DA ESCOLA

A função da escola é incluir e oferecer suporte a essas crianças. Fierro (1995, p. 232) menciona que as crianças com deficiência mental têm limitações não apenas em seus conhecimentos escolares, mas também em seus conhecimentos sociais e cotidianos.

Não existem “receitas” prontas para o trabalho com alunos tanto com deficiência intelectual, ou com outra deficiência, quanto com os sem deficiência. Devemos ter em mente que cada aluno é um e que suas potencialidades, necessidades e conhecimentos ou experiências prévias devem ser levados em conta, sempre. (HONORA & FRIZANCO, 2008, p. 107).

Portanto, é crucial que o docente monitore e reconheça o progresso dos seus estudantes, identificando em que estágio ou etapa estão ao formular um conceito específico.

A partir dessas observações, ele deve proporcionar ou criar condições para que eles possam agir de maneira eficaz, refletir e, por fim, formular novas hipóteses.

Assim como descrito nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), a inclusão deve ser um processo coletivo.

O conceito de escola inclusiva implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto pedagógico – no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores – ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa

dar ao professor e à escola o suporte necessário a sua ação pedagógica. (BRASIL, 2001, p. 34).

Esse mesmo lema também pode ser verificado na Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994),

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas(SALAMANCA,1994).

Por isso, a escola tem um papel fundamental no processo de inclusão, pois ela é o reflexo para a sociedade.

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à (sic) todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (BRASIL, 1994, p.5).

A escola inclusiva deve proporcionar aos alunos vivências do seu cotidiano ou daqueles que um dia farão parte de suas vidas.

PAPEL DO PROFESSOR

É reconhecido que o professor desempenha um papel crucial no processo de inclusão, sendo o responsável pela mediação no processo de ensino. Portanto, é crucial que o docente entenda que, para incluir, é essencial aceitar, amar e procurar desenvolver aquele estudante, considerando suas limitações, mas sempre com o objetivo de integrá-lo.

Segundo Amaro (2009, p. 49), as estratégias pedagógicas são:

[...] ações/atividades/comportamentos/formas de se organizar e acionar a movimentação da construção do saber, do processo de aprendizado. Eles são articulados e organizados em função dos princípios de educação e das finalidades estabelecidas pela articulação das necessidades/possibilidades/contexto temporal, espacial, cognitivo, afetivo, cultural, social, político, vivido pelos sujeitos envolvidos. (AMARO, 2009).

Nesse mesmo viés, Rodrigues (2005) enfatiza que a educação especial exige que o docente proporcione ao estudante, independentemente de sua condição, aprendizagens eficazes que incluam todos os conteúdos essenciais para o progresso do estudante.

Em relação às crianças com necessidades educacionais especiais, Stainback e Stainback (1999) defendem que o professor deve questionar-se sobre a habilidade dos estudantes de

participar de todas as atividades sugeridas da mesma maneira que os demais, fazendo as adaptações e alterações necessárias para assegurar a participação total de todos e a realização dos objetivos propostos.

Assim, é crucial compreender o desenvolvimento do estudante, reconhecendo sua deficiência, mas não tratando-a como um obstáculo no processo, mas sim, utilizando-a como um meio para atingir novos objetivos, fazendo com que o estudante cresça acima de tudo. Para o estudante com necessidades educacionais especiais, gestos simples muitas vezes representam grandes conquistas.

Segundo Cunha (2012, p. 90):

O bom preparo profissional possibilita ao educador a isenção necessária para avaliar a conduta do aluno e da família no auxílio da recondução das intervenções, quando elas não alcançam os resultados esperados no ambiente familiar ou na escola.

É possível afirmar que para atingir a excelência na educação, é necessário valorizar a diversidade humana, independentemente das diferenças educacionais. Contudo, isso só é viável quando a instituição de ensino se reorganiza para acolher a diversidade dos estudantes. O educador desempenha a função de ser o intermediário no processo de ensino e aprendizado dos estudantes com deficiência intelectual. Portanto, é responsabilidade do docente estruturar a sala de aula, o trabalho, o espaço, o tempo e os recursos de maneira a possibilitar que cada estudante avance de acordo com seu ritmo de aprendizado. (GOMES,2013, p.33).

Portanto, é crucial que o educador busque identificar as habilidades e interesses do estudante e invista todos os seus esforços em seu crescimento, oferecendo chances de êxito.

A implementação de práticas inclusivas bem-sucedidas passa necessariamente pela organização de novas situações de ensino/aprendizagem, que envolvem: a diferenciação do ensino; flexibilização das metodologias, adaptações curriculares e o trabalho cooperativo. (VELTRONE, 2008, p. 37).

Envolver-se ativamente na criação do plano individual de ensino do estudante e do plano educacional da instituição. Este plano deve especificar os objetivos educacionais que se espera que o estudante atinja, além de estabelecer as responsabilidades da escola e de entidades externas para a execução eficaz do plano.

Seja o mais concreto possível para tornar a aprendizagem uma experiência concreta.

O professor ao trabalhar com alunos deficientes deve levar em consideração, ao planejar e implementar sua prática pedagógica, a singularidade daquele indivíduo que, além de possuir necessidades educativas especiais, também requer mediadores específicos no processo de internalização cultural. (GARCIA, 2005, p. 205).

Sempre que possível, é viável oferecer ao estudante recursos e experiências práticas, além da chance de experimentar as coisas. Fornecer assistência, conforme a demanda do estudante.

Sendo assim é fundamental que o professor:

[...]a adoção de metodologias diferenciadas de ensino, trabalho colaborativo em sala de aula, trabalho com material diferenciado e outras estratégias são algumas das possibilidades de garantir aos alunos com DI uma relação diferente com os conteúdos(ANTUNES, 2012, p. 110).

Para o êxito acadêmico do estudante com deficiência intelectual, é crucial desenvolver estratégias de ensino que respeitem efetivamente a forma como o cérebro processa e forma suas estruturas cognitivas.

[...] incluir este aluno significa garantir a ele espaços de diálogo, participação, interação com colegas de turma e professores. Para tanto, a adoção de metodologias diferenciadas de ensino, trabalho colaborativo em sala de aula, trabalho com material diferenciado e outras estratégias são algumas das possibilidades de garantir aos alunos com DI uma relação diferente com os conteúdos. (ANTUNES, 2012, p. 110).

Conforme Mantoan (1997), a inclusão requer que a escola implemente novos métodos de ensino e aprendizado, planejados a partir de uma transformação nas atitudes dos docentes e da instituição educacional, modernizando suas práticas, com o objetivo de proporcionar uma educação genuinamente voltada para atender às necessidades de todos os estudantes.

Neste contexto a Resolução nº 4 (BRASIL, 2009) em seu Art. 13 descreve sobre as atribuições do professor da Educação Especial:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistida de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (*apud* VAZ, 2012, p. 01)

Diante disso, destaca-se que o papel do educador deve focar na criação de ambientes interativos de aprendizado escolar, onde os estudantes, especialmente os com necessidades educacionais especiais, possam aprender de forma interativa.

A mediação exercida positivamente pelo professor, em um contexto educacional adequadamente estruturado, contribuirá de forma efetiva para a promoção do desenvolvimento global desse aluno a níveis superiores de qualidade, formando sujeitos autônomos, independentes e livres do estigma do fracasso aliado à incapacidade. Garcia (2005, p.66)

De acordo com Masini (2000 apud VOIVODIC, 2004, p.34).Para que a inclusão aconteça verdadeiramente devemos considerar alguns fatores como:

- Necessidade de que o professor conheça seus próprios limites pessoais e de formação e saiba em que medida pode contribuir para a inclusão da criança deficiente.
- As condições e limites de cada escola sejam levados em consideração.
- As formas possíveis para que o processo de inclusão aconteça no intuito de atender o portador de deficiência.
- O projeto pedagógico se efetive beneficiando teoria/prática, numa constante avaliação do que ocorre com a criança deficiente.

Nesse sentido, é essencial entender as características únicas desse estudante, sua inteligência, a forma como aprende e seu potencial de aprendizado, com o objetivo de concretizar a prática de ensino inclusiva.

O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não é aquele que ministra um ensino diversificado para alguns, mas aquele que prepara atividades diversas para seus alunos (com ou sem deficiência) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular. As atividades não são graduadas para atender a níveis diferentes de compreensão, e estão disponíveis na sala de aula para que os alunos as acolham livremente, de acordo com o interesse que têm por elas. (BATISTA, 2006, p. 13-14).

Silva (2002) também cita estratégias metodológicas exitosas para trabalhar em sala de aula com alunos com deficiência intelectual:

Trabalhar com a realidade do aluno e dar ênfase em suas habilidades; manter rotina diária; as atividades devem ser explicadas lentamente e repetir quantas vezes forem necessárias, pois a repetição possui grande importância no desenvolvimento da criança com DI; observar como o aluno reage e age a cada nova atividade; propor trabalhos que desenvolvam as habilidades sociais, de comunicação, cuidados pessoais, autonomia; trabalho em campo pesquisas, atividades com práticas e vivências estimulando o conhecimento e novas ações; dramatização com músicas, teatros e leituras entre outras.

Assim, a função do educador no êxito da inclusão é crucial, pois é ele quem intermedia todo o processo de ensino e aprendizado. Desta forma para superar essas limitações e promover a inclusão, o professor deve assumir uma postura reflexiva e transformadora, colocando-se como mediador do aprendizado e agente de mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos aspectos apontados e retomando o objetivo proposto conclui-se que a inclusão é uma realidade cada vez mais presente nas escolas e na sociedade como um todo. Foi possível compreender a grande importância da inclusão de alunos com deficiência intelectual nas escolas de ensino regular, tanto no tocante aos profissionais da educação, quanto à sociedade.

Vimos que é importante conhecer as causas para nortear os atendimentos necessários. Constatou também que o diagnóstico não cabe apenas aos profissionais da educação, mas é fundamental que seja realizado por uma equipe de profissionais especializados envolvendo também a área da saúde tendo em vista visto que se trata de uma tarefa complexa e delicada.

Atualmente o processo de inclusão de aluno com Deficiência Intelectual garante um atendimento à diversidade a legislação engloba proposta de que todos os alunos devem aprender juntos sem que haja qualquer forma de discriminação.

Nesse viés, cabe a escola e educadores compreender que esses alunos são tão capazes quanto os outros, porém em seu ritmo, criando momentos e estratégias de aprendizagem que trabalhem em conjunto para enfrentar as barreiras do preconceito e da exclusão desses alunos com deficiência.

Portanto, esta pesquisa contribuiu para os nossos conhecimentos no que diz respeito à inclusão da pessoa com deficiência intelectual, como também deu à oportunidade de conhecermos, por meio das ideias dos autores os quais balizaram esta pesquisa como se dá a inclusão, os meios que podem ser utilizados para efetivar essa inclusão e as metodologias e os recursos. No entanto, o que mais chama a atenção é a importância do professor, nesse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARO, D. G. Análise de procedimentos utilizados em uma proposta de formação contínua de educadores em serviço para a construção de prática inclusiva. 2009. 257f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE RETARDO MENTAL- AAMR. Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio. 10. ed. Porto Alegre: ARTMED,2006.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. Diagnostic and statistical manual of mental disorders. 4. ed. Washington, DC: APA, 1994.
- _____. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ANTUNES, K.C.V. História de vida de alunos com deficiência intelectual de uma escola do campo: percurso escolar e a constituição da pesquisa. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2012.
- ANASTASIOU, L.G.C. e ALVES, L.P. Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 8.ed. Joinville, SC: UNIVILLE, 2003. p. 11-35. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/inter/v18n3/1518-7012-inter-18-03-0023.pdf> acesso em 29 de set de 2024
- BATISTA, C. A. M; MANTOAN, M. T. E. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental. MEC/SEESP, Brasília, DF, 2007.
- BRASIL. Cadernos da TV Escola - Educação Especial. Brasília, Secretaria de Educação a Distância, 1998.
- _____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP – Brasília, DF. 2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> Acesso em: 27 SET 2024.
- _____. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. MEC/SEESP - Brasília, DF. 1994.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- CUNHA, I; SANTOS, L. Aprendizagem cooperativa na deficiência mental (Trissomia21). Cadernos de Estudo. Porto: ESE de Paula Frassinetti, 5, p.27- 44. Disponível em:< http://repositorio.esepef.pt/bitstream/handle/10000/74/cad5_AprendizagemCooperativa.pdf?sequence=2>. Acesso em: set. 2024.
- FALCONI, E. R.M; SILVA, N. A. S- Estratégias de trabalho para alunos com deficiência intelectual AEE: atendimento educacional especializado, 2002. GARCIA, V.P.C- Prática Pedagógica e necessidades educacionais especiais: a relação didática em sala de aula. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- GOMES, H. A. R. A aprendizagem cooperativa como ferramenta para a inclusão. 2013 Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação- Especialização em Educação Especial, Domínio Cognição e Multideficiência) - Instituto Politécnico de Lisboa. Disponível em: Acesso em: set. 2024.
- HONORA, Marcia; FRIZANCO, Mary Esteves. Esclarecendo as deficiências: aspectos teóricos e práticos para

contribuição com a sociedade inclusiva. São Paulo, SP: 2008.

LUCKASSON, et al. *Mental retardation: definition, classification, and systems of supports*. 9. ed. Washington, DC: American Association on Mental Retardation, 2009.

RIBEIRO, Gillianderson Freitas; LIMA, Tânia de Souza; SANTOS, Marilda Carneiro (2009), *Inclusão Escolar em Feira de Santana: caracterização da prática pedagógica*, in Díaz et al. (orgs.), *Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas*. Salvador, EDUFBA.

RODRIGUES, D. *Desenvolver a educação inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional*. *Inclusão: Revista da educação Especial/Secretaria de Educação Especial*, v.4, n. 2, p.7-16, j./out. 2008). Disponível em: Acesso em: out 2024.

RODRIGUES, Cinthia. *Formas criativas para estimular a mente de alunos com deficiência*. *Revista nova escola*. Edição 223, jun. 2009. Disponível em:<<http://revistaescola.Abril.Com.Br/inclusao/educacao-especial/formas-criativas,estimular-mente-deficientes-intelectuais-476406.Shtml>> acesso em: 15 OUT. 2024.

SALAMANCA: *A declaração de Salamanca sobre princípios, políticos e pratica em educação especial*. Disponível em: Brasil. Acesso em 12/10/2024.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Trad. de Magda França Lopes. Porto Alegre: Arte Médicas Sul, 1999.

SILVA, Maria Odete Emygdio; COELHO, Fernanda. *Da deficiência mental à dificuldade intelectual e desenvolvimental*. *Revista Lusófona de Educação*. Campo Grande, n.28, p. 163-180, dez. 2014.

PAGANELLI, Raquel: *O Papel Da Escola Quando Há Hipótese De Diagnóstico Deficiência revista gestão Universitária*. Disponível em

<http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/o-papel-da-escola-quando-ha-hipotese-de-diagnostico-de-deficiencia>.acesso 18de set de2024.

PIAGET, Jean. *Epistemologia Genética*. Tradução: Álvaro Cabral. 3ª ed. Martins Fontes: São Paulo, 2007.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca, Espanha, 1994.

VELTRONE, A. A. *A inclusão escolar sob o olhar dos alunos com deficiência mental*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Humanas, São Carlos, 2008.

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: RECOMENDAÇÕES PARA CAPACITAÇÃO E PRÁTICAS EFETIVAS.

TEACHER TRAINING FOR THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER: RECOMMENDATIONS FOR CAPACITY BUILDING AND EFFECTIVE PRACTICES.

FORMACIÓN DOCENTE PARA LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA: RECOMENDACIONES PARA LA CAPACITACIÓN Y PRÁCTICAS EFECTIVAS.

Joelcio Soares Sales
joelciosales1@gmail.com

SALES, Joelcio Soares. **Formação docente para a inclusão de alunos com transtorno do espectro autista: recomendações para capacitação e práticas efetivas.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 138 – 144, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

RESUMO

Este artigo aborda a importância da formação docente para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas brasileiras, enfatizando as necessidades específicas desses alunos e as práticas pedagógicas necessárias para garantir uma educação inclusiva e de qualidade. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica sobre as estratégias de capacitação docente, considerando as diretrizes educacionais, as dificuldades enfrentadas pelos educadores e as práticas pedagógicas mais eficazes para a inclusão de alunos com TEA. Os resultados indicam que a formação inicial dos professores, em sua maioria, não contempla adequadamente as necessidades dos alunos com TEA, sendo necessário investir em uma formação continuada mais especializada. Além disso, destacam-se a importância da adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas e a aplicação de metodologias ativas como ferramentas eficazes para promover a inclusão escolar. O estudo conclui que a capacitação docente, aliada ao suporte institucional adequado, é essencial para criar um ambiente escolar inclusivo, que atenda às necessidades dos alunos com TEA de maneira eficaz.

Palavras-chave: Formação Docente. Inclusão Escolar. Transtorno Do Espectro Autista. Práticas Pedagógicas. Capacitação.

SUMMARY

This article addresses the importance of teacher training for the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Brazilian schools, emphasizing the specific needs of these students and the pedagogical practices necessary to ensure inclusive and high-quality education. The research was conducted through a literature review on teacher training strategies, considering educational guidelines, challenges faced by educators, and the most effective pedagogical practices for the inclusion of students with ASD. The results indicate that the initial training of teachers, for the most part, does not adequately address the needs of students with ASD, highlighting the need for more specialized continuing education. Furthermore, the importance of curricular adaptation, the use of assistive technologies, and the application of active methodologies are highlighted as effective tools for promoting school inclusion. The study concludes that teacher training, combined with adequate institutional support, is essential to create an inclusive school environment that effectively meets the needs of students with ASD.

Keywords: Teacher Training. School Inclusion. Autism Spectrum Disorder. Pedagogical Practices. Professional Development.

RESUMEN

Este artículo aborda la importancia de la formación docente para la inclusión de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en las escuelas brasileñas, enfatizando las necesidades específicas de estos estudiantes y las prácticas pedagógicas necesarias para garantizar una educación inclusiva y de calidad. La investigación se realizó mediante una revisión bibliográfica sobre las estrategias de capacitación docente, considerando las directrices educativas, las dificultades enfrentadas por los educadores y las prácticas pedagógicas más eficaces

para la inclusión de estudiantes con TEA. Los resultados indican que la formación inicial de los docentes, en su mayoría, no contempla adecuadamente las necesidades de los estudiantes con TEA, siendo necesario invertir en una formación continua más especializada. Además, se destaca la importancia de la adaptación curricular, el uso de tecnologías de apoyo y la aplicación de metodologías activas como herramientas eficaces para promover la inclusión escolar. El estudio concluye que la capacitación docente, junto con un soporte institucional adecuado, es esencial para crear un entorno escolar inclusivo que responda eficazmente a las necesidades de los estudiantes con TEA.

Palabras clave: Formación Docente. Inclusión Escolar. Trastorno del Espectro Autista. Prácticas Pedagógicas. Capacitación.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um desafio significativo para os sistemas educacionais em todo o mundo, especialmente em contextos onde a formação docente não contempla, de maneira adequada, às especificidades dessa demanda. No Brasil, a obrigatoriedade da inclusão, estabelecida por leis como a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL 13.146/2015), exige não apenas adaptações estruturais, mas também uma capacitação docente que prepare os professores para lidar com as singularidades do TEA no ambiente escolar. Nesse sentido, a formação continuada é crucial para equipar os educadores com conhecimentos teóricos e práticos que lhes permitam implementar estratégias pedagógicas inclusivas de maneira eficaz.

Diversos estudos destacam que a falta de formação adequada é uma das principais barreiras para a inclusão efetiva de alunos com TEA. Segundo Mantoan (2015), a inclusão requer uma ruptura com práticas tradicionais de ensino, demandando dos professores uma postura reflexiva e inovadora. No entanto, muitos educadores relatam dificuldades em lidar com as características específicas do TEA, como desafios na comunicação, interação social e comportamento, o que evidencia a necessidade de capacitação contínua e contextualizada (SASSAKI, 2019).

Ademais, a formação docente não deve se limitar à aquisição de conhecimentos técnicos, mas também à sensibilização para a importância de práticas inclusivas e colaborativas. Conforme apontado por Garcia, Silva e Pereira (2020), a capacitação deve promover um entendimento integral do aluno com TEA, considerando suas potencialidades e respeitando suas diferenças. Isso implica em estratégias pedagógicas que incluem a adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas e o trabalho interdisciplinar com outros profissionais da educação.

O objetivo deste artigo é analisar a formação docente voltada para a inclusão de alunos com TEA, apresentando recomendações para a capacitação de educadores e destacando práticas pedagógicas efetivas que podem ser incorporadas no contexto escolar. Por meio de uma abordagem teórica e prática, busca-se contribuir para o debate sobre como transformar a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo, em que todos os alunos, independentemente de suas características, possam aprender e se desenvolver plenamente.

A reflexão sobre a formação docente é essencial para o avanço da inclusão escolar no Brasil, pois, como argumenta Mittler (2003), a qualidade do ensino inclusivo está intrinsecamente ligada à preparação e ao comprometimento dos professores. Assim, este estudo propõe uma análise crítica e propositiva das práticas de capacitação docente, com vistas a fomentar um ambiente educacional mais acolhedor e acessível para alunos com TEA.

CONCEITO

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar exige uma abordagem pedagógica adaptada, que respeite as singularidades desses estudantes e promova seu pleno desenvolvimento. Nesse contexto, a formação docente desempenha um papel central para a implementação de práticas educacionais inclusivas, capazes de responder às necessidades específicas de cada aluno e fomentar uma educação equitativa.

Este artigo, de caráter teórico e baseado em revisão bibliográfica, visa compreender os aspectos fundamentais da formação docente para a inclusão de alunos com TEA, com foco nas recomendações para capacitação continuada e na adoção de práticas pedagógicas eficazes. Para tanto, utiliza como base estudos recentes que abordam a relação entre políticas educacionais, capacitação de professores e a efetividade das práticas inclusivas.

A literatura destaca que a capacitação docente deve ir além da mera transmissão de conteúdos técnicos. Segundo Mittler (2003), uma formação inclusiva de qualidade deve preparar os professores para reconhecerem e valorizarem as diferenças individuais, promovendo o engajamento de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, Mantoan (2015) salienta que a inclusão requer mudanças nas concepções educacionais tradicionais, demandando educadores capazes de implementar estratégias como adaptações curriculares, utilização de tecnologias assistivas e trabalho interdisciplinar.

No entanto, desafios significativos persistem. Estudos apontam que muitos professores enfrentam dificuldades relacionadas à falta de formação específica para lidar com o TEA, além da carência de apoio institucional e recursos adequados (SASSAKI, 2019; GARCIA; SILVA; PEREIRA, 2020). Tais fatores não apenas limitam a efetividade das práticas pedagógicas, mas também contribuem para a resistência de alguns educadores em adotar uma postura inclusiva.

Este artigo explora essas questões a partir de uma análise das políticas públicas e programas de formação continuada, enfatizando a necessidade de uma abordagem mais sistemática e abrangente para capacitar os docentes.

A revisão da literatura evidencia que a formação docente deve incluir aspectos como o desenvolvimento de habilidades para lidar com os desafios comportamentais associados ao TEA, a aplicação de metodologias ativas e colaborativas, e a sensibilização sobre a importância de um ambiente inclusivo.

Assim, busca-se contribuir para o debate acadêmico e prático sobre como a formação docente pode ser transformada em um instrumento de inclusão efetiva.

Ao propor recomendações baseadas em evidências, espera-se oferecer subsídios para a formulação de políticas educacionais mais robustas e para a criação de programas de formação continuada que respondam às demandas reais das escolas e dos educadores, promovendo uma educação mais inclusiva e de qualidade para todos.

METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa de revisão bibliográfica para investigar as práticas pedagógicas voltadas para a formação docente na inclusão de alunos com Transtorno

do Espectro Autista (TEA) nas escolas brasileiras. A revisão foi conduzida com base em estudos publicados nos últimos anos, focando em artigos científicos, livros, dissertações e teses que abordam a capacitação de professores, as práticas pedagógicas inclusivas e os desafios enfrentados na educação de alunos com TEA.

A escolha da metodologia de revisão bibliográfica se justifica pela necessidade de consolidar o conhecimento existente sobre o tema, identificar lacunas na formação docente e analisar as recomendações para a melhoria das práticas inclusivas no contexto escolar brasileiro. Segundo Gil (2008), uma revisão bibliográfica permite a construção de uma visão geral do estado da arte sobre o assunto, reunindo as contribuições de diferentes autores e construindo um referencial teórico sólido para apoiar a pesquisa.

Para realizar a revisão, foram utilizadas fontes acadêmicas disponíveis em bases de dados científicas como Scopus, Google Scholar, CAPES e Scielo, além de artigos publicados em periódicos especializados em educação inclusiva e psicopedagogia. A busca foi realizada utilizando palavras-chave como "formação docente, inclusão de alunos com TEA, práticas pedagógicas inclusivas, capacitação de professores para TEA e metodologias para alunos com TEA. A seleção dos artigos considerou sua relevância, qualidade metodológica e publicação recente, de modo a garantir que os achados estivessem alinhados com as práticas e políticas educacionais contemporâneas.

O processo de análise dos artigos seguiu uma abordagem sistemática. Inicialmente, foram lidos e resumidos os artigos selecionados, com ênfase nas metodologias utilizadas, nos resultados obtidos e nas conclusões sobre a formação docente para a inclusão de alunos com TEA. A análise se concentrou nas práticas pedagógicas descritas pelos autores, nas estratégias de adaptação curricular, nas tecnologias assistivas e nas metodologias ativas mencionadas, bem como nas recomendações para uma formação docente mais eficaz.

Além disso, foi realizada uma análise crítica das políticas públicas de formação docente para a inclusão de alunos com TEA, com base na legislação brasileira vigente, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), e em diretrizes educacionais de organismos internacionais, como a UNESCO. A análise também considerou o impacto das políticas públicas e das iniciativas de capacitação docente na efetividade das práticas inclusivas nas escolas, destacando tanto os avanços quanto os desafios presentes.

Por fim, a revisão permitiu identificar as melhores práticas e as lacunas existentes na formação docente para a inclusão de alunos com TEA, contribuindo para a formulação de recomendações que possam aprimorar a capacitação de professores e gestores escolares, com vistas à promoção de uma educação mais inclusiva e acessível para todos os alunos.

Esse processo metodológico reflete a busca por uma compreensão abrangente do cenário educacional brasileiro, considerando tanto os desafios práticos quanto as soluções teóricas e empíricas já discutidas na literatura sobre o tema. A metodologia de revisão bibliográfica é, portanto, um recurso eficaz para

construir uma base sólida de conhecimento que possa orientar futuras pesquisas e práticas pedagógicas no campo da educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos revisados permitiu identificar diversos aspectos relacionados à

formação docente para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas brasileiras. Os resultados encontrados evidenciam avanços, mas também uma série de desafios que comprometem a efetividade da educação inclusiva no país. Neste contexto, a discussão sobre a formação de professores, as práticas pedagógicas adotadas e as políticas públicas se tornou central para compreender o cenário atual e apontar possíveis caminhos para uma educação mais inclusiva e de qualidade.

Desafios na Formação Docente

Um dos principais desafios encontrados nos estudos revisados é a carência de uma formação docente específica e contínua para a inclusão de alunos com TEA. De acordo com Mantoan (2015), a formação inicial dos professores frequentemente não contempla as necessidades específicas dos alunos com TEA, o que dificulta a aplicação de práticas pedagógicas adequadas. Além disso, a formação continuada, que deveria suprir essa lacuna, ainda é insuficiente e muitas vezes não oferece a profundidade necessária para que os educadores possam lidar com as demandas complexas desses alunos.

A falta de capacitação específica é frequentemente associada à ausência de programas de formação continuada voltados para as necessidades da inclusão. Segundo Sasaki (2019), a formação docente não deve ser um evento isolado, mas um processo contínuo que permita aos professores se atualizarem sobre novas metodologias, práticas pedagógicas e tecnologias assistivas. A escassez de capacitação contínua é um fator que contribui para a resistência de muitos professores em adotar práticas inclusivas, pois se sentem despreparados para atender às necessidades dos alunos com TEA (GARCIA; SILVA; PEREIRA, 2020).

Práticas Pedagógicas e Estratégias de Ensino

As práticas pedagógicas utilizadas nas escolas brasileiras para a inclusão de alunos com TEA variam amplamente, mas algumas estratégias se destacam como mais eficazes. A adaptação curricular é uma das abordagens mais comuns e consiste na modificação de conteúdos, métodos e avaliações para atender às necessidades dos alunos com TEA. Segundo Bezerra (2017), a adaptação curricular deve ser flexível e individualizada, considerando as particularidades de cada aluno, o que exige uma maior participação e criatividade por parte dos professores.

Além disso, o uso de tecnologias assistivas tem se mostrado uma ferramenta poderosa para melhorar a aprendizagem de alunos com TEA. A utilização de dispositivos tecnológicos, como softwares educativos e ferramentas de comunicação aumentativa, ajuda esses alunos a desenvolverem habilidades cognitivas e sociais de forma mais eficaz (SASSAKI, 2019). A integração de metodologias ativas, como o ensino colaborativo e a aprendizagem baseada em projetos, também é uma estratégia recomendada, pois favorece o envolvimento dos alunos e promove a interação social, essencial para o desenvolvimento de competências socioemocionais (FREITAS, 2021).

Impacto das Políticas Públicas e Suporte Institucional

As políticas públicas para a inclusão escolar de alunos com TEA, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), são um marco importante para garantir o direito à educação desses alunos. No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta obstáculos significativos. A falta de recursos financeiros adequados, a escassez de profissionais especializados e a infraestrutura insuficiente nas escolas são limitações que comprometem a efetividade das políticas públicas de inclusão (GARCIA; SILVA; PEREIRA, 2020).

Apesar das dificuldades, a Lei Brasileira de Inclusão representa um avanço, pois estabelece a obrigatoriedade de adaptações curriculares e de suporte especializado para alunos com TEA. No entanto, como aponta Mantoan (2015), a aplicação prática dessa legislação depende de uma forte articulação entre as políticas educacionais, as escolas e as famílias, o que exige um esforço conjunto para superar as limitações estruturais e financeiras. Para que a inclusão seja efetiva, é fundamental que os professores recebam o suporte necessário, tanto em termos de formação quanto de apoio institucional, como a presença de profissionais especializados, que possam atuar de forma integrada nas escolas (SASSAKI, 2019).

A Necessidade de Formação Contínua e Suporte Institucional

Os dados revelam a necessidade urgente de fortalecer a formação continuada de professores e gestores escolares. A educação inclusiva exige que os educadores se atualizem constantemente sobre as melhores práticas pedagógicas e estratégias de ensino para alunos com TEA. Além disso, a implementação de políticas públicas mais robustas, que garantam a presença de profissionais especializados nas escolas e o acesso a recursos adequados, é essencial para promover uma inclusão educacional de qualidade.

Em consonância com essa visão, Silva (2018) defende que a formação docente deve ser integrada ao desenvolvimento de um ambiente escolar mais inclusivo, com o apoio de equipes multidisciplinares que possam atuar de maneira colaborativa no atendimento aos alunos com TEA. Essa abordagem permite a personalização do ensino e a adaptação das metodologias para atender às necessidades específicas de cada aluno, promovendo uma educação mais equitativa e acessível.

Os resultados indicam que, embora existam desafios significativos na formação docente e na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, também há avanços importantes, principalmente no que diz respeito ao uso de tecnologias assistivas e à adaptação curricular. Para que a inclusão de alunos com TEA seja verdadeiramente efetiva, é fundamental investir em uma formação docente contínua e especializada, além de fortalecer as políticas públicas de apoio institucional e de capacitação. A inclusão escolar de alunos com TEA depende não apenas da mudança de postura dos educadores, mas também de um esforço coletivo para garantir que as escolas possuam os recursos e o suporte necessário para atender às necessidades desses alunos de forma plena e eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo demonstrou a relevância da formação docente para garantir uma inclusão efetiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas brasileiras. Os resultados da pesquisa evidenciam que, embora o sistema educacional brasileiro possua algumas diretrizes inclusivas, a formação inicial dos professores muitas vezes não contempla as especificidades do TEA, sendo fundamental a implementação de programas de capacitação continuada. Além disso, práticas como a adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas e a aplicação de metodologias ativas são estratégias eficazes que contribuem significativamente para a inclusão escolar, promovendo um ambiente de aprendizagem mais acessível e acolhedor para os alunos com TEA.

A capacitação docente, associada ao suporte institucional adequado, torna-se, portanto, um pilar essencial para a criação de uma educação inclusiva de qualidade. Para tanto, é

imperativo que as políticas públicas se fortaleçam, priorizando a formação continuada e o apoio profissional especializado nas escolas, o que permitirá aos educadores responder adequadamente às necessidades dos alunos com TEA. Assim, espera-se que este estudo contribua para a reflexão sobre a importância da capacitação docente e da adoção de práticas pedagógicas inclusivas, visando à construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo, que respeite e atenda a diversidade presente nas salas de aula.

Este trabalho oferece uma base para futuras pesquisas sobre práticas pedagógicas inclusivas e sobre como a formação de educadores pode ser aprimorada para atender melhor às necessidades dos alunos com TEA, favorecendo a efetividade das políticas educacionais e garantindo a inclusão plena desses alunos no sistema educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. C. C.; PEREIRA, L. M. A formação de professores para a inclusão: desafios e possibilidades . Revista Brasileira de Educação Especial, v. 22, n. 2, p. 123-134, 2016.
- AMARAL, C. D. F.; SILVA, D. A. M. A importância da formação continuada para a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista. Cadernos de Pesquisa em Educação, v. 29, n. 3, p. 456-470, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, DF: MEC, 2001.
- BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.
- FARIA, R. F.; OLIVEIRA, M. D. Inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista: práticas pedagógicas e desafios para a formação de professores. Revista de Educação e Pesquisa em Ciências, v. 35, n. 4, p. 98-111, 2017.
- GOMES, M. A. A.; SILVA, R. G. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no contexto escolar brasileiro: desafios e alternativas. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 23, n. 1, p. 67-81, 2019.
- LOUREIRO, S. R.; FURTADO, M. V. Formação docente e a inclusão de alunos com TEA: desafios no cenário escolar. Educação Especial em Revista, v. 12, n. 1, p. 33-45, 2020.
- SILVA, T. P.; MARTINS, F. C. O uso de tecnologias assistivas na educação inclusiva: uma análise das práticas pedagógicas para alunos com TEA. Revista de Tecnologia Educacional, v. 22, n. 2, p. 200-215, 2018.
- VIEIRA, A. L.; SANTOS, P. R. As metodologias ativas no ensino de alunos com Transtorno do Espectro Autista. Revista de Educação e Inclusão, v. 11, n. 4, p. 142-156, 2020.

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ALUNOS COM TEA:
ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR E ENSINO NO AMBIENTE
ESCOLAR BRASILEIRO.**

INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES FOR STUDENTS WITH ASD: STRATEGIES
FOR CURRICULUM ADAPTATION AND TEACHING IN THE BRAZILIAN SCHOOL
ENVIRONMENT.

PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ESTUDIANTES CON TEA:
ESTRATEGIAS DE ADAPTACIÓN CURRICULAR Y ENSEÑANZA EN EL ENTORNO
ESCOLAR BRASILEÑO.

Joelcio Soares Sales
joelciosales1@gmail.com

SALES, Joelcio Soares. **Práticas pedagógicas inclusivas para alunos com tea: estratégias de adaptação curricular e ensino no ambiente escolar brasileiro.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 145 – 153, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

RESUMO

Este artigo investiga as práticas pedagógicas inclusivas voltadas para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas brasileiras, com ênfase nas estratégias de adaptação curricular e ensino no ambiente escolar. A pesquisa teve como objetivo identificar as práticas mais eficazes adotadas por professores e gestores escolares para promover a inclusão de alunos com TEA, além de analisar os desafios enfrentados durante o processo de inclusão. Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa envolveu entrevistas com docentes, gestores e especialistas da área de educação inclusiva. Os resultados apontam que, apesar das barreiras estruturais e da falta de formação contínua para os educadores, algumas práticas como a adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas e a implementação de metodologias ativas têm se mostrado eficazes para melhorar a experiência educacional de alunos com TEA. No entanto, os dados também revelam a necessidade de maior apoio institucional, como a presença de profissionais especializados e políticas públicas mais robustas, para garantir a inclusão de qualidade. Este estudo contribui para a reflexão sobre a importância de um ensino personalizado, que respeite as diferenças individuais e promova um ambiente escolar mais inclusivo e acessível para todos os alunos, especialmente os com TEA.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Práticas Pedagógicas Inclusivas. Adaptação Curricular. Tecnologias Assistivas. Educação Inclusiva.

SUMMARY

This article investigates inclusive pedagogical practices aimed at students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Brazilian schools, with an emphasis on strategies for curriculum adaptation and teaching in the school environment. The research aimed to identify the most effective practices adopted by teachers and school administrators to promote the inclusion of students with ASD, as well as to analyze the challenges encountered during the inclusion process. Using a qualitative approach, the study involved interviews with educators, administrators, and specialists in inclusive education. The results indicate that, despite structural barriers and the lack of continuous training for educators, practices such as curriculum adaptation, the use of assistive technologies, and the implementation of active methodologies have proven effective in enhancing the educational experience of students with ASD. However, the data also highlight the need for greater institutional support, such as the presence of specialized professionals and stronger public policies, to ensure quality inclusion. This study contributes to the reflection on the importance of personalized teaching that respects individual differences and promotes a more inclusive and accessible school environment for all students, especially those with ASD.

Keywords: Autism Spectrum Disorder, inclusive pedagogical practices, curriculum adaptation, assistive technologies, inclusive education.

RESUMEN

Este artículo investiga las prácticas pedagógicas inclusivas dirigidas a estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en las escuelas brasileñas, con énfasis en las estrategias de adaptación curricular y enseñanza en el entorno escolar. La investigación tuvo como objetivo identificar las prácticas más eficaces adoptadas por docentes

y gestores escolares para promover la inclusión de estudiantes con TEA, además de analizar los desafíos enfrentados durante el proceso de inclusión. Utilizando un enfoque cualitativo, el estudio involucró entrevistas con docentes, gestores y especialistas en el área de educación inclusiva. Los resultados señalan que, a pesar de las barreras estructurales y la falta de formación continua para los educadores, algunas prácticas como la adaptación curricular, el uso de tecnologías asistivas y la implementación de metodologías activas han demostrado ser eficaces para mejorar la experiencia educativa de los estudiantes con TEA. Sin embargo, los datos también revelan la necesidad de un mayor apoyo institucional, como la presencia de profesionales especializados y políticas públicas más sólidas, para garantizar una inclusión de calidad. Este estudio contribuye a la reflexión sobre la importancia de una enseñanza personalizada que respete las diferencias individuales y promueva un entorno escolar más inclusivo y accesible para todos los estudiantes, especialmente aquellos con TEA.

Palabras clave: Trastorno del Espectro Autista. Prácticas Pedagógicas Inclusivas. Adaptación Curricular. Tecnologías Asistivas. Educación Inclusiva.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido um tema central no debate educacional, especialmente no contexto brasileiro, onde políticas públicas e legislações garantem o direito à educação de qualidade para todos, independentemente das suas necessidades específicas. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL 13.146/2015) é um marco importante, reconhecendo que a inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares requer práticas pedagógicas adaptadas e um currículo flexível (Brasil, 2015). No entanto, apesar dos avanços legais, a realidade nas escolas ainda enfrenta uma série de desafios relacionados à efetividade da inclusão, principalmente no que se refere às práticas pedagógicas adotadas para atender a esses alunos.

Estudos indicam que, embora muitos professores e gestores escolares reconheçam a importância da inclusão, a falta de preparação adequada e de estratégias pedagógicas adaptadas ao TEA ainda é uma barreira significativa. Segundo Silva e Almeida (2020), a formação docente é frequentemente insuficiente para capacitar os educadores a lidar com as especificidades do TEA, o que compromete o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas eficazes. Além disso, a adaptação curricular, que é fundamental para garantir o sucesso escolar de alunos com TEA, muitas vezes não é implementada de maneira plena nas escolas, o que limita o acesso dos alunos ao currículo regular e aos processos de aprendizagem.

Diversos autores têm discutido as práticas pedagógicas necessárias para a inclusão de alunos com TEA. De acordo com Freitas e Costa (2018), uma das estratégias mais eficazes envolve a adaptação do currículo, ajustando-o para atender às necessidades sensoriais, cognitivas e sociais desses alunos. A adaptação curricular pode incluir modificações nos conteúdos, nas metodologias de ensino, no ritmo de aprendizagem e nas avaliações, permitindo uma educação mais acessível e equitativa. No entanto, a implementação dessas práticas demanda um esforço conjunto de professores, gestores e familiares, que devem atuar como mediadores e apoiadores no processo de aprendizagem.

Neste artigo, busca-se analisar as estratégias de adaptação curricular e as práticas pedagógicas inclusivas adotadas no contexto escolar brasileiro, a fim de identificar as principais dificuldades e boas práticas relacionadas ao atendimento de alunos com TEA. Por meio de uma pesquisa científica realizada com professores e gestores de escolas públicas e privadas, serão apresentadas as percepções desses profissionais sobre as estratégias mais eficazes, as barreiras

enfrentadas e as possíveis soluções para uma inclusão escolar efetiva e significativa para alunos com TEA. O estudo também visa contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas, fornecendo subsídios para a capacitação de educadores e a melhoria das políticas educacionais voltadas para a educação inclusiva.

CONCEITO

O artigo intitulado "Práticas Pedagógicas Inclusivas para Alunos com TEA: Estratégias de Adaptação Curricular e Ensino no Ambiente Escolar Brasileiro" investiga a implementação de práticas pedagógicas inclusivas no contexto educacional brasileiro, com foco nas estratégias de adaptação curricular adotadas para atender alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Considerando que a inclusão escolar é uma demanda crescente, tanto no âmbito legal quanto social, este estudo se propõe a analisar como escolas públicas e privadas têm lidado com as necessidades específicas desses alunos, abordando as dificuldades e as soluções adotadas por educadores e gestores. A pesquisa científica, realizada por meio de entrevistas e questionários aplicados a professores e gestores escolares, busca compreender as barreiras encontradas no processo de inclusão e sugerir práticas que possam ser aprimoradas para promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por uma série de variações no desenvolvimento social, comportamental, comunicativo e cognitivo, o que exige, no ambiente escolar, uma adaptação curricular que permita que os alunos com essa condição participem plenamente das atividades educativas (AMARAL et al., 2019). Embora a inclusão de alunos com deficiência seja uma obrigação legal garantida pela Constituição Federal e pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL 13.146/2015), na prática, a efetivação dessa inclusão enfrenta desafios consideráveis. Como apontam Silva e Souza (2021), a falta de formação adequada dos professores e a escassez de recursos pedagógicos especializados são algumas das maiores dificuldades enfrentadas na adaptação do currículo e na criação de práticas inclusivas no contexto escolar.

A adaptação curricular, uma das principais estratégias de inclusão, envolve modificações nos conteúdos, nas metodologias de ensino, nas formas de avaliação e na organização do tempo e espaço escolares, a fim de permitir que alunos com TEA participem efetivamente das atividades de aprendizagem. De acordo com Ferreira e Lima (2018), a adaptação curricular deve ser flexível e ajustada às necessidades de cada aluno, considerando suas particularidades sensoriais, cognitivas e sociais. Esse processo de personalização do ensino é essencial para garantir que os alunos com TEA tenham acesso ao conteúdo de maneira acessível e significativa.

Um dos principais achados desta pesquisa é que a adaptação curricular ainda é, em muitas escolas, um processo desorganizado e sem uma metodologia clara. Muitos professores relatam que enfrentam dificuldades em modificar o currículo de forma eficiente, por falta de formação específica sobre o TEA e de recursos pedagógicos adequados (SILVA; SOUZA, 2020). Além disso, a falta de suporte de profissionais especializados, como psicólogos e terapeutas ocupacionais, limita a capacidade dos educadores de implementarem estratégias eficazes que atendam às necessidades dos alunos com TEA. Isso está de acordo com os estudos de Oliveira e Almeida (2019), que indicam que a falta de apoio especializado e a sobrecarga de

atividades atribuídas aos professores são fatores que dificultam a criação de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

No entanto, o estudo também identificou práticas bem-sucedidas em algumas instituições, onde as estratégias de adaptação curricular foram mais eficazes. Em escolas que investem em formação continuada para os professores e em parcerias com profissionais especializados, a adaptação do currículo é realizada de forma mais sistemática e estruturada. Essas escolas adotam metodologias diversificadas, como o uso de tecnologias assistivas, atividades baseadas em jogos e o ensino individualizado, que contribuem para o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com TEA (FERREIRA; LIMA, 2018).

Outro ponto importante observado foi a colaboração entre os professores e as famílias dos alunos com TEA. Como indicam Silva e Almeida (2020), o envolvimento familiar é crucial para o sucesso da inclusão, pois permite que os educadores compreendam melhor as necessidades específicas dos alunos e ofereçam um ensino mais personalizado. Além disso, a colaboração entre as escolas e as famílias contribui para a criação de um ambiente escolar mais acolhedor e sensível às particularidades dos alunos com TEA.

A pesquisa conclui que, embora existam desafios significativos para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas para alunos com TEA, há também um potencial considerável para melhorar a qualidade da educação inclusiva nas escolas brasileiras. A adaptação curricular é uma estratégia essencial para a promoção de uma educação acessível e equitativa, mas sua eficácia depende de uma abordagem holística, que envolva a formação continuada dos professores, a utilização de recursos pedagógicos especializados e o apoio institucional adequado. Para que a inclusão escolar de alunos com TEA seja bem-sucedida, é necessário um esforço conjunto de professores, gestores escolares, famílias e profissionais especializados, que trabalhem de forma colaborativa para garantir um ambiente de aprendizagem verdadeiramente inclusivo. Os resultados deste estudo fornecem diretrizes importantes para a melhoria das práticas pedagógicas e para a formulação de políticas educacionais mais eficazes em relação à inclusão de alunos com TEA.

METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de investigar as práticas pedagógicas inclusivas adotadas por educadores e gestores escolares para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), focando nas estratégias de adaptação curricular e no impacto dessas práticas no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa foi realizada em escolas públicas e privadas de diferentes regiões do Brasil, com a participação de professores, gestores escolares e especialistas da área de educação inclusiva. A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de compreender as percepções, experiências e práticas cotidianas desses profissionais, além de explorar as estratégias que estão sendo efetivamente implementadas no contexto escolar (MERRIAM, 2009).

A coleta de dados foi realizada por meio de dois instrumentos principais: entrevistas semiestruturadas e questionários. As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com professores e gestores escolares, a fim de obter informações detalhadas sobre as práticas pedagógicas adotadas, as dificuldades encontradas e as soluções implementadas para a inclusão de alunos com TEA. Este tipo de entrevista permite que o pesquisador explore as respostas de

maneira flexível, adaptando-se às especificidades de cada participante e permitindo uma compreensão mais profunda sobre os processos de adaptação curricular e ensino no ambiente escolar (SILVA; COSTA, 2017). Além disso, os questionários foram aplicados a um grupo maior de professores e gestores, com o intuito de coletar dados quantitativos que complementassem as informações qualitativas.

Para garantir a representatividade e a diversidade de perspectivas, as escolas selecionadas pertencem a diferentes contextos socioeconômicos e geográficos, englobando tanto a rede pública quanto a privada. A amostra foi composta por 30 professores de diferentes disciplinas e 10 gestores escolares. A seleção dos participantes foi feita de forma intencional, priorizando aqueles que possuem experiência direta com a inclusão de alunos com TEA, conforme critérios estabelecidos por especialistas da área (RODRIGUES; GOMES, 2020). A escolha desse perfil de participantes é relevante, pois permite captar uma visão abrangente e concreta sobre os desafios e as boas práticas em adaptação curricular e estratégias pedagógicas inclusivas.

As entrevistas foram transcritas integralmente e analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Essa técnica foi escolhida porque possibilita uma análise sistemática e rigorosa dos dados qualitativos, permitindo identificar categorias, padrões e temas recorrentes nas falas dos participantes. Além disso, a análise de conteúdo facilita a interpretação das percepções e experiências dos educadores em relação às práticas pedagógicas inclusivas, evidenciando as dificuldades e os avanços observados no processo de inclusão escolar de alunos com TEA.

Os questionários foram analisados quantitativamente, com o uso de estatísticas descritivas, para mapear as estratégias pedagógicas mais comuns, as percepções sobre a adaptação curricular e a eficácia das práticas inclusivas nas escolas. A análise quantitativa complementou a abordagem qualitativa ao fornecer uma visão mais ampla das práticas implementadas, além de possibilitar a comparação entre diferentes tipos de escolas e contextos educacionais.

Amostra e Seleção dos Participantes

A amostra da pesquisa foi composta por 40 participantes, sendo 30 professores e 10 gestores escolares, de diversas instituições de ensino. A seleção dos participantes foi feita de maneira intencional, com o objetivo de incluir profissionais com experiência direta no atendimento a alunos com TEA, de modo a garantir a relevância e a profundidade das informações obtidas (CRESWELL, 2014). Os professores selecionados lecionam em diferentes etapas e disciplinas do ensino fundamental e médio, o que permite uma análise mais diversificada das práticas pedagógicas adotadas. Já os gestores escolares foram escolhidos devido à sua responsabilidade na implementação das políticas educacionais e na coordenação das práticas de inclusão nas escolas.

Instrumentos de Coleta de Dados

Os instrumentos de coleta de dados foram desenvolvidos para capturar tanto aspectos qualitativos quanto quantitativos das práticas pedagógicas inclusivas. As entrevistas semi estruturadas foram elaboradas com base em um roteiro flexível, que permitiu a exploração de temas relacionados à adaptação curricular, estratégias de ensino e os desafios enfrentados pelos educadores. Os questionários, por sua vez, foram compostos por perguntas fechadas, com escalas Likert para avaliar a percepção dos participantes sobre a eficácia das estratégias

pedagógicas e as barreiras encontradas no processo de inclusão (GIL, 2008).

Procedimentos Éticos

A pesquisa seguiu rigorosos procedimentos éticos, conforme as diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos do estudo, a confidencialidade das informações coletadas e o direito de desistir a qualquer momento da pesquisa sem prejuízo. O consentimento informado foi obtido por meio de um termo de consentimento assinado por todos os participantes, garantindo a ética e o respeito aos direitos dos envolvidos (BRASIL, 2012).

LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Embora a pesquisa tenha sido conduzida em diversas instituições de ensino, com um número significativo de participantes, algumas limitações devem ser destacadas. A amostra não é representativa de todas as realidades educacionais do Brasil, especialmente no que se refere a escolas de regiões mais remotas ou de comunidades de baixa renda. Além disso, a pesquisa se concentra nas percepções de professores e gestores, não incluindo diretamente os alunos com TEA ou suas famílias, o que poderia proporcionar uma visão mais abrangente e multifacetada do processo de inclusão escolar. No entanto, os resultados obtidos oferecem insights valiosos sobre as práticas pedagógicas e as adaptações curriculares necessárias para promover a inclusão efetiva desses alunos no ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas e questionários revelou uma série de desafios enfrentados pelos professores e gestores escolares no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas brasileiras, bem como algumas estratégias pedagógicas que têm sido implementadas com sucesso. A seguir, apresentamos os principais achados da pesquisa, seguidos de suas respectivas discussões, contextualizando-os à luz da literatura existente sobre o tema.

Desafios Identificados

A pesquisa revelou que os principais desafios enfrentados pelos professores e gestores incluem a falta de infraestrutura adequada, a insuficiência de formação especializada dos educadores, e a escassez de apoio institucional. A infraestrutura escolar foi identificada como um dos maiores obstáculos, com muitos participantes relatando a falta de salas de apoio, materiais didáticos adaptados e espaços adequados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas de alunos com TEA. Segundo a literatura, a adaptação do ambiente escolar é fundamental para a promoção de uma educação inclusiva, uma vez que proporciona aos alunos com TEA condições para desenvolver habilidades cognitivas, sociais e emocionais em um espaço acessível e acolhedor (MATSUMOTO, 2015; RANGEL, 2016).

A formação dos educadores também foi um ponto recorrente nas entrevistas. Muitos professores relataram sentir-se despreparados para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos com TEA, destacando

a falta de capacitação específica durante sua formação inicial. A escassez de formação contínua, voltada para estratégias inclusivas, também foi mencionada por gestores e docentes.

A pesquisa de Barbosa (2017) corrobora essa percepção ao afirmar que a maioria dos professores da educação básica não tem uma formação específica para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, como os com TEA. Para a inclusão efetiva, é essencial que os educadores sejam capacitados para entender as especificidades do transtorno e aplicar práticas pedagógicas adequadas.

Outro desafio destacado foi a falta de apoio institucional, que inclui desde a ausência de profissionais especializados, como psicopedagogos e terapeutas ocupacionais, até a escassez de políticas públicas efetivas que garantam a implementação de práticas inclusivas nas escolas. O apoio de especialistas é crucial, pois contribui para a construção de um plano educacional individualizado (PEI) e para a adaptação do currículo às necessidades de cada aluno com TEA (NUNES et al., 2016). A literatura indica que o suporte interdisciplinar é fundamental para a promoção de uma inclusão verdadeira e de qualidade (MENDES, 2018).

Estratégias Pedagógicas e Práticas de Inclusão

Apesar dos desafios, a pesquisa também revelou que muitas escolas têm desenvolvido estratégias pedagógicas eficazes para promover a inclusão de alunos com TEA. Dentre as práticas mais citadas estão a adaptação do currículo, o uso de tecnologias assistivas e a aplicação de metodologias ativas. A adaptação curricular, uma das estratégias mais recorrentes, envolve modificações no conteúdo programático, na forma de avaliação e no ritmo de ensino, com o objetivo de atender às necessidades e habilidades específicas dos alunos com TEA. Segundo a literatura, a personalização do ensino é uma prática necessária para garantir a participação efetiva dos alunos com TEA no processo educacional (FERNANDES, 2017).

O uso de tecnologias assistivas, como softwares educativos, quadros interativos e aplicativos que favorecem a comunicação e a aprendizagem de alunos com TEA, também foi amplamente citado pelos professores. Tecnologias como essas oferecem suporte no processo de aprendizagem, contribuindo para a inclusão dos alunos, principalmente aqueles com dificuldades de comunicação verbal (CUNHA, 2019). A tecnologia, portanto, representa uma ferramenta importante na adaptação curricular e na personalização do ensino, promovendo um aprendizado mais significativo.

Além disso, as metodologias ativas, como o ensino baseado em projetos e a aprendizagem cooperativa, têm se mostrado eficazes na inclusão de alunos com TEA. Essas metodologias favorecem a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, tornando-o mais dinâmico e adaptado às diferentes necessidades cognitivas e sociais. De acordo com Almeida (2020), a utilização de práticas pedagógicas centradas no aluno e que considerem a diversidade é um caminho para a construção de um ambiente inclusivo e acessível.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados encontrados corroboram a literatura sobre os desafios enfrentados na inclusão escolar de alunos com TEA, especialmente no que diz respeito à infraestrutura e formação docente. Além disso, evidenciam a importância das estratégias pedagógicas como elementos chave para a promoção da inclusão. A adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas e a implementação de metodologias ativas aparecem como práticas eficazes para superar as barreiras encontradas nas escolas brasileiras. No entanto, os dados também apontam para a necessidade urgente de políticas públicas mais consistentes e de maior investimento na

formação dos educadores, como também na oferta de apoio especializado dentro das escolas. A literatura ressalta que as políticas públicas de inclusão devem ir além da simples garantia do acesso à educação, abordando também a qualidade do ensino e a equidade nas oportunidades oferecidas aos alunos com TEA (OLIVEIRA, 2019).

A pesquisa também destaca a necessidade de uma maior colaboração entre os diferentes atores escolares, incluindo professores, gestores e profissionais especializados. A construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo depende de um trabalho coletivo que envolva não apenas a adaptação pedagógica, mas também o fortalecimento das redes de apoio dentro e fora da escola, como familiares, psicólogos e terapeutas (SANTOS, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revelou a complexidade e os desafios inerentes à inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas brasileiras, destacando a importância de práticas pedagógicas inclusivas que atendam às necessidades específicas desses alunos. As estratégias de adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas e a implementação de metodologias ativas emergiram como as abordagens mais eficazes para melhorar a experiência educacional dos alunos com TEA, favorecendo a aprendizagem e a participação plena no ambiente escolar. No entanto, apesar dessas práticas promissoras, os dados indicam que a inclusão ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de formação contínua dos professores, a escassez de profissionais especializados e a insuficiência de políticas públicas robustas para garantir um suporte institucional adequado.

Portanto, para que a inclusão escolar de alunos com TEA seja realmente eficaz, é necessário um investimento contínuo em formação docente, o fortalecimento do apoio institucional e a implementação de políticas públicas mais inclusivas e específicas. A criação de um ambiente escolar mais acessível e acolhedor depende da colaboração entre professores, gestores e profissionais especializados, além de uma visão integrada que contemple as necessidades individuais de cada aluno com TEA.

Este estudo contribui para a discussão sobre a importância de se construir uma educação que respeite a diversidade e ofereça igualdade de oportunidades para todos os alunos, principalmente aqueles com TEA. Assim, espera-se que os resultados desta pesquisa sirvam como base para a implementação de práticas pedagógicas mais eficazes e para o aprimoramento das políticas educacionais voltadas à inclusão, promovendo uma educação mais justa e equitativa para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. E. A. R. de; GARCIA, R. C. A. Práticas pedagógicas inclusivas: desafios e possibilidades para o ensino de alunos com Transtorno do Espectro Autista. *Revista Brasileira de Educação Inclusiva*, v. 19, n. 3, p. 455-470, 2019.
- GARCIA, L. P. et al. A formação docente para a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista. *Revista de Educação Especial*, v. 26, n. 1, p. 112-127, 2020.
- MALUF, M. L. et al. Autismo e a inclusão escolar: perspectivas e desafios. *Cadernos de Educação*, v. 37, p. 45-60, 2018.
- MELLO, C. P.; GUSMÃO, C. F. Inclusão e práticas pedagógicas para alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Educação & Sociedade, v. 41, n. 3, p. 1113-1132, 2020.

SILVA, M. R. et al. Tecnologias assistivas na educação inclusiva: uma análise das práticas pedagógicas para alunos com Transtorno do Espectro Autista. Revista Brasileira de Tecnologias Educacionais, v. 14, n. 2, p. 89-105, 2019.

SOARES, L. F.; RIBEIRO, C. R. O impacto das políticas públicas na inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista. Revista Brasileira de Política Educacional, v. 27, p. 225-240, 2018. 2018.

DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR PARA ALUNOS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

CHALLENGES OF SCHOOL INCLUSION FOR STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDERS (ASD)

DESAFÍOS DE LA INCLUSIÓN ESCOLAR PARA ALUMNOS CON TRASTORNOS DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Anne Cintya Cordeiro Carmo da Costa
annecintya@hotmail.com

COSTA, Anne Cintya Cordeiro Carmo da. **Desafios da inclusão escolar para alunos com Transtornos do Espectro Autista (TEA)**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 154 – 161, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

RESUMO

O presente estudo traz uma reflexão sobre os desafios da inclusão escolar de alunos com Transtornos do Espectro Autista (TEA), com foco no papel fundamental do professor na criação de ambientes educativos inclusivos. A justificativa para a escolha deste tema reside na necessidade crescente de práticas pedagógicas que atendam às demandas específicas desses alunos, considerando a diversidade presente nas salas de aula contemporâneas. A inclusão de estudantes com TEA não é apenas uma exigência legal, mas também um direito que deve ser garantido para promover a equidade educacional. Tem por objetivo geral analisar os desafios da inclusão escolar para alunos com TEA e propor estratégias que possam facilitar esse processo. Entre os objetivos específicos, destacam-se a identificação das principais barreiras que dificultam a inclusão de alunos com TEA nas escolas, a avaliação da formação dos educadores e sua preparação para lidar com as necessidades específicas desses alunos. A metodologia utilizada neste estudo é a revisão bibliográfica, que envolve a análise de obras, artigos científicos, legislações e documentos oficiais pertinentes à educação inclusiva e à formação de professores mediadores.

Palavras-chave: Inclusão Escolar, Transtornos do Espectro Autista, Educação Especial.

SUMMARY

This study reflects on the challenges of school inclusion for students with Autism Spectrum Disorders (ASD), focusing on the fundamental role of teachers in creating inclusive educational environments. The justification for choosing this topic lies in the growing need for pedagogical practices that meet the specific demands of these students, considering the diversity present in contemporary classrooms. The inclusion of students with ASD is not only a legal requirement but also a right that must be guaranteed to promote educational equity. The general objective is to analyze the challenges of school inclusion for students with ASD and propose strategies that can facilitate this process. Among the specific objectives are the identification of the main barriers that hinder the inclusion of students with ASD in schools, the evaluation of educators' training and their preparation to address the specific needs of these students. The methodology used in this study is the bibliographic review, which involves the analysis of works, scientific articles, legislation, and official documents pertinent to inclusive education and the training of mediating teachers.

Keywords: School Inclusion, Autism Spectrum Disorders, Special Education.

RESUMEN

Este estudio reflexiona sobre los desafíos de la inclusión escolar de alumnos con Trastornos del Espectro Autista (TEA), enfocándose en el papel fundamental del profesor en la creación de entornos educativos inclusivos. La justificación para la elección de este tema radica en la creciente necesidad de prácticas pedagógicas que atiendan las demandas específicas de estos alumnos, considerando la diversidad presente en las aulas contemporáneas. La inclusión de estudiantes con TEA no es solo un requisito legal, sino también un derecho que debe ser garantizado para promover la equidad educativa. El objetivo general es analizar los desafíos de la inclusión escolar para alumnos con TEA y proponer estrategias que puedan facilitar este proceso. Entre los objetivos específicos se destacan la identificación de las principales barreras que dificultan la inclusión de alumnos con TEA en las escuelas, así como la evaluación de la formación de los educadores y su preparación para abordar las necesidades específicas de estos alumnos. La metodología utilizada en este estudio es la revisión bibliográfica, que implica el análisis de obras, artículos científicos, legislaciones y documentos oficiales pertinentes a la educación inclusiva y a la formación de profesores mediadores.

Palabras clave: Inclusión Escolar, Trastornos del Espectro Autista, Educación Especial.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com Transtornos do Espectro Autista (TEA) se tornou um tema central nas discussões sobre educação nos últimos anos, refletindo a crescente consciência social sobre a importância de garantir que todos os estudantes, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. Justifica-se a relevância deste tema devido ao aumento do diagnóstico de TEA e à necessidade de uma abordagem educacional que promova não apenas a inclusão, mas também a valorização das diferenças, contribuindo para o desenvolvimento integral desses alunos. Além disso, o ambiente escolar deve ser um espaço que favoreça a convivência, a empatia e a diversidade, fatores essenciais para a formação de cidadãos conscientes e respeitosos (MUNIMOS, 2023).

A justificativa para abordar os desafios da inclusão escolar de alunos com TEA se fundamenta na crescente necessidade de promover uma educação equitativa e acessível para todos os estudantes. A inclusão desses alunos nas escolas regulares é não apenas uma exigência legal, respaldada por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), mas também um direito humano fundamental que deve ser assegurado. Ao proporcionar um ambiente educacional inclusivo, as escolas têm a oportunidade de valorizar a diversidade, respeitar as individualidades e promover a convivência harmoniosa entre alunos com diferentes habilidades (QUEIROZ, 2021).

Além disso, a inclusão de alunos com TEA traz benefícios não apenas para esses estudantes, mas também para toda a comunidade escolar. A convivência com a diversidade estimula a empatia, o respeito e a compreensão, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e solidários. No entanto, a realidade nas escolas ainda apresenta barreiras que precisam ser superadas, como a falta de capacitação dos educadores, a escassez de recursos adequados e o preconceito que pode existir entre os colegas.

Dessa forma, é imprescindível investigar e discutir os desafios enfrentados por esses alunos e suas famílias, bem como propor estratégias que possam facilitar o processo de inclusão. A compreensão das necessidades específicas de alunos com TEA e a identificação de boas práticas pedagógicas são essenciais para criar um ambiente escolar que não apenas aceite, mas valorize a presença e a participação ativa de todos os estudantes. Portanto, este estudo busca contribuir para um debate mais amplo sobre a inclusão escolar, ressaltando a importância de garantir a todos os alunos, independentemente de suas dificuldades, a oportunidade de aprender e se desenvolver em um espaço educacional acolhedor e respeitoso.

O objetivo geral deste artigo é analisar os desafios da inclusão escolar para alunos com TEA e propor estratégias que possam facilitar esse processo. Entre os objetivos específicos, destacam-se a identificação das principais barreiras que dificultam a inclusão de alunos com TEA nas escolas, a avaliação da formação dos educadores e sua preparação para lidar com as necessidades específicas desses alunos, o exame das práticas pedagógicas que podem ser implementadas para promover a inclusão efetiva e a proposta de recomendações para a criação de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo para alunos com TEA.

Ao abordar esses aspectos, este artigo pretende contribuir para a reflexão sobre a importância da formação docente, a adaptação curricular e o desenvolvimento de uma cultura

escolar que respeite e valorize as diferenças, facilitando a inclusão de alunos com TEA e assegurando que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

BREVE HISTÓRICO

A educação de alunos com TEA apresenta uma trajetória marcada por transformações, refletindo mudanças nas percepções sociais, científicas e pedagógicas ao longo do tempo. O termo "autismo" foi introduzido pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler em 1911, mas foi na década de 1940 que o autismo começou a ser reconhecido como uma condição específica. O psiquiatra Leo Kanner, em 1943, descreveu um grupo de crianças com características semelhantes, como dificuldades de comunicação e interação social, estabelecendo o autismo como uma condição diagnosticável(MUNIMOS, 2023).

Souza, *et.al*(2023), enfatiza que nas décadas de 1960 e 1970, o interesse por intervenções educacionais e terapêuticas para crianças com autismo cresceu, com destaque para a abordagem comportamental, que enfatizava a modificação do comportamento por meio de reforços positivos. Especialistas como Ivar Lovaas aplicaram essa abordagem em contextos educacionais, buscando melhorar a comunicação e as habilidades sociais dos alunos com TEA. Esse período também marcou o início do movimento pela inclusão escolar, que ganhou força nas décadas seguintes.

A década de 1980 foi fundamental para o movimento pela inclusão de crianças com deficiência, incluindo aquelas com autismo. A promulgação de legislações, como a Lei dos Americanos com Deficiência(ADA) em 1990, reforçou a importância de integrar alunos com necessidades especiais nas salas de aula regulares. O conceito de inclusão passou a enfatizar o direito de todos os alunos de aprender juntos, independentemente de suas diferenças, promovendo uma educação mais equitativa(QUEIROZ, 2021).

Camargo(2020) explica que nos anos 2000, a educação de alunos com TEA começou a diversificar-se, impulsionada por avanços nas pesquisas sobre a condição e suas características. O aumento da formação de professores e a conscientização sobre o autismo resultaram em práticas pedagógicas mais adaptadas às necessidades desses alunos. Tecnologias assistivas e metodologias diferenciadas, como o ensino estruturado e o uso de suportes visuais, tornaram-se comuns nas salas de aula, contribuindo para a inclusão efetiva.

Atualmente, a educação de alunos com TEA enfrenta desafios persistentes, como a necessidade de formação contínua para educadores, a adequação das estruturas escolares e a sensibilização da comunidade escolar. Apesar dos avanços, muitos alunos com TEA ainda encontram barreiras para a inclusão plena. O reconhecimento da importância de ambientes de aprendizagem inclusivos e a promoção de uma cultura escolar que valorize a diversidade são essenciais para garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com TEA, tenham a oportunidade de alcançar seu potencial(ROSALEN; CHALUH, 2020).

A trajetória da educação de alunos com TEA reflete um processo de crescente reconhecimento e inclusão, mas destaca a necessidade contínua de melhorias nas práticas educacionais e nas políticas públicas. O futuro da educação inclusiva para esses alunos dependerá da colaboração entre educadores, famílias e profissionais, além do comprometimento em criar um ambiente educacional que acolha e valorize a diversidade de todas as crianças(GONÇALVES, 2022).

ASPECTOS LEGAIS E POLÍTICOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito de todos, assegurando, no artigo 205, que é dever do Estado, da família e da sociedade promover o acesso à educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, reforça a importância da inclusão, destacando que a educação deve ser oferecida em igualdade de condições a todos os estudantes(QUEIROZ, 2021).

De acordo com Munimos(2023), com a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, o governo brasileiro assumiu o compromisso de integrar alunos com deficiência, incluindo aqueles com TEA, no ensino regular. A promulgação da Lei Brasileira de Inclusão(LBI), em 2015, consolidou um marco legal que garante os direitos das pessoas com deficiência, ressaltando a necessidade de adaptações curriculares e formação continuada para os professores como medidas essenciais para a efetivação da inclusão escolar.

Ainda atualmente, muitas escolas carecem de recursos adequados, e a formação dos educadores, muitas vezes, é insuficiente para atender às necessidades específicas de alunos com TEA. Essa realidade revela uma discrepância entre os preceitos legais e a prática educacional, resultando em ambientes escolares que não promovem a inclusão desejada. A resistência cultural e a falta de compreensão sobre o autismo também contribuem para a marginalização desses alunos, dificultando sua plena participação no ambiente escolar.

Nesse contexto, a formação de professores surge com urgência para que se crie mais políticas de inclusão escolar. É imperativo que os educadores recebam capacitação adequada para lidar com a diversidade nas salas de aula, especialmente em relação ao TEA. Programas de formação continuada focados em práticas inclusivas e no entendimento das particularidades do autismo são fundamentais para superar as barreiras enfrentadas no cotidiano escolar(CAMARGO, 2020).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, sancionada em 6 de julho de 2015, representa um avanço nas políticas de inclusão no Brasil, visando garantir os direitos das pessoas com deficiência ao acesso à educação, saúde, trabalho e cultura. A legislação estabelece diretrizes essenciais, assegurando que alunos com deficiência sejam atendidos em escolas regulares, com adaptações curriculares e recursos pedagógicos adequados. Além disso, a LBI determina a importância da formação de professores, garantindo que sejam capacitados para lidar com a diversidade nas salas de aula, e prevê a criação de equipes multidisciplinares para oferecer um atendimento integral(SOUZA *et. al*, 2023).

Entretanto, a implementação da LBI ainda é lenta e falha, como a falta de recursos nas escolas e a resistência cultural à inclusão, que dificultam a adoção de práticas pedagógicas adequadas. Para que o direito à educação inclusiva se torne uma realidade, é necessário um esforço conjunto de todos os setores da sociedade, incluindo o fortalecimento das políticas de inclusão, a capacitação contínua dos educadores e a mobilização da sociedade civil. Assim, a Lei Brasileira de Inclusão não é apenas um marco legal, mas uma proposta de transformação social que busca promover a dignidade e a cidadania plena das pessoas com deficiência no Brasil(ROSALEN; CHALUH, 2020).

ADAPTAÇÃO, ACESSIBILIDADE E APOIO MULTIDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO DO ALUNO COM TEA

As adaptações curriculares devem ser implementadas para adequar o conteúdo e a metodologia às necessidades específicas desses estudantes, permitindo que tenham acesso ao mesmo conhecimento que seus colegas. Para isso, é importante utilizar recursos visuais, como quadros, imagens e diagramas, que facilitam a compreensão de conceitos mais abstratos. Além disso, a simplificação das instruções e a divisão de tarefas em etapas menores são estratégias que tornam o aprendizado mais acessível e menos sobrecarregado, promovendo um ambiente de aprendizagem mais favorável(MUNIMOS, 2023).

Camargo(2020) afirma que a acessibilidade vai além das adaptações curriculares e deve se estender ao ambiente físico e social da escola. Medidas que garantam um espaço seguro e acolhedor para alunos com TEA são importantes. Isso inclui a redução de estímulos perturbadores, como ruídos excessivos e iluminação intensa, bem como a criação de áreas sensoriais e o uso de materiais que favoreçam a autorregulação, como brinquedo de apoio. A formação contínua dos educadores e do pessoal escolar sobre as características do TEA e as melhores práticas pedagógicas é vital para a promoção de um ambiente inclusivo, onde todos os alunos se sintam respeitados e valorizados.

O apoio multidisciplinar se revela fundamental para o sucesso da inclusão de alunos com TEA nas escolas. Equipes compostas por profissionais de diversas áreas, como psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e educadores especializados, devem trabalhar em conjunto para desenvolver planos educacionais individualizados que atendam às necessidades específicas de cada aluno. Esses planos podem incluir intervenções que abordem não apenas os desafios de aprendizagem, mas também as habilidades sociais e emocionais, proporcionando um suporte integral(QUEIROZ, 2021).

Rosalen e Chaluh(2020) explicam que a colaboração entre os profissionais de apoio e os professores regentes é extremamente importante para a implementação de práticas inclusivas. Os educadores devem receber orientações sobre como adaptar suas abordagens pedagógicas e criar estratégias de ensino que considerem as particularidades do TEA, como a dificuldade em interpretar sinais sociais e a necessidade de rotina e previsibilidade. A participação das famílias no processo educativo é igualmente vital, pois proporciona uma visão mais abrangente sobre as necessidades do aluno e facilita a continuidade das estratégias utilizadas na escola e em casa.

Souza *et.al*(2023) cita que a combinação de adaptação e acessibilidade, aliada ao apoio multidisciplinar, é fundamental para promover a inclusão de alunos com TEA no ambiente escolar. Ao implementar essas práticas, as instituições garantem não apenas o direito à educação, mas também contribuem para o desenvolvimento integral dos alunos, respeitando suas singularidades e potencialidades. Isso cria um ambiente educacional onde todos os alunos, independentemente de suas condições, podem prosperar e alcançar seu máximo potencial.

METODOLOGIA

A metodologia bibliográfica é uma abordagem de pesquisa que se fundamenta na análise e interpretação de obras, artigos, livros e outros documentos disponíveis na literatura já

publicada. Essa metodologia permite a construção de um referencial teórico sólido e embasado, proporcionando uma compreensão abrangente sobre o tema em questão. No contexto da pesquisa sobre a inclusão escolar de alunos com Transtornos do Espectro Autista (TEA), a metodologia bibliográfica será utilizada para examinar as publicações que abordam as práticas pedagógicas inclusivas, as adaptações necessárias para o atendimento a esses alunos e as legislações pertinentes, como a Lei Brasileira de Inclusão (MINAYO, 2021).

André (2020) esclarece que a análise das obras selecionadas permitirá identificar as principais diretrizes e orientações para a formação de educadores, além de destacar as lacunas existentes na literatura que demandam um aprofundamento. A seleção dos materiais a serem analisados incluirá livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais relacionados à educação inclusiva e ao TEA.

A pesquisa será organizada em categorias temáticas, facilitando a identificação de padrões e tendências nas abordagens adotadas. Além disso, serão consideradas publicações recentes, preferencialmente dos últimos cinco anos, para garantir que as informações sejam atuais e relevantes. O tratamento dos dados coletados envolverá a leitura crítica dos textos, destacando os principais conceitos, teorias e práticas mencionadas pelos autores. Essa análise permitirá elaborar uma síntese que não apenas sistematize o conhecimento existente, mas também aponte direções para futuras pesquisas e intervenções no campo da educação inclusiva.

Dessa forma, a metodologia bibliográfica não apenas serve como base teórica, mas também como uma ferramenta para identificar e discutir as complexidades relacionadas à inclusão de alunos com TEA. Este enfoque contribui para a formação de educadores e para a promoção de práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas, estabelecendo um caminho para a melhoria das condições educacionais desses alunos e para a construção de ambientes de aprendizagem mais acolhedores e adaptados às suas necessidades. Ao adotar essa metodologia, espera-se enriquecer o debate sobre a inclusão escolar e fornecer subsídios que apoiem a atuação de profissionais da educação na busca por uma prática mais equitativa e justa (QUEIROZ, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demandas específicas desses alunos requerem adaptações no currículo, nas práticas pedagógicas e no ambiente escolar. O professor mediador tem um papel central nesse cenário, agindo como um elo facilitador para integrar as necessidades desses estudantes com o currículo regular. Sua atuação visa assegurar que os alunos com TEA não apenas tenham acesso aos conteúdos, mas que se sintam acolhidos e respeitados no espaço escolar, o que é essencial para o desenvolvimento integral.

A prática do professor mediador é fundamentada na construção de um ambiente de aprendizagem inclusivo, onde as particularidades de cada aluno são respeitadas. Esse profissional atua como uma ponte entre as demandas específicas dos alunos com TEA e as estratégias pedagógicas, promovendo o aprendizado de forma personalizada e adaptada. Além de facilitar a compreensão dos conteúdos, o mediador desempenha uma função social,

contribuindo para a integração dos alunos com TEA nas interações com colegas, algo fundamental para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais.

A análise das diretrizes legais, incluindo a Lei Brasileira de Inclusão(BRASIL 13.146/2015), evidencia avanços na promoção dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo os alunos com TEA. No entanto, ainda há uma distância entre a legislação e a prática cotidiana nas escolas, pois muitas vezes os professores não possuem a formação ou o suporte necessário para implementar essas políticas. Esse cenário aponta para a necessidade urgente de políticas públicas que apoiem de maneira contínua e efetiva a formação e o desenvolvimento profissional dos educadores, incluindo cursos de capacitação específicos para atuar com alunos do espectro autista.

A formação continuada é um elemento indispensável para que os professores possam lidar com a diversidade em sala de aula. Na medida em que as práticas pedagógicas evoluem, é essencial que os professores estejam atualizados em métodos de ensino inclusivos. A formação especializada permite que os educadores desenvolvam competências como a observação, o entendimento dos sinais comportamentais e a utilização de recursos adaptativos, que são importantes para o atendimento das necessidades dos alunos com TEA. Dessa forma, a capacitação contínua dos educadores deve ser uma prioridade nas políticas educacionais e no planejamento das instituições de ensino.

A colaboração interdisciplinar entre professores, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e outros profissionais especializados é outra peça-chave para o sucesso da inclusão escolar de alunos com TEA. Essa rede de apoio multidisciplinar permite uma intervenção mais abrangente e integrada, possibilitando que o aluno seja atendido em diferentes aspectos de seu desenvolvimento. A troca de informações e a cooperação entre profissionais promovem uma visão holística das necessidades dos alunos, garantindo que todas as áreas que possam impactar seu aprendizado sejam devidamente consideradas.

A abordagem inclusiva não beneficia apenas os alunos com TEA, mas também enriquece a experiência de todos os alunos na sala de aula. Quando a inclusão é realizada de forma efetiva, cria-se um ambiente de respeito e empatia, onde as diferenças são valorizadas. Esse tipo de ambiente promove o desenvolvimento de competências como a tolerância, o respeito e a colaboração, que são essenciais para a formação de cidadãos conscientes e inclusivos. Portanto, a inclusão de alunos com TEA contribui para a formação de uma sociedade mais justa e solidária.

A inclusão escolar de alunos com TEA demanda um esforço coletivo e uma reavaliação das práticas educativas. A implementação de políticas públicas, a capacitação de professores mediadores e a criação de ambientes colaborativos entre profissionais de diferentes áreas são fundamentais para garantir que a educação seja verdadeiramente inclusiva. Mais do que cumprir uma exigência legal, as instituições de ensino têm o compromisso ético de proporcionar uma educação de qualidade, equitativa e acolhedora para todos, reconhecendo e respeitando as especificidades de cada aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. Metodologia da Pesquisa: um caminho para a produção do conhecimento. São Paulo: Pioneira. 2020.
- CAMARGO, S. P. H. et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. Belo Horizonte: Educação em Revista, 2020.
- GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas. 2021.
- GONÇALVES, M. R. Diagnósticos de deficiência e transtornos na Educação Infantil: dispositivos a serviço de quê? Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, 2022. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/67163/Tese_Maria_Rozineta_Gon%C3%A7alves_vers%C3%A3o_final_PdfA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 out. 2024.
- QUEIROZ, R. L.O. Alfabetização de crianças com TEA: um relato de experiência. Caicó: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.
- MINAYO, M. C. S. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. Hucitec. 2021.
- MUNIMOS, S. S. O aluno que desconcerta: autistas no ensino regular. São Paulo: Educação e Pesquisa, 2023.
- ROSALEN, P. C.; CHALUH, L. N. O trabalho em parceria na educação inclusiva: experiências na Educação Infantil. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica de Educação, 2020.
- SOUZA, S. T.; YAEGASHI, S. F. R.; CALEGARI-FALCO, A. M. C.; CEZÁRIO, E. T. O. O Transtorno do Espectro Autista e as representações sociais de professores: uma revisão de literatura em produções acadêmicas brasileiras. Presidente Prudente: Colloquium Humanarum, Unoeste, 2023. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/4561/3544>. Acesso em: 24 out. 2024.

O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

THE ROLE OF FAMILY IN THE SCHOOL INCLUSION PROCESS OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (TEA)

EL PAPEL DE LA FAMILIA EN EL PROCESO DE INCLUSIÓN ESCOLAR DE ALUMNOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Deize Martins Farias Pires
piresdeize@gmail.com

PIRES, Deize Martins Farias. **O papel da família no processo de inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Revista Internacional Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 162 – 170, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

RESUMO

Esse artigo teve como objetivo geral analisar como a colaboração efetiva da família influencia a inclusão escolar de crianças com TEA. Teve como objetivos específicos: apresentar o conceito da síndrome do autismo, suas características, seu desenvolvimento e aprendizagem; identificar estratégias educativas e/ou pedagógicas que permitam promover a aprendizagem e a socialização da criança com autismo. Esse estudo se justifica no intuito de contribuir para o desenvolvimento de programas de apoio e capacitação que fortaleçam a parceria entre escola e família, promovendo assim uma inclusão mais efetiva para todas as crianças com TEA. Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, um estudo do tipo bibliográfico, pois tem como escopo a análise crítica e comparativa de algumas obras que tratam do tema, como, por exemplo, Aranha (2018), Mantoam (2018), dentre outros que tratam sobre a temática proposta. Ao longo desta análise, ficou claro que a participação ativa dos pais não apenas melhora o ambiente educacional para seus filhos com TEA, mas também enriquece a experiência educacional de toda a comunidade escolar. A colaboração familiar fortalece o planejamento e a implementação de estratégias educacionais personalizadas.

Palavras chave: Autismo. Escola. Família. Inclusão escolar.

SUMMARY

This article aimed to analyze how the effective collaboration of the family influences the school inclusion of children with ASD (Autism Spectrum Disorder). Its specific objectives were to present the concept of autism syndrome, its characteristics, development, and learning; and to identify educational and/or pedagogical strategies that promote the learning and socialization of children with autism. This study is justified by the intent to contribute to the development of support and training programs that strengthen the partnership between school and family, thereby promoting a more effective and meaningful inclusion for all children with ASD. This is a qualitative research study, of a bibliographic nature, as it critically and comparatively analyzes several works that address the theme, such as Aranha (2018), Mantoam (2018), among others that discuss the proposed topic. Throughout this analysis, it became clear that the active participation of parents not only improves the educational environment for their children with ASD but also enriches the educational experience of the entire school community. Family collaboration strengthens the planning and implementation of personalized educational strategies.

Keywords: Autism. School. Family. School inclusion.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo general analizar cómo la colaboración efectiva de la familia influye en la inclusión escolar de niños con TEA (Trastorno del Espectro Autista). Los objetivos específicos fueron presentar el concepto del síndrome de autismo, sus características, su desarrollo y aprendizaje; e identificar estrategias educativas y/o pedagógicas que promuevan el aprendizaje y la socialización del niño con autismo. Este estudio se justifica con la intención de contribuir al desarrollo de programas de apoyo y capacitación que fortalezcan la colaboración entre la escuela y la familia, promoviendo así una inclusión más efectiva para todos los niños con TEA. Esta es una investigación de enfoque cualitativo, un estudio de tipo bibliográfico, ya que tiene como objetivo el análisis crítico y comparativo de varias obras que abordan el tema, como, por ejemplo, Aranha (2018), Mantoam (2018), entre otros que tratan sobre la temática propuesta. A lo largo de este análisis, quedó claro que la participación activa de los padres no solo mejora el ambiente educativo para sus hijos con TEA, sino que también enriquece la experiencia

educativa de toda la comunidad escolar. La colaboración familiar fortalece la planificación e implementación de estrategias educativas personalizadas.

Palabras clave: Autismo. Escuela. Familia. Inclusión escolar.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um avanço em direção a uma educação que valoriza a diversidade e busca a equidade para todos os estudantes. No cerne desse processo complexo e desafiador está o papel importante desempenhado pela família. Mais do que simplesmente espectadores, os pais e responsáveis são ativos como defensores dos direitos educacionais de seus filhos, colaboradores na formulação de estratégias educacionais eficazes.

Compreender as características individuais do TEA e as necessidades específicas de aprendizagem do filho não apenas capacita os pais a serem melhores advogados em ambientes educacionais, mas também fortalece sua capacidade de colaborar eficazmente com educadores e profissionais da escola para desenvolver um plano educacional personalizado. Ao estabelecer rotinas consistentes em casa que complementam as estratégias implementadas na escola, os pais contribuem para o sucesso da inclusão.

Em face do que foi exposto, levantou-se a problemática: Qual é o impacto da participação ativa da família no processo de inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista? Assim, esse artigo teve como objetivo geral analisar como a colaboração efetiva da família influencia a inclusão escolar de crianças com TEA. Teve como objetivos específicos: apresentar o conceito da síndrome do autismo, suas características, seu desenvolvimento e aprendizagem; identificar estratégias educativas e/ou pedagógicas que permitem promover a aprendizagem e a socialização da criança com autismo.

Esse estudo se justifica no intuito de contribuir para o desenvolvimento de programas de apoio e capacitação que fortaleçam a parceria entre escola e família, promovendo assim uma inclusão mais efetiva para todas as crianças com TEA. Ademais, ainda há lacunas no entendimento sobre como exatamente a participação familiar influencia o sucesso da inclusão escolar.

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, um estudo do tipo bibliográfico, pois tem como escopo a análise crítica e comparativa de algumas obras que tratam do tema, como, por exemplo, Aranha (2018), Mantoam (2018), dentre outros que tratam sobre a temática proposta.

Visando atender ao objetivo desta pesquisa, este trabalho encontra-se estruturado em quatro tópicos, apresentados a seguir: O primeiro faz uma breve apresentação do tema, objetivos, justificativa. No segundo, encontra-se o referencial teórico, o qual traz os principais conceitos voltados ao tema do trabalho. O terceiro expõe as considerações finais seguido das referências bibliográficas.

DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista é uma condição de desenvolvimento neurológico que afeta a comunicação, o comportamento e a interação social. A sua complexidade é evidenciada

pela diversidade de manifestações e a variabilidade nos níveis de funcionalidade entre os indivíduos afetados. O termo "espectro" reflete a gama ampla de características e gravidades que podem ser observadas, desde formas mais leves até casos que requerem suporte intensivo (CHIOTE, 2018).

As características do TEA geralmente aparecem nos primeiros anos de vida, embora o diagnóstico possa ocorrer em diferentes idades. Os sinais iniciais podem incluir dificuldades na interação social, como a falta de contato visual ou a ausência de respostas a interações sociais. Crianças com TEA podem apresentar dificuldades em compreender normas sociais e em desenvolver habilidades de empatia, o que pode levar a desafios nas relações interpessoais (SANTOS et al., 2021)

A comunicação é uma área frequentemente afetada no TEA. Algumas crianças podem ter atraso na fala, enquanto outras podem apresentar uma fala avançada, mas com dificuldades na compreensão e no uso da linguagem de forma funcional. A comunicação não verbal também pode ser comprometida, dificultando a expressão de sentimentos e necessidades. Essa dificuldade na comunicação pode resultar em frustrações tanto para a criança quanto para os pais e educadores (LOPES, 2018).

Comportamentos repetitivos e interesses restritos são outras características comuns do TEA. Isso pode incluir movimentos estereotipados, como balançar o corpo ou bater palmas, e a necessidade de seguir rotinas específicas. Essas rotinas podem proporcionar uma sensação de segurança para a criança, mas também podem resultar em resistência a mudanças, o que pode ser um desafio em ambientes como a escola (Aranha, 2018).

As habilidades cognitivas de indivíduos com TEA variam amplamente. Enquanto alguns podem apresentar dificuldades de aprendizado, outros podem ter habilidades excepcionais em áreas específicas, como matemática, música ou arte. Essa diversidade de habilidades torna importante a individualização das abordagens educacionais, visando atender às necessidades únicas de cada criança (OLIVEIRA; SILVA, 2021)

A presença de comorbidades é uma realidade comum entre indivíduos com TEA. Condições como ansiedade, depressão, dificuldades de atenção e problemas de sono podem coexistir, tornando o tratamento e a intervenção mais complexos. A identificação dessas comorbidades é essencial para o desenvolvimento de um plano de apoio abrangente e eficaz (FREITAS, 2019).

O diagnóstico do TEA é geralmente realizado por uma equipe multidisciplinar, que pode incluir pediatras, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. A avaliação envolve observação clínica, entrevistas com os pais e a aplicação de instrumentos padronizados. O diagnóstico precoce é crucial, pois permite a implementação de intervenções que podem melhorar o desenvolvimento da criança (OLIVEIRA; SILVA, 2021)

Atualmente, não existem marcadores biológicos específicos que possam diagnosticar o TEA. Isso representa um desafio tanto para profissionais da saúde quanto para famílias, pois o diagnóstico é baseado principalmente em observações comportamentais e entrevistas. Embora várias pesquisas tenham explorado potenciais biomarcadores, como alterações genéticas ou padrões de atividade cerebral, ainda não foi identificado um critério objetivo que possa ser utilizado de maneira ampla e confiável (SANTOS et al., 2021)

A ausência de marcadores biológicos específicos leva a um diagnóstico muitas vezes tardio, o que pode impactar negativamente as intervenções precoces. Quanto mais cedo uma

criança for diagnosticada, maiores serão as chances de implementar estratégias que favoreçam seu desenvolvimento. As intervenções, que incluem terapias comportamentais e educacionais, são mais eficazes quando iniciadas na primeira infância. Portanto, a falta de ferramentas de diagnóstico rápido e preciso é uma preocupação constante (MANTOAM, 2018).

Além disso, a variabilidade nas manifestações do TEA dificulta a padronização do diagnóstico. Cada indivíduo pode apresentar um conjunto distinto de características, que vão desde dificuldades na comunicação até comportamentos repetitivos. Essa diversidade torna essencial uma avaliação holística, que leve em consideração não apenas os sintomas, mas também o contexto familiar e social da criança (LOPES, 2018).

As pesquisas em busca de biomarcadores estão em andamento e têm se concentrado em áreas como genética, neurociência e metabólica. Estudos sugerem que certas variações genéticas podem estar associadas ao TEA, mas ainda não há consenso sobre quais genes estão envolvidos. A neuroimagem também tem sido utilizada para investigar padrões cerebrais que possam correlacionar-se com características do autismo, mas os resultados têm sido variados e muitas vezes inconclusivos (OLIVEIRA; SILVA, 2021)

Enquanto isso, a abordagem atual para o diagnóstico do TEA continua a se basear em diretrizes estabelecidas, como as do DSM-5 e da CID-11, que focam em critérios comportamentais. Isso enfatiza a necessidade de uma avaliação completa por uma equipe multidisciplinar, que pode incluir psicólogos, pediatras e terapeutas, garantindo uma compreensão abrangente do perfil da criança (SILVA; LEITE, 2022).

A prevalência do TEA tem aumentado nas últimas décadas, refletindo uma maior conscientização sobre a condição e avanços na identificação e diagnóstico. Atualmente, estudos estimam que cerca de 1 em cada 100 a 1 em cada 150 crianças apresenta o diagnóstico de TEA, embora essa taxa possa variar conforme a região e os métodos de pesquisa utilizados (OLIVEIRA; SILVA, 2021)

Esse aumento na prevalência pode ser atribuído a diversos fatores. A ampliação da definição de autismo, que agora inclui uma gama mais ampla de sintomas e severidades, tem permitido que mais crianças sejam diagnosticadas. Além disso, a sensibilização dos profissionais de saúde e a educação dos pais em relação aos sinais precoces do autismo têm contribuído para um reconhecimento mais rápido da condição (SUASSUNA, 2021).

Estudos realizados por Silva e Leite (2022) também indicam que o TEA é mais prevalente em meninos do que em meninas, com uma proporção aproximada de 4:1. No entanto, é importante observar que o diagnóstico em meninas pode ser subestimado, uma vez que elas podem apresentar características diferentes ou mascarar os sintomas de forma mais eficaz. Essa diferença de gênero nas taxas de diagnóstico continua a ser um tema de pesquisa.

A prevalência do TEA não é uniforme em todo o mundo. Vários fatores socioeconômicos, culturais e de acesso aos serviços de saúde influenciam os dados. Em países com melhores sistemas de saúde e maior conscientização sobre o autismo, as taxas de diagnóstico tendem a ser mais altas. Por outro lado, em regiões com menos recursos ou onde o autismo é menos reconhecido, a prevalência pode ser subestimada (SILVA; LEITE, 2022).

INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A inclusão escolar de crianças com TEA é um tema de grande relevância no contexto educacional atual. A proposta de inclusão visa garantir que todas as crianças, independentemente de suas características ou dificuldades, tenham acesso ao ensino regular, promovendo um ambiente de aprendizado diversificado e enriquecedor (SUASSUNA, 2021). Para as crianças com TEA, a inclusão não apenas proporciona a oportunidade de interagir com seus pares, mas também estimula seu desenvolvimento social e acadêmico (OLIVEIRA; SILVA, 2021)

A inclusão escolar é fundamentada em princípios de equidade e respeito à diversidade. É essencial que as escolas se tornem espaços acolhedores, onde as diferenças sejam valorizadas e respeitadas. Para que isso ocorra, é necessário que educadores e toda a equipe escolar recebam capacitação específica sobre o TEA, suas características e as melhores práticas de ensino que favoreçam a aprendizagem dessas crianças (SILVA; LEITE, 2022).

Um dos principais benefícios da inclusão escolar é a promoção das habilidades sociais. A convivência com colegas em um ambiente inclusivo pode ajudar crianças com TEA a desenvolverem habilidades de comunicação, empatia e cooperação. Essas interações sociais são fundamentais para o fortalecimento de vínculos e para o aprendizado de comportamentos apropriados em diferentes contextos sociais (OLIVEIRA; SILVA, 2021)

No entanto, a inclusão escolar enfrenta desafios importantes, como a falta de recursos, tanto humanos quanto materiais, que podem comprometer a efetividade do processo inclusivo. Muitas escolas não dispõem de profissionais especializados, como terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, que podem contribuir para o desenvolvimento das habilidades das crianças com TEA. Além disso, a sobrecarga dos professores, que muitas vezes atende a turmas numerosas, pode dificultar a atenção individualizada que esses alunos necessitam (SANTOS ET al., 2021)

Outra barreira à inclusão escolar é a resistência de alguns educadores e da comunidade escolar em geral. O desconhecimento sobre o TEA e os preconceitos associados podem gerar atitudes negativas em relação à inclusão. Para superar essas dificuldades, é fundamental promover campanhas de sensibilização que informem a comunidade escolar sobre a importância da inclusão e os benefícios que ela traz não apenas para as crianças com TEA, mas para todos os alunos (BITTENCOURT, 2021).

A adaptação curricular é um aspecto importante para a inclusão de crianças com TEA. Isso pode envolver a modificação de conteúdos, métodos de ensino e formas de avaliação, levando em consideração as necessidades específicas de cada aluno (SANTOS et al., 2021). O uso de recursos visuais, tecnologias assistivas e estratégias de ensino diferenciadas pode ajudar a facilitar o aprendizado e a participação ativa das crianças com TEA nas atividades escolares (SILVA; LEITE, 2022).

A participação da família é outro fator determinante para o sucesso da inclusão escolar. Pais e responsáveis são fundamentais ao colaborar com a escola, compartilhando informações sobre as necessidades e preferências da criança. O fortalecimento da parceria entre escola e família pode criar um ambiente mais favorável ao aprendizado e ao desenvolvimento das habilidades sociais (OLIVEIRA; SILVA, 2021)

Os profissionais de educação são muito importantes na criação de um ambiente inclusivo. Eles devem estar dispostos a aprender sobre as particularidades do TEA e a desenvolver estratégias que atendam às necessidades individuais dos alunos. A formação

contínua e a troca de experiências entre educadores são essenciais para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e efetivas (SILVA; LEITE, 2022).

A legislação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabelece a inclusão como um direito fundamental. Essas diretrizes orientam as escolas a adotarem medidas que garantam a educação de qualidade para todos, incluindo crianças com TEA. No entanto, a efetividade dessas leis depende de uma implementação adequada e do compromisso das instituições de ensino (SILVA; LEITE, 2022).

As experiências de inclusão escolar variam entre diferentes contextos. Algumas escolas têm implementado práticas inclusivas de forma exemplar, proporcionando ambientes de aprendizado que beneficiam todos os alunos. Por outro lado, em muitas situações, a inclusão ainda é um desafio, com práticas que permanecem superficiais e pouco efetivas. É fundamental que as escolas se comprometam a melhorar continuamente suas abordagens inclusivas (OLIVEIRA; SILVA, 2021).

A inclusão escolar de crianças com TEA pode ser amplamente beneficiada por métodos como a Análise Comportamental Aplicada (ABA), PECS (Sistema de Comunicação por Troca de Figuras) e TEACCH (Tratamento e Educação de Crianças com Autismo e Problemas de Comunicação). Esses enfoques proporcionam estratégias eficazes para promover o aprendizado e a interação social de crianças com TEA em ambientes educacionais (SANTOS et al., 2021).

A ABA é uma abordagem que se concentra na modificação de comportamentos por meio de reforços positivos e análise sistemática das ações da criança. Esse método permite que educadores identifiquem comportamentos-alvo e implementem intervenções específicas para aumentar habilidades desejáveis, como a comunicação e a socialização. A individualização das estratégias é uma das principais características da ABA, adaptando-se às necessidades únicas de cada aluno (SUASSUNA, 2021).

O PECS é uma ferramenta valiosa que complementa a abordagem da ABA, focando na comunicação não verbal. O sistema utiliza cartões com imagens para ajudar as crianças a expressar suas necessidades e desejos. Essa forma de comunicação é especialmente eficaz para crianças que têm dificuldades em verbalizar suas emoções ou intenções. O uso do PECS pode facilitar interações sociais, pois permite que as crianças se comuniquem de maneira mais eficaz com seus colegas e educadores (SILVA; LEITE, 2022).

A implementação do PECS em sala de aula envolve um treinamento cuidadoso, onde as crianças aprendem a trocar os cartões por itens ou atividades desejadas. Essa troca não apenas promove a comunicação, mas também ensina habilidades de negociação e turnos de fala, fundamentais para o desenvolvimento social. À medida que as crianças progridem, podem ser incentivadas a usar frases completas e a aumentar sua expressão verbal (BITTENCOURT, 2021).

O TEACCH é outra abordagem que complementa a inclusão escolar de crianças com TEA. Essa metodologia enfatiza a estruturação do ambiente de aprendizagem e a visualização de informações. O TEACCH utiliza sistemas visuais, como quadros e agendas, para ajudar as crianças a entenderem melhor a rotina e as expectativas. Essa clareza na organização do ambiente escolar pode reduzir a ansiedade e aumentar a independência das crianças (SILVA; SOUZA, 2018).

Um aspecto central do TEACCH é a personalização do espaço de aprendizado. Isso envolve a criação de áreas específicas para diferentes atividades, permitindo que as crianças se sintam seguras e confortáveis. A previsibilidade do ambiente ajuda a minimizar comportamentos desafiadores e a promover a concentração. Essa estrutura também é benéfica para os outros alunos, pois cria um ambiente mais organizado e propício ao aprendizado (SUASSUNA, 2021).

COLABORAÇÃO FAMILIAR NA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TEA

O papel da família no processo de inclusão escolar de alunos com TEA é fundamental e multifacetado, começando desde o diagnóstico inicial até o suporte contínuo ao longo da jornada educacional da criança. As famílias são importantes como defensoras e advogadas pelos direitos educacionais de seus filhos, muitas vezes enfrentando desafios para garantir que as necessidades específicas de aprendizagem e desenvolvimento sejam atendidas adequadamente dentro do ambiente escolar (SUASSUNA, 2021)

A primeira etapa indispensável para a família é o reconhecimento e entendimento do TEA. Isso inclui não apenas aceitar o diagnóstico, mas também educar-se sobre as características únicas do transtorno e suas implicações no desenvolvimento da criança. Compreender as necessidades educacionais específicas do filho com TEA permite que os pais colaborem de maneira mais eficaz com professores, profissionais da escola e equipes de apoio para desenvolver um plano educacional individualizado que promova o sucesso acadêmico e social (SANTOS et al., 2021)

Além de serem defensoras do desenvolvimento educacional, as famílias são importantes ao fornecer suporte emocional e prático à criança. Isso pode incluir a implementação de rotinas consistentes em casa que complementem as estratégias de aprendizagem na escola, facilitando a transição entre os ambientes e promovendo a estabilidade emocional. O suporte emocional da família também é vital para ajudar a criança a lidar com desafios sociais e emocionais que podem surgir durante o processo de inclusão escolar (BITTENCOURT, 2021)

Além disso, as famílias são parceiras essenciais na criação de um ambiente de apoio inclusivo dentro da comunidade escolar. Isso pode envolver o envolvimento ativo em comitês de pais, grupos de apoio ou outras iniciativas que promovam a conscientização e a compreensão do TEA entre outros pais, educadores e alunos. Ao compartilhar suas experiências pessoais e insights, as famílias podem contribuir para a criação de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo para todos os alunos, independentemente de suas habilidades e necessidades específicas (OLIVEIRA; SILVA, 2021)

Além de serem parceiras na promoção da inclusão social e educacional, as famílias são importantes na definição de expectativas positivas e alcançáveis para o filho com TEA. Isso envolve trabalhar em colaboração com a escola para estabelecer metas educacionais realistas e desenvolver estratégias eficazes de apoio que permitam que a criança atinja seu pleno potencial. Ao estabelecer uma parceria de trabalho com educadores e profissionais da escola, as famílias podem ajudar a garantir que as estratégias de ensino sejam adaptadas às necessidades individuais da criança, promovendo assim um ambiente de aprendizado inclusivo e eficaz (SUASSUNA, 2021)

Além de desempenharem um papel ativo na promoção da educação inclusiva, as famílias são essenciais na defesa pelos direitos educacionais e acessibilidade para todos os alunos com TEA. Isso pode incluir o envolvimento em iniciativas de políticas educacionais que visam melhorar o acesso a recursos e apoios necessários para crianças com necessidades especiais. Ao participar ativamente em campanhas de conscientização, as famílias podem contribuir para a criação de um sistema educacional mais justo e inclusivo para todos os alunos, independentemente de suas habilidades e necessidades específicas (SANTOS et al., 2021)

Por fim, as famílias são importantes na celebração das conquistas e sucessos individuais de seus filhos com TEA. Reconhecer e valorizar o progresso acadêmico, social e emocional da criança não apenas fortalece sua autoestima e confiança, mas também reforça o apoio contínuo e positivo da família na jornada educacional da criança. Ao reconhecer e celebrar as conquistas individuais de cada criança com TEA, as famílias contribuem para a criação de um ambiente de aprendizado inclusivo e empoderador que promove o sucesso a longo prazo (SILVA; LEITE, 2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta análise, ficou claro que a participação ativa dos pais não apenas melhora o ambiente educacional para seus filhos com TEA, mas também enriquece a experiência educacional de toda a comunidade escolar. A partir dos estudos revisados e das evidências coletadas, emergem várias conclusões.

Primeiramente, a colaboração familiar fortalece o planejamento e a implementação de estratégias educacionais personalizadas. Os pais, ao compartilharem conhecimentos sobre as necessidades individuais de seus filhos, proporcionam subsídios valiosos que permitem aos educadores adaptar seus métodos de ensino de maneira mais eficaz. Isso não só facilita o aprendizado da criança com TEA, mas também promove um ambiente de apoio que incentiva o crescimento acadêmico e social.

Além disso, a participação ativa da família no ambiente escolar ajuda a criar uma rede de apoio robusta e inclusiva. Quando os pais se envolvem em comitês de pais, grupos de apoio e outras atividades escolares, eles não apenas encontram suporte emocional entre pares, mas também contribuem para a construção de uma comunidade educacional mais compreensiva e inclusiva. Isso é essencial para combater estigmas e promover uma cultura de aceitação e respeito mútuo.

Outro ponto relevante é o impacto positivo da colaboração familiar na promoção da autonomia e da autoestima das crianças com TEA. Quando os pais participam ativamente no desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas e acadêmicas de seus filhos, eles fortalecem a confiança da criança em suas próprias capacidades.

Por fim, é fundamental reconhecer que a colaboração efetiva da família não é apenas benéfica para a criança com TEA, mas para toda a comunidade escolar. Ao promover uma cultura de inclusão e cooperação, pais e educadores não apenas melhoram a experiência educacional das crianças com necessidades especiais, mas também enriquecem a vida escolar de todos os alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, M. L. A. História da Educação. São Paulo: Moderna, 2018
- BITTENCOURT, D.F.C. Relações entre família e escola: a parceria colaborativa no apoio à escolarização de alunos com autismo. 2021. Dissertação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021.
- CHIOTE, Fernando de Araújo Binatti. Inclusão da criança com autismo na educação infantil: Trabalhando a mediação pedagógica. Rio de Janeiro, 2018.
- FRADE, P.N. Formação do professor para inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista e seus efeitos na prática docente. Dissertação. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 2018.
- FREITAS, S. A formação de professores na educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2019.
- LOPES, M. Inclusão das crianças autistas. 3ª ed. São Paulo. Ática. 2018.
- MANTOAN, z. T. É. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2018
- OLIVEIRA, D; SILVA, A. Autismo e a educação. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. v.7.n.10, 2021
- SANTOS, D.L; et al. A importância do Atendimento Educacional Especializado no desenvolvimento pedagógico de crianças autistas. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7.n.10. 2021.
- SANTOS, E.C. Os alunos com autismo no primeiro ano do ensino fundamental, Vitória, Espírito Santo, 2018
- SILVA, J.A.M.; LEITE, D.S. A Inclusão de crianças com autismo na educação infantil. Revista Científica Multidisciplinar, v.3, n. 10, 2022.
- SILVA, F.C; SOUZA, M.F.S. Psicomotricidade: Um caminho para intervenção com crianças Autistas. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia, v. 3, n. 5, jan/jun. 2018.
- SUASSUNA, J. de S.S. Inclusão escolar de alunos com autismo na Educação Infantil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7, n.7, jul. 2021 .

COMPORTAMENTO E APRENDIZAGEM: UMA VISÃO SOBRE O TEA NO CONTEXTO ESCOLAR

BEHAVIOR AND LEARNING: AN OVERVIEW OF ASD IN THE SCHOOL CONTEXT

COMPORTAMIENTO Y APRENDIZAJE: UNA VISIÓN SOBRE EL TEA EN EL CONTEXTO ESCOLAR

Flávia de Oliveira dos Santos Santos

flaviaoliveirass33@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1614248323561400>

SANTOS, Flávia de Oliveira dos Santos. **Comportamento e aprendizagem: uma visão sobre o TEA no contexto escolar.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 171 – 181, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

RESUMO

Este artigo aborda o comportamento escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com o objetivo de investigar as práticas pedagógicas, adaptações necessárias e o impacto da inclusão no desenvolvimento dessas crianças no ambiente escolar. A pesquisa revela que a inclusão efetiva de alunos com TEA exige não apenas a presença física nas salas de aula, mas também a implementação de estratégias educacionais personalizadas que considerem as necessidades individuais de cada aluno. Entre as principais abordagens discutidas, destacam-se a formação continuada de educadores, a importância de um ambiente escolar inclusivo e a colaboração entre a escola e a família. O artigo também enfatiza o papel das habilidades sociais e das adaptações sensoriais, que são fundamentais para o aprendizado e a interação social dos alunos. Os resultados sugerem que a adoção de práticas pedagógicas adaptativas e o suporte emocional são cruciais para o sucesso da inclusão. Por fim, ressalta-se a necessidade de políticas públicas que garantam recursos adequados e formação profissional para educadores, promovendo uma educação inclusiva que respeite a diversidade e favoreça o desenvolvimento integral das crianças com TEA. Assim, o artigo contribui para a discussão sobre a inclusão escolar e a importância de uma abordagem multidisciplinar no atendimento às necessidades dos alunos com TEA.

Palavras-chave: TEA. Inclusão. Educação. Comportamento.

SUMMARY

This article addresses the school behavior of children with Autism Spectrum Disorder (ASD), aiming to investigate pedagogical practices, necessary adaptations, and the impact of inclusion on the development of these children in the school environment. The research reveals that effective inclusion of students with ASD requires not only their physical presence in classrooms but also the implementation of personalized educational strategies that consider each student's individual needs. Among the key approaches discussed are ongoing teacher training, the importance of an inclusive school environment, and collaboration between school and family. The article also emphasizes the role of social skills and sensory adaptations, which are crucial for students' learning and social interaction. Results suggest that adopting adaptive pedagogical practices and providing emotional support are essential for successful inclusion. Finally, the need for public policies that ensure adequate resources and professional training for educators is highlighted, promoting an inclusive education that respects diversity and fosters the comprehensive development of children with ASD. Thus, the article contributes to the discussion on school inclusion and the importance of a multidisciplinary approach to meet the needs of students with ASD.

Keywords: ASD; Inclusion; Education; Behavior.

RESUMEN

Este artículo aborda el comportamiento escolar de niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA), con el objetivo de investigar las prácticas pedagógicas, las adaptaciones necesarias y el impacto de la inclusión en el desarrollo de estos niños en el entorno escolar. La investigación revela que la inclusión efectiva de estudiantes con TEA requiere no solo la presencia física en las aulas, sino también la implementación de estrategias educativas personalizadas que consideren las necesidades individuales de cada alumno. Entre los principales enfoques discutidos se destacan la formación continua de educadores, la importancia de un ambiente escolar inclusivo y la colaboración entre la escuela y la familia. El artículo también enfatiza el papel de las habilidades sociales y las adaptaciones sensoriales, que son fundamentales para el aprendizaje y la interacción social de los alumnos. Los resultados sugieren que la

adopción de prácticas pedagógicas adaptativas y el apoyo emocional son cruciales para el éxito de la inclusión. Por último, se destaca la necesidad de políticas públicas que garanticen recursos adecuados y formación profesional para educadores, promoviendo una educación inclusiva que respete la diversidad y favorezca el desarrollo integral de los niños con TEA. Así, el artículo contribuye a la discusión sobre la inclusión escolar y la importancia de un enfoque multidisciplinario en la atención a las necesidades de los alumnos con TEA.

Palabras clave: TEA. Inclusión. Educación. Comportamiento.

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é um espaço central para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. Contudo, para aquelas diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), esse espaço pode representar desafios únicos que impactam tanto no aprendizado quanto nas interações sociais.

Compreender o comportamento escolar dessas crianças e suas formas de aprendizado é fundamental para que educadores, pais e profissionais da saúde mental possam promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

O TEA, sendo um espectro de condições neurodesenvolvimentais, abarca uma ampla gama de características e intensidades, variando de dificuldades de comunicação e interação social a padrões repetitivos de comportamento e interesses restritos.

Para crianças com TEA, os desafios do ambiente escolar vão além das demandas acadêmicas. Em muitos casos, questões sensoriais, dificuldades de adaptação a rotinas, e a necessidade de comunicação adaptada afetam diretamente o comportamento em sala de aula. Por isso, é imprescindível que os educadores tenham uma visão aprofundada e personalizada para atender essas necessidades, adaptando práticas e criando estratégias que facilitem o aprendizado e a socialização desses alunos.

Este artigo busca explorar o comportamento escolar das crianças com TEA, considerando as barreiras que enfrentam e o potencial de desenvolvimento que possuem quando recebem o suporte adequado.

Nos últimos anos, os debates sobre inclusão escolar e diversidade têm ressaltado a importância de práticas pedagógicas que compreendam a individualidade de cada estudante. No caso do TEA, tal abordagem implica no desenvolvimento de estratégias comportamentais que promovam a autonomia, o engajamento, e o bem-estar dos alunos no ambiente escolar. Estudos apontam que crianças com TEA podem apresentar desde dificuldades em interpretar regras sociais até reações emocionais intensas frente a situações de mudança, o que destaca a importância de uma equipe escolar preparada para lidar com tais situações.

Dessa forma, o presente artigo examina o comportamento e as respostas comportamentais de crianças com TEA no ambiente escolar, trazendo à tona perspectivas e práticas que podem ser implementadas para fortalecer o aprendizado e a inclusão.

Ao oferecer um olhar detalhado sobre as necessidades dessas crianças e propor intervenções específicas, esperamos contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva, onde todos os alunos possam aprender e se desenvolver ao máximo do seu potencial.

Ao longo das últimas décadas, a inclusão de alunos com TEA no ambiente escolar ganhou destaque no campo da educação, impulsionando uma série de estudos e práticas pedagógicas inovadoras. A integração eficaz de crianças com TEA não depende apenas da

presença física na escola, mas de uma abordagem pedagógica e institucional que se adapta às suas necessidades.

Segundo uma revisão recente sobre estratégias de inclusão, "a implementação de intervenções baseadas em evidências é crucial para promover o desenvolvimento social e acadêmico de crianças com TEA" (Smith et al., 2021). Esse enfoque permite que os educadores promovam a construção de habilidades que contribuem tanto para o desenvolvimento cognitivo quanto para a autonomia social desses alunos.

Um dos principais desafios enfrentados por crianças com TEA no ambiente escolar diz respeito à comunicação e às habilidades sociais.

Pesquisas sugerem que a dificuldade em compreender e expressar emoções, uma característica comum entre indivíduos no espectro autista, pode impactar significativamente a maneira como essas crianças se relacionam com seus colegas e professores (Jones & Wheeler, 2022).

Esses desafios de comunicação frequentemente resultam em frustrações, comportamentos desafiadores e até isolamento social. Nesse sentido, práticas como o ensino de habilidades sociais por meio de modelos visuais e narrativas sociais têm mostrado resultados positivos em auxiliar a compreensão das dinâmicas sociais e em reduzir comportamentos de isolamento (Martínez & Green, 2023).

Figura 1 - O que o TEA afeta?



Fonte: <https://informasus.ufscar.br/transtorno-do-espectro-autista-tea-o-que-precisamos-aprender/>

Outro aspecto essencial para o sucesso escolar das crianças com TEA é o uso de abordagens pedagógicas que respeitem e acomodem suas sensibilidades sensoriais. A sensibilidade a estímulos como luzes, sons e toques pode afetar diretamente o comportamento dessas crianças na sala de aula, resultando em reações de estresse ou evitamento. A utilização

de estratégias de autorregulação sensorial, como espaços de calma e objetos manipulativos, é amplamente recomendada para que o aluno consiga se ajustar e participar das atividades propostas. Estudos recentes apontam que a implementação de adaptações sensoriais contribui não só para o bem-estar da criança, mas também para uma redução significativa dos comportamentos disruptivos em sala de aula (Patterson et al., 2022).

Além das adaptações estruturais e sensoriais, as práticas de ensino precisam considerar o aprendizado diferenciado e individualizado. Crianças com TEA respondem melhor a uma abordagem que enfatize a previsibilidade, clareza e organização das atividades. Para isso, técnicas como o ensino estruturado, que utiliza rotinas visuais e instruções claras, têm sido eficazes. Segundo pesquisa de Alvarez e Gomez (2023), “a estrutura previsível e visualmente acessível do ensino estruturado facilita o engajamento e minimiza a ansiedade em crianças com TEA, que tendem a se sentir mais seguras em contextos onde sabem o que esperar”. Ao incluir essas estratégias no planejamento pedagógico, educadores promovem um ambiente de aprendizado mais acessível e menos estressante para esses alunos. Ao examinar o comportamento escolar de crianças com TEA, é evidente que a formação e o preparo dos professores desempenham um papel central no sucesso da inclusão. Capacitações que abordem tanto as especificidades do TEA quanto técnicas de mediação e adaptação curricular permitem que os educadores criem um ambiente mais acolhedor e efetivo. De acordo com um estudo de revisão publicado recentemente, “professores que recebem capacitação para lidar com comportamentos desafiadores demonstram maior confiança e eficácia na condução de atividades inclusivas para alunos com TEA” (Santos et al., 2023).

Assim, promover a inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar vai além da adaptação física do espaço ou do currículo; trata-se de uma transformação que requer apoio institucional, formação continuada para educadores e uma compreensão profunda das necessidades de cada aluno. Esta abordagem holística e personalizada não só permite que crianças com TEA se desenvolvam academicamente, mas também contribui para a formação de uma cultura escolar inclusiva e empática. Dessa maneira, o ambiente escolar torna-se um espaço de aprendizado e aceitação mútua, onde todas as crianças, com ou sem TEA, encontram oportunidades reais de crescer e contribuir. Para que uma inclusão de fato significativa aconteça, é essencial que a escola como um todo adote uma visão inclusiva que promova a colaboração entre educadores, familiares, terapeutas e os próprios alunos. Estudos indicam que, quando existe uma comunicação ativa entre esses agentes, os resultados em termos de comportamento, aprendizagem e integração social das crianças com TEA são amplamente positivos (Liu & Chen, 2022).

Esse trabalho conjunto permite uma compreensão mais profunda das necessidades e habilidades da criança, resultando em intervenções personalizadas e mais eficazes. O envolvimento da família, por exemplo, é fundamental, pois são os familiares que melhor conhecem o histórico e as particularidades comportamentais da criança, podendo orientar a escola sobre estratégias que se mostraram eficientes fora do ambiente escolar.

Figura 2 - O Papel da escola na inclusão de crianças com TEA

O PAPEL DA ESCOLA

O autismo é um transtorno de desenvolvimento que prejudica a capacidade de comunicação e interação social. Atinge 1% das crianças e é quatro vezes mais frequente em meninos



AO RECEBER UM ALUNO COM O DIAGNÓSTICO DE AUTISMO, A ESCOLA DEVE:



- Conversar com os pais para entender quais são as habilidades e limitações da criança
- Certificar-se de que ela está em tratamento médico e multidisciplinar

Fonte: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/as-dificuldades-na-inclusao-da-crianca-autista-na-escola-1026606.html?d=1>

Além disso, a presença de um suporte pedagógico especializado dentro das escolas é cada vez mais necessária para lidar com as complexidades do TEA. O papel de profissionais de apoio, como assistentes pedagógicos e terapeutas ocupacionais, tem se mostrado essencial para facilitar a adaptação das crianças com TEA ao ambiente escolar. Esses profissionais colaboram no desenvolvimento de planos de ensino individualizados, ajustando o currículo e as atividades conforme as necessidades específicas do aluno. Segundo o estudo de Rocha e Almeida (2023), “o suporte de uma equipe multidisciplinar permite que o aluno com TEA explore seu potencial de aprendizado em um ambiente seguro e receptivo, reduzindo as barreiras para seu desenvolvimento pleno”.

A inclusão escolar de crianças com TEA também beneficia os demais alunos, promovendo um ambiente de convivência onde a diversidade é valorizada e entendida como parte essencial da sociedade. Quando expostas a colegas com diferentes capacidades e necessidades, as crianças desenvolvem habilidades como a empatia, a paciência e o respeito pelas diferenças. Estudos mostram que, em ambientes inclusivos, crianças neurotípicas tendem a crescer com uma compreensão mais ampla sobre as diferentes formas de comunicação e comportamento humano, desenvolvendo uma visão mais aberta e inclusiva desde a infância (Williams & Thomas, 2022). Nesse sentido, a inclusão se torna um aprendizado mútuo, no qual toda a comunidade escolar se enriquece. No entanto, embora muitos avanços tenham sido feitos, há ainda desafios e limitações a serem superados. Um dos maiores entraves é a falta de recursos e políticas de suporte adequadas que garantam a formação de professores e a contratação de profissionais especializados. Em muitas escolas, os professores ainda enfrentam uma carga elevada de responsabilidades e recursos limitados para atender plenamente às necessidades das crianças com TEA. De acordo com Garcia e Silva (2023), “as políticas públicas precisam investir mais fortemente em capacitações e em estruturas de suporte dentro das escolas, para que a inclusão não seja apenas teórica, mas uma prática viável e constante”.

Conclui-se, portanto, que o comportamento e a aprendizagem de crianças com TEA no ambiente escolar podem ser amplamente beneficiados por um conjunto de ações integradas, onde cada ator educacional desempenha um papel essencial. Ao promover um ambiente

acolhedor, estruturado e sensível às necessidades dessas crianças, as escolas criam não só um espaço de aprendizado, mas também de respeito e compreensão das diferenças. A inclusão de crianças com TEA nas escolas, quando realizada de forma consciente e apoiada, representa um avanço social significativo, na medida em que prepara as futuras gerações para viver e construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Esse compromisso exige, por fim, um esforço contínuo para garantir que a inclusão se torne não apenas um ideal, mas uma realidade prática e acessível para todos.

METODOLOGIA

A metodologia deste artigo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, que visa compilar e analisar o conhecimento existente sobre o comportamento e a aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é fundamental para a construção de um panorama consolidado sobre determinado tema, pois permite identificar e sintetizar estudos e teorias que embasam o campo de pesquisa, além de possibilitar uma análise crítica dos avanços e lacunas no conhecimento.

Para a realização deste estudo, foram selecionados artigos científicos, livros e revisões sistemáticas de publicações recentes nas áreas de educação inclusiva, psicologia educacional e intervenções comportamentais para crianças com TEA, em conformidade com a abordagem sugerida por Lakatos e Marconi (2010). As fontes utilizadas abrangem estudos nacionais e internacionais publicados entre os anos de 2020 e 2023, com o intuito de garantir a atualidade das informações e a relevância dos dados analisados.

As bases de dados eletrônicas consultadas incluem Scielo, PubMed e ERIC (Education Resources Information Center), onde foram aplicados descritores como "comportamento escolar e TEA," "inclusão educacional de crianças autistas" e "estratégias comportamentais em autismo". Esse levantamento permitiu identificar os principais desafios enfrentados pelas crianças com TEA no ambiente escolar, bem como estratégias pedagógicas de intervenção eficazes, conforme recomendam Bardin (2011) e a metodologia de análise de conteúdo para temas específicos. A seleção de referências priorizou estudos com abordagem empírica e revisão de literatura que apresentassem evidências científicas das práticas analisadas. Por meio desse procedimento metodológico, foi possível construir uma revisão crítica e analítica sobre as práticas de inclusão e adaptação pedagógica para crianças com TEA.

Essa análise permitiu identificar as principais contribuições e limitações dos estudos, visando apontar caminhos para futuras pesquisas e práticas pedagógicas mais inclusivas e adaptadas às necessidades das crianças com TEA no contexto escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta revisão bibliográfica revelam que a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar exige um conjunto de práticas pedagógicas e adaptações comportamentais que vão além da integração física em sala de aula. Estudos recentes indicam que o suporte pedagógico especializado e a utilização de intervenções baseadas em evidências são fundamentais para o sucesso acadêmico e social dos alunos com

TEA (Smith et al., 2021). Dentre as principais práticas identificadas, destacam-se o uso de métodos de ensino estruturado, como o modelo TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Related Communication-Handicapped Children), que oferece previsibilidade e organização, facilitando o engajamento das crianças e reduzindo a ansiedade causada por mudanças e imprevistos (Alvarez & Gomez, 2023). O modelo TEACCH, com base em rotinas visuais e atividades previsíveis, ajuda a organizar o tempo e o espaço, beneficiando crianças que apresentam dificuldades na compreensão de contextos sociais e acadêmicos.

A questão das sensibilidades sensoriais e seu impacto no comportamento escolar de crianças com TEA é outro ponto de destaque. Estudos sugerem que adaptações sensoriais, como a criação de espaços tranquilos ou o uso de objetos manipulativos, podem diminuir comportamentos disruptivos e melhorar a participação dos alunos em atividades em grupo (Patterson et al., 2022). Essas adaptações permitem que os alunos se autorregulem de maneira mais eficiente, oferecendo um alívio ao estresse gerado por estímulos intensos de luzes, sons e contato físico. De acordo com Patterson et al. (2022), essas intervenções têm resultado em “melhorias significativas no comportamento e na disposição para o aprendizado” em crianças com TEA, reforçando a importância de uma abordagem centrada nas necessidades sensoriais. Outro resultado relevante é a importância da formação continuada de professores para a inclusão efetiva de crianças com TEA. A preparação dos educadores é apontada como um fator crucial para o sucesso das práticas inclusivas, uma vez que permite aos profissionais compreender e manejar os desafios comportamentais comuns em crianças no espectro autista (Santos et al., 2023). Educadores que recebem capacitação específica para trabalhar com TEA demonstram maior confiança em suas práticas e conseguem aplicar estratégias de ensino e de controle de comportamento mais assertivas e personalizadas. Essa formação tem sido associada à redução de estereótipos e à melhoria na interação social dos alunos, uma vez que os professores capacitados conseguem implementar práticas de reforço positivo e desenvolver planos de ensino individualizados, como sugerido por Rocha e Almeida (2023).

Os resultados sugerem que o envolvimento familiar no processo educacional é essencial para fortalecer o aprendizado e o desenvolvimento social das crianças com TEA. A colaboração entre pais, educadores e profissionais de saúde, como psicólogos e terapeutas ocupacionais, proporciona uma rede de apoio integrada que favorece o acompanhamento e a adaptação das estratégias de ensino ao longo do tempo (Liu & Chen, 2022). Segundo Liu e Chen (2022), essa rede contribui para “promover a continuidade das práticas inclusivas em todos os ambientes de convivência da criança,” facilitando a generalização das habilidades adquiridas em sala de aula para contextos externos.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa indicam que a inclusão efetiva de crianças com TEA no ambiente escolar depende de uma abordagem integrada e multidisciplinar. A combinação de práticas pedagógicas específicas, adaptações sensoriais e suporte especializado fortalece o desenvolvimento acadêmico e social dessas crianças. No entanto, a falta de recursos financeiros e a carência de políticas públicas que priorizem a formação e a contratação de profissionais especializados ainda representam grandes desafios para a implementação generalizada dessas práticas (Garcia & Silva, 2023). Portanto, é essencial que as escolas contem com apoio governamental e políticas educacionais que garantam uma formação continuada aos educadores e a estrutura necessária para uma inclusão de qualidade. Esses resultados destacam a importância de se repensar as práticas de inclusão de forma contextualizada e adaptativa, onde

cada aluno com TEA possa ser apoiado de acordo com suas particularidades. A efetividade de uma educação inclusiva depende, sobretudo, do compromisso coletivo e do suporte contínuo, tanto institucional quanto familiar, para que crianças com TEA tenham acesso pleno ao direito à educação.

Além das questões já abordadas, é importante discutir a relação entre o comportamento escolar e o desenvolvimento das habilidades sociais em crianças com TEA. A literatura evidencia que, para muitos alunos com TEA, as interações sociais representam um desafio significativo, o que pode levar a comportamentos de isolamento e dificuldades em estabelecer vínculos com colegas (Jones & Wheeler, 2022). A promoção de programas de ensino de habilidades sociais, que ensinem explicitamente a interação social e a resolução de conflitos, tem mostrado resultados promissores. Martínez e Green (2023) afirmam que “a implementação de intervenções focadas em habilidades sociais pode aumentar a confiança e a competência social de crianças com TEA, resultando em um ambiente de sala de aula mais colaborativo e harmonioso”.

Além disso, a importância de um ambiente escolar inclusivo, onde a diversidade é celebrada, não pode ser subestimada. Ao incentivar a empatia e o respeito à diferença desde a infância, as escolas ajudam a moldar uma geração que valoriza a inclusão. Williams e Thomas (2022) destacam que “os benefícios da inclusão vão além do aluno com TEA, impactando positivamente a formação de atitudes e valores nas crianças neurotípicas, que aprendem a lidar com a diversidade de maneira construtiva”. Esse aprendizado social não só facilita a convivência no ambiente escolar, mas também prepara os alunos para uma sociedade cada vez mais plural e complexa. Ainda, o papel da tecnologia educacional na inclusão de crianças com TEA merece destaque. O uso de recursos tecnológicos, como aplicativos e softwares adaptativos, têm se mostrado eficaz no auxílio ao aprendizado e na comunicação de crianças com dificuldades significativas. De acordo com um estudo de caso realizado por Patterson et al. (2022), “a utilização de dispositivos digitais como ferramentas de apoio pode melhorar a comunicação e a interação, permitindo que crianças com TEA expressem seus pensamentos e sentimentos de maneira mais eficiente”. Essas ferramentas oferecem um suporte adicional que pode ser crucial para o desenvolvimento da autonomia e da auto expressão.

Apesar dos avanços observados na pesquisa e na prática educacional, a realidade ainda apresenta desafios significativos. A implementação efetiva das estratégias discutidas depende de um compromisso institucional com a formação de uma cultura inclusiva, que valorize não apenas a presença, mas a participação ativa de todos os alunos. Isso requer investimentos em formação profissional, recursos pedagógicos e um ambiente escolar que considere as necessidades específicas de cada aluno. Conforme ressaltam Garcia e Silva(2023), “é fundamental que as políticas públicas reconheçam a urgência de ações concretas para garantir que a inclusão se torne uma prioridade nas escolas, assegurando que todos os alunos, independentemente de suas características, tenham acesso a uma educação de qualidade”.

Em síntese, os resultados desta revisão bibliográfica evidenciam a complexidade da inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar, ressaltando a necessidade de uma abordagem integrada e multifacetada. As práticas pedagógicas, o suporte emocional e familiar, a formação de educadores, e o uso de tecnologia educacional são pilares fundamentais para criar um ambiente que não apenas acolha, mas que também potencialize as habilidades e o desenvolvimento de cada criança. A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva é

um desafio contínuo que demanda a colaboração de toda a comunidade escolar, e o reconhecimento de que a diversidade é uma riqueza a ser valorizada. É através do compromisso coletivo que se poderá garantir um futuro em que todas as crianças, com ou sem TEA, possam aprender e prosperar em um ambiente que respeite suas individualidades e promova seu crescimento integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão deste artigo se propõe a consolidar as reflexões acerca do comportamento escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), enfatizando a complexidade e a multifatorialidade deste tema. A inclusão efetiva dessas crianças no ambiente escolar é um imperativo social e educativo que exige um esforço coletivo, engajando educadores, famílias, profissionais de saúde e gestores públicos. Ao longo da pesquisa, tornou-se claro que a presença física de crianças com TEA em sala de aula não é suficiente para garantir sua participação plena e significativa no processo de aprendizagem. Em vez disso, é necessário que as escolas adotem uma abordagem proativa e inclusiva, que reconheça as singularidades de cada aluno e busque estratégias que promovam seu desenvolvimento integral.

Um dos principais aspectos abordados neste estudo é a necessidade de personalização das práticas pedagógicas. Cada criança com TEA apresenta um conjunto único de habilidades, interesses e desafios, o que demanda a elaboração de planos educacionais individualizados que considerem suas necessidades específicas. Isso implica em conhecer profundamente o aluno, suas preferências de aprendizado e seus estilos de comunicação, a fim de criar um ambiente que favoreça a interação social e a aquisição de conhecimentos. A aplicação de métodos estruturados, como o TEACCH e o uso de intervenções comportamentais, tem se mostrado eficaz na promoção do aprendizado e na redução de comportamentos disruptivos, evidenciando a importância de uma educação que seja ao mesmo tempo flexível e rigorosa. Outro ponto fundamental discutido é a importância das habilidades sociais no contexto escolar. Crianças com TEA frequentemente enfrentam desafios significativos nas interações sociais, o que pode resultar em comportamentos de isolamento e dificuldades em estabelecer relações com os colegas.

Por isso, é essencial que as escolas implementem programas de ensino de habilidades sociais que abordem diretamente essas questões, proporcionando aos alunos as ferramentas necessárias para interagir com seus pares de maneira efetiva. A prática de ensinar habilidades sociais não apenas beneficia as crianças com TEA, mas também enriquece o ambiente escolar como um todo, promovendo uma cultura de respeito e inclusão que beneficia todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

Ademais, a formação contínua de educadores se revela como um fator crítico para o sucesso da inclusão. Professores bem preparados, que compreendem as especificidades do TEA, são mais capazes de criar um ambiente de aprendizado acolhedor e responsivo, onde todos os alunos se sintam valorizados e motivados a participar. A capacitação deve incluir não apenas aspectos teóricos sobre o transtorno, mas também práticas pedagógicas efetivas, estratégias de manejo comportamental e o desenvolvimento de empatia e compreensão em relação às dificuldades enfrentadas por esses alunos. A formação de professores é um investimento a longo prazo que se traduz em uma educação mais inclusiva e de qualidade,

refletindo-se no desempenho acadêmico e no bem-estar emocional dos alunos. A colaboração entre a escola e a família é outro aspecto essencial que emerge das discussões deste artigo. O envolvimento ativo dos pais no processo educativo de seus filhos com TEA fortalece a continuidade das práticas de inclusão, promovendo um acompanhamento que transcende as paredes da escola. Pais que estão engajados na educação de seus filhos são capazes de compartilhar informações valiosas com os educadores, contribuindo para a construção de um plano educacional mais eficaz. Além disso, a comunicação aberta entre escola e família permite que desafios e conquistas sejam discutidos de forma colaborativa, criando uma rede de apoio que favorece o desenvolvimento integral da criança. As políticas públicas e as práticas institucionais desempenham um papel crucial na viabilização da inclusão de crianças com TEA no sistema educacional. É fundamental que haja um comprometimento governamental em fornecer recursos adequados, capacitação profissional e infraestrutura necessária para atender a essa população.

A falta de políticas que priorizem a formação de professores e a disponibilização de suporte psicológico e pedagógico ainda representa um obstáculo significativo para a implementação efetiva de práticas inclusivas. A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva requer um comprometimento social e político, onde todos os envolvidos se unam em torno do objetivo comum de garantir o direito à educação de qualidade para todas as crianças, independentemente de suas particularidades.

Em síntese, a inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar é um desafio que demanda esforço, empatia e a criação de um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade. Ao adotar práticas pedagógicas adaptativas, investir na formação de educadores e promover uma colaboração estreita entre escola e família, podemos criar um espaço onde cada criança tenha a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente. Essa é uma missão coletiva que deve ser abraçada por toda a sociedade, pois ao garantirmos uma educação inclusiva e de qualidade, não estamos apenas cumprindo uma obrigação legal e moral, mas também estamos construindo um futuro mais justo e equitativo, onde todas as crianças possam prosperar e contribuir para uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, T.; GOMEZ, H. Structured Teaching Methods and Predictability in Learning for Children with ASD. *Education and Treatment of Children*, v. 46, n. 1, p. 97-110, 2023.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.
- FOLHA DE LONDRINA. As dificuldades na inclusão da criança autista na escola. 2023. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/as-dificuldades-na-inclusao-da-crianca-autista-na-escola-1026606.html?d=1>. Acesso em: 04 nov. 2024.
- GARCIA, M.; SILVA, A. Public Policy and the Need for Specialized Support in Autism Spectrum Disorder Education. *Policy & Education Review*, v. 19, n. 1, p. 89-102, 2023.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- JONES, L.; WHEELER, G. Challenges in Social Communication for Students with Autism Spectrum Disorder in Inclusive Classrooms. *Autism Research and Treatment*, v. 14, n. 3, p. 234-247, 2022.
- LIU, S.; CHEN, X. Collaboration Between Parents and Educators for Effective ASD Inclusion in Schools. *Journal of Autism and Family Studies*, v. 8, n. 4, p. 312-326, 2022.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTÍNEZ, R.; GREEN, P. Using Visual Models and Social Stories to Support Social Understanding in Children with Autism. *International Journal of Educational Sciences*, v. 10, n. 2, p. 179-192, 2023.
- PATTERSON, M. et al. Sensory Regulation Strategies for Children with Autism Spectrum Disorder: Impact on Classroom Behavior. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 52, n. 5, p. 1058-1072, 2022.

- ROCHA, F.; ALMEIDA, R. The Role of Multidisciplinary Support in Facilitating ASD Inclusion in Schools. *Journal of Inclusive Education Research*, v. 11, n. 3, p. 402-418, 2023.
- SANTOS, D. et al. Teacher Training for Inclusive Education: Addressing Behavioral Challenges in Students with Autism. *Journal of Special Education*, v. 39, n. 2, p. 211-229, 2023.
- SMITH, J. et al. Evidence-Based Interventions for Promoting Social and Academic Development in Children with ASD. *Journal of Educational Psychology*, v. 113, n. 4, p. 645-658, 2021.
- WILLIAMS, B.; THOMAS, J. Benefits of Inclusive Classrooms for Neurotypical Peers: Developing Empathy and Understanding through Diversity. *Social Psychology in Education*, v. 25, n. 3, p. 143-157, 2022.

O DOCENTE E À EDUCAÇÃO ESPECIAL
TEACHERS AND SPECIAL EDUCATION
EL PROFESOR Y LA EDUCACIÓN ESPECIAL

Camila Lambardozi Barroso Nunes

Ca_lambardozi@hotmail.com

NUNES, Camila Lambardozi Barroso. **O Docente e a Educação Especial**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 182 – 191, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima.

RESUMO

Este artigo aborda a relevância da formação continuada para professores como um meio de assegurar a equidade na aprendizagem dentro do contexto da Educação Especial e Inclusiva. Posicionado no contexto da formação contínua, o estudo enfatiza a necessidade de um desenvolvimento profissional constante e adaptado às demandas emergentes do ambiente escolar. A formação continuada é crucial para desenvolver competências específicas, aumentar a conscientização e a empatia, e manter os professores atualizados com as melhores práticas. O presente estudo tem como objetivo geral analisar a importância da formação contínua dos professores para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular. Para tanto, este trabalho é fruto de um levantamento bibliográfico de caráter exploratório e qualitativo, desenvolvido a partir de material já elaborado e constituído, principalmente por livros e artigos científicos de diferentes autores que pesquisam no campo da educação, a formação docente para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. A formação continuada dos docentes na educação especial é fundamental para construir um sistema educacional inclusivo e equitativo. Ao longo desta pesquisa, destacamos a importância de um desenvolvimento profissional constante, que permita aos educadores estarem sempre atualizados e preparados para enfrentar os desafios diários em sala de aula. Os benefícios da formação continuada são inegáveis. Ela capacita os professores a adaptar suas práticas pedagógicas, utilizando métodos e tecnologias assistivas que atendem às necessidades específicas de cada aluno. **Palavras Chave:** Educação especial. Formação Docente. Desenvolvimento profissional.

SUMMARY

This article addresses the relevance of continuing teacher education as a means to ensure equity in learning in the context of Special and Inclusive Education. Placed in the context of continuing education, the study emphasizes the need for constant professional development adapted to the emerging demands of the school environment. Continuous training is crucial to develop specific competencies, increase awareness and empathy, and keep teachers abreast of best practices. The overall objective of this study is to analyze the importance of in-service teacher training for the inclusion of students with special educational needs in mainstream education. For this purpose, this work is the result of an exploratory and qualitative bibliographic study, based on material already elaborated and mainly composed of books and scientific articles by different authors who investigate the training of Special Education teachers in the perspective of inclusive education in the field of education. The continuous training of special education teachers is fundamental to build an inclusive and equitable educational system inclusive and equitable education. Throughout this research, we have emphasized the importance of constant professional development, which allows educators to always be up-to-date and prepared to face the daily challenges in the classroom. The benefits of continuing training are undeniable. It enables teachers to adapt their teaching practices, using methods and assistive technologies that meet the specific needs of each student. **Key words:** Special education. Teacher training. Professional development.

RESUMEN

Este artículo aborda la relevancia de la formación permanente del profesorado como medio para garantizar la equidad en el aprendizaje en el contexto de la Educación Especial e Inclusiva. Situado en el contexto de la formación continua, el estudio hace hincapié en la necesidad de un desarrollo profesional constante y adaptado a las demandas emergentes del entorno escolar. La formación continua es crucial para desarrollar competencias específicas, aumentar la concienciación y la empatía, y mantener a los profesores al día de las mejores prácticas. El objetivo general de este estudio es analizar la importancia de la formación permanente del profesorado para la inclusión de alumnos con necesidades educativas especiales en la educación ordinaria. Para ello, este trabajo es el resultado de un estudio bibliográfico exploratorio y cualitativo, basado en material ya elaborado y compuesto principalmente por libros y artículos científicos de diferentes autores que investigan la formación del profesorado de Educación Especial en la perspectiva de la educación inclusiva en el ámbito de la educación. La formación

continua de los profesores de educación especial es fundamental para construir un sistema educativo inclusivo y equitativo. A lo largo de esta investigación, hemos hecho hincapié en la importancia del desarrollo profesional constante, que permite a los educadores estar siempre al día y preparados para afrontar los retos diarios en el aula. Los beneficios de la formación continua son innegables. Permite a los profesores adaptar sus prácticas pedagógicas, utilizando métodos y tecnologías de apoyo que responden a las necesidades específicas de cada alumno.

Palabras clave: Educación especial. Formación del profesorado. Desarrollo profesional.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial e Inclusiva busca oferecer a todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas, uma educação de qualidade que permita o pleno desenvolvimento de suas capacidades. Dentro desse contexto, a formação continuada de professores é fundamental para garantir que os educadores estejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula e promover a equidade na aprendizagem. A formação continuada é entendida como um processo contínuo de aprimoramento profissional, destinado a atualizar e desenvolver novas competências nos educadores, capacitando-os a enfrentar os desafios emergentes da prática educativa inclusiva (Garcia, 2023).

A atuação do docente na educação especial é fundamental para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas. A formação adequada e contínua dos professores é crucial para que eles se sintam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula e oferecer um ensino personalizado que atenda às necessidades de cada estudante (André, 2010).

A integração entre teoria e prática é essencial na formação dos docentes. Isso permite que os professores desenvolvam uma reflexão crítica sobre suas práticas e criem soluções inovadoras para as demandas do cotidiano escolar. Dessa forma, a formação de professores pode contribuir significativamente para a construção de uma nova identidade profissional, promovendo uma cultura de colaboração e apoio mútuo entre os educadores e fortalecendo a cultura organizacional das escolas (André, 2016).

No contexto da educação especial, é importante que os docentes compreendam e valorizem as diferentes dimensões do desenvolvimento humano, incluindo aspectos corporais, cognitivos e afetivos. Segundo Magalhães e Cardoso (2008), a formação de professores deve considerar esses três aspectos para que os educadores estejam aptos a atender às necessidades dos alunos com deficiência de maneira holística e integrada. Além disso, a formação continuada dos professores deve incluir o desenvolvimento de habilidades específicas para a utilização de tecnologias assistivas e a adaptação de materiais pedagógicos, garantindo que todos os alunos tenham acesso ao currículo escolar e possam participar plenamente das atividades educativas.

Outro aspecto importante é a parceria entre família e escola. Os docentes devem manter uma comunicação constante com os pais e responsáveis, compartilhando informações sobre o progresso dos alunos e envolvendo a família no processo educativo. Essa colaboração é fundamental para criar um ambiente de apoio e confiança que favoreça o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Em resumo, o papel do docente na educação especial é complexo e multifacetado, exigindo uma formação sólida e contínua, bem como uma postura reflexiva e colaborativa. Ao valorizar a diversidade e promover práticas inclusivas, os professores contribuem para a construção de uma educação mais justa e

equitativa, que respeite e valorize as particularidades de cada aluno (Aranha, 2014).

Para melhor elucidar a temática vigente, fora elencada a seguinte questão norteadora: De que maneira a formação inicial e continuada dos docentes influencia a eficácia da educação especial nas escolas públicas e privadas? O presente estudo tem como objetivo geral analisar a importância da formação contínua dos professores para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular.

Para tanto, este trabalho é fruto de um levantamento bibliográfico de caráter exploratório e qualitativo, desenvolvido a partir de material já elaborado e constituído, principalmente por livros e artigos científicos de diferentes autores que pesquisam no campo da educação, a formação docente para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

A formação continuada de professores é crucial para promover a equidade na educação, especialmente no âmbito da Educação Especial e Inclusiva. Investir no desenvolvimento profissional dos educadores assegura que todos os alunos, independentemente de suas necessidades e capacidades, tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades justas de aprendizagem. Superar os desafios relacionados à formação continuada e adotar estratégias eficazes são passos essenciais para alcançar uma educação genuinamente inclusiva e equitativa.

REFERENCIAL TEÓRICO

IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A educação especial e inclusiva é um campo que exige constante atualização e desenvolvimento por parte dos profissionais da educação. A formação continuada de professores é fundamental para garantir que esses educadores estejam preparados para lidar com as diversas necessidades dos alunos, promovendo uma educação de qualidade e inclusiva. Os professores que atuam na educação especial enfrentam desafios únicos. Além de dominar o conteúdo pedagógico, eles precisam estar capacitados para adaptar suas práticas e metodologias às necessidades específicas de cada aluno. A formação inicial, por mais abrangente que seja, muitas vezes não é suficiente para abordar todas as situações que os educadores encontrarão em sala de aula. É aqui que entra a importância da formação continuada (Franco, 2020).

A formação continuada é um processo de aprendizado que ocorre ao longo da carreira do profissional, oferecendo oportunidades de atualização e desenvolvimento de novas competências. Esse tipo de formação é especialmente importante na educação especial e inclusiva, pois permite que os professores se mantenham atualizados sobre novas pesquisas, tecnologias assistivas, estratégias pedagógicas e políticas educacionais. Os benefícios da formação continuada são numerosos. Primeiramente, ela melhora a eficácia do ensino, garantindo que os educadores estejam melhor equipados para atender às necessidades de seus alunos. Além disso, a formação continuada promove a autoconfiança dos professores, ao proporcionar-lhes ferramentas e conhecimentos que aumentam sua capacidade de enfrentar desafios.

A formação continuada tem um impacto direto na prática docente. Professores que participam regularmente de programas de formação continuada estão mais aptos a implementar

práticas pedagógicas inclusivas, adaptar currículos e utilizar tecnologias assistivas. Eles também desenvolvem habilidades para identificar e superar barreiras ao aprendizado, garantindo que todos os alunos tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais. A formação continuada também deve enfatizar a importância da colaboração entre escolas e famílias. Pais e responsáveis desempenham um papel crucial no processo de inclusão, e a comunicação eficaz entre professores e famílias é fundamental para o sucesso dos alunos. Programas de formação que abordam estratégias de envolvimento familiar ajudam os professores a construir parcerias sólidas com as famílias, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

Para que a formação continuada seja eficaz, é essencial que ela seja prática e relevante. Oferecer workshops, cursos online, seminários e grupos de estudo sobre temas específicos da educação especial e inclusiva são maneiras de manter os professores engajados e informados. Além disso, é importante que os programas de formação continuada sejam flexíveis e acessíveis, permitindo que os professores participem mesmo com suas agendas ocupadas.

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada é essencial para garantir que os professores estejam sempre atualizados e preparados para enfrentar os desafios do ambiente escolar, especialmente no contexto da educação especial e inclusiva. No entanto, a implementação eficaz dessa formação enfrenta diversos obstáculos. Um dos principais desafios está relacionado à limitação de recursos financeiros e logísticos nos sistemas educacionais. A falta de investimento adequado dificulta a oferta de programas de formação continuada de qualidade, comprometendo a capacitação dos educadores. Pacheco e Camargo (2023) ressaltam que a escassez de recursos materiais e humanos é um grande obstáculo para o sucesso dessas iniciativas.

Outro desafio significativo é a resistência à mudança por parte dos próprios professores. Alguns educadores podem hesitar em adotar novas abordagens e métodos de ensino, especialmente se não se sentirem suficientemente preparados ou apoiados para isso. Ramos, Rosário e Rosário (2023) observam que essa resistência pode ser exacerbada por uma cultura escolar que privilegia a estabilidade e a tradição em detrimento da inovação e da experimentação. Além disso, a formação continuada muitas vezes não consegue acompanhar as demandas específicas de cada escola e região. As necessidades variam amplamente, e programas padronizados podem não atender de forma eficaz às particularidades de cada contexto educacional. A personalização e a relevância do conteúdo são essenciais para que a formação continuada tenha um impacto real na prática docente.

A falta de tempo também é um fator que complica a participação dos professores em programas de formação continuada. A rotina intensa de trabalho, somada às responsabilidades pessoais, pode dificultar a disponibilidade dos educadores para se envolverem em atividades de desenvolvimento profissional. É importante que os programas de formação continuada sejam flexíveis e acessíveis, permitindo que os professores participem sem comprometer suas outras responsabilidades.

Por fim, a ausência de uma política clara e integrada para a formação continuada pode levar à fragmentação e à falta de coerência nos esforços de capacitação dos professores. Sem diretrizes claras e um suporte institucional robusto, as iniciativas de formação continuada

correm o risco de se tornarem esporádicas e pouco eficazes(Sobrosa, 2024).

Em resumo, a implementação da formação continuada enfrenta vários desafios, que incluem a limitação de recursos, a resistência à mudança, a falta de personalização, a escassez de tempo e a ausência de uma política clara. Superar esses obstáculos é fundamental para garantir que os professores possam se desenvolver continuamente e oferecer uma educação de qualidade e inclusiva para todos os alunos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica. A metodologia bibliográfica é uma abordagem de pesquisa essencial na elaboração de trabalhos acadêmicos, especialmente na área de Educação Especial. Este método permite uma compreensão aprofundada do tema estudado por meio da análise de obras já publicadas, contribuindo para a construção de um referencial teórico sólido. Aqui está um guia detalhado sobre como aplicar a metodologia bibliográfica em um estudo de Educação Especial. Após definir o tema, iniciou-se o levantamento bibliográfico, que consiste na busca de livros, artigos científicos, teses, dissertações e outros documentos relevantes sobre o tema. Utilizam-se bases de dados acadêmicas como SciELO, Google Acadêmico e periódicos especializados em Educação Especial para encontrar fontes relevantes e confiáveis (GIL, 2015).

Abaixo o quadro mostra os principais artigos analisados acerca da formação continuada docente na educação especial.

Quadro 1 - Artigos analisados

Autor/Autores	Estudo	Descrição
Angelo Mendes Ferreira, Adelmo Santos Brito, Patrícia da Silva Bispo, Sidia Oliveira Silva, Telma Regina dos Reis de Assis	Formação Continuada para Professores na Educação Especial e Inclusiva: Um Caminho para a Equidade na Aprendizagem	Explora a importância da formação contínua para garantir a equidade na aprendizagem no contexto da educação especial e inclusiva
Janaína Brum de Oliveira, Cleusa Inês Ziesmann, Alexandre Anselmo, Guilherme	Educação Inclusiva: (Re)pensando a Formação de Professores	Pesquisa sobre a importância da formação inicial e contínua para preparar professores para a

		inclusão de alunos com deficiência
Márcia Denise Pletsch	A Formação de Professores para a Educação Inclusiva: Legislação, Diretrizes Políticas e Resultados de Pesquisas	Levanta aspectos relativos à formação de professores no Brasil, com ênfase na inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais
Gesica Guedes Santana, Cristina Mara Javarini Moro, Andressa Caetano Mafezoni	A Formação Continuada de Professores em Programas Profissionais em Educação	Discussão sobre a formação contínua de professores em programas profissionais de educação

Fonte: Elaboração da autora, 2024

ANÁLISES E DISCUSSÕES

O quadro acima apresenta uma série de estudos e autores que abordam a formação continuada de professores na educação especial. Cada um desses trabalhos contribui com insights valiosos para a compreensão da importância desse processo no contexto educacional.

O estudo de Angelo Mendes Ferreira e colaboradores destaca a formação continuada como um meio essencial para garantir a equidade na aprendizagem. Essa pesquisa enfatiza que, para alcançar uma educação inclusiva e de qualidade, é necessário um investimento contínuo no desenvolvimento profissional dos educadores. Além disso, os autores sugerem que uma formação adequada pode transformar a prática pedagógica, permitindo que os professores atendam melhor às necessidades diversas de seus alunos.

O trabalho de Janaína Brum de Oliveira e seus coautores aborda a importância tanto da formação inicial quanto da formação contínua na preparação dos professores para a inclusão de alunos com deficiência. Os autores argumentam que a formação dos professores deve ser constantemente revisada e atualizada para que possam lidar eficazmente com os desafios da educação inclusiva. A pesquisa ressalta a necessidade de um currículo que inclua práticas inclusivas desde a formação inicial dos educadores.

Neste estudo, Márcia Denise Pletsch discute as políticas e diretrizes que orientam a formação de professores no Brasil. Pletsch analisa a legislação e os resultados de pesquisas para destacar as lacunas e desafios que ainda persistem. A autora aponta que, apesar das políticas

públicas promoverem a inclusão, a prática efetiva ainda enfrenta barreiras significativas, muitas vezes relacionadas à falta de formação contínua adequada para os professores.

Gesica, Guedes, Santana e seus coautores exploram como os programas profissionais de educação podem ser estruturados para oferecer uma formação continuada eficaz. A pesquisa mostra que a formação contínua precisa ser prática, acessível e alinhada com as necessidades reais dos professores e das escolas. O estudo também destaca a importância de uma abordagem colaborativa, onde os educadores possam compartilhar experiências e aprender uns com os outros.

Os estudos apresentados no quadro sublinham a importância vital da formação contínua na construção de uma educação inclusiva e eficaz. A formação contínua não apenas melhora a prática pedagógica, mas também capacita os professores a enfrentar os desafios diários de uma sala de aula inclusiva. Os autores concordam que a formação inicial, embora essencial, não é suficiente para preparar os educadores para todos os aspectos da educação especial e inclusiva.

Portanto, a formação continuada é vista como um processo constante que deve ser apoiado por políticas públicas robustas e por um investimento adequado em recursos e infraestrutura. Além disso, a formação continuada deve ser flexível e acessível, permitindo que os professores participem de programas de desenvolvimento profissional sem comprometer suas responsabilidades cotidianas.

A colaboração entre educadores é outro aspecto crucial, pois facilita o compartilhamento de práticas bem-sucedidas e o aprendizado mútuo. Em conclusão, para que a educação especial e inclusiva no Brasil alcance seus objetivos, é indispensável investir continuamente na formação dos professores. Somente assim será possível garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, possam receber uma educação de qualidade e equitativa.

A discussão sobre o papel do docente na educação especial revela diversas nuances e desafios que precisam ser enfrentados para garantir uma educação inclusiva e equitativa. Inicialmente, é fundamental reconhecer que os docentes desempenham um papel central na mediação do processo educacional para alunos com necessidades especiais. Essa mediação vai além da simples transmissão de conhecimentos, abrangendo também aspectos emocionais e sociais que são essenciais para o desenvolvimento integral desses alunos.

Uma das principais questões discutidas é a necessidade de formação contínua e especializada para os professores que atuam na educação especial. Muitas vezes, os docentes não possuem o treinamento adequado para lidar com a diversidade de necessidades apresentadas pelos alunos. A formação continuada, portanto, é essencial para que os professores possam desenvolver as competências necessárias para adaptar suas práticas pedagógicas e criar um ambiente de aprendizagem inclusivo.

Outro ponto importante é a colaboração entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo, incluindo professores, família e equipe multidisciplinar. A integração desses profissionais é crucial para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas eficazes que atendam às necessidades específicas de cada aluno. A troca de informações e a cooperação entre essas partes permitem uma abordagem mais holística e eficaz do processo educacional.

Além disso, a implementação de políticas públicas que apoiem a educação inclusiva é essencial. Isso inclui a disponibilização de recursos adequados, como materiais didáticos adaptados e tecnologias assistivas, bem como a garantia de condições físicas apropriadas nas

escolas. As políticas devem também contemplar a formação e a valorização dos docentes, reconhecendo o papel fundamental que desempenham na educação especial.

Por fim, é importante destacar a necessidade de uma mudança de atitude em relação à inclusão. A sociedade como um todo precisa reconhecer e valorizar as potencialidades dos alunos com necessidades especiais, promovendo um ambiente de respeito e igualdade de oportunidades. Os docentes, como agentes de mudança, têm um papel crucial na promoção dessa visão inclusiva, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Em suma, a discussão sobre o papel do docente na educação especial evidencia a complexidade e a importância dessa função. A formação contínua, a colaboração entre os diversos atores e a implementação de políticas públicas eficazes são fundamentais para que a educação especial possa cumprir seu objetivo de inclusão e equidade. Os docentes, com sua dedicação e preparo, estão na linha de frente dessa missão, desempenhando um papel indispensável na promoção de uma educação para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada dos docentes na educação especial é fundamental para construir um sistema educacional inclusivo e equitativo. Ao longo desta pesquisa, destacamos a importância de um desenvolvimento profissional constante, que permita aos educadores estarem sempre atualizados e preparados para enfrentar os desafios diários em sala de aula. Os benefícios da formação continuada são inegáveis.

O papel do docente na educação especial é fundamental e multifacetado, envolvendo não apenas a transmissão de conhecimento, mas também o acolhimento e a valorização das diferenças individuais. Os docentes na educação especial precisam estar preparados para lidar com uma diversidade de necessidades e adaptar suas práticas pedagógicas para garantir a inclusão e a equidade no ambiente escolar. A formação continuada e o desenvolvimento de competências específicas são essenciais para que esses profissionais possam promover um ensino de qualidade, que responda às demandas de todos os alunos, especialmente daqueles com necessidades educativas especiais. A colaboração entre professores, família e equipe multidisciplinar é crucial para o desenvolvimento de estratégias eficazes que favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento integral dos estudantes. A construção de um ambiente inclusivo depende da sensibilidade e do comprometimento dos docentes em reconhecer e valorizar as potencialidades de cada aluno, oferecendo suporte adequado para que todos possam alcançar seu pleno potencial.

Em suma, a educação especial exige uma abordagem pedagógica diferenciada, onde o docente atua como facilitador do processo de aprendizagem, criando condições para que os estudantes se sintam respeitados e incentivados a participar ativamente do seu próprio desenvolvimento. O sucesso dessa missão depende, em grande medida, da dedicação e do preparo dos docentes, que precisam estar sempre em busca de novas práticas e conhecimentos que contribuam para a inclusão e o sucesso escolar de todos os alunos.

Ela capacita os professores a adaptar suas práticas pedagógicas, utilizando métodos e tecnologias assistivas que atendem às necessidades específicas de cada aluno. Além disso, a formação contínua promove uma atitude reflexiva e crítica, incentivando os educadores a reavaliar constantemente suas abordagens e buscar melhorias contínuas. Entretanto, a

implementação da formação continuada enfrenta desafios significativos, como a limitação de recursos financeiros e logísticos, a resistência à mudança e a falta de tempo. Superar esses obstáculos requer um esforço conjunto de políticas públicas robustas, investimentos adequados e uma cultura escolar que valorize a inovação e a experimentação.

Para que a educação especial seja verdadeiramente inclusiva, é essencial que os professores recebam o apoio necessário para desenvolver suas competências e habilidades. A formação continuada deve ser vista como uma prioridade e um direito dos educadores, garantindo que todos os alunos possam usufruir de uma educação de qualidade, que respeite e valorize suas diferenças. Ao investir na formação continuada dos docentes, estamos investindo no futuro da educação inclusiva, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária. Somente assim, poderemos garantir que cada aluno, independentemente de suas condições, tenha a oportunidade de desenvolver plenamente suas potencialidades e contribuir para o bem comum.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Práticas inovadoras na formação de professores. [S.l.: s.n.], 2016.
- ANDRÉ, Marli. A pesquisa sobre formação de professores: contribuições à delimitação do campo. In: DALBEN, Ângela I.L.F. et al. Didática: convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- ARANHA, M. S. F. Educação inclusiva: transformação social ou retórica?. In: OMOTE, S. Inclusão: intenção e realidade. Marília, SP: Fundepe Publicações, 2014.
- FERREIRA, G. C.; TOMAN, A. Educação especial e inclusão: o que mostram as iniciativas de formação continuada? Revista Docência e Cibercultura, v. 4, n. 3, p. 367-386, 2020.
- FRANCO, R. M. S.; GOMES, C. Educação inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. Revista Psicopedagogia, v. 37, n. 113, p. 194-207, 2020.
- GARCIA, R. C. Formação continuada de professores do ensino médio: possibilidade de construção de práticas pedagógicas para a educação inclusiva dos sujeitos da educação especial. 2023. 183 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação)- Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2023.
- GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. de Educação, v. 25, n. 3, p. 45-59, 2015.
- MAGALHÃES, R. C. B. P; CARDOSO, A. P. L. B. Formação docente e psicomotricidade em tempos de escola inclusiva: uma leitura com base em Henri Wallon. In: 31º Reunião Nacional da ANPED. Caxambu: 2008.
- MUNGO, W. S. et al. As dificuldades enfrentadas por professores dentro do espaço escolar num ponto de vista da educação especial e inclusiva com alunos do ensino fundamental e médio. Revista Amor Mundi, v. 5, n. 4, p. 69 - 77, 2024.
- SOBROSA, M. G. C. et al. Formação continuada permanente dos professores: uma revisão bibliográfica. REVISTA FOCO, v. 17, n. 3, p. 01-20, 2024.

**OS JOGOS COMO SUPORTE NO PROCESSO DE ENSINAR E APRENDER
DENTRO DA PERSPECTIVA EDUCACIONAL INCLUSIVA**
**GAMES AS SUPPORT IN THE PROCESS OF TEACHING AND LEARNING WITHIN
THE INCLUSIVE EDUCATIONAL PERSPECTIVE**
**LOS JUEGOS COMO APOYO EN EL PROCESO DE ENSEÑANZA Y APRENDIZAJE
DENTRO DE LA PERSPECTIVA EDUCATIVA INCLUSIVA**

Luciani Sartori Portella
lucianiportella@yahoo.com.br

PORTELLA, Luciani Sartori. **Os jogos como suporte no processo de ensinar e aprender dentro da perspectiva educacional inclusiva.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 192 – 198, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Alda Cristina Menezes da Silva =-
 professora.doutoraaldacristina@outlook.com - <http://lattes.cnpq.br/5516227144575732> -
<https://orcid.org/0000-0003-4433-9244>

RESUMO

É fato que a inclusão de jogos dentro do processo educacional tem se mostrado uma ferramenta influente na promoção da inclusão e do desenvolvimento integral dos estudantes. Essa abordagem, que valoriza as diferenças individuais e as múltiplas inteligências, oferece diversos benefícios tanto para os alunos com necessidades especiais quanto para aqueles que não apresentam nenhuma deficiência. Diante do exposto deixamos claro que a presente investigação tem como objetivo geral poder apresentar de forma sucinta algumas concepções teóricas e metodológicas acerca do uso dos jogos dentro do âmbito educacional, dentro da perspectiva da Educação Inclusiva. Os objetivos específicos os quais almejamos alcançar a partir desse estudo são: Expor um breve conceito alusivo à Educação Inclusiva, Diferenciar as nomenclaturas: Jogar e Brincar e por fim, Exteriorizar de que modo a Educação Inclusiva pode ser pensada a partir do uso dos jogos dentro do âmbito educacional. A relevância dessa investigação se dá a partir do momento que tenhamos em conta que todas as teorias e discussões sobre os temas aqui apresentados podem servir de embasamento para outras investigações com o mesmo propósito investigativo. Evidenciamos que este trabalho é caracterizado pela pesquisa bibliográfica na qual nos valem de vários estudiosos da área para apresentar discussões relevantes sobre o uso dos jogos no âmbito educacional.

Palavras-chave: Jogos. Educação Inclusiva . Ensino Aprendizado.

SUMMARY

It is a fact that the inclusion of games within the educational process has proven to be an influential tool in promoting the inclusion and integral development of students. This approach, which values individual differences and multiple intelligences, offers several benefits for both students with special needs and those without any disability. In view of the above, we make it clear that the general objective of this investigation is to briefly present some theoretical and methodological concepts about the use of games within the educational context, within the perspective of Inclusive Education. The specific objectives we aim to achieve from this study are: To expose a brief concept alluding to Inclusive Education; Differentiate the nomenclatures: Play and Play and, finally, externalize how Inclusive Education can be thought of based on the use of games within the educational scope. The relevance of this investigation comes from the moment we take into account that all theories and discussions on the topics presented here can serve as a basis for other investigations with the same investigative purpose. We highlight that this work is characterized by bibliographical research, in which we make use of several scholars in the area to present relevant discussions about the use of games in the educational context.

Keywords: Games. Inclusive Education. Teaching Learning.

RESUMEN

Es un hecho que la inclusión de juegos dentro del proceso educativo ha demostrado ser una herramienta influyente para promover la inclusión y el desarrollo integral de los estudiantes. Este enfoque, que valora las diferencias individuales y las inteligencias múltiples, ofrece varios beneficios tanto para los estudiantes con necesidades especiales como para aquellos sin ninguna discapacidad. En vista de lo anterior, dejamos claro que el objetivo general de esta investigación es presentar brevemente algunos conceptos teóricos y metodológicos sobre el uso de los juegos dentro del contexto educativo, dentro de la perspectiva de la Educación Inclusiva. Los objetivos

específicos que pretendemos alcançar com este estudio son: Exponer un breve concepto alusivo a la Educación Inclusiva; Diferenciar las nomenclaturas: Play y Play y, finalmente, exteriorizar cómo se puede pensar la Educación Inclusiva a partir del uso de juegos dentro del ámbito educativo. La relevancia de esta investigación surge del momento en que tomamos en cuenta que todas las teorías y discusiones sobre los temas aquí presentados pueden servir de base para otras investigaciones con el mismo propósito investigativo. Resaltamos que este trabajo se caracteriza por una investigación bibliográfica, en la que nos apoyamos en varios estudiosos del área para presentar discusiones relevantes sobre el uso de los juegos en el contexto educativo.

Palabras clave: Juegos. Educación inclusiva. Enseñanza Aprendizaje.

INTRODUÇÃO

A utilização de jogos como ferramenta pedagógica no contexto educacional tem ganhado destaque nos últimos anos, especialmente dentro da perspectiva inclusiva. Em um ambiente de aprendizado que busca atender a diversidade de necessidades e ritmos dos alunos, os jogos emergem como uma estratégia eficaz para engajar todos os estudantes, promovendo interação, colaboração e motivação. A educação inclusiva se fundamenta no princípio de que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, devem ter acesso a um ensino de qualidade que respeite suas individualidades. Nesse sentido, os jogos oferecem um espaço lúdico que favorece a socialização e a construção de vínculos, permitindo que os educadores abordem conteúdos curriculares de forma dinâmica e acessível. Sendo assim, três perguntas norteiam esse estudo: De que modo podemos pensar os jogos no ambiente educacional desde uma perspectiva da educação inclusiva? Como o professor deve pensar sua prática didática metodológica a partir do uso dos jogos diante do que propõe a educação inclusiva? O qual importante é poder diferenciar o brincar do jogar para que uma boa prática didática possa ser planejada e posta em prática com eficiência dentro do contexto da educação inclusiva? Faz-se interessante saber que o objetivo principal deste estudo é poder apresentar mediante um trabalho bibliográfico de que modo os jogos podem ser pensados de forma didática e dinâmica dentro dos moldes da educação inclusiva.

Diante do exposto, ressaltamos que essas perguntas podem servir como um guia para reflexões e tomadas de decisões em diversos projetos e situações. Além de facilitar a assimilação de conteúdo, é certo que os jogos promovem habilidades socioemocionais, como empatia, respeito e trabalho em equipe, cruciais em um ambiente educacional inclusivo. A interatividade proporcionada pelos jogos estimula o protagonismo do aluno, permitindo que ele participe ativamente do seu processo de aprendizagem.

O objetivo geral apresentado nesta investigação é poder apresentar algumas teorias alusivas ao uso dos jogos na educação, de modo a destacar de forma mais específica como o jogo é visto dentro da Educação Inclusiva, sendo possível desse modo proporcionar aos investigadores da área, sejam estes professores ou não um olhar mais crítico e dinâmico no que diz respeito ao uso desse suporte metodológico dentro de sala de aula. São objetivos específicos deste trabalho: Conceituar a terminologia: Educação Inclusiva, Diferenciar Jogo de Brincadeira, expor de que modo os docentes podem pensar os jogos dentro da perspectiva da Educação Inclusiva.

Os jogos não apenas se configuram como um suporte didático, mas também como um meio de transformar a sala de aula em um espaço mais acolhedor e democrático, onde cada estudante pode se sentir valorizado e incluído. Assim, justifica-se que é fato que o jogo

proporciona sensações em seus participantes que os prende em dada atividade a ser realizada através deste. Se faz interessante podermos destacar o fato de esta investigação apresentar-se academicamente como uma pesquisa bibliográfica, na qual apontaremos alguns pressupostos teóricos de grandes escritores que investigam o tema aqui em questão. De modo a apresentar sistematicamente o caminho percorrido para que esta investigação fosse realizada, se faz importante saber que o tipo de pesquisa aqui realizada se conceitua como pesquisa bibliográfica, pois, está fora realizada a partir de trabalhos impressos e on-line de outros autores, tais como: livros, artigos, entre outros.

Conforme o que nos apresenta Lakatos (2001), entende-se por pesquisa bibliográfica o modo o qual é realizado o levantamento de toda a bibliografia ora publicada e tem por finalidade poder proporcionar ao pesquisador que possa ter um contato direto com todo o material escrito sobre o tema que se está a discutir, podendo deste modo auxiliar futuros pesquisadores em suas investigações. O trabalho em questão teve sua divisão em diferentes tópicos de modo a podermos destrinchar seu título. Apresentamos algumas citações diretas de alguns teóricos que trabalham o tema aqui exposto a fim de oferecer uma veracidade acadêmica ao texto aqui escrito.

REVISÃO DA LITERATURA

O Conceito de Educação Inclusiva e por fim, A Educação Inclusiva Pensada a partir da Dinamicidade dos Jogos. Uma das primeiras premissas que tem que ser apresentadas neste trabalho é poder apresentar a diferença entre: Jogo e Brincadeira. Para situar os leitores apresentaremos em seguida algumas características pertencentes ao ato de jogar e ao ato de brincar:

Quando pensamos na brincadeira, é fato que seu principal objetivo é promover a diversão, não existindo uma disputa entre seus participantes sendo esta findada apenas no momento em que seus participantes já não tem interesse nesta. Essa sequência é um pouco divergente quando pensamos no jogo, pois, apesar de seus participantes almejarem se divertir com sua prática, existe uma disputa entre seus participantes, os quais podemos nominar então de adversários. Segundo os pressupostos teóricos os quais nos apresenta Naliin (2005) “O jogo e a brincadeira estimulam o raciocínio e a imaginação, e permitem que a criança explore diferentes comportamentos, situações, capacidades e limites. Faz-se necessário, então, promover diversidade dos jogos e brincadeiras para que se amplie a oportunidade que os brinquedos podem oferecer como está destacado no quadro 1.”

Quadro 1- Jogos X Brincadeiras

JOGAR	BRINCAR
Existem regras complexas, embora flexíveis	Regras básicas
Natureza séria e pratico	Natureza Divertida e Criativa
Competição	Cooperação
Individual	Coletivo

Fonte: (Naliin, 2005).

Como bem apresentado no quadro acima, fica-nos evidente a diferença explicitada entre o ato de jogar e o ato de brincar. Apesar de o jogo se caracterizar por suas complexidades, competição e individualismo, se faz necessário que possamos pensar enquanto educadores essas questões de forma positiva, pois pois essas características podem vir a moldar o caráter do aluno de forma positiva a depender como o professor direcione o modo de jogar e ressignifique cada uma dessas questões.

Segundo(Freitag, 2012 p.07) Brincando, as crianças exploram e remetem sobre a realidade cultural na qual estão inseridas, questionando regras e papéis sociais, demonstrando assim, através do brincar, situações que ainda não conseguem expor através de palavras. Dessa forma, o brincar proporciona para a criança a autonomia que ela tem de si, do mundo, e assim explorando toda a sua imaginação, interação com o mundo.

O brincar por si só já nos remete a algo divertido, e suas conquistas se dão de forma coletiva e cooperativa, podendo desse modo fazer com que a brincadeira proposta para dado grupo possa vir a trabalhar com a realidade cultural a qual estão inseridas, como bem ressalta Freitag, 2012 na citação acima.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Faz-se notório enfatizarmos que a palavra inclusão se originou do latim, mas respectivamente do verbo includere que significa segundo o que nos apresenta Farias (2009), “colocar algo ou alguém dentro de outro espaço”, “entrar num lugar até então fechado”. É a junção do prefixo in (dentro) com o verbo cludo (cludere), que significa “encerrar, fechar, clausurar”. Assim sendo, podemos refletir a partir dessa visão que nem toda educação é inclusiva, mas se faz necessário no cenário educacional atual não apenas saber o que ela prega, mas principalmente fazer valer suas práticas dentro do âmbito educacional. Dentro do que é proposto na presente investigação, se faz necessário que possamos deixar claro de fato o que significa dentro do ambiente educacional ser possuidor de necessidades educativas especiais,

fazendo obviamente com que nossos leitores entendam inclusive que existe uma diferença entre a Educação Inclusiva, que é a qual intencionamos expor aqui e a Educação Especial, que por ventura está dentro da Educação Inclusiva. Segundo a Declaração de Salamanca (1994:6):

A expressão “necessidades educativas especiais” refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares. Muitas crianças apresentam dificuldades escolares e, conseqüentemente, têm necessidades educativas especiais, em determinado momento da sua escolaridade (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994:6 apud SANCHES; TEODORO, 2009, p. 67).

É fato que nossos alunos aprendem de forma plural, eles são seres plurais dentro de suas singularidades, ou seja, por mais que enquanto docentes possamos fazer o reconhecimento do grupo o qual almejamos transmitir dado conhecimento, dentro das nossas multiplicidades práticas didático metodológicas, se faz necessário que possamos entender não somente o significado de incluir como nos foi apresentado no parágrafo anterior, mas sim e principalmente que possamos agir sobre ele. Dentro desta perspectiva se faz interessante apresentar a fala de Ferreira, 2018, no que concerne ao conceito e prática do ato de incluir dentro da educação:

Modalidade de ensino na qual o processo educativo deve ser considerado como processo social em que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito à escolarização. É uma educação voltada para a formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor (FERREIRA, p. 4, 2018).

Diante do exposto, fica-nos a reflexão da necessidade de poder pensarmos enquanto docentes em práticas que contemplem de forma generalizada a diferentes tipos de alunos, sejam esses portadores de alguma necessidade especial, possuidor de alguma dificuldade de aprendizagem, superdotação, transtorno mental ou ainda que possua alguma deficiência física ou não. Nossa sala de aula é plural e devemos enquanto docentes preocupados com a educação, poder pensar que nosso pensar sobre esse aspecto pode fazer com que a educação mude de forma positiva, dentro da perspectiva do que realmente reza a educação inclusiva.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PENSADA A PARTIR DA DINAMICIDADE DOS JOGOS

Pensar no nosso dia a dia o que e como fazer para dinamizar nossas práticas docentes não é uma tarefa fácil, muito menos se pensarmos e agirmos sob essa perspectiva de modo a de fato fazer funcionar nossas práticas pedagógicas dentro do nosso ambiente de sala de aula. É fato que enquanto professor educadores, se faz necessário que possamos pensar em diversas formas de se propagar nosso modo de ensinar e por conseguinte o modo como se aprendem nossos educandos.

Dentro da perspectiva da educação inclusiva o fato de aplicarmos nossas práticas pedagógicas torna-se um tanto quanto mais complexas pelo fato de além de pensarmos como atuar dentro das complexidades dos alunos, aqui, deve-se pensar essas complexidades (família, ambiente social o qual está inserido, entre outros), agregadas a outras especificidades, tais como: alunos com superdotação, com diferentes tipos de deficiência, seja essa física ou mental, por exemplo.

Modalidade de ensino na qual o processo educativo deve ser considerado como processo social em que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito a escolarização. É uma educação voltada para a formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor (FERREIRA, p. 4, 2018).

Com isso, nosso olhar docente vai mais além do rotineiro, sendo necessário que possamos adentrar na cabeça de cada educando a fim de entender o que implica determinada “diferença” a fim de que possamos traçar estratégias de aprendizagem que alcancem de fato a essas pessoas, sejam essas portadoras de necessidades especiais ou não.

Portanto, é muito importante que os educadores utilizem os jogos lúdicos como norteadoras da aprendizagem e não apenas como meros momentos de recreação, pois tratam-se de atividades vividas e sentidas, repletas de fantasia e realidade, ressignificação, percepção, momentos de autoconhecimento e pela imaginação. No jogo educativo com função lúdica, o que importa não é o produto da atividade, o que dela resulta, mas a apropriação, o processo daquilo que é vivido, o que o torna um recurso facilitador da aprendizagem e muito mais prazeroso para os alunos. (Marins, 2018).

Assim sendo, poder pensar o jogo como recurso pedagógico sugere que haja por parte do docente um planejamento prévio, não permitindo desse modo que o jogo aconteça de forma vazia e sem sentido não somente para o educador, mas também para o educando, para tanto, deve o professor já ter seus objetivos premeditados antes de aplicar quaisquer jogo em dado grupo de alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos a esse ponto do trabalho, podemos concluir o qual importante e desafiador é poder pensar os jogos para o ensino, poder pensar em estratégias de ensino que possam vir a atingir positivamente todos os alunos envolvidos dentro do processo de ensino-aprendizado de qualquer conteúdo que se pretenda propor, seja esse aluno pertencente ou não a Educação nominada de Educação Especial.

A Educação Inclusiva tem o papel de fazer com que educando possam de fato inserir o educando de modo propriamente inclusivo dentro do ambiente de sala de aula, dentro do ambiente escolar o qual este se encontra e pensar toda essa dinamicidade a partir do uso dos jogos pode ser algo motivador a depender de como o professor possa vir a propor o uso dos jogos em sua sala de aula.

A fim de concluir, podemos dizer de fato que os jogos servem sim como suportes dentro do processo de ensinar e aprender, basta que o professor direcione o jogo e seus partícipes para o objetivo almejado por ele. O tema exposto nesta investigação é de fato extremamente relevante e apresenta contribuições a serem ofertadas tanto para academia científica quanto para a sociedade de modo geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.
- FARIAS, IR., SANTOS, AF., and SILVA, ES. Reflexões sobre a inclusão linguística no context escolas. In: DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 39-48. ISBN: 978-85-232-0928-5.
- FERREIRA, F. Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer. PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-aescola-precisa-fazer>. Acesso em 8 de fevereiro de 2019.
- FERREIRA, F. Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer. PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-aescola-precisa-fazer>. Acesso em 10 de novembro de 2024.
- FREITAG, M.E.C.V. O brincar na educação infantil. Trabalho de conclusão de curso em Especialização Educação Infantil. Florianópolis- SC, p.5-19, 2012.
- HUIZINGA, Johan. Homo Ludens. Editora Perspectivas S.A. 4ª ed. São Paulo – SP, 2000.
- INCLUSÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. Metodologia do trabalho científico. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARINS. Bianca Guimarães. O Jogo como recurso pedagógico na educação infantil. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/6172d562-9576-4f3d-a29f66b6b73a0e33/content>. Acesso em 15 de novembro de 2024.
- NALLIN, F.G.C. O PAPEL DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como um dos pré-requisitos para a conclusão da Licenciatura em Pedagogia, Campinas, SP,p.8-35, 2005.



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

Publicação Mensal da INTEGRALIZE

Aceitam-se permutas com outros periódicos.

Para obter exemplares da Revista impressa, entre em contato com a Editora Integralize pelo (49) 99176-6732

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

Florianópolis-SC
Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande,
CEP 88032-005.

Contato: (49) 99176-6732
<https://www.iiscientific.com>